

ERLY MARIA DE CARVALHO E SILVA

**A MARCA DA MATRIARCA NA TERRA DO
PATRIARCADO: A RESSIGNIFICAÇÃO DO
PODER DA MULHER NOS DISCURSOS DA
PRESIDENTE DILMA**

Orientadores: José Filipe Pinto

Carlos Henrique Serra Aguiar

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2014

ERLY MARIA DE CARVALHO E SILVA

**A MARCA DA MATRIARCA NA TERRA DO
PATRIARCADO: A RESSIGNIFICAÇÃO DO
PODER DA MULHER NOS DISCURSOS DA
PRESIDENTE DILMA**

Tese apresentada para a obtenção do Grau de
Doutor em Ciência Política conferido pela
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias.

Orientadores: Prof. Doutor José Filipe Pinto
Prof. Doutor Carlos Henrique Serra Aguiar

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2014

“Quem interpreta não descobre a ‘verdade’;
quem interpreta a produz.”

Thomaz Tadeu da Silva

Aos meus pais, João e Ana, *in
memorian*, pela ancoragem do amor.

Aos meus filhos, Amaury e Kemely,
pelo sentido do amor incondicional.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor José Filipo Pinto, meu orientador português, pela maneira gentil e competente com que conduziu o processo de orientação.

Ao Professor Doutor Carlos Henrique Serra Aguiar, meu orientador brasileiro, pelo incentivo e encorajamento nas diversas fases deste trabalho.

À Professora Doutora Carla Moreira, pela maneira amiga com que pacientemente me guiou e acompanhou nas veredas da análise do discurso.

À Professora Doutora Silmara DeLa Silva, pela simpatia com que me acolheu junto aos seus alunos de análise do discurso.

À Professora Doutora Speranza França da Mata, amiga de todas as horas, por dividir comigo suas vivências de pesquisadora, com críticas argutas e sugestões pertinentes a respeito deste estudo.

Aos meus colegas do Doutorado, pelo compartilhamento de horas alegres como estudantes e de encorajamento mútuo.

A todos minha gratidão.

Resumo

O ano de 2010 marca um feito inédito na política brasileira: pela primeira vez uma mulher é eleita presidente da nação. Em terras de domínio patriarcal esse feito marca uma conquista histórico-política de rompimento dos padrões do colonialismo masculino. Dados a trajetória pessoal da presidente eleita e o ineditismo do feito conquistado criou-se a expectativa que de alguma forma haveria uma resignificação do poder da mulher brasileira. Em busca desses sinais selecionou-se o «corpus» analítico do presente estudo que se compõe de sequências discursivas oriundas dos pronunciamentos oficiais da Presidente Dilma, nos anos de 2011 e 2012. A metodologia escolhida para análise advém da linha francesa da análise do discurso, capitaneada em sua origem por Michel Pêcheux e sedimentada no Brasil graças aos trabalhos desenvolvidos por Eni Orlandi. Como «ciência de entremeio», a análise do discurso trabalha em uma perspectiva multidisciplinar e considera o discurso uma prática contextualizada, um acontecimento que se produz por meio da materialidade da língua. A análise empreendida nos discursos presidenciais indica que o empoderamento da mulher brasileira se dá em distintas vertentes, seja como mulher anônima, mãe de família, com cargos no alto escalão do governo e como mulher que comanda os destinos do país.

Palavras-chave: Matriarcado; Patriarcado; Discurso político; Análise do discurso.

Abstract

The year 2010 marks an unprecedented accomplishment in Brazilian politics: for the first time a woman is elected president of the nation. In the land of patriarchal domination this mark launches a historical and political achievement. Considering the personal trajectory of the elected president and the novelty of her conquest it created the expectation, there would be a redefinition of the power of Brazilian women. In pursuit of these signs it was selected the analytical corpus of this study which consists of discursive sequences from the official pronouncements of President Dilma, in the years 2011 and 2012. The chosen methodology for analysis comes from the French line of discourse analysis, in its origin captained by Michel Pêcheux and sedimented in Brazil thanks to the work developed by Eni Orlandi. As «middle-ground science»», discourse analysis works in a multidisciplinary perspective and considers the discourse a contextualized practice. The analysis undertaken in presidential speeches indicates that the empowerment of Brazilian women occurs in distinct areas, either as anonymous woman, mother of a family, business women, as well as women engaged in senior roles in government and as a woman who is in charge of the destinies of the nation.

Keywords: Matriarchy; Patriarchate; Political discourse; Discourse analysis.

Índice

Introdução	9
Capítulo 1 Percurso Teórico	22
Capítulo 2 Estreia do Matriarcado em Terras de Oligarcas Patriarcais: a Trajetória Política da Mulher no Brasil	30
2.1 A Mulher sob Domínio do Patriarcado	30
2.2 Gênero e Movimento Feminista no Brasil	39
2.3 Condicionantes dos Caminhos da Representatividade Feminina	45
2.4 Vozes Femininas na Política Brasileira.....	50
2.5 Dilma: de Ativista Política a Presidente do Brasil.....	59
Capítulo 3 Poder, Crença e Ideologia.....	72
3.1 Poder: Diferentes Visões	74
3.2 Imposição da Crença	84
3.3 Ideologia.....	91
Capítulo 4 Do Dispositivo Teórico ao Dispositivo Analítico	98
4.1 A Análise do Discurso.....	100
4.2 Elementos Constitutivos	102
4.3 Tipologia do Discurso Político	109
4.4 Dispositivo de Análise	115
Capítulo 5 As Vozes do Sujeito Discursivo	122
5.1 O Lugar do Sujeito	122
5.1.1 Formações Imaginárias.....	124
5.1.2 Constituição do Sujeito	134
5.2 Formações Discursivas	143
5.2.1 Famílias Parafrásticas.....	144

5.2.1.1 Família Parafrástica I: Mulher	145
5.2.2.2 Família Parafrástica II: Poder	160
Conclusão	171
Bibliografia Citada.....	182
Webgrafia.....	198
Apêndice I Tipologias do Discurso: Síntese.....	202
Apêndice II Do Acontecimento Discursivo ao Acontecimento Histórico .	203
Referências.....	213
Anexo I Discurso da Presidente Dilma.....	215
Índice Onomástico.....	219

Introdução

«Sim, a mulher pode». Essas palavras usadas por Dilma Rousseff para responder ao questionamento feito por uma garotinha de nome Vitória¹, a respeito do fato da mulher poder ser Chefe da Nação, tornaram-se possíveis graças a muitos anos de lutas para construir a trajetória emancipadora das mulheres, desde o olhar masculino da filosofia grega que via a mulher como objeto, sem autonomia do pensar próprio (Tedeschi, 2008), por isso tratada como ser inferior, passando pela visão religiosa, defendida principalmente pela Igreja Católica, como um misto de anjo - à semelhança da Virgem Maria- e satanás - a exemplo de Eva -, relegada ao confinamento nos limites do lar, como esposa e mãe, até chegar ao espaço público e às esferas do poder instituído.

No mundo ocidental, a história da emancipação das mulheres parece caminhar a passos lentos, sem que a condição social da mulher sofra muita diferenciação entre os vários períodos. Na sociedade feudal, vítimas da exploração, enfrentavam condições precárias de trabalho, uma vez que aos homens eram reservadas as funções mais qualificadas, além disso, elas ainda eram tratadas com hostilidades, pois sob o olhar masculino eram tidas como concorrentes, uma vez que se poderia contratá-las por baixa remuneração (Bauer, 2001).

Com a crise econômica, durante a segunda metade do século XIV, conforme explica Bauer (2001), a mulher é mantida exclusivamente no âmbito doméstico, pois ao homem pertencia o mundo do trabalho. A condição de submissão a obrigava a manter-se sob a tutela da figura masculina, pai, irmão mais velho, esposo ou sogro. Na Alta Idade Média, com a consolidação dos feudos, a mulher da classe alta começa a aparecer como uma figura idealizada e de certa forma valorizada, pois por meio dos casamentos por interesses, ajudaria a valorizar a propriedade feudal.

No Renascimento o tão propalado «homem novo» diz respeito literalmente ao gênero masculino, uma vez que a condição feminina se mantém na submissão, com o casamento resultando de um cálculo de benefícios patrimoniais, atribuindo à figura feminina às funções de mãe e esposa. As mulheres das camadas inferiores, além dos afazeres domésticos, dedicam-se também às atividades agrícolas, enquanto tecer e fiar, antagonicamente, de um lado como lazer e de outro como labor, faz parte do dia-a-dia de ricos e pobres. O dever de ser obediente ao

¹ Episódio relatado pela então candidata Dilma em entrevista à Revista Carta Capital, publicada em 6 de junho de 2010. Acedido a 18 de Outubro de 2013 em <http://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-solta-o-verbo>.

esposo é um preceito religioso que requer a observância de todas, pois do contrário, tornam-se merecedoras de punição.

Com o advento do capitalismo, a mulher é convocada a participar da vida econômica, inserindo-se no mercado de trabalho para atender à dinâmica do capital. Desse modo, ela deixa o reduto do lar e da família para entregar-se à luta cotidiana das fábricas e indústrias, sendo impelida a adaptar-se a uma nova condição, num mundo em rápida transformação. Se por um lado, ela começa a se libertar dos valores tradicionais, por outro, é aprisionada pelas «garras do capital», com suas exigências de competência e de produtividade. Inicia-se, assim, um processo de busca pela autonomia, uma vez que essa nova dinâmica lhe permite ganhar seu próprio salário e lhe dá a consciência do valor comercial de sua mão-de-obra para o avanço do capital.

Essa saída do espaço privado inaugura a conquista do poder social, privilégio exclusivamente masculino, que é «concedido» de forma progressiva e parcial às mulheres que transpõem o umbral doméstico para se aventurarem num mundo de homens. No entanto, esse poder social ainda é extremamente limitado, uma vez que embora realize atividades remuneradas fora do lar, também lhe cabem todas as tarefas domésticas. Por outro lado, a condição subalterna, tanto no âmbito doméstico, como fora dele, denuncia o caráter da dominação masculina, com hierarquia de poder, seja conservando os laços de dependência ao esposo, irmão e/ou pai, seja recebendo salários menores que seus companheiros de trabalho e função.

Quando se fala em mulher, não se aborda uma categoria única. Há um atrelamento entre o papel a ser desempenhado e a posição ocupada pela mulher e a classe social em que está inserida. Na sociedade capitalista, a mulher da classe operária é lançada no mercado de trabalho por necessidades econômicas enquanto a da classe privilegiada pode dedicar-se exclusivamente aos afazeres domésticos e familiares, pois ao homem cabia prover o sustento da esposa e da prole e cuidar dos negócios da família.

Algumas dessas mulheres da classe privilegiada preferiram romper com a tradição. Uma delas é Bertha Lutz, que no início do século XX, recém-chegada da Europa, participa de um concurso público para o Museu Nacional da cidade do Rio de Janeiro e embora sob o protesto de um candidato masculino que achava uma grave afronta à família, uma mulher se candidatar a um cargo público, ela se classifica em primeiro lugar, o que não a dispensa de obter um parecer jurídico garantindo a legalidade do feito. Bertha ocupa então a secretaria do Museu, transferindo-se posteriormente para o quadro científico (Soihet, 2000).

O deslocamento do privado para o público começa a se concretizar de forma mais direta após a Primeira Guerra Mundial, quando em vários países da Europa, a mulher obtém o direito ao sufrágio feminino e então, a elite brasileira contingenciada a aderir às «modas» vindas do Velho Mundo, passa a defender o mesmo direito às mulheres brasileiras. O êxito do movimento talvez tenha acontecido de forma mais rápida do que nos demais países da América Latina, graças à proximidade de suas defensoras, muitas delas pertencentes à mesma elite, portanto, junto àqueles capazes de fazer com que fossem apresentados projetos de leis favoráveis ao sufrágio (Hahner, 1981). Esse relativo pioneirismo do Brasil no cenário latino-americano nessa questão não quer dizer que a batalha não tenha sido renhida. Mulheres como Deolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino e organizadora de uma passeata de mulheres, na cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 1917, reivindicando o direito ao voto (Soihet, 2000), e Bertha Lutz que, de forma mais organizada e incisiva se dedica à causa, certamente são decisivas para que finalmente, em 1932, o direito ao voto feminino passe a ser garantido.

Com direito de eleger e de ser eleita, em 1933, Carlota Pereira de Queirós torna-se a primeira deputada federal brasileira e em 1936, Bertha Lutz assume como suplente o cargo de deputada federal, com um discurso de posse que retrata bem a nova concepção de espaço público como extensão do espaço privado. Diz ela:

“O lar é a base da sociedade, e a mulher estará sempre integrada ao lar. Mas o lar não limita-se ao espaço de quatro paredes. O lar é também a escola, a fábrica, o escritório. O lar é principalmente o parlamento, onde as leis que regulam a família e a sociedade humana são elaboradas”. (Soihet, 2000, p. 107)

De forma sutil, ela não se insurge contra o papel até então atribuído à mulher, mas amplia o seu alcance e a importância da presença feminina, não como espectadora do que ocorre fora do âmbito privado, mas como protagonista das ações que direta ou indiretamente repercutem na família e na sociedade.

Em artigos publicados em revistas da época, Bertha Lutz continua sua campanha em prol da participação da mulher na vida política, refutando um dos argumentos masculinos usados, o de que o envolvimento da mulher a afastaria do lar. De forma incisiva, afirma:

“O que afasta a mulher do lar é a necessidade, são as dificuldades materiais da vida, as horas prolongadas nas oficinas, o trabalho mal remunerado, a falta de conforto nos ateliês e nas fábricas [...] Não é o fato de a mulher ser

legisladora que causa as circunstâncias atuais, pelo contrário, é a sua ausência”. (Soihet, 2000, p. 113)

Como se depreende da argumentação de Bertha, a conquista do voto não é suficiente para conter o processo de exclusão da mulher do território de dominação masculina. Esse quadro permanece quase inalterado por bastante tempo, apesar das lutas femininas, especialmente no período da ditadura militar, com aparecimento de movimentos políticos mais organizados e significativos. Com a nova Constituição, promulgada em 1988, os direitos femininos se ampliaram e foram criados diversos órgãos de proteção à mulher como os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais da Condição Feminina, as delegacias da mulher, enquanto sua participação nas esferas do poder político passa a ser garantida pela Lei de Cotas, estabelecendo o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70% das vagas para candidaturas de cada sexo.

Essa Lei, que se submete ao primeiro teste nas eleições de 2010, tem sido incapaz de asseverar o equilíbrio tanto quantitativo como qualitativo, entre as participações femininas e masculinas nas instâncias políticas de representação, tanto no legislativo como no executivo. Apesar dos reconhecidos espaços que as mulheres vêm preenchendo no âmbito parlamentar, há dados reveladores indicando que são, de certo modo, mais compelidas a «amadrinhar» áreas sociais de verniz assistencialista e a menos se ocuparem de temas ligados aos postos de recursos, de controle, de exercício de poder do Estado.

Outras questões daí decorrentes transitam desde discussões sobre opção ou escolha de espaço, até a cogitação de que a área social seja contingenciadamente ou casualmente, por abrigar mais mulheres, acabe vista como um reduto associado a posições secundárias e menos prestigiadas do campo político. Desse ponto se desdobram agravantes da desigualdade, quando o discurso da «política maternal» cede lugar à manutenção, se não perpetuação, da divisão social do trabalho político ao confinar as mulheres ao restrito âmbito das questões sociais, como cativas da dominação masculina, ao mesmo tempo em que reserva aos homens, as tarefas de maior reconhecimento social.

Nesse contexto, causa impacto o fato de em 2010 o país eleger a primeira mulher presidente. Eleita em disputa de segundo turno, Dilma Rousseff, obtém a confiança de 55.752.529 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e nove) brasileiros, num eleitorado composto em sua maioria por mulheres (51,8%).²

² Biblioteca da Presidência (2013). Acedido a 30 de Abril de 2013 em www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidente-atual/biografia.

Em um país de abissal ranço colonialista e desigualitário de cor, raça, classe, gênero, entre os mais emblemáticos, o advento da alçada de Dilma Rousseff ao Poder, como primeira presidente do Brasil, uma figura que, em terra de patriarcado, se mostrava erigir como matriarca em defesa explícita e aguerrida de guindar a participação e o prestígio da mulher ao poder mais alto, encheu de esperanças todas as mulheres. Sem falar no ruidoso ativismo partidário que marcou sua história, pois desde a sua estreia como agente público de primeiro escalão em governos estaduais vem tentando instaurar um estilo, um perfil, uma vinheta ou aquilo que se possa chamar de «marca» Dilma de governar – um misto de operância, rigor técnico, pulso, austeridade, energia, autoridade, conhecimento, reconhecimento, dentre outros. O modo de comando, instaurado em seus primeiros dias de governo, logo parece intentar demolir qualquer ilação ao velho critério colonialista de acesso ao Poder, da nomeação cacifada.

Mais do que caricaturar firmeza e domínio, cuidou de colar a essa instituída configuração outra verve – a verve da competência feminina -, ao explicitar e reiterar desde antanhos discursos, de candidata a candidata aos postos que veio galgando, sobretudo no último, de candidata a presidente, logo na enunciação de sua plataforma política, a antiga e não esquecida promessa de trazer a mulher ao fulcro decisório, não vislumbrando, com isso, o exagero da paridade de gênero, mas uma representatividade ainda não alcançada 500 anos pós-descobrimento, cuja decorrência natural seria a de, em princípio, forçar alteração de padrões dominantes no campo político, a começar pelo apaziguamento da competitividade masculina.

Apesar da comemoração desse feito não é propósito deste estudo remeter o cabedal da Presidente ao foro do papel de intelectual na cultura. Nem mesmo inseri-la à frente de um ativismo social feminista. Menos ainda de tecer apologias à «marca» Dilma e divulgar celebração contabilistas de mulheres que transpuseram o cerco do patriarcado ou ser um libelo a favor do movimento feminista.

Não se pretende tampouco restringir-se à tentativa de mostrar as fragilidades históricas do mote de gênero na política, nem discutir mecanismos de incorporação da mulher no Poder enquanto incorporação marginal de grupo minoritário e seu incontestável insulamento histórico em nichos com reduzido prestígio no campo. Muito menos se pretende fazer o contrário, alardear aquelas que transpuseram a muralha do aprisionamento na esfera doméstica, logrando êxito em suas trajetórias, ainda que à custa de mimetização com o padrão «masculino» de comportamento político, como o mais exemplar ícone mundialmente conhecido, Margareth

Thatcher, que se tornou primeira-ministra do Reino Unido de 1980 a 1991, e irrefutavelmente tida como a líder política de maior influência internacional no século XX.

O foco deste estudo é a resignificação do poder da mulher guindada pela Presidente como uma conquista histórico-política de rompimento dos padrões patriarcais do colonialismo, ao mesmo tempo em que desbanca, em maior ou menor grau, a condição de subalternidade, inferioridade, desigualdade, seletividade e outras por gênero e outros preconceitos relacionados à condição feminina. Essa tentativa de resignificação do papel político da mulher em todo o mundo alça a novo patamar da história, lança novo olhar sobre seu papel, redimensionando de forma natural seu potencial.

A motivação desta autora para averiguar a resignificação do poder feminino, manifestada nos pronunciamentos presidenciais – temática escolhida para a presente tese – surge então a partir da resposta dada pela candidata à Presidência à garota questionadora - «Sim, a mulher pode» e encontra respaldo no pronunciamento da recém-eleita, imediatamente após sua vitória no pleito de 2010, ao afirmar textualmente: “Gostaria muito que os pais e mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas e lhes dissessem sim, a mulher pode”³. Se a mulher pode exercer o mais alto cargo de uma nação, que outras posições femininas serão empoderadas por esse agente – revestido da função de sujeito discursivo – ao ocupar esse lugar privilegiado? Como irão se manifestar na superfície da língua a formação ideológica e a influência de formações discursivas distintas, reveladoras da historicidade desse sujeito? Essas questões centrais norteiam o percurso investigatório e direcionam o objetivo geral deste estudo: analisar o processo de resignificação do poder da mulher brasileira, nos discursos proferidos pela presidente Dilma, nos dois primeiros anos de mandato. Para alcançar tal finalidade apoia-se nos seguintes objetivos específicos:

- Delinear a trajetória da mulher brasileira desde o confinamento patriarcal até sua chegada ao espaço político e em especial à Presidência do país;
- Relacionar o papel da ideologia e da crença na configuração do Poder;
- Analisar a marca interdiscursiva da Presidente nos pronunciamentos oficiais dos dois primeiros anos de mandato.

Ferreira (2010) ao estudar a identidade feminina introduz as categorias «feminilidade» e «feminilidade», construindo uma axiologia cultural binária em que «feminilidade» corresponde ao perfil de uma mulher tradicional que incorpora os valores habituais instaurados

³Acedido a 10 de Outubro de 2013 em <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/leia-integrado-pronunciamento-da-presidente-eleita-dilma-rousseff.html>.

pelo sistema patriarcal, expressos como docilidade, submissão, beleza, emoção, enquanto «feminilidade» envolve os valores de uma mulher consoante ao seu tempo, agente politizada, forte, independente, gerenciadora de suas ações, que muitas vezes, no exercício do Poder, relega a um plano secundário, a sua feminilidade para se tornar mais aceita no universo masculino.

Consoante a essa oposição binária, podem ser consideradas as seguintes hipóteses de trabalho:

- Ao constituir em seus discursos sentidos de gênero, a Presidente está promovendo rupturas com o modelo patriarcal de identidade feminina, legitimando e redefinindo um novo projeto de resignificação do poder da mulher.

- Nos discursos da Presidente Dilma o empoderamento da mulher brasileira se dá em distintas vertentes. Há nos discursos da Presidente marcas do poder institucional que ocupa bem como do capital social oriundo de sua história como militante política dos «anos de chumbo».

Na empreitada para comprovação das hipóteses de trabalho levantadas, escolhe-se trilhar o caminho metodológico da investigação bibliográfica, bem como da pesquisa documental. O itinerário teórico dos capítulos vale-se das técnicas de revisão da literatura, em que se procura trabalhar com conceitos de autores que se coadunam com o enfoque pretendido no tratamento do tema, em uma visão multidisciplinar, isto é, não fechada no campo da Ciência Política, buscando auxílio na Sociologia e na Filosofia Política.

A pesquisa documental resulta na constituição do “«corpus» de análise, tendo como objeto os discursos proferidos pela Presidente Dilma, nos dois primeiros anos de mandato. Esse recorte temporal deve-se ao fato de serem esses anos o da estreia e da implementação, ou seja, no primeiro ano procura-se atender às promessas de campanha e imprimir um estilo pessoal de governança, com lançamento de projetos e formação de equipes; no segundo, tenta-se consolidar a marca, iniciar a transformação dos projetos em ações e colocar em movimento a complexa dinâmica do Poder. . Para exame dos discursos elegeu-se a concepção teórico-metodológico oriunda da escola francesa de Análise do Discurso⁴ – AD – que encontrou em solo brasileiro acolhida generosa que a fez frutificar, com aplicação em diversas áreas do conhecimento.

Visando atender ao proposto, são estabelecidos cinco capítulos, ordenados em função da trajetória teórica adotada.

⁴ Os termos Análise «de» Discurso e Análise «do» Discurso são utilizados por estudiosos do assunto de forma indistinta. Neste estudo optou-se por usar a terminologia: Análise do Discurso.

O primeiro capítulo traz as bases explicativas do percurso das ideias que fundamentam a distribuição sequencial dos assuntos ao longo da exposição.

O segundo capítulo apresenta a trajetória das mulheres partindo-se da dominação patriarcal, chegando ao espaço público, passando pelas três ondas do movimento feminista, ocupando lugares ainda marcados pelo mote de gênero na política, até que o percurso pessoal e político de uma delas a habilita a ocupar o mais alto cargo da Nação. Como ancoragem bibliográfica buscou-se fundamentação em autores como Saffioti, Castells, Bourdieu, Miguel e Biroli, dentre outros. Para a trajetória pessoal da Presidente elegeu-se como principais fontes o livro *A vida quer é coragem* de autoria de Ricardo Batista Amaral⁵ e as informações constantes no sítio oficial da Presidência da República.

O entrelaçamento de poder, crença e ideologia é o que se procura abordar no terceiro capítulo. Para tal toma-se como pressuposto o fato de que o poder se alicerça na ideologia e esta, por sua vez, movimenta as forças oriundas da crença, possibilitando assim que se instaurem e se mantenham relações de poder. A opção por esse enfoque faz-se necessária para o desenvolvimento da análise do «corpus» selecionado, uma vez que poder/ideologia/crença se entrecruzam nas manifestações discursivas. A questão do poder é vista em seus diferentes matizes, para isto busca-se respaldo em autores distintos como: Maquiavel; Hobbes; Locke; Rousseau; Weber; Gramsci; Foucault; Arendt; Bobbio.

O processo de produção da crença, para usar a expressão cunhada por Bourdieu, mobiliza a energia simbólica de seu criador, detentor de um capital de autoridade que o habilita a usar seu poder de nomeação, transferindo para outros, porções do capital simbólico de que dispõe, merecendo por parte dos consagrados, o reconhecimento de sua legitimidade e a crença no valor do produto. Tais conceitos são discutidos sob a visão bourdieana, especialmente com base nas ideias expressas no livro *A Produção da Crença. Contribuição para uma Economia de Bens Simbólicos*⁶. Quanto à ideologia, como não há uma definição única para tratá-la, são elencadas várias concepções, desde as centradas em disposições genéricas, até sua materialização no processo discursivo, por meio da língua. Os livros *Ideologia. Uma Introdução* de Terry Eagleton⁷ e *Um Mapa da Ideologia* organizado por Slavoj Žižek⁸,

⁵ Por razões apontadas em nota de rodapé de número 45.

⁶ Bourdieu, P. (2008). *A produção da crença. Contribuição para uma economia de bens simbólicos*. (Guilherme João de Freitas Teixeira. Trad.). São Paulo: Zouk.

⁷ Eagleton, T. (1997). *Ideologia. Uma introdução*. (Silvana Vieira & Luís Carlos Borges. Trad.) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo.

⁸ Žižek, S. (org.) (1996). *Um mapa da ideologia*. (Vera Ribeiro. Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto.

acrescidos da contribuição de Louis Althusser⁹, em *Aparelhos Ideológicos do Estado*, fornecem parte dos fundamentos teóricos necessários para o cotejamento das ideias.

O quadro teórico-metodológico usado para se proceder a análise do «corpus», objeto da presente investigação, está especificado no capítulo quarto, e ao explicitá-lo se é, de certa forma impelida a traçar um paralelo com outra concepção de abordagem do discurso: a Análise de Conteúdo, até porque a construção do conhecimento não segue uma trajetória de forma linear, em uma acumulação progressiva de saberes. A história das ciências tem demonstrando a irregularidade dos movimentos que muitas vezes marcam rupturas de paradigmas, com a consequente constituição de outros que descortinam outros saberes e perspectivas, apontando para novas opções teóricas.

A arte de interpretar textos tem atravessado séculos. Desde os textos sagrados, já havia a preocupação de entender, sob diversas formas, como na hermenêutica, por exemplo, o sentido do que era dito. Na teoria da comunicação do século XX, especialmente nos textos do campo político, teóricos como Harold Dwight Lasswell (1902-1978) e Bernard Berelson (1912-1979) abriram caminhos importantes. Lasswell (2007)¹⁰, um dos primeiros a teorizar o processo comunicacional, com a criação do paradigma «Quem? Diz o quê? Por qual canal? Com que efeito? Para quem?» desenvolveu uma maneira eficiente de descrever um ato de comunicação, especialmente para analisar como os políticos influenciavam a massa por meio das mensagens que lhes eram dirigidas. Por sua vez, seu companheiro de investigação, Berelson, se destacou pelos estudos em comunicação e mídia de massa e embora ainda dentro de um modelo cartesiano de pesquisa, foi pioneiro a respeito da Análise de Conteúdo – AC –, definida como “técnica de estudo para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.” (Berelson, 1952, p. 18).

Sua origem remonta às interpretações de textos sagrados ou misteriosos, revelando o desejo inerente ao homem de obter o conhecimento por meio da atitude interpretativa. Distanciando-a da hermenêutica, historicamente, pode-se situá-la, no século XX, no contexto behaviorista americano e no interesse dos governos em desvendar intenções políticas e estratégias contidas em documentos veiculados pela imprensa e pelo rádio. Orientada pelo paradigma positivista, valorizou sobretudo a objetividade e a quantificação, destacando-se pela preocupação com o rigor metodológico.

⁹ Althusser, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: Zizëk, S. (org.) (1996). *Um mapa da ideologia*. (4ª reimpr. Vera Ribeiro. Trad., cap. 5, pp. 105-142). Rio de Janeiro: Contraponto,.

¹⁰ Lasswell, H. D. (2007). The structure and function of communication in society, *Kış-Bahar*, 24, 215-22. Acedido em 13 fev. 2014 em <http://www.dhpescu.org/media/elip/The%20structure%20and%20function%20of.pdf>.

A definição de Berelson (1952) não se difere muito do enunciado de Bardin (2011, p. 44) para quem a AC é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, visando obter “indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.”

O uso de indicadores possibilita garantir o rigor do método, para não correr o risco “de se perder na heterogeneidade de seu objeto” (Rocha & Deusdará, 2005, p. 308), entendendo que assim, na neutralidade do método, seriam obtidos resultados mais precisos e chegar-se-ia à descoberta do verdadeiro significado do discurso.

Bardin (2011, p. 47) observa que o fundamento da especificidade da AC parece residir na articulação entre “*a superfície dos textos*, descrita e analisada [...] e *os fatores que determinaram estas características*, deduzidos logicamente.”, procurando estabelecer “correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas”. Não se trata, pois, de atravessar estruturas semânticas para encontrar significados, mas buscar significados de outras naturezas. Ao trabalhar com o conteúdo do texto, a AC costuma fazer uso do método de dedução frequencial – ocorrência de um determinado signo linguístico – e de categorias temáticas – série de significações, identificadas por indicadores, em função do julgamento do codificador. Em síntese, a AC representa uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias, cujos objetivos, a superação das incertezas e o enriquecimento da leitura, visam realizar o desejo de rigor e a necessidade de ir além das aparências.

A AD, por sua vez, apesar de não compartilhar do mesmo horizonte teórico da AC, tem em seu percurso ligações com esta, especialmente no que se refere às condições de produção, objeto de análise nos trabalhos pioneiros de Berelson (1952). Outro ponto em comum é que ambas têm no discurso seu objeto privilegiado, partilhando ainda a ideia de que a linguagem não é neutra ao refletir e/ou descrever realidades.

Múltiplas práticas teórico-analíticas se abrigam atualmente sob o título AD. Nascidas da preocupação de dialogar com outros campos, além das subáreas da linguística, foram se delineando diferentes abordagens com pontos de conflito e similaridades entre si. Nesse pluralismo teórico podem-se citar pelos menos dois tipos mais comumente empregados: a análise crítica do discurso de orientação anglo-saxônica; e a análise do discurso de linha francesa.

A escolhida para o presente estudo é a vertente francesa, que surge nos anos de 1968-70, marcada pela centralidade da linguística dentre as ciências humanas, como promessa de uma ciência nova, voltada especialmente para a análise do discurso político. A junção com a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise faz dela uma ciência de entremeio e a torna atraente para ler os discursos além da superfície textual, da opacidade semântica das palavras. O discurso como efeito de sentidos entre locutores expressa a ideologia do sujeito enunciator por meio de um conjunto de enunciados que fazem remissão às formações discursivas, que definem o que pode e deve ser dito, de acordo com as condições de produção, condições essas determinadas por situações sociais e históricas, que possibilitam dizer o que é dito e produzir certos efeitos de sentidos e não outros.

Diferentemente, no entanto, da AC que busca conhecer «o que o texto diz», a AD não procura atravessar o texto, «ver por trás dele», por entender que a linguagem não é transparente, não se preocupando com a interpretação conteudista e sim com a materialidade simbólica do texto.

Outra dessemelhança é com respeito ao uso de métodos e técnicas de análise, pois enquanto a AC se utiliza de três grandes etapas: 1) a pré-análise – organização do material –; 2) a exploração do material – codificação dos dados a partir de unidades de registro –; 3) o tratamento dos resultados e interpretação – categorização por semelhanças ou diferenças e posterior reagrupamento – em AD não há propriamente um método. Há uma concepção teórico-metodológica constituída pela intersecção de conhecimentos distintos oriundos da linguística – com o deslocamento da fala para o discurso – da psicanálise – com o descentramento do sujeito – e do materialismo histórico – com a teoria da ideologia –, cabendo ao analista a co-construção dos sentidos produzidos «no» e «pelo» discurso.

Rocha e Deusdará (2005) resumizam as principais aproximações e afastamentos entre AC e AD, como apresentado na Figura 1.

	Análise de Conteúdo	Análise do Discurso
Objetivos da Pesquisa	Captar um saber que está por trás da superfície textual.	Analisar em que perspectiva a relação social de poder no plano discursivo se constrói.
Eu pesquisador	Espião da ordem que se propõe a desvendar a subversão escondida; leitor privilegiado por	Agente participante de uma determinada ordem, contribuindo para a construção

	dispor de “técnicas” seguras de trabalho.	de uma articulação entre linguagem e sociedade.
Concepção de texto	Véu que esconde o significado, a intenção do autor.	Materialidade do discurso.
Concepção de linguagem	Reprodução e disseminação de uma realidade <i>a priori</i> .	Ação no mundo.
Concepção de ciência	Instrumento neutro de verificação de uma determinada realidade.	Espaços de construção de olhares diversos sobre o real.
*Material a ser trabalhado	Materiais textuais escritos (predominantemente)	Corpus de arquivo e empírico.
**Foco do analista	Série de significações detectada no texto por meio de indicadores.	Posição discursiva do sujeito, legitimada pela união do social, da história e da ideologia.

Figura 1: Síntese das aproximações e afastamentos entre AC e AD

Fonte: Rocha & Deusdará (2005, p. 322) com acréscimos *, **¹¹

Dentre as diferenças apontadas na Figura 1, destacam-se não apenas mudanças no aparato teórico-conceitual, como também na postura do observador frente ao objeto da investigação, uma vez que na AC ele dispõe de um instrumental para validar sua técnica, ao passo que na AD lhe cabe a construção de saberes, procedentes da diversidade de olhares proporcionados pela interface disciplinar.

Isto posto, abordam-se no capítulo quarto os trabalhos de Michel Pêcheux, considerado o criador da AD, e os de sua principal divulgadora no Brasil, Eni Orlandi, adotados como fontes referenciais para construção do dispositivo teórico que suporta o exame do «corpus» empírico. Neste mesmo capítulo trabalha-se o conceito polissêmico de discurso político e procura-se sistematizar a complexa tarefa de produzir uma tipologia de discurso, dadas as inúmeras possibilidades de categorização da discursividade política. O dispositivo de análise é outra seção que integra o capítulo quatro e nela são explicitadas a constituição do «corpus» composto de fragmentos discursivos oriundos do exame de 347 discursos, proferidos pela Presidente Dilma entre final de 2010, como candidata oficial e no exercício do poder nos anos 2011 e 2012 e ainda as etapas analíticas a serem seguidas para se fazer a travessia do texto para o discurso.

O capítulo cinco contém a análise propriamente dita. Os fragmentos discursivos, nomeados como «Sequências Discursivas» – SD – são numerados e agrupados, segundo as categorias criadas, tais como: o Lugar do Sujeito, compreendendo as Formações Imaginárias e

¹¹ Acréscimos da autora do presente trabalho.

a Constituição do Sujeito; as Formações Discursivas; as Famílias Parafrásticas, englobando a Família Parafrástica I – Mulher e a Família Parafrástica II – Poder. Tais categorias abrigam grupos distintos, reunidos conforme a visão e a posição do sujeito discursivo e as condições de produção que o impelem consciente ou inconscientemente a constituir-se como sujeito e como tal enunciar-se. Uma das formas escolhidas pelo sujeito discursivo para referir-se a si mesmo como investido de poder institucional é o termo *Presidenta*, com flexão de gênero, incomum na língua portuguesa falada no Brasil e alhures. A não ser quando se referir às sequências discursivas, neste estudo não se faz opção pelo termo flexionado e sim pela grafia corrente na língua, isto é, *Presidente*, sem marca de gênero. São ainda trabalhadas neste capítulo as diferentes vozes do sujeito, em uma tentativa de reconhecer como o empoderamento da mulher é ressignificado nesses discursos e quais são as famílias parafrásticas que a categoria mulher abriga, segundo enuncia o sujeito discursivo.

Seguindo essa trajetória teórico-analítica espera-se que os objetivos sejam alcançados e que este estudo possa ser relevante para compreensão da:

- Socialização internacional do padrão feminista de aceitação no campo político, como espaço de conquista e não de benemerência;
- Política de rompimento dos padrões patriarcais do colonialismo e ao jugo do imperialismo histórico que caracteriza ainda hoje a condição de subalternidade e inferioridade, a desigualdade e a seletividade de funções por gênero e outros preconceitos;
- Ressignificação do poder político da mulher nos campos cultural, político, filosófico e educacional;
- Política de empoderamento da mulher que se reverte na qualidade de vida das famílias tanto quanto nas relações de trabalho mais dignas, além da maior geração de renda familiar.

Para além dos discursos e independentemente do êxito ou do fracasso do governo da primeira mulher presidente, o que se quer destacar é que há um fato inédito no Brasil e que este trabalho procura valer-se da oportunidade do momento e trazer uma modesta contribuição para o campo da Ciência Política, ao adotar um aparato teórico-metodológico, que embora nascido com o discurso político, não tem sido tão comumente explorado nessa área.

Do ponto de vista formal, esta tese emprega as normas técnicas estabelecidas pela American Psychology Association – APA –, adotadas pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, conforme Despacho da Reitoria de número 101/2009.

Capítulo 1 Percurso Teórico

“Face à realidade, o que julgamos saber claramente ofusca o que deveríamos saber.”

Gaston Bachelard

O termo teoria, proveniente do grego «theorein», significava observar, examinar. Era utilizado no teatro, no contexto da observação de uma peça. Em sua evolução histórica passou a receber um sentido mais intelectualizado designando um “conjunto sistemático de opiniões e ideias sobre um determinado tema”¹². É neste sentido de corpo sistemático de ideias que se propõe discutir, no presente capítulo, o percurso teórico da abordagem temática neste estudo. Deve-se ressaltar a necessidade (até mesmo em obediência à definição) de considerar o processo de sistematização das ideias que fundamentam o recorte teórico utilizado a fim de que a discussão apresente uma ordenação coerente, requisito imprescindível a trabalhos acadêmicos de qualquer natureza. Por outro lado, é oportuno destacar que a representação de um objeto agrega percepções singulares do observador que o apreende de maneira única, consoante a sua mundividência, fazendo com que esse objeto se lhe configure de certa maneira, retratando uma dada realidade, não igualmente percebida ou perceptível para outros observadores. No plano científico essa apreensão ainda é mais singularizada uma vez que qualquer enquadramento teórico que se faça é resultante da visão facetada do objeto que nunca é apreendido em sua inteireza ou totalidade e resulta do entendimento e das opções do autor quanto à maneira de abordá-lo, consoante aos seus objetivos e as suas próprias limitações.

A visão apriorística da temática deste estudo não privilegia a questão de gênero, como embate entre poder masculino e poder feminino, por isso não se preocupa em discutir tal questão sob a ótica dos movimentos feministas, tampouco busca na literatura trabalhos que registrem a historicidade da trajetória das mulheres em prol da equidade entre os sexos. Ao esquadrihar os discursos oficiais da Presidente Dilma, intenta-se encontrar a visão que o sujeito discursivo, enunciando de sua posição de Chefe de Estado, possui da mulher, quer seja a respeito de si mesmo ou das componentes desse universo feminino, com base em pressupostos ideológicos ocultos sob a linguagem.

O posicionamento ideológico, visto como um conjunto particular de efeitos «dentro» desses discursos, pode ser prolífico, no sentido de fornecer pistas reveladoras da imagem de si

¹² Houaiss, A. & Vilar, M. de. (2004). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Online. Acedido a 20 de Outubro de 2013 em: <http://houaiss.uol.com.br/>.

e do poder da crença que consciente ou inconscientemente, se deseja infundir. Crença esta proveniente de um capital simbólico, que certamente possui, e originária de atributos pessoais bem como da detenção de um poder institucionalmente a ela atribuído: ser Presidente do Brasil. Tal feito transcende barreiras impostas há séculos e repercute além das fronteiras nacionais, emparelhando-a a figuras de renome no cenário político internacional da atualidade, tais como: Angela Merkel, Christine Lagarde, Hillary Clinton, Sonia Ghandi, dentre outras.

Na cena política nacional há, portanto, uma estreia: a da matriarca na terra do patriarcado. Aparentemente esses termos, matriarcado e patriarcado, são excludentes, ou seja, onde cabe um provavelmente não há lugar para o outro. Isto tem se mostrado verdadeiro em terras brasileiras, desde a colonização lusitana ou até mesmo por causa dela. No entanto, o modelo patriarcal trazido pelos portugueses, especialmente no que se refere à dominação masculina e à visão da mulher, não era exclusividade da cultura lusa. As sociedades ocidentais, em geral, atribuíam importância à autoridade do homem que detinha o poder econômico, o mando político, o controle, a tutela da família e de agregados.

Em uma visão mais abrangente dessa herança histórica de domínio patriarcal, Zippelius (1997) ao apresentar suas quatro teorias¹³ a respeito da formação do Estado, coloca dentre elas a teoria patriarcal, fundamentando-a nas associações de famílias, nas quais os chefes exerciam papel preponderante. Graças ao sentimento de solidariedade e de convivência dessas famílias, e com base em um processo evolutivo, teria ocorrido uma ligação entre as linhagens e em seu interior teria se desenvolvido uma liderança. Tal liderança seria originária de habilidades pessoais de um homem, cujo carisma, em determinado momento, passou a ser transmitido aos seus descendentes, vocacionando uma linhagem, da qual sairiam os reis, para liderança. Assim, ao chefe de um Estado foi atribuído “algo como uma pátria potestas sobre os súditos” (Zippelius, 1997, p. 142), tal como o «pater familia» sobre seus descendentes e esposa.

No Brasil, historicamente, a estrutura econômica remanescente de uma estrutura fundiária, baseada na atividade agrária dos latifúndios, escravocrata, com concentração de terras nas mãos de poucos e dispersão populacional concorreu para que se instaurasse na Colônia a sociedade do tipo patriarcal (Samara, 1998). Essa sociedade, embasada fundamentalmente no núcleo conjugal, delimitava rigidamente o papel a ser desempenhado pela esposa a quem caberia exercitar a docilidade e a submissão ao marido, o gerenciamento do lar, a educação da prole, o zelo pelos filhos e pela família em geral, e, sobretudo, procriar com vistas a garantir o

¹³ São elas: teoria patriarcal, teoria genético-contratual, teoria patrimonial, teorias do poder.

Zippelius, R. (1997). Modelos de formação e modos de justificação do Estado. In: R. Zippelius *Teorias do Estado* (3ª ed, Karin Praefke Aires Coutinho.: Trad., pp. 139-190). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

direito de sucessão patrimonial. Assim, a própria estrutura familiar apresentava uma dicotomia: o mundo dos homens e o mundo das mulheres. Nesse contexto realmente não havia lugar para o exercício do matriarcado, a menos que a mulher se enviuvasse e não houvesse outra figura masculina para assumir o comando da família.

Esse «arranjo familiar» coaduna-se com a lógica defendida na Política, por Aristóteles, que ao descrever a família enunciava: “[...] as mínimas partes possíveis de uma família são senhor e escravo, marido e mulher, pai e filhos” (1999, p.147). Na descrição dessas partes, ao se referir à mulher, preconizava: “[...] o homem é superior e a mulher inferior, o primeiro manda e a segunda obedece” (p.590) e complementava: “Este princípio estende-se a toda a humanidade” (p. 151). A respeito da autoridade a ser exercida na família, garantia o filósofo de Estágira: “o poder, numa família, é monárquico porque em cada casa há uma só autoridade;” (p. 153), além do mais, “O homem é mais talhado para o poder do que a mulher, a menos que as condições sejam completamente anormais” (p. 164). Esses posicionamentos perpassam séculos, moldam a visão e o papel da mulher em quase todas as sociedades ocidentais e de certa forma servem de padrão para definir o comportamento feminino, por bastante tempo.

Com as mudanças advindas da industrialização e da urbanização, novas formas de organização social se fazem necessárias, uma vez que a mulher começa a deixar os limites do lar para ingressar no mercado de trabalho, primeiramente em ocupações ditas «femininas» e aos poucos assumindo funções não atreladas ao gênero. No entanto, o modelo tradicional familiar, de certa forma permanece, com a mulher tomando para si o exercício de uma dupla jornada: o trabalho economicamente produtivo e as tarefas domésticas e familiares. Persiste a dicotomia: dominação/exploração. Esse novo arranjo, contudo, se repercute nas formas de relacionamento entre homem e mulher, esposo e esposa, mãe e filhos, e paulatinamente vão produzindo modificações na configuração da família e conseqüentemente novos horizontes femininos se delineiam, calcados no desejo de se adentrar de vez nesse «maravilhoso mundo novo».

As conquistas de posições no campo masculino vão se sucedendo e com a capacidade eleitoral ativa – eleger – e passiva – ser eleita, o ingresso da mulher no mundo político, reduto exclusivamente masculino, passa a ser um destino natural e necessário e acima de tudo, uma garantia legal. No entanto, chegar à instância política não põe fim às discrepâncias de inclusão: a sub-representação da mulher no legislativo e no executivo não se coaduna como o número do eleitorado feminino, nem tampouco com o nível educacional por elas alcançado, bem superior ao dos homens; por outro lado, ao chegarem ao exercício do poder político, principalmente na

esfera do poder legislativo, contentam-se ou lhes é destinado o exercício da chamada política do zelo ou «Soft Politics». Passam a integrar comissões e a tratar de assuntos voltados para temas que apresentam essencialmente um caráter social, alojadas em nichos temáticos específicos, como educação de crianças e jovens, política do idoso, o que de certa forma vai imprimir um caráter feminino ao exercício do poder: zelar e proteger os mais frágeis. Em outras palavras: transpõe-se para a arena política o papel que desempenham no espaço privado. Para os homens, entretanto, reserva-se a política mais agressiva, a «Hard Politics», e a continuidade no exercício do mandato dos atributos exibidos no mundo masculino: interesses, competição e luta pelo poder, práticas essas reveladores de uma identidade diferenciadora reservada a homens e mulheres singularmente.

Essa mansa aceitação de uma função notadamente marcada pela concepção de gênero acomoda-se ao conceito de «habitus» como sistema de disposições de cultura nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras, tal como o entende Bourdieu (2010), em que as referências identitárias são construídas a partir da coexistência de instâncias produtoras distintas dentro de uma configuração cultural e social, formando esquemas individuais estruturantes e estruturados, orientados para a ação na prática cotidiana.

Dentro desse cenário político restritivo em que mesmo após vencer os entraves partidários para se eleger e exercer uma atividade legislativa marcada pela concepção do papel da mulher, ainda trazendo consigo a herança da formação patriarcal, reforçada pela educação formal recebida, há um fato novo: a chegada da mulher ao cargo mais alto do país. No caso específico da presidente Dilma o que é relevante para o presente estudo, até para se entender por que é possível hipotetizar que essa figura feminina possui legitimidade pessoal e institucional para resignificar o poder da mulher, é a sua história pessoal de militante, presa política, ocupante de cargos públicos originariamente destinados à dominação masculina, braço direito de um Presidente da República e candidata vitoriosa ao cargo presidencial.

Ao chegar ao poder institucionalizado com esse capital simbólico adquirido ao longo de suas trajetórias, a Presidente dele faz uso para gerar a crença coletiva, dotando suas ações de atributos que se valem do prestígio acumulado, da marca, da grife, possibilitando-lhe, assim, criar condições para a alquimia social e as transformações prometidas em discursos de campanhas. Esse capital simbólico faz funcionar os ciclos de consagração, que terão sua legitimidade reconhecida quanto mais forte for a imagem social de seu agente (Bourdieu, 2008).

O poder simbólico é exercido entre aqueles que o detêm e os que estão a ele subordinados “e na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença”

(Bourdieu, 1989, p. 14). Tal poder respaldado na crença confere veracidade e legitimidade às palavras proferidas pelo sujeito, até porque sob elas se ocultam formações ideológicas de vários matizes, pois como bem lembra Althusser (1996) a ideologia não possui uma história própria; perpassa a história. Assim, a ideologia ao refletir os valores e crenças compartilhados pelos membros de uma sociedade reveste-os de veracidade e os torna facilmente aceitáveis, especialmente quando reproduzidos por um agente consagrado e reforçados pelas várias instâncias que compõem os aparelhos ideológicos althusserianos.

O Poder, objeto central da Ciência Política, no que diz respeito às esferas pessoal, institucionalizada e difusa, encontra ressonância na figura da Presidente, seja por seu passado de ativismo, seja pela função que ocupa ou pelo que sua condição feminina congrega. O fato é que esses atributos lhe garantem um capital político valioso. E no exercício da política, o discurso é objeto privilegiado, pois é “produzido dentro da cena política” (Giménez, 1980, p. 127), para ser enunciado no espaço público.

Deve-se considerar que esse tipo de discurso provém de um agente que não intenta conscientemente revelar sua fragilidade individual; o objeto da revelação do discurso é o caráter específico da ação e do modo de ver o mundo do sujeito enunciatador. O discurso político é por excelência o discurso do sujeito e possui um «locus» específico de enunciação: o sujeito fala de uma posição determinada que lhe confere legitimidade e poder. Assim, nesse tipo de discurso, o poder é explicitado, ao contrário do que acontece em outros tipos em que o sujeito discursivo mantém certa opacidade quanto a sua posição. O sentido do que diz é decorrente das condições de produção - contexto sócio-político-ideológico, das várias formações ideológicas - «habitus», crenças e valores – e discursivas – componentes interligados. Esses aspectos determinam o que o sujeito pode dizer e o que diz (Pêcheux, 1990), fazendo com que um enunciado adquira efeitos enunciativos distintos. O sujeito discursivo não é, pois, senhor absoluto do que diz, o que ele enuncia resulta da interiorização de conjuntos discursivos – formações discursivas – que foram por outros ou por ele mesmo enunciados, mas ao mesmo tempo ele não é totalmente assujeitado. Ao trabalhar a linguagem, por vezes, o sujeito pode se constituir, assumindo diferentes posições enunciativas e ideológicas (Brandão, 2003).

“A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (Althusser, 1996, p. 131) e por meio do discurso, esse sujeito se dá a conhecer. Em uma tentativa de chegar até ele, a Análise do Discurso, “compreendida entre o real da língua e o real da história [...] não pode ceder nem para um, nem para o outro sem cair imediatamente na pior das complacências narcísicas”, como afirma Pêcheux no prefácio à obra de Courtine (2009, p.26). É preciso então, aconselha

Pêcheux, “começar a quebrar os espelhos” (p.26), para que o analista do discurso perceba a relação entre ideologia e língua e procure entender que ele, analista, pode estar preso em um jogo de espelhos, interpelado por sua própria ideologia que, por consequência, o impeça de encontrar o real tanto da história como da língua.

Na Análise do Discurso a palavra traz consigo memória, a memória discursiva, e se deixa afetar pelo contexto social, histórico e ideológico, “as palavras, expressões, recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem” (Pêcheux, 1997a, p. 263). Assim, ao se observar a linguagem a partir dessa concepção, deve-se atentar para o fato que as palavras podem significar muitas coisas diferentes, por isso é preciso perscrutá-las em seus sentidos, tanto nos que são ditos como nos que se ocultam.

Se discurso é “efeito de sentidos entre interlocutores” (Orlandi, 2001, p. 21), no estudo em pauta, a relação sujeito enunciador - Presidente Dilma - e o outro - a mulher - deve ser considerada, assim como o emprego da palavra «empoderamento» para se referir às ações de consagração da mulher como investida do poder que esse agente intenta atribuir. O termo tem sido empregado exaustivamente em várias áreas do conhecimento, ou em outras formações discursivas, no entanto, não é um neologismo. Origina-se de «empowerment», derivado de «empower», e no século XVII, já aparecia registrada no dicionário Oxford¹⁴, com o sentido de «authorize»; «license»; «give power to; make able»¹⁵. Em outro dicionário, o Cambridge Online,¹⁶ ela está definida como: “to give someone official authority or the freedom to do something”¹⁷. Em português, o seu equivalente «empoderamento» consta no dicionário Houaiss como: “ato, processo ou efeito de dar poder a alguém ou a um grupo, ou de alguém ou um grupo tomá-lo”; “conquista pessoal da liberdade pelos que vivem em posição de dependência econômica ou física ou de outra natureza”; “tomada de consciência dos direitos sociais desenvolvida pelos indivíduos ao poderem participar dos espaços de decisão”, remetendo sua origem ao inglês «empowerment».¹⁸

Enquanto no inglês o termo é aceito sem embargos, já acomodado à cultura linguística, em português há certa resistência ao seu emprego, oscilando seu uso entre a forma inglesa e a forma aportuguesada. Por outro lado, nota-se, pelas definições dicionarizadas, que em

¹⁴ Abate, F. (1996) *The Oxford Dictionary and Thesaurus American edition*. New York, Oxford: Oxford University Press Inc. com sentido de “authorize”; “license”; “give power to; make able”.

¹⁵ No sentido de: autorizar; permitir; dar poder a alguém; tornar possível.

¹⁶ Cambridge Dictionaries Online. Acedido a 21 de Outubro de 2013 em <http://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/american-english/>.

¹⁷ No sentido de: dar a alguém autoridade legal ou liberdade para fazer alguma coisa.

¹⁸ Houaiss, A. & Vilar, M. de (2004). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Online. Acedido a 21 de Outubro de 2013 em <http://houaiss.uol.com.br>.

português o termo, em sua segunda acepção, assume uma dimensão mais libertadora, sentido esse que pode ser explicado, conforme comumente se costuma fazer, ao fato de Paulo Freire, eminente educador brasileiro, ter criado para ele um significado especial no âmbito da Filosofia e da educação transformadora.

No contexto do feminismo, o termo assume conotações próprias, surgidas da práxis para a teoria, especialmente graças aos trabalhos de ativistas femininas e movimentos de base, na década de 80, em vários países (Aithal, 1999). A partir dessas práticas chega aos debates acadêmicos e é apropriado pelos discursos desenvolvimentistas e de gênero. Vai, então, adquirindo um sentido bastante amplo para comportar interesses múltiplos e perspectivas políticas divergentes.

A noção feminista de empoderamento entende as mulheres como agentes e não beneficiárias na questão do poder, capazes de criar novas possibilidades de ação sem dominação, entendimento de que há uma força em cada indivíduo que o habilita a agir com autonomia, aceitação e respeito próprios, bem como reconhecimento de que as ações em grupo podem ser mais efetivas. Mais do que um atributo, o empoderamento constitui-se um processo pelo qual se obtém poder, resultante de processos políticos emancipatórios.

Do ponto de vista conceptual, o termo pode ser explicado, como o faz Aithal (1999), sob os aspectos cognitivo, psicológico, econômico e político. Cognitivamente, refere-se à habilidade da mulher de entender, nos níveis micro e macro da sociedade, a condição de subordinação e de se opor a ela, tomando decisões que vão de encontro às práticas culturais estabelecidas. No aspecto psicológico alude-se à criação de situações em que possa desenvolver ou melhorar sentimentos de autoestima, aspecto esse que se liga ao econômico, pois a dependência financeira dificilmente se coaduna com um bem sucedido sentimento de autoaceitação. O aspecto político envolve a capacidade de analisar uma situação em um contexto político e social, incluindo-se aí a habilidade de organização em prol de mudanças sociais. Em todas essas acepções está implícita a questão do poder.

No decorrer da história é extensa a plêiade de filósofos e estudiosos da Ciência Política que têm tratado do Poder. Cada uma das visões por eles apresentadas reflete o «zeitgeist», ou seja, reveste-se – ou é influenciada – do clima intelectual, político e cultural do mundo de sua época. Desde clássicos como Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau até autores mais recentes como Weber, Gramsci, Foucault, Arendt, Bobbio, todos procuram conceituar o Poder consoante às concepções que possuem a respeito da relação de forças existentes em seu interior

e à maneira de exercê-lo, quer seja no domínio do poder formal do Estado, do poder político, do poder resultante das hierarquias funcionais ou dos relacionamentos pessoais.

Em sua vertente política, o poder, “não é uma coisa, é uma relação”, como afirma Adriano Moreira (2012, p.109), uma vez que um poder sempre influencia e condiciona outro, ao mesmo tempo que pode também congregá-los, e desta forma, “não há Poder senão na medida que outros são dominados ou influenciados”, servindo-se para isto, de todos os recursos de natureza material ou imaterial de que se dispõe.

Quando se fala em resignificação do poder da mulher no âmbito deste estudo, compreende-se o poder como manifestação múltipla, diluída em todas as esferas sociais, como nas instituições do Estado, da família, da escola, apresentando uma extensa gama de formas de se manifestar.

Como proposto por Foucault (2001), o Poder como tal não existe, o que existe são relações de poder, que se diferenciam, estão em constante transformação e perpassam toda estrutura social. Assim, na concepção foucaultiana, o Poder não se restringe à esfera política, envolve outras esferas e em cada uma delas se estabelece uma relação de forças, travada por seus agentes que podem assumir posições distintas, com relações de poder diferenciadas.

Essas relações de poder podem ter movimentos descendentes e ascendentes, isto é, deslocarem-se do macro – poder institucional – ao micro – os diversos papéis femininos – e vice-versa, mas como alerta Foucault (2001, p. 1429):

“é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos”.

Como se produz tal deslocamento de poder nas posições enunciadas pelo sujeito discursivo quanto à capacidade que possui - ou julga possuir - de conferir valor à condição feminina, desafiando as tradições das relações patriarcais, em especial no tocante à dominação masculina na manutenção de seus privilégios de gênero? A resposta a esta questão é uma das vertentes a ser exploradas na análise do «corpus» escolhido como objeto de investigação desta tese, cujo percurso teórico das ideias basilares procurou-se sintetizar no presente capítulo.

Capítulo 2 Estreia do Matriarcado em Terras de Oligarcas Patriarcais: a Trajetória Política da Mulher no Brasil

“Quando a mulher assume alguma posição de autoridade, ela é vista como estando um pouco fora de seu papel. Mas isso era até agora. Daqui pra frente as meninas podem querer ser presidentas e vai ser visto como uma coisa normal. Quando você quebra um paradigma a primeira reação é de estranheza, depois as pessoas acostumam” (Dilma, 2011a,[sp].).

O presente capítulo tem por objetivo explicitar as bases teóricas a respeito da trajetória das mulheres desde o confinamento dos lares até a ocupação do mais alto cargo político-gerecinal do país, apresentando ainda a biografia e o percurso político da primeira mulher Presidente da República Federativa do Brasil, uma vez que ao detalhar fatos da vida e do itinerário político trilhado pretende-se conhecer quem é essa pessoa que a revista *Forbes*¹⁹ classifica, em uma lista de cem, como a segunda mulher mais poderosa do mundo e sobre a qual recaem as esperanças e os anseios da população brasileira, revelados nos altos índices de aprovação de seu governo²⁰. Para isto serão empregados recursos da pesquisa bibliográfica e documental.

2.1 A Mulher sob Domínio do Patriarcado

A história das mulheres é relativamente recente. Confinadas ao lar, restritas às funções familiares, as mulheres não tinham história ou pelo menos não eram merecedoras de uma história, pois os acontecimentos dignos de notas ocorriam no espaço público no qual não tinham vez ou voz.

Na segunda metade do século XX, o conceito de gênero, passa a ser empregado independentemente de sexo, para caracterizar as relações entre homens e mulheres, proliferando, então, os estudos acerca das inter-relações entre os sexos.

¹⁹ A revista americana *Forbes* (2013) elegeu a presidente Dilma Rousseff como a segunda mulher mais poderosa do mundo, atrás apenas da chanceler alemã, Angela Merkel. Dilma Rousseff é a segunda mulher mais poderosa do mundo. *Uol notícias*. Acedido a 23 de Maio de 2013 em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2013/05/22/>.

²⁰ De acordo com Pesquisas IBOPE/CNI em Dezembro de 2012 a Presidente ostentava 62% de aprovação; em Março de 2013: 79% . Popularidade de Dilma alcança novo recorde... (2013). *Último Segundo Política*. Acedido em 20 de Dezembro de 2013 em <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-19/popularidade-de-dilma-bate-novo-recorde-e-sobe-para-79-diz-ibope.html>

A imagem do feminino, no percurso da história, comporta diferentes visões. Às vezes as mulheres são relatadas – sempre por homens – como seres frágeis, amorosos e admiráveis ou como pessoas fortes, maldosas, pecadoras, perigosas. Aliás, essa segunda visão já vem da própria história da criação, com a primeira mulher, Eva, como culpada pela expulsão do casal do paraíso. Essa duplicidade de olhares configurou as imagens ambíguas sobre a mulher: a pura, a virtuosa, a exemplo de Maria, a virgem mãe de Jesus e a de Eva, a pecadora e dissimulada.

Essa visão dúbia pode ser encontrada igualmente nas medievais cantigas de amor e de amigo. O culto incentivador da mulher à perfeição transparece nas idealizações das cantigas de amor que “tendem para um retrato virginal e mariano da mulher” (Araújo & Fonseca, 2012, p. 39), enquanto a imagem de Eva é representada nas cantigas de amigo, de forma carnal e “sensorializada [...], corpo sinonimizado ao vício.” (Araújo & Fonseca, 2012, p. 39),

Na cultura cristã, a Igreja, com o culto à Virgem Maria, impôs às mulheres um modelo que deveria ser seguido por todas, ao mesmo tempo em que demonizava a figura pecadora e diabólica de Eva, ou seja, valorizava-se o recato, a prudência, a castidade femininas e tornava indesejável o papel da mulher sedutora, libertina, devassa. Essa duplicidade de imagem do feminino convive no Ocidente até por volta do século XVIII, quando a mulher passa a ser reconhecida como a “guardiã da infância”, aquela capaz de desempenhar um papel condizente às funções que lhe foram atribuídas pelo Criador, isto é, ser boa mãe e esposa (Vasconcelos, 2005). E assim, a História seguiu seu curso, fazendo distinção ainda entre as guardiãs da infância e aquelas que não eram capazes de desempenhar bem essa função, que aos olhos da sociedade e da religião, constituíam outra classe de mulher, não moralmente capaz de fazer parte das famílias ditas “normais” e “respeitáveis”.

A família não é algo natural ou dado, mas produto de formas históricas de organização entre as pessoas. As necessidades reprodutivas da espécie e a premência material da sobrevivência impeliram os humanos a se agregar e a estabelecer arranjos sociais que lhes permitissem relacionar de forma simbiótica e salvaguardadora. Uma dessas formas foi a centralização da família na figura masculina - o chamado patriarcado.

A História registra, entretanto, que as organizações humanas nem sempre se estruturaram em volta da figura masculina. Sobre as primeiras sociedades humanas há, segundo Narvaz e Koller (2006), estudos antropológicos que indicam que elas se caracterizavam por serem tribais, nômades, coletivistas e matrilineares. Essas sociedades primitivas se organizavam em torno da figura da mãe, tendo como base a descendência feminina. Não havia

separação rígida entre os papéis sociais masculino e feminino e o relacionamento sexual entre ambos não exigia a monogamia.

Mais tarde, ao se fixar a um determinado espaço geográfico, passar a cultivar a terra, não mais sobreviver à base de caça e assim constituir uma propriedade, a relação homem-mulher passa a ser monogâmica como forma de garantir o direito legítimo à herança, com a distinção dos papéis: o homem proveria o sustento da família, cabendo-lhe ainda garantir-lhe segurança, e a mulher seria responsável pelos cuidados das crianças e pelos afazeres domésticos.

Na sociedade romana, o homem, como categoria social, detém a autoridade soberana sobre os filhos, a mulher, os escravos e agregados. À mulher cabe apenas o papel de coadjuvante. Esse direito do homem ultrapassa até mesmo a autoridade do Estado. Dessa forma, as relações no patriarcado se organizam em torno de dois princípios: as mulheres devem obediência aos homens; os jovens subordinam-se aos homens mais velhos: pais; irmãos; ou cunhados.

Na Grécia Clássica as mulheres em geral eram despossuídas de direitos e submetidas socialmente, no entanto, é possível encontrar diferenças entre a condição da mulher ateniense e a espartana (Tôrres, 2001). A ateniense tinha sua educação dirigida para o aprendizado do papel que deveria desempenhar como esposa e mãe dos cidadãos e como tal passava a maior parte do tempo reclusa ao lar. As virtudes da obediência e discrição deveriam ser cultivadas. Já em Esparta, a mulher está mais próxima das necessidades políticas da *pólis*; pratica exercícios juntamente com os homens e circula livremente pela cidade-estado (Silva, 2005). Tem como dever procriar cidadãos vigorosos e lhe é facultado exercer o comércio. As nascidas na aristocracia possuem o direito de herança, o que, segundo Aristóteles, provoca a “[...] desigualdade em relação à propriedade [...]”. “Algo como dois quintos de toda a terra concentram-se nas mãos das mulheres.” (1999, Política, Livro II, p.196). Se enviuvassem levariam consigo o direito sobre o lote de terras, o que, de certa forma, lhes garantiria exercer determinada influência sobre o marido. Quanto à liberdade concedida às espartanas, Aristóteles observa: “[Em Esparta] a intenção do legislador, de tornar firme o caráter dos cidadãos, foi vitoriosa em relação aos homens, mas fracassou no que diz respeito às mulheres. Porque em Esparta elas vivem sem restrições, desfrutando a permissividade e entregando-se à luxúria” (1999, Política, Livro II, p. 195).

A mulher platônica, retratada no Livro V da obra *A República*, não corresponde à condição feminina de procriadora e doméstica vigente na sociedade greco-romana. Na cidade

perfeita desenhada por Platão há igualdade entre os sexos, por meio da «masculinização» da mulher, uma vez que todos os guardiões deveriam ser masculinos pelo bem da *pólis*, «da cidade justa». Pelo fato de haver muitas perdas de homens nas constantes guerras, parece natural que Platão se preocupasse em dividir com as mulheres o dever de zelar pelo funcionamento da cidade-estado. Assim, em uma educação igualitária “[...] os nossos guardiões e as suas mulheres devem desempenhar as mesmas funções.” (Platão, 2005, Rep. VI 449, p. 28), visto que para Platão não existia nenhuma diferença quanto às aptidões técnicas entre os dois sexos, embora ressaltando, pela negativa que “em todas elas a mulher seja mais débil do que o homem” (Lv. VI, [455e]).

Ressalte-se, entretanto, que essa educação sem discriminação de sexo, não se estende à totalidade das mulheres; ela se refere à elite dos cidadãos, à classe dos guardiões. Tais mulheres seriam escolhidas entre as que “[...] fossem dotadas de natureza própria à guarda e, depois de cultivadas as suas qualidades naturais pela música e ginástica serão dadas como companheiras aos guardiões e chefes [...]” (457b, p. 28). Nessa sociedade perfeita as mulheres dos guerreiros devem ser todas coletivas, gerando conseqüentemente uma socialização do amor e do afeto, enquanto os filhos serão comuns, sem ligação com seus pais e mães biológicos. A educação das crianças e jovens seria totalmente pública e o Estado teria total controle sobre ela.

No caráter progressista da educação ideal platônica pode-se apontar um viés de dominação, pois ao colocar as mulheres como propriedade comum dos guardiões, e até mesmo ao propor a melhoria da condição social e política da mulher, percebe-se a finalidade de alcançar a cidade perfeita. No entanto, há de se louvar o grande mérito do filósofo ateniense ao incorporar em seu pensamento político, questões relativas às mulheres, em uma época que se tinha como certo que a alma teria uma natureza masculina e seria «depreciada» em um corpo feminino.

Para além da igualdade dos sexos imaginada por Platão, o patriarcado continuou vigorando nas sociedades, assentando suas bases na crença no princípio da autoridade legítima do chefe sobre o grupo familiar, membros da casa e serviçais, em virtude do status que lhe é conferido por herança ou atribuição. Essa autoridade, essencialmente masculina, se mantém graças à dominação, assegurada pela tradição, transformando a palavra e a vontade do senhor, sejam provenientes de seu livre arbítrio ou do valor da tradição, em lei a ser obedecida por aqueles que estão sob seu poder. A solidariedade e a coesão do grupo familiar em cumprir e fazer cumprir o que a figura patriarcal ordena tornam possível seu status quo e garantem a reprodução desse modelo, transformando-o em costume.

No campo dos estudos feministas, não se encontra consenso a respeito das teorias sobre o patriarcado. Castro e Lavinhas (1992) observam que “o conceito de patriarcado, tomado de Weber, tem delimitações históricas claras” (p. 237), e remete à descrição de uma forma de dominação ancorada na tradição, “na qual o senhor é a lei e cujo domínio refere-se a formas sociais simples” (Narvaz & Koller, 2006, p. 50). Nesse sentido não se poderia falar em sociedade patriarcal nas sociedades modernas. Por outro lado, é igualmente impossível abordar o patriarcado como um fenômeno mundial homogêneo. Assim como as relações de gênero, ele se configura de acordo com a dinâmica social que torna possível sua manifestação.

O patriarcado moderno, embora com diferente configuração, manteve inalteradas as premissas que o constituíram. O modelo da autoridade paterna vigente na Idade Média e até por volta de do século XVII parece ter servido de base para as demais relações de poder. O declínio desse modelo, no final do século XVII articula-se à nova ideia de que o direito de pai sobre as mulheres na sociedade civil transferiu-se para o direito natural do esposo sobre a esposa, instituindo-se assim um patriarcado moderno (Narvaz & Koller, 2006).

No entender de Castells (2002), as sociedades contemporâneas se assentam sobre a estrutura patriarcal e é essa cultura patriarcal que dá guarida às formas de violência e dominação masculinas que marcam boa parte dos relacionamentos interpessoais.

O uso do conceito de patriarcado é também defendido por Saffioti (2004), uma vez que para essa autora, ele representa uma relação civil, não privada que está presente como um tipo de relação hierárquica em todos os espaços sociais. Essa estrutura de poder ancora-se na ideologia e se sustenta em várias formas de violência, contaminando o Estado e a sociedade. Para Saffioti (2004) três grandes eixos perpassam a estrutura social: o patriarcado, o racismo e o capitalismo. A referida autora observa ainda que não vê diferenciação entre dominação patriarcal e exploração capitalista e que a estrutura de poder do patriarcado é absorvida pela religião e pela cultura.

No Brasil a colonização portuguesa trouxe consigo a visão patriarcal da mulher tal como predominava nas sociedades ocidentais: esposa/mãe/dona de casa/assexuada. Aquelas que não correspondiam a esse estereótipo eram vistas com desprezo, tidas como dissolutas pecadoras e perigosas e conseqüentemente deixadas à margem da sociedade.

A imagem da «boa mulher» estava relacionada ao confinamento nos limites da família, no cuidado com a educação das crianças, na subserviência ao marido e no gerenciamento do lar. O papel de senhor absoluto com total império da família cabia ao homem que em troca oferecia proteção à mulher e a sua prole. O direito à educação era reservado aos homens, pois

à mulher cabia preparar-se nas prendas domésticas à espera do casamento. Esse papel subalterno atribuído à mulher alicerçava-se ainda nos dogmas estabelecidos pela Igreja que o ratificavam como padrões de conduta social, desejáveis em toda sociedade.

A respeito desses diferentes papéis, Durham (1982, p. 38) comenta:

“Talvez a própria rigidez da divisão sexual do trabalho associada à dominação masculina tenha permitido a emergência dessas duas formas como modos alternativos de organização familiar. É característica dessa divisão sexual do trabalho, a atribuição da responsabilidade pela casa e pelas crianças exclusivamente à mãe: nesse sentido, ela favorece a constituição de uma área de atuação feminina relativamente autônoma, que tanto pode contrabalançar o poder paterno como ser integralmente esmagada por ele”.

Desta forma, grande parte da prática familiar gira em torno do vínculo conjugal e na ausência deste não há possibilidade de legitimação e de aceitação de outros de arranjos familiares, pelo menos nas famílias tradicionais.

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, ensejou mudanças no campo econômico, urbanístico, social, político, cultural, trazendo também novas perspectivas para a situação da mulher e provocando reflexos não apenas nos núcleos urbanos, mas atingindo também o modo de vida do patriarcado rural, que ao se transferir da «casa-grande» para os «sobrados», começou a perder o esplendor dos tempos coloniais. Nos engenhos de cana, a figura central da mãe funcionava como garantia da integração social da «casa-grande»²¹,

“com seus conhecimentos de coisas de cozinha e de higiene da casa, com seus modos europeus e cristãos de tratar de menino e de gente doente, pode-se afirmar que aí a civilização europeia aprofundou-se mais e fixou-se melhor. As iaiás foram sempre as estabilizadoras de civilização europeia no Brasil. (Freyre, 2003, p. 2)

Ao habitar os «sobrados» das cidades, esse poder condensado em uma só figura vai se diluindo, pois a diversidade das tarefas requer ofícios especializados, surgindo então a necessidade de uma gente senhoril mais apta tecnicamente como carpinteiros, marceneiros, cocheiros, e uma gama variada de servidores capaz de atender às novas demandas dos «sobrados». Essa descentralização do papel feminino, no entanto, não significou a libertação

²¹ A casa-grande era a casa de morada, vivenda ou residência do senhorio nas propriedades rurais do Brasil colônia a partir do século XVI. Tudo no engenho girava em torno da casa-grande, sendo ela uma espécie de centro de organização social, política e econômica local.

da mulher dos limites da casa para a rua, pois o vigorava ainda a decisão do patriarca de não permitir que as mulheres da família se entregassem às novidades da rua (Freyre, 2003).

As leis e costumes trazidos da Corte influenciaram diretamente no modo de vida e no comportamento da elite rural brasileira. Era preciso se aristocratizar, deixar para trás a natureza rude dos costumes da «casa-grande» e se «europeizar». As portas dos «sobrados» começam a se abrir para receber o padre, o médico, as modistas, os professores de etiqueta, de música, de francês, os comerciantes de joias e de adereços. E a mulher que nos engenhos quase nunca aparecia aos estranhos, passa a fazer «as honras da casa» como anfitriã, começa a se tornar «visível».

A convivência com os clérigos influenciou na permissão do «pater família» para que as mulheres frequentassem as missas e as celebrações religiosas, e, por extensão, se dedicassem às obras assistenciais, desde que acompanhadas por uma figura feminina mais velha. Os médicos passam a recomendar os passeios ao ar livre como prática saudável. Multiplicam-se os estabelecimentos comerciais, dentre os quais se destacam as confeitarias, ponto de encontros da elite. O desejo ou a posse de um título de nobreza ou a convivência mais próxima aos «poderosos», por parte do patriarca, ou até mesmo a intenção de se conseguir bons pretendentes para as filhas, facultam a frequência a bailes e saraus e, todos esses fatores contribuem, paulatinamente, para a mulher «ganhar a rua». Assim, com mais opções de comércio e de lazer, mais possibilidade de exercer práticas sociais, a mulher amplia seu ambiente de circulação e ao chegar ao espaço público toma conhecimento e interesse pelo desempenho de papéis até então desconhecidos para ela.

Arendt (2008. p. 68) chama atenção para o significado do termo «privado» que provém em sua acepção original de «privação» e explica que viver em privação ou em uma vida privada é “ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana”. Significa ser invisível e o que se quer que se faça nessa esfera privativa permanece sem importância aos olhos dos outros e igualmente o que parece importante para si, destitui-se de interesse alheio. Essa invisibilidade justifica a não expressão de pensamentos que fossem contrários à opinião do chefe da família, pai, irmão ou esposo e o esforço que deveria fazer para que com seu recato nas ações e pensamentos honrasse o sobrenome que portava. Carregava assim o estigma da fragilidade, da pouca inteligência que contribuíram para consolidar estereótipos ao longo da história, reproduzidos para a manutenção do patriarcado e responsáveis por delimitar o papel da mulher na sociedade.

Essa visão da mulher fragilizada, especialmente no período colonial e no Império, correspondia às classes mais abastadas, pois nas classes baixas, nas camadas populares, a mulher era corresponsável pelo sustento da família e como tal deixava muitas vezes o espaço privado para «ganhar a vida».

Por outro lado, no século XIX, o processo de industrialização e urbanização, presente na Europa, favoreceu o aparecimento de ideias civilizadoras que viam na religião e na educação formas de instaurar e garantir comportamentos coletivos e individuais, socialmente aceitáveis, o que em última análise favoreceria o exercício do poder patriarcal.

Começaram a surgir escolas religiosas para moças, dirigidas por missionárias americanas e europeias, que tinham como objetivo preparar a mulher para sua função de educadora tanto de seus próprios filhos como das demais crianças. De forma lenta essa educação feminina abriu a possibilidade de profissionalização da mulher, marcando o início de sua trajetória no espaço público, ainda dominado pelo homem.

De modo geral, as professoras reproduziam no exercício do magistério a visão patriarcal ainda dominante, mas aos poucos foram surgindo resistência à perpetuação do modelo e como a profissionalização já lhes garantia formas de subsistência, muitas dessas mulheres começam a questionar a ordem social vigente e seu papel de subordinação à dominação masculina.

Apesar desses primeiros sopros de libertação, a estrutura patriarcal se mantinha firme, ao mesmo tempo em que as metamorfoses trazidas pelo progresso do século XIX obrigavam as famílias a conviver com inovações de toda ordem que geravam tensões e conflitos, especialmente no que se refere à emancipação feminina contra a qual havia forte resistência.

As conquistas obtidas pelas mulheres, como o fato de poderem sair à rua para trabalhar, na verdade desempenhar funções profissionais condizentes à situação feminina, não trouxe equiparação de direitos, nem mesmo no aspecto civil, como por exemplo, o não direito ao voto que só seria obtido no século XX, em 1932.

As transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas vividas no século XX influenciaram no modo de vida e na demografia das sociedades, motivando o fluxo de pessoas de uma sociedade agrária e rural para urbana, em busca de novos postos de trabalho, de estudo, de melhores condições de vida, favorecendo a adoção de novos padrões de comportamento e que, conseqüentemente, se refletiram sobre as questões de gênero e de sexualidade.

Essas mudanças concorreram para alterar o modelo das relações patriarcais, uma vez que começou a se desenhar uma nova configuração familiar e conjugal, com as mulheres

conquistando uma crescente autonomia, inclusive do ponto de vista da sexualidade, não mais tão atrelada à ideia de reprodução, com mais facilidade de acesso à educação, tendo direitos reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas que, segundo Therborn (2006, p. 430), “assinalou importante vitória global e constitucional contra o patriarcado”. E a derrocada do patriarcado continuou nos anos pós 1968, marcados por “uma onda mundial contra os poderes e privilégios de pais e maridos, com as primeiras rupturas vindas da Europa ocidental e da América do Norte, mas sem deixar nenhuma parte do planeta intocada” (Therborn, 2006, p. 430).

Não se pode ser ingênuo, contudo, ao considerar que todas essas mudanças extirparam de vez a estrutura patriarcal. Atualmente existem, sim, sociedades pós-patriarcais, mas ainda há muitas outras em que esse modelo ou segmentos dele permanecem em vigor e não dão mostras de que serão alterados tão facilmente. Deve-se entender, ainda, que esse movimento não é homogêneo, nem linear, em uma mesma sociedade ou em sociedades específicas. Há muitos aspectos, como por exemplo, religião, tradição, nível educacional, que concorrem para sua configuração e/ou manutenção.

Na sociedade brasileira, as mulheres obtiveram muitas conquistas no espaço público, praticamente não há restrições para ocupação de cargos e funções e na educação superior, nos níveis de graduação e pós-graduação, são superiores em números aos homens. No entanto, no espaço privado não é regra geral o compartilhamento das atribuições de tarefas domésticas e familiares com seus companheiros masculinos. Nesse aspecto, talvez possa se vislumbrar mudanças, graças à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 72, com referência ao trabalhador doméstico que passa a ter direitos iguais aos demais trabalhadores e cujos encargos sociais irão onerar o orçamento familiar, fazendo com que muitas famílias, a exemplo do que acontece nos países desenvolvidos, não possam se dar ao luxo de ter um empregado doméstico que auxilie a mulher, dona de casa, em seus afazeres. Isto, certamente, marcará uma nova postura dos membros na condução e gerenciamento do lar e consequentemente redefinirá os papéis masculino e feminino no espaço privado.

O conceito de patriarcado, na sociedade contemporânea, vem sendo substituído por uma formulação mais sofisticada: «hegemonia masculina». O sentido de «hegemonia» nessa formulação remete à obra de Gramsci (2006, p. 21), significando a persuasão e a criação do:

“consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança)

obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção”.

Esse consenso naturaliza a luta pelo poder e pela manutenção da posição preponderante conquistada. Se há consenso na adoção do significado de hegemonia, o mesmo não acontece quanto ao de «masculinidade», levando os estudiosos do assunto, dentre os quais se pode citar o pesquisador australiano Robert Connell (2005), ao falar em «masculinidades», no plural, uma vez que dentre elas haveria uma que se apresentaria de forma hegemônica por encontrar correspondência com o ideal de masculinidade prevalente em dada cultura, enquanto outras formas de masculinidade se colocariam como subalternas ou marginais em relação àquela hegemônica.

Entre as décadas de 1970 e 1980 estudos feministas abordavam reflexões e temas relacionados à identidade masculina, mas é nos anos 90 que surgem publicações que abarcam o dinamismo do masculino. Uma dessas obras, *Dominação Masculina* de Pierre Bourdieu, procura se distanciar das referências feministas, entendendo como compartilhados pelos dominantes e dominados a «aceitação» do privilégio da posição masculina nas relações de gênero, especialmente no campo das forças simbólicas. Para Bourdieu (2010, p. 18) “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se anunciar em discursos que visem a legitimá-la”. Dessa forma, nas trocas simbólicas que se realizam nas relações de gênero, a mulher passa a ser objeto de troca, determinado pelo interesse dos homens, reproduzindo deles o capital simbólico e a dominação, dominação esta que as próprias mulheres depreciam na ordem social.

Essa submissão «voluntária» à dominação simbólica se exerce “não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos «habitus» e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles das vontades” (Bourdieu, 2010, pp. 49-50).

Assim, na transição do patriarcado tradicional para a dominação masculina simbólica, vai sendo tecido o enredo principal da História que comporta mudanças e reajustes a novas condições das sociedades humanas.

2.2 Gênero e Movimento Feminista no Brasil

Na língua portuguesa o termo gênero apresenta dificuldades de significação por ser definido como um “conceito geral que engloba todas as propriedades comuns que caracterizam

um dado grupo ou classe de seres ou de objetos” (Houaiss & Vilar, 2004). Nesse sentido abrange simultaneamente várias categorias, diferentemente da definição da palavra na língua inglesa que remete diretamente à condição física e/ou social do masculino ou feminino²². Desse modo, o substantivo masculino pátrio, ao ser usado, requer especificações.

Por certo tempo, ao se falar em gênero, referia-se às mulheres, sempre tidas como vítimas da opressão, dominadas pelo poder masculino, sujeitos a-históricos, sem se levar em consideração a visão relacional decorrente da conjunção entre homens e mulheres, em uma visão intrinsecamente feminista.

A obra *O Segundo Sexo*, publicado originalmente em 1949, por Simone de Beauvoir, é considerada por autores como Safiotti como o marco inicial dos estudos de gênero. Ao declarar “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”, Beauvoir expressou “o único consenso que existe entre as feministas a respeito de gênero” (Safiotti, 2000, p. 22), isto é, que ele é uma construção social. Mesmo não fazendo uso do termo gênero para se referir ao processo de «tornar-se mulher», a autora francesa tentou desconstruir a ideia de primazia e inexorabilidade da determinação biológica em detrimento de outras condições como as sociais e políticas.

Como registra Safiotti (2009), a primeira conceituação de gênero encontra-se em estudo de Stoller (1968), mas o termo ganhou repercussão a partir dos estudos de Rubin (1975), ao colocá-lo sob uma perspectiva relacional.

Nos anos 80 do século XX, o movimento feminista americano cuidou de desvincular a ideia de sexo da de gênero, uma vez que “as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo”, como observa Pedro (2005, p. 2). Agindo assim, as feministas, pretendiam “reforçar a ideia de que as diferenças que se constataavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligadas à cultura” (Pedro, 2005, p. 2), e consequentemente permeáveis a modificações. O sexo seria então constitutivo do gênero, incorporando o biológico como a base sobre os quais os significados socioculturais são constituídos (Nicholson, 2000). Nesse sentido, se concebe o gênero como maleável e o sexo biológico como fixo ou indiscutível, embora não determinante das definições coletivas de masculinidade e feminilidade (Campagnoli, 2010)

Dessa forma, a opção pela categoria gênero marca o desejo de desvincular-se da ideia de sexualidade, implícita nas determinações biológicas, e ir à procura de uma construção

²² The physical and/or social condition of being male or female – Cambridge on line. Acedido a 30 de Janeiro de 2013 em: http://dictionary.cambridge.org/dictionary/british/gender_1?q=gender.

identitária que refletisse as dimensões culturais, psicológicas e sociais constituintes da masculinidade e da feminilidade. No entender de Scott (1995, p. 6) a adoção do termo gênero enfatiza o “sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina a sexualidade”.

Ao conceituar gênero, o Programa Nacional de Direitos Humanos enfatiza a importância dos contextos históricos e sociais em detrimento dos aspectos biológicos, ligados ao sexo, uma vez que se refere ao:

“conjunto de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferencialmente a homens e mulheres, inclusive desde o momento do nascimento, e determinam as funções, papéis, ocupações e as relações que homens e mulheres desempenham na sociedade e entre eles mesmos. Esses papéis e relações não são determinados pela biologia, mas, sim, pelo contexto social, cultural, político, religioso e econômico de cada organização humana, e são passados de uma geração a outra”.
(Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 12)²³

A continuidade histórica dos papéis sociais, segundo essa conceituação, garante a permanência dos atributos culturais, políticos, religiosos, econômicos, ligados ao masculino e ao feminino, pois são transmitidos pelas diversas formas de socialização. Assim, o conceito de gênero implica uma relação socialmente construída, pois como observa Scott (1995, p. 89), como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, o gênero “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana”.

Machado (1998) entende que um dos pilares para a construção de um novo paradigma metodológico pelas análises de gênero é exatamente essa “ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero” (p. 108). Assim, ao se falar em estudos de gênero não está se restringindo ao estudo de mulheres, uma vez que a “construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social” (p. 109).

Scott em entrevista concedida a Miriam Grossi (1998, p. 1) coloca textualmente: “Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais”. A preocupação de Scott era

²³ Programa Nacional de Direitos Humanos (1998). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Acedido a 20 de Dezembro de 2012 em <http://www.sedh.gov.br/>.

compreender gênero como uma categoria historicamente elaborada, uma vez que “o gênero é a organização social da diferença sexual” (p. 1). A construção do sentido de realidade reflete a diferença sexual e dessa conjugação pode-se derivar a organização social, em seus diversos contextos históricos.

O gênero não define as diferenças físicas entre homens e mulheres, mas dá sentido a elas por meio de um saber social e culturalmente existentes, que provê significados aos símbolos que distinguem uma relação de poder e dominação. A questão do poder, entendido na perspectiva weberiana, de probabilidade de imposição da própria vontade em um contexto social relacional, é por sua vez, um dos campos de articulação do gênero.

Quando se fala em gênero, fala-se, pois, de poder, na medida em que as relações existentes entre homem/mulher são assimétricas e há sempre de forma explícita ou velada uma relação de subjugação patriarcal.

Para Saffioti (2004) o conceito de gênero vai além do conceito de patriarcado. Isto se deve, segundo a autora, porque o gênero está presente desde os primórdios da humanidade, enquanto o patriarcado seria um fenômeno particularmente ligado à industrialização do capitalismo. Além disso, sublinha a referida autora, desigualdade e opressão são características necessárias ao patriarcado.

Antes que se falasse em gênero, e essa fosse uma categoria instituída, muitas brasileiras se sobressaíram pela luta e tenacidade com que procuravam marcar presença e defender sua participação ao lado dos homens em acontecimentos que se estenderam do Brasil Colonial ao Brasil Republicano. Dentre essas pioneiras, citadas por Quinteiro (sn) encontram-se:

“Ana Pimentel, nos negócios de Martim Afonso de Souza; as índias Bartira e Paraguaçu, nas alianças entre portugueses e indígenas; as mulheres paulistas do século XVII ao encorajarem maridos, filhos, pais e irmãos à desforra, após a derrota contra os colonizadores na guerra dos Emboabas. Muitas mulheres escravas destacaram-se na luta contra a escravidão: Teresa, Zeferina, Ludovina, Germana; como heroínas da guerra da Independência: Maria Quitéria, Bárbara Alencar, Ana Lins; e do Paraguai: Anita Garibaldi, na luta pela abolição dos escravos e pela República: Francisca Amália, Maria Tomásia, Chiquinha Gonzaga etc..” (s.p)

É digna de nota ainda a ação de mulheres precursoras do Movimento Feminista, que com a fundação de jornais – *Jornal de Senhoras* – 1852, *Sexo Feminino* – 1873 e revistas – *Família* – 1880²⁴, dão voz àquelas que até então não eram ou não mereciam ser ouvidas.

Do ponto de vista da ação política, propriamente dita, registra-se a atuação da professora Deolinda Daltro²⁵, a quem se atribui a fundação do Partido Republicano Feminino, em 1910, partido esse criado com objetivo de mobilização feminina em torno da conquista do direito ao voto, que embora não tenha se solidificado como agremiação partidária, desempenhou papel importante na disseminação das ideias sufragistas.

Assim, paulatinamente, as mulheres vão adentrando no espaço público, alargando as fronteiras domésticas, pavimentando o terreno aonde o Movimento Feminista Brasileiro viria a se organizar e frutificar.

O Movimento Feminista Brasileiro pode ser entendido a partir de três grandes ondas (Pinto, 2003). A primeira se formou com o movimento sufragista, a luta pelo voto, deflagrado por mulheres de classe média e alta, em geral familiarizadas com a política vivenciada nos lares juntamente com pais, irmãos e maridos e que lutavam pelo direito de igualdade política. Essa primeira onda começou com a Proclamação da República, em 1880 e não se pode dizer que terminou em 1934, quando esse direito ao voto foi conquistado, uma vez que a luta de mulheres como Bertha Lutz – líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e Carlota Pereira de Queirós, primeira deputada federal e membro da Assembleia Nacional Constituinte de 1934 foi muito além do movimento sufragista. Conforme observam Nader e Rangel (2012, p. 231) essas pioneiras “estudaram cuidadosamente a elasticidade da mentalidade patriarcal que dominava a sociedade para a qual se dirigiam de maneira a moldar suas reivindicações e metas às possibilidades daquela época”. Lutaram pelo direito à educação de qualidade, à justa remuneração pelo trabalho, pela questão de proteção à maternidade e à infância.

No entanto, por mais que fossem bem-vindas as conquistas legais obtidas, na prática não lograram muito êxito. Assim, mesmo tendo conseguido o direito ao voto, por exemplo, isto não representou um fator significativo na esfera política.

A segunda onda é coincidente com o período da ditadura militar nos anos de 1970, no qual as mulheres lutaram contra a opressão militarista ao mesmo tempo em que se opunham à hegemonia masculina nos costumes, no sexo e no direito ao exercício do prazer.

²⁴ Conforme informação obtida em Quinteiro, Maria da Conceição (sn). *Mulheres em busca do poder político*. Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Acedido a 6 de Maio de 2013 em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7040.pdf>.

²⁵ *ibidem*

Diferentemente do que se pensava «lugar de mulher é na cozinha», as mulheres saíram às ruas e intensificaram a luta contra o regime autoritário, mobilizando novas redes de organização, clamando pela anistia – Movimento Feminino pela Anistia –, pelo fim da repressão e pela volta à democracia. Filiaram-se a movimentos de esquerda, a sindicatos, associações de mulheres trabalhadoras e se multiplicaram como seres políticos.

No cenário internacional, a segunda onda engendrou-se no contexto de intensos debates desencadeados em movimentos e manifestações americanos e europeus, como a de maio de 1968 na França. Tais movimentos tornaram clara a importância de se compreender, em um nível teórico, a subordinação social e o papel político, quase invisível, reservado às mulheres.

Dessa forma, começam a proliferar estudos acadêmicos sobre a temática, que por múltiplos caminhos teóricos tentavam sistematizar abordagens feministas vinculadas ao cotidiano, às relações familiares, à sexualidade, ao trabalho. Devido a sua abrangência plural o estudo dessa temática passou a recorrer a campos diversos do saber e a questionar pressupostos básicos de campos disciplinares hegemônicos. Como consequência esses movimentos fomentaram várias iniciativas políticas, tanto no panorama internacional como nacional, gerando documentos e assinaturas de tratados patrocinados pela Organização das Nações Unidas, dentre os quais se podem citar: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969)

A terceira onda é marcada pela participação da mulher no processo de redemocratização do país e como assevera Pinto (2003), na construção de um «feminismo difuso», que passa a discutir as diferenças entre as próprias mulheres, a participação em esferas institucionais que possam modificar padrões de cultura política, tentativas de reforma do Estado, fazendo parte, por exemplo, da Assembleia Constituinte para elaboração da nova Carta Magna de 1988, buscando ainda preencher espaços de liderança em movimentos de mulheres de cunho mais democraticamente abrangentes.

O movimento feminista expande sua atuação e diversifica seus espaços de militância. Encontra nos partidos político lugar privilegiado para intensificar sua ação e dar visibilidade à participação feminina. Temas como a igualdade entre os sexos, violência contra a mulher, direitos reprodutivos, discriminação no trabalho, tão caros ao Movimento, encontraram guarida nos partidos políticos que passam a incorporá-los em suas agendas.

O exercício democrático só se completa quando existe participação equitativa das mulheres nas instâncias do poder. Na teoria, as barreiras foram derrubadas, mas na prática, ao buscarem os canais de participação, as mulheres se deparam com obstáculos de outra ordem. Ao procurarem os partidos políticos, território legítimo de abrigo político-ideológico, se deparam com interesses personalistas, entraves econômicos e fisiologismos de todas as espécies. Então, mesmo com garantias legais, as mulheres não têm conseguido superar a sub-representação numérica na ocupação de cargos políticos nas diversas alçadas do Poder.

2.3 Condicionantes dos Caminhos da Representatividade Feminina

A política como os demais campos sociais é um campo de forças e de lutas em que a atuação dos agentes é realizada com a utilização de meios diversos e em busca de objetivos diferenciados, levando-se em consideração o capital político de que se pode dispor. Não se pode dissociar a formação desse capital político com os demais capitais que o sujeito acumula ao longo de sua atuação social. No caso específico das mulheres, o «habitus» tomando-se de empréstimo o termo usado por Bourdieu, funciona como “matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações [...] impõe[m]-se a cada gente como transcendente[s].” (Bourdieu, 2010, p. 45).

Desse modo, ao romper a barreira do espaço público e chegar à arena política, a mulher se apresenta com as marcas de gênero que permitem simultaneamente a inclusão e a exclusão, delimitando espaços de atuação. Assim, além de ser mais árdua a chegada das mulheres na política, elas ainda precisam enfrentar os estereótipos para vencê-los com o capital político de que dispõem ou conformar-se com um papel secundário no jogo da política.

Mesmo com maior nível de escolaridade que os homens, constituírem mais da metade do eleitorado e serem quase metade da população economicamente ativa do país, as mulheres brasileiras são subrepresentadas nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário. E em uma democracia representativa, é de se esperar que o corpo de eleitos represente aproximadamente o corpo de eleitores.

Deve-se reconhecer que desigualdades de raça, etnia, classe e gênero ainda estão fortemente presentes na sociedade brasileira. No que diz respeito ao gênero avanços podem ser contabilizados, especialmente no que se refere às políticas públicas que tomaram forma graças aos movimentos de mulheres que insistiram em colocar suas demandas nas agendas políticas. No entanto, os progressos nesse setor não foram homogêneos e nem tampouco fundamentalmente democráticos.

A Constituição Federal de 1988 assegurou as liberdades civis e políticas e fortaleceu o movimento das mulheres que, com a criação Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, garantiu um espaço institucional relevante para a causa feminista. Na década seguinte foi importante o papel das organizações não-governamentais no sentido de articular e mobilizar movimentos nacionais e internacionais em prol da criação de políticas públicas que enfrentassem as questões de desigualdades que afetam o exercício pleno da cidadania. Nas primeiras décadas do século XXI, a luta continuou e a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, avanços foram obtidos com a inclusão de um conjunto de demandas em documentos e planos governamentais que se constituíram em orientações para políticas públicas com transversalidade de gênero, raça e etnia (Pitanguy & Barsted, 2011). No entanto, apesar de todas essas conquistas, as mulheres que optam pelo caminho da representatividade política ainda encontram entraves de natureza social, econômica e política.

A Lei 12.034 de setembro de 2009 determina que do número de vagas disponíveis para cada partido político ou coligação, o mínimo de 30% e o máximo de 70% deverão ser preenchidas por candidaturas de cada sexo²⁶. Ao contrário da situação anterior quando a participação feminina era vedada pelos partidos, esses, agora, a fim de cumprir a determinação legal, procuram mulheres para comporem suas listas partidárias como candidatas. O que a primeira vista parece ser um avanço, na prática assim não se mostra. A obediência à Lei não apresentou alterações substanciais na participação feminina na política, mas funcionou como incentivo para que as mulheres encontrassem uma maneira de ingressar nas instâncias partidárias, embora nos partidos não recebam tratamento igualitário ao dispensado às candidaturas masculinas.

Nas últimas eleições municipais, em 2012, considerando as candidaturas de todo o país, a presença feminina atingiu o percentual de 31,6% (TSE, 2012), cumprindo, assim, o determinado na Lei de Cotas (30%) para a formação das listas proporcionais.

Para a população brasileira é preciso mais do que mero atendimento às cotas. Pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e pelo Instituto Patrícia Galvão, em abril de 2013, revelou que oito entre dez brasileiros são favoráveis à participação paritária de mulheres e homens nas instâncias legislativas municipais, estaduais e federais. Dos

²⁶ O parágrafo terceiro do artigo 10 da Lei 12.034 passou a vigorar com a seguinte redação: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.

pesquisados, 74% afirmam acreditar que só há democracia de fato com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisão (Ibope/ Instituto Patrícia Galvão, 2013)²⁷

A desejada paridade, no entanto, não será tão prontamente alcançada, pois como alerta o demógrafo do Instituto Brasileiro de Estatística, José Eustáquio Diniz²⁸, se o avanço da participação feminina continuar no ritmo atual, serão necessários 150 anos para que se consiga obter, pelo menos nos espaços municipais, a igualdade entre os sexos.

A lentidão da participação feminina na disputa eleitoral se justifica, no entender da senadora Lúcia Vânia (Castro & Viseu, 2007), pelas dificuldades que as mulheres encontram na obtenção de financiamentos privados porque ainda não estão inseridas nos grupos econômicos. Ela observa também que as campanhas são dispendiosas e que as mulheres também não encontram espaço para disputar verbas com os homens dentro dos partidos. Para a referida senadora, a mulher que atua em sindicatos tem mais facilidade de conseguir financiamento porque esses ambientes são mais democráticos do que os partidos políticos.

Por sua vez, para a ex-prefeita de São Paulo e atual deputada federal pelo Partido Social Brasileiro, Luiza Erundina, “os partidos políticos são mais resistentes à emancipação política das mulheres do que quaisquer outras instituições e, dentro dos partidos, não houve nenhum avanço”. Segundo a visão da deputada “a limitação de representantes mulheres no Congresso é fruto das direções autoritárias, totalizadoras e machistas dos partidos políticos. Mesmo os partidos mais progressistas, mais populares e de esquerda não têm uma política de incorporação de mulheres”. E acrescenta: “durante os processos eleitorais [os partidos] não apoiam e estimulam as candidaturas das mulheres, não ajudam a resolver os impasses, as dificuldades de toda ordem que a mulher enfrenta ao disputar o poder nas eleições em geral.”²⁹

Como explica a senadora Ana Rita Esgário,³⁰ a sub-representação da mulher na política se deve a diversos motivos, dentre os quais:

²⁷Ibope/ Instituto Patrícia Galvão (2013). Mais mulheres na política. Acedido a 16 de Fevereiro de 2014 em <http://www12.senado.gov.br/senado/procuradoria/arquivos/pesquisa-mais-mulher-na-politica-do-instituto-ibope-e-patricia-galvao>.

²⁸ Campanha estimula filiação de mulheres a partidos políticos (2013). Câmara dos Deputados. Brasília. Acedido a 17 de Fevereiro de 2014 em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/institucional/noticias-institucionais/campanha-estimula-filiacao-de-mulheres-a-partidos-politicos>.

²⁹ Agência Patrícia Galvão (2011). Os partidos políticos são mais resistentes à emancipação política das mulheres do que quaisquer outras instituições. Entrevista com Luiza Erundina. Acedido a 20 de Maio de 2013 em http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1422:luiza-erundina&catid=100.

³⁰ Esgário, Ana Rita (2010) .Página Pessoal Por uma democracia representativa e participativa. 27/12/2010. Acedido a 30 de Junho de 2011 em <<http://www.anarita.com.br/>>

“a ideia ainda reproduzida de que à mulher cabe o espaço doméstico ou privado, e não o público, o da política, culturalmente reservado aos homens”. Corrobora para a manutenção desta desigualdade no Parlamento, o não cumprimento por parte dos partidos políticos brasileiros da legislação eleitoral que assegura cota por sexo. Tais distorções fazem com que a democracia brasileira não seja representativa e participativa em relação a todos os segmentos da sociedade.”(s.p)

Miguel e Biroli (2010, p. 653) observam que a sub-representação das mulheres nas esferas do poder político baseia-se em três vertentes:

“(1) uma que enfatiza o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais [...]; (2) outra que foca os padrões culturais e de socialização que constroem o político como espaço masculino e inibem o surgimento da "ambição política" entre as mulheres [...]; e (3) aquela que destaca os constrangimentos estruturais à participação política das mulheres, que possuem, via de regra, menos acesso aos recursos econômicos e muito menos tempo livre que os homens”.

A primeira vertente é explicada pelos referidos autores por meio da oposição público/privado e da contínua reprodução da prática de subordinação feminina, com a divisão sexual do trabalho, com resultado e desdobramento de valores e instituições. A dualidade existente entre o público e o doméstico suporta os direitos individuais no espaço público e justifica a desigualdade no âmbito privado. Isto também acontece com a divisão sexual do trabalho ao «legitimar» posições desiguais para homens e mulheres, estabelecendo conexões e rupturas entre essas esferas. Mesmo se se partir do pressuposto que na sociedade brasileira já não existe o patriarcado em sua forma tradicional, ainda não se pode afirmar que se está livre da dominação masculina em suas novas formas.

Citando argumento de Carole Pateman³¹, Miguel e Biroli (2010, p. 659), apontam que “o sexo é definidor de pelo menos duas categorias de indivíduos no patriarcalismo moderno: homens livres, que são os cidadãos atuantes da sociedade civil e mulheres naturalmente subordinadas, que são definidas em sua posição relacional no âmbito familiar”.

A segunda abordagem a respeito da sub-representação feminina nas instâncias de Poder justifica-se na limitação imposta por fatores materiais e simbólicos que inibem o pleito à candidatura de mulheres, reduzem a capacidade de disputa eleitoral, consolidam estereótipos a

³¹ Pateman, C. (1989). *The disorder of woman*. Stanford: Stanford University Press.

respeito da trajetória da mulher no espaço público, naturalizando formas de comportamento que refletem uma visão de mundo construída socialmente.

O território dos partidos políticos é normalmente masculino, com uma visão padronizada do comportamento a ser adotado por um candidato o que gera vieses em relação às mulheres e suas especificidades de gerenciamento das campanhas políticas, uma vez que elas possuem mais dificuldades de dedicação integral à política, atreladas que estão, regra geral, ao espaço doméstico que lhes impõe determinados ônus, consequentemente, deixando-as com menos tempo livre. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) indicam que a média de horas gastas pelas mulheres participantes do mercado de trabalho em dedicação aos afazeres domésticos é mais que o dobro das dispendidas pelos homens. Enquanto elas dedicam, em média 22 horas semanais a essas atividades, os homens destinam apenas 9,5 horas de seu tempo às tarefas do lar³².

Esses empecilhos concorrem para a baixa representatividade feminina nas diferentes esferas políticas, e como ressalta Pinheiro (2007, p. 33) “a pouquíssima presença feminina nesse espaço viola o princípio da democracia representativa”, uma vez que as decisões políticas como um todo as afetam igualmente, daí a necessidade de participação e intervenção nos processos que lhe dizem respeito como mulheres e cidadãs.

Por outro lado, deve-se registrar que no âmbito doméstico tem crescido a presença de mulheres como «pessoas de referência»³³: no ano de 1996, esse percentual era de 20,81%, em 2000 subiu para 26,55% e em 2010 passou para 38%, indicando que elas passaram a influenciar nas decisões domésticas e familiares (IBGE, 2010)³⁴. Pelos dados apresentados parece que o velho estereótipo da «rainha do lar» continua ainda valendo, mas agora em outro contexto, acrescido do aumento de responsabilidades e encargos econômicos.

No espaço da competição política os estereótipos de gênero podem ser reforçados pelos meios de comunicação e até mesmo pelo comportamento que as candidatas exibem, influenciando a visão dos eleitores. Há uma expectativa socialmente disseminada que as mulheres eleitas irão se engajar na denominada «Soft Politics», tratando mais de assuntos voltados para o social como direitos da criança e do adolescente, da mulher, do idoso, deixando

³² IBGE (2010). Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Acedido a 20 de Maio de 2013 em

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2010/SIS_2010.pdf.

³³ A denominação «chefe de família» foi abandonada pelo IBGE em atendimento às questões de gênero, uma vez que «chefe» remete à autoridade.

³⁴ *ibidem*

para os homens a «Hard Politics», núcleo do processo político, compreendendo, por exemplo, exercício do poder e regulação do Estado e questões relacionadas à economia. Uma análise das proposições apresentadas³⁵ pelas senadoras, atuantes na presente legislatura, revela que o maior percentual de temas abordados nas proposições recai na categoria denominada «Soft Politics». Esse achado condiz com as formulações teóricas a respeito do desenvolvimento do senso moral diferenciado entre os gêneros, levantadas por Gilligan (1982), ao destacar que a menina desenvolve sua concepção de identidade em um contexto relacional, em que espera que seus atos sejam avaliados por padrões de responsabilidade e de cuidado. É nesse sentido que se menciona o chamado «campo político» de Bourdieu, neste caso não se referindo apenas ao capital político que trazem consigo, mas também ao alargamento das posições ocupadas que se hierarquizam e solidificam estereótipos.

2.4 Vozes Femininas na Política Brasileira

Com a segunda onda do movimento feminista, décadas de 60 a 70, o pessoal e o político, se entrelaçaram. As desigualdades culturais e políticas das mulheres passaram a ser vistas como reflexos das estruturas de poder e alvo de lutas e campanhas para reverter tais atitudes denominadas sexistas e para fazer com que as mulheres compreendessem que aspectos pessoais estão ligados a comportamentos politizados.

O conceito de gênero difundido pelas feministas passa então a englobar não apenas todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres, mas introduz uma noção relacional, isto é, não se pode entender um gênero sem se referenciar ao outro. Ou seja, ao se falar em espaços dos homens, obrigatoriamente se contrapõe o espaço das mulheres. Daí advém as percepções de desigualdades não como características atreladas aos aspectos biológicos, mas aos aspectos sociais.

A contribuição feminista para a resignificação do conceito de cidadania teve reflexos também na compreensão do sentido de democracia ao evidenciar as relações de gênero enquanto “relações hierarquizadas de poder, depurando as formas democráticas vividas no ideal e no real ao longo das fases da História, da Antiga à constituição do Estado Moderno, e passou a apresentar distinção com a sociedade civil” (Álvares, 2011, p.1).

³⁵ Vozes Femininas no Senado e Democracia Representativa (2011). Artigo elaborado por esta autora sob orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra, no Módulo Partidos Políticos, constante do Programa de Doutorado em Ciência Política da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Para entender como se chegou ao conceito de democracia é preciso remontar à Antiguidade grega, mais precisamente na região da Ática e ter presente que o conceito de classe social ligado ao capitalismo vigente na atualidade não reflete as distinções sociais daquela realidade. Havia ao lado do status econômico, o status jurídico que hierarquizava as pessoas em: nascidos livres, escravos libertos, estrangeiros e outras denominações (Funari, 2002). No início do período arcaico – século VIII a.C. – as mais altas posições sociais eram ocupadas pelos «eupátridas», considerados os originais habitantes, descendentes dos primeiros nobres e representantes da poderosa nobreza agrária. Compunham a classe governante e a nobreza. Os «geomori» formavam a segunda camada social, reunindo os pequenos proprietários rurais, que cultivavam a terra para a própria subsistência. Os «demiurgi» compunham a terceira camada, constituída pelos artesãos, proprietários de pequenas oficinas. Havia ainda os estrangeiros, «metecos», comerciantes sem direitos políticos e os «thetas», trabalhadores braçais e camponeses, que não gozavam de direitos políticos, e viviam sob proteção e poder dos eupátridas.³⁶

A passagem da economia natural para a economia de caráter monetário, com incremento do artesanato e do comércio, a colonização do mar Egeu e a situação marginal dos «geomori» e dos «thetas» acirraram as lutas de classe, uma vez que havia pessoas fora da nobreza, com condições financeiras favoráveis, dispostas a reivindicar direitos. Surgiram confrontos políticos e líderes que ameaçavam o poder dos eupátridas, que se viram, portanto, obrigados a fazer concessões. Por outro lado, havia costume entre os «demiurgi» e «geomori», de pedir empréstimos aos eupátridas e oferecer o próprio corpo em garantia da dívida e como muitos não conseguiam solver o débito, tornavam-se escravos de seus credores. No entanto, esses escravos também desejavam melhorias em sua condição de vida e, por seu turno, passaram a confrontar a nobreza aristocrática que se viu obrigada a harmonizar interesses antagônicos, ocasionando assim lutas entre a aristocracia agrária e as classes populares que perduraram por todo o século VII a.C. Essa situação teve como consequência a implantação de reformas no governo oligárquico de Atenas, sem entretanto, conseguir aplacar a oposição entre os aristocratas e as camadas populares, o que fez surgir a figura do tirano, líder político que tomava o poder com apoio das massas.

³⁶ As cidades gregas. *História Net*. (2014). Acedido a 19 de Fevereiro de 2014 em <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=20>

A tirania, na Grécia, exerceu papel importante no processo de transição do poder oligárquico dos nobres para a cidade-estado clássica do século V a.C., uma vez que foram introduzidas reformas na legislação agrária, beneficiando as classes populares, com ampliação do direito à cidadania e com as leis sendo publicadas, deixando assim de serem privilégios da aristocracia, gerando mudanças na estrutura política, jurídica e social da pólis e tendo como consequência final a implantação da democracia.

No novo desenho social, as classes sociais se misturam, com toda população ateniense dividida em circunscrições territoriais, chamadas «demos», e com os cidadãos participando diretamente da Assembleia Popular, órgão mais importante de Atenas que aprova, por meio do voto, os projetos-lei que iriam regular a vida de todos. Os projetos-lei votados pela Ecclesia – assembleia constituída pelos cidadãos – eram preparados pela Bulé, também chamado de Conselho dos Quinhentos por abrigar cinquenta representantes de cada tribo, perfazendo o total de quinhentos cidadãos. À Ecclesia cabia: aprovar as leis; decidir pela guerra ou pela paz; eleger membros para outras instituições, votar cidadãos para o ostracismo. Havia ainda o poder executivo, exercido por magistrados – 10 arcontes e 10 estrategos – para fazer com que as leis aprovadas fossem cumpridas e o poder judicial, exercido pelos tribunais, para julgar os delitos comuns – Tribunal Popular ou Helieu – e os crimes religiosos e de mortes – Aerópago³⁷.

Para desfrutar do direito de igualdade era preciso estar contido em uma «demos». Os direitos inerentes à cidadania poderiam ser desfrutados por todos aqueles maiores de 18 anos, registrado no livro oficial da «demo», não ser mulher, nem escravo, nem estrangeiro (Funari, 2002). A maioria dos cidadãos atenienses era composta por soldados e camponeses, e, consequentemente, eram eles que se reuniam em maior número na Ágora para expressar sua opinião e votar. Assim, em seu cerne, na democracia grega, o povo era soberano, mas suas decisões deveriam submeter-se às leis. E mesmo nessa tão decantada democracia, em sua forma direta, excluía-se a participação feminina, vedando sua atuação nas decisões populares das Assembleias.

Muitos séculos depois da experiência grega, com sua democracia direta, Rousseau alerta para a impossibilidade do exercício desse tipo de democracia, por meio de representantes eleitos, que expressam a vontade da maioria, pois esse tipo de vontade não corresponde necessariamente à vontade geral. A vontade geral associa-se ao interesse comum, enquanto a vontade da maioria visa ao interesse particular. Rousseau (2002) alerta: “Cada um de nós põe

³⁷ Nascimento da democracia na Grécia Antiga. Infopédia. Enciclopédia e Dicionário da Porto Editora. Acedido em 18 de abril de 2014 em [http://www.infopedia.pt/\\$nascimento-da-democracia-na-grecia-antiga;jsessionid=lADEe5JQh6cJr9bYP8wZwg__](http://www.infopedia.pt/$nascimento-da-democracia-na-grecia-antiga;jsessionid=lADEe5JQh6cJr9bYP8wZwg__)

em comum a sua pessoa e toda sua autoridade sob o supremo comando da vontade geral [...]” (p. 26), mas ao mesmo tempo, “cada indivíduo pode como homem, ter uma vontade particular contrária ou dessemelhante à vontade geral que possui na qualidade de cidadão.” (p. 29).

A soberania popular seria então tanto mais exercitada plenamente, quanto mais se facultasse a participação ativa e constante dos cidadãos, uma vez que “no instante que um povo se dá representantes, deixa de ser livre, cessa de ser povo.” (Rousseau, 2002, p. 134). O próprio autor, em sua obra *Do Contrato Social*, reconhece que esta prática só seria possível em uma pólis pequena, e é veemente ao afirmar que, nos Estados com grandes dimensões, frequentemente a soberania popular é usurpada por seus representantes.

Dada a impossibilidade da maioria dos Estados Modernos, por sua complexidade e extensão, praticarem a democracia direta defendida por Rousseau, uma das formas possíveis é a denominada «democracia representativa».

A expressão «democracia representativa» significa para Bobbio (2006, p. 44) “que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade.”

Na democracia representativa a maioria não tem o poder de deliberação, uma vez que ele é outorgado aos que foram eleitos por essa coletividade para agir em seu nome, convocados que são para tutelar os interesses da coletividade como um todo e não de grupos de interesse. No entanto, a soberania dessa maioria cessa após o momento do voto, pois uma vez eleitos não podem ter seus mandatos revogáveis, a não ser em circunstâncias especiais. Assim, a democracia representativa assenta-se em dois pressupostos: a representação fiduciária e a representação dos interesses gerais.

Para Bobbio (2006), a característica básica da democracia é o direito que a maioria possui de influir nas regras que deverão ser obedecidas por todos e que suas grandes virtudes são a tolerância a não-violência e a renovação gradual da sociedade por meio do confronto de ideais.

Quanto às mazelas da democracia representativa, para minimizá-las Bobbio (2006) propõe medidas como a instituição de referendos como um modo de consulta extraordinário para circunstâncias extraordinárias e a ideia de pluralismo que favorece a legitimidade do dissenso. A esse respeito afirma:

“Tudo está, portanto, em conexão: refazendo o percurso em sentido contrário, a liberdade de dissentir tem

necessidade de uma sociedade pluralista, uma sociedade pluralista consente uma maior distribuição do poder, uma maior distribuição do poder abre as portas para a democratização da sociedade civil e, enfim, a democratização da sociedade civil alarga e integra a democracia política” (Bobbio, 2006, p.61).

O representante tem legitimidade para agir, julgar e deliberar, desde que não se oponha aos desejos do representado. O exercício do mandato é o elo que conecta representante e representado, no entanto, na prática do fazer político não se tem mecanismos eficazes para que o representado exerça controle do processo. Na prática democrática não é viável o exercício do mandato imperativo, por outro lado, é bastante perigosa a independência do mandato livre, não imperativo, em que os representantes se sentem dissociados do controle de seus representados. O mecanismo de que se dispõe, então, é avaliar, no final do mandato, a atuação do representante e impor-lhe limitadas sanções como a não-reeleição. Assim, se por um ângulo o deflagrar do processo de autorização da representação é bem instituído, pelo voto, pela eleição, o seu término carece de medidas eficazes de avaliação.

A prática material da democracia representativa exige, portanto, mais do que a simples delegação de poder – representação formal –. Requer cuidado no interesse do outro, sensibilidade e capacidade de percepção para decidir em congruência com os desejos dos representados que são afetados pelos atos dos representantes.

A democracia representativa foi inaugurada com o sufrágio universal (Dahl, 2001), uma vez que até então – século XVIII –, o povo se reunia em assembleias e votava diretamente suas leis. Com o crescimento das cidades e consequentemente do Estado nacional a prática teve que ser modificada e instaurou-se a representação como inerente ao processo democrático.

Na tradição da Filosofia e Ciência Políticas, esse contrato social celebrado entre os cidadãos e o Estado, originalmente, súdito e soberano, é tratado diferentemente por Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704). O autor do *Leviatã* preconiza que como no estado de natureza não há leis e cada um segue a lei natural, não havendo controle político, jurídico ou social, vive-se em um estágio permanente de luta, de «barbárie». Assim, em prol da manutenção da ordem social e da convivência pacífica, os homens devem alienar seus direitos para o Estado, que teria um poder absoluto, emanado do povo e o exerceria, de forma irrestrita, fazendo uso da lei e da força para ser obedecido.

Para Locke o estado de natureza não é nem bom, nem ruim, pois como cada homem nasce livre e igual ao seu semelhante, poderia dispor de sua liberdade como lhe aprouvesse, limitado apenas à lei natural. O Estado, na visão de Locke, seria apenas um delegado, a quem

os súditos transfeririam, contratualmente, direitos essenciais, mas resguardando para si aqueles que lhes são inalienáveis. Essa esfera de transferência atingiria apenas a vida pública e política, não devendo intervir no âmbito privado.

Enquanto Hobbes defende o absolutismo, Locke é considerado o precursor do liberalismo político e suas ideias coadunam-se com a concepção de democracia, especialmente no que se refere à delegação e repartição dos poderes.

Para a delegação de poderes, o cidadão, por meio do voto, escolhe seus representantes e confere legitimidade ao eleito, que recebe dele uma «procuração» para agir em seu nome. Nem sempre, no entanto, o eleitor se sente representado por aquele que elegeu, uma vez que este pode se distanciar dos princípios defendidos em sua plataforma eleitoral, afastar-se da ideologia partidária até então propalada com ardor e o que era tido como certo deixa de existir. Não há praticamente mecanismos eficazes de controle, por parte do votante, para se fazer representar ou se sentir representado. Assim, a democracia representativa parece vivenciar uma crise em sua legitimidade, pois como afirma Sartori (1994, p. 23) “a opinião dos governados é o verdadeiro fundamento de todo governo.”

O fato é que a falta de outro sistema melhor, a democracia representativa vem bravamente resistindo, desde a abolição das assembleias populares até os dias atuais, e mesmo com suas imperfeições a ela se apegam como forma de fazer a voz ouvida, e manifestar os desejos e necessidades como cidadãos.

Com a segunda onda do movimento feminista, décadas de 1960 a 1970, o pessoal e o político, se entrelaçaram. As desigualdades culturais e políticas das mulheres passaram a ser vistas como reflexos das estruturas de poder e alvo de lutas e campanhas para reverter tais atitudes denominadas sexistas e para fazer com que as mulheres compreendessem que aspectos pessoais estão ligados a comportamentos politizados.

O conceito de gênero difundido pelas feministas passa então a englobar não apenas todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres, mas introduz uma noção relacional, isto é, não se pode entender um gênero sem se referenciar ao outro. Ou seja, ao se falar em espaços dos homens, obrigatoriamente se contrapõe o espaço das mulheres. Daí advém as percepções de desigualdades não como características atreladas aos aspectos biológicos, mas aos aspectos sociais.

A contribuição feminista para a resignificação do conceito de cidadania teve reflexos também na compreensão do sentido de democracia ao evidenciar as relações de gênero enquanto “relações hierarquizadas de poder, depurando as formas democráticas vividas no ideal

e no real ao longo das fases da História, da Antiga à constituição do Estado Moderno, e passou a apresentar distinção com a sociedade civil” (Álvares, 2011, p.1).

Pluralidade de cidadãos exige pluralidade de representantes. Todos devem se sentir representados, se não como indivíduos, pelo menos como grupos, como categorias, como é o caso das mulheres, maioria do contingente populacional do país, que exigem estar presentes no «locus» das decisões legislativas e executivas.

O direito ao voto feminino no Brasil tem seu nascedouro em 1927, no estado do Rio Grande do Norte. Nesse mesmo ano, na cidade de Mossoró, registra-se a primeira mulher eleitora brasileira, a professora Celina Guimarães. No dia 24 de fevereiro de 1932, com a promulgação do Código Eleitoral Provisório, a mulher obtém o direito de votar nas eleições nacionais. No entanto, esse direito era restrito: só podiam votar as mulheres casadas, com autorização dos maridos, as viúvas e as solteiras com renda própria. O Código Eleitoral de 1934 aboliu as restrições, mas o «voto das saias» era considerado facultativo, passando a ser obrigatório como o masculino em 1946³⁸.

Em 2010, decorridos 78 anos, duas mulheres, dentre outros candidatos, disputam o cargo político mais alto da República e uma delas, Dilma Vana Rousseff, se torna a primeira mulher presidente do Brasil. Mas o que à primeira vista parece ser a resolução de uma desigualdade, não o é de fato. Ainda há pouca representatividade das mulheres no cenário político brasileiro e até mesmo mundial.

A 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, (Conferência de Pequim, 1995) sob a chancela da Organização das Nações Unidas – ONU – recomendava a necessidade da aprovação de políticas de inserção da mulher nas esferas do poder como promoção da equidade entre os gêneros.

Segundo informes do Fórum Econômico Mundial (2013),³⁹ o Brasil ocupa 68º lugar entre 136 países no acesso das mulheres às posições de poder político, e perde posições para países da América Latina como a Bolívia – 23ª –, da América Central, como Cuba – 13ª –, do continente africano como a África do Sul – 8ª posição –, da Ásia, como a Índia – 9ª –, do Leste Europeu como a Polônia – 49ª –, ou do continente australiano como a Austrália (43ª).

³⁸ Direito de voto feminino completa 76 anos no Brasil; *Folha Online*. Acedido a 20 de Junho de 2013 em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u367001.shtml>

³⁹ World Economic Forum (2013). *The global gender gap report*. Acedido a 14 de Fevereiro de 2014 em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf.

No que se refere à representatividade feminina no Parlamento, o Brasil aparece no 116º lugar na listagem mundial⁴⁰. Nessa classificação estão em posições fortemente distanciadas do lugar ocupado pelo Brasil países da América Latina como, por exemplo, Nicarágua – 6º lugar –, Costa Rica – 13º –, Argentina – 15º – e Equador – 11º –.

A população brasileira de 201.032.714 pessoas é composta majoritariamente de mulheres. Segundo dados extraídos da Síntese de Indicadores Sociais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), a relação entre os gêneros, segundo o estudo, é de 48,7% de homens e 51,3% de mulheres. Contudo, o peso eleitoral feminino não tem contribuído para diminuir o déficit da representatividade política das mulheres. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2010), nas eleições de 2010, dos 1.655 cargos disputados para governadores, senadores, deputados federais e estaduais foram eleitas 193 mulheres – 11,66% – do total.

Das 513 vagas na Câmara dos Deputados, apenas 45 são ocupadas por mulheres, ou seja, elas preenchem 8,77% do total das vagas parlamentares (Câmara dos Deputados, 2013). No Senado Federal a situação é um pouco melhor, 12,35% dos membros, sendo 10 senadoras – oito em efetivo exercício – para 81 senadores (Senado Federal, 2013).

Nas assembleias legislativas estaduais, dos 1.059 deputados estaduais eleitos em 2010, apenas 137 são mulheres – 13% –. Esse percentual é semelhante nas câmaras legislativas municipais. Em 2008, ano das últimas eleições municipais, dos 51.908 vereadores eleitos, 6.501 – 12,5% – são mulheres⁴¹.

Nos municípios, dos 15.076 candidatos a prefeito em 2012, apenas 2.017 (13%) eram mulheres. Entre os eleitos, o percentual é ligeiramente menor (12%), uma vez que dos 5.549 dos prefeitos eleitos, 657 são do sexo feminino. Nas câmaras municipais, a participação da mulher foi muito maior: 133 mil ou 32% do total de candidatos. Mas entre os eleitos, apenas 7,6 mil, ou 13% dos 57,3 mil vereadores, são mulheres (TSE, 2012).

É interessante destacar que essa sub-representação é posterior à reformulação da Lei 12.034 de setembro de 2009, que regulou o sistema de cotas nas eleições de 2010.

Uma das promessas da campanha presidencial de Dilma Rousseff foi o preenchimento feminino de 30% dos cargos do executivo. Embora não tenha atingido esse percentual, das 39 pastas que compõem o alto escalão do governo federal, 10 ficaram sob gerenciamento de

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ TSE (2008). *Eleições*. Acedido a 4 de Abril de 2012 em <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2008>.

mulheres, fato inédito na história do País. No governo anterior, do Presidente Lula, apenas quatro mulheres ocupavam cargos do primeiro escalão.

Além do cargo de ministras de Estado, a Presidente também nomeou para a direção da maior companhia estatal brasileira – a Petrobrás – uma mulher Graça Foster, bem como uma ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber. Conhecidas como «Damas de Ferro» da política nacional, essas mulheres do chamado núcleo duro do governo não se distinguiram pela atuação político-partidária, mas como divulgado pela imprensa, foram escolhidas principalmente pela competência técnica. São elas⁴²:

- Gleisi Hoffmann— Um dos pilares do governo Dilma, a ministra-chefe da Casa Civil entrou em um momento conturbado no governo, em junho de 2011. É senadora licenciada do Senado Federal.

- Miriam Belchior — Ministra do Planejamento está no governo federal desde junho de 2004, e no governo Dilma a partir de janeiro de 2011. É a coordenadora do Programa de Aceleração do Crescimento – cargo anteriormente ocupado pela Presidente.

- Ideli Salvatti — Antes de ser ministra das Relações Institucionais ocupou, entre janeiro e junho de 2011, o cargo de ministra da Pesca. É uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores e principal articuladora política do governo.

- Helena Chagas — Ministra da Secretaria de Comunicação Social. Coordenou o setor de comunicação da campanha eleitoral de Dilma Rousseff ao Planalto, em 2010.

- Tereza Campello — Ministra do Desenvolvimento Social trabalhou na equipe que colocou em operação o Programa Bolsa Família, no governo Lula. Já havia trabalhado com Dilma Rousseff no Rio Grande do Sul.

- Izabella Teixeira – Ministra do Meio Ambiente é doutora em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Luiza Barrios - Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Uma das principais líderes do movimento negro no Brasil.

- Marta Suplicy - Ministra da Cultura substituiu Ana de Hollanda na pasta, em setembro de 2012. É senadora licenciada, foi prefeita de São Paulo, deputada federal e ocupou o cargo de Ministra do Turismo, no governo Lula entre 2007 e 2008.

- Eleonora Menicucci — Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres tem em comum com a Presidente o fato de passar três anos presa pela ditadura militar, entre 1971 e

⁴² Em 2014, deixaram os Ministérios: Gleisi Hoffmann do Ministério da Casa Civil e a Ministra da Secretaria de Comunicação Social, Helena Chagas. Não foram substituídas por mulheres.

1973. Entrou no governo em fevereiro de 2012, ao substituir outra mulher, Irida Lopes. Tem experiência na militância feminina.

- Maria do Rosário Nunes — Ministra da Secretaria de Direitos Humanos está no cargo desde janeiro de 2011. É deputada federal licenciada.

A Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, no Encontro Nacional de Mulheres Eleitas pelo PT, realizado na capital federal, em março de 2013, afirmou que se faz preciso um “apoio total da sociedade brasileira” para que haja uma real incorporação da questão de gênero como responsabilidade de todos. E acrescentou⁴³: “o fato de ter uma mulher na Presidência da República já é maravilhoso e extraordinário, mas não é o suficiente para que as mulheres ocupem cargos de executivo no âmbito do executivo e nem tampouco no legislativo”.

2.5 Dilma: de Ativista Política a Presidente do Brasil

Dilma Vana Rousseff ⁴⁴ ⁴⁵, a presidente que ocupa o vigésimo nono período de Governo Republicano de primeiro de janeiro de 2011 a primeiro de janeiro de 2015, nasceu em Belo Horizonte-MG, na maternidade do Hospital São Lucas, em 14 de dezembro de 1947. Segunda filha do imigrante búlgaro, Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane Coimbra da Silva, natural da cidade de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, recebeu o nome de Dilma, como sua mãe e conforme relata Amaral (2011, p. 19) “em família, seria para sempre Dilminha”. A homenagem a uma tia paterna veio com o segundo nome «Vana». Em 1951, nasce a terceira filha do casal, Zana Lúvia, falecida em 1976.

Seu pai, originalmente Péter Russév, nascido em 1900, deixa a Bulgária aos 29 anos, lá ficando sua primeira mulher, então grávida de seu filho, Luben-Kamen, passando pela França, onde afrancesou seu nome e viveu por 15 anos. Em 1944, desembarca na Bahia, em Salvador, rumo para Buenos Aires e em seguida retorna ao Brasil, desta vez para o Rio de Janeiro, alternando com São Paulo. Posteriormente chega a Belo Horizonte, onde casado com

⁴³Neves F. (2013). A pouca participação das mulheres na política precisa ser reformulada radicalmente. Escola Nacional de Formação. 22 de março de 2013. Acedido a 3 de maio de 2013 em <http://www.enfpt.org.br/node/430>.

⁴⁴ Informações que não possuem créditos individualizados foram obtidas no sítio oficial da Presidência da República. Acedido a 10 de Maio de 2012 em <<http://www.planalto.gov.br>> e em Amaral, R. (2011). *A vida quer é coragem*. Rio de Janeiro: Sextante.

⁴⁵ Ricardo Batista Amaral foi repórter de política em Brasília durante 25 anos e trabalhou também como assessor da Casa Civil e da campanha de Dilma. A partir deste contato próximo com a Presidente, o autor narra histórias de bastidores e registra as reações de Dilma ao descobrir que estava com câncer e, mais tarde, quando foi eleita. Realizou ainda entrevistas com pessoas que acompanharam a trajetória da biografada, bem como entrevistas concedidas por ela a diversos veículos de comunicação.

a professora Dilma Jane, fixa residência e se dedica aos negócios da construção, como empreiteiro, inicialmente de pequenas obras e depois de novas fábricas que brotavam rapidamente por toda a cidade.

A respeito da vinda do pai para o Brasil, em entrevista à apresentadora Ana Maria Braga, já empossada como Presidente da República, no Programa Mais Você, matutino de variedades exibido pela rede Globo de televisão, Dilma comenta:

“Meu pai veio para o Brasil porque a Bulgária teve um período de fascismo. Um pouco antes da 2ª Guerra Mundial ele foi pra Europa [sic.] e depois para América Latina. Primeiro Argentina e depois Brasil. Minha grande influência veio via família da minha mãe, mineira, com experiência de Minas, do Brasil profundo. De falar uai, aquele jeito mineiro de ser [...] tenho relação afetiva com a Bulgária. Meu pai era bastante forte e achava que todos tinham que estudar” (Dilma, 2011a, sp.).

Sobre o pai lembra ainda que dele recebeu de presente, aos 14 anos, a coleção do escritor Jorge Amado e acrescenta: “Ele foi muito importante na minha vida, valorizou uma coisa que todos os pais e mães devem valorizar nas crianças e jovens, o estudo. É uma forma de conhecer o mundo e ser uma pessoa melhor tanto pra você quanto pros outros.”(Dilma, 2011a).

A infância feliz de garota de classe média é vivida nos bairros, ainda bucólicos, da capital mineira em companhia do irmão Igor, cerca de um ano mais velho e da irmã Zana Livia, a caçula da família.

A cidade que lhe serve de cenário para a meninice e adolescência vive uma transformação urbana radical, liderada por aquele que viria a ser governador de Estado e um dos mais respeitáveis Presidentes da República: Juscelino Kubitschek. A explosão urbana da agora metrópole ajuda a prosperar o negócio da família e garante-lhe uma vida confortável e próspera.

Dilma ingressa no tradicional Colégio Nossa Senhora de Sion, conceituado colégio belohorizontino para moças, que, aos domingos, as levava para prestar assistência aos moradores da favela existente nos arredores da rodovia BR-3.

Ao terminar o ginásio e na contramão do que escolhiam as demais moças de seu tempo, Dilma não opta pelos estudos no curso normal, para tornar-se professora. Resolve prestar exames de admissão ao curso científico do Colégio Estadual Central, reduto do ativismo estudantil da época e que até em seu conjunto arquitetônico ostenta traços de ousadia: erguido

em uma colina, com curvas no formato de um mata-borrão, a caixa d' água em forma de gigantesco giz e com o prédio principal no feitio de uma enorme régua, flutuando sobre pilotis.

O Colégio Estadual é para ela o cenário propício para travar conhecimento mais amplo com o mundo das artes, das ciências e da política e onde encontra ressonância para florescer a militância herdada do pai: “Ele transferiu isso pra mim, os pobres são iguais a gente, tem que ter ética em relação às pessoas que mais precisam” (Dilma, 2011a). É lá também que conhece Karl Marx, em versão mimeografada, distribuída pela Organização Revolucionária Marxista-Política Operária – ORM-Polop –, chefiada pelo jornalista Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, que viria a ser seu primeiro marido.

A Polop, criada em um ambiente de efervescência política, propõe a formação ideológica e a organização da vanguarda da classe proletária, embora seus adeptos venham quase todos da pequena burguesia. Dilma ingressa na organização, que nessa altura congrega secundaristas e universitários, e nela desempenha funções como auxiliar na impressão clandestina do Jornal O Piquete, picar muros da cidade com palavras de ordem e receber mensalidades. Em pouco tempo, passa a fazer parte do quadro de dirigentes da organização.

Os ideais vanguardistas de reformas de base, preconizados pela Polop, são interrompidos pela instauração da ditadura militar, iniciada com o Golpe de 1964. A Organização não se intimida e seus dirigentes e filiados passam a oferecer resistência e são, inclusive, os responsáveis pela primeira passeata contra a ditadura no país, em 1965.

Dilma entra para a Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1967 – mas não conclui o curso –, e em setembro desse ano, casa-se com Galeno, em cerimônia civil, realizada em Belo Horizonte.

No contexto internacional, a esquerda vive tempos agitados. A Revolução Cubana exporta sua ideologia e oferece apoio aos novos revolucionários que a têm como referência. Em solo nacional, com a criação da Ação Libertadora Nacional – ALN –, que preconiza o emprego de armas contra a ditadura, torna-se impossível para a Polop, agora com aparelhos em outros estados, insistir no uso de estratégias pacifistas para combater o inimigo e defender o caráter socialista da revolução.

A Organização, dividida ideologicamente, dá origem a dois movimentos distintos: a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR – e o Comando de Libertação Nacional – Colina – ao qual Dilma se filia. O apartamento do casal Galeno/Dilma transforma-se, no dizer de Amaral (2011, p.50) “num aparelho do Colina”, onde realizavam reuniões e recebiam militantes. Mas, não durou muito a existência desse refúgio, pois tiveram que abandoná-lo e se esconder,

separadamente, em casas de amigos. Perseguições e prisões de militantes são efetuadas e para que não aconteça o mesmo com Dilma e Galeno, ele, com a aparência física modificada, rumo sozinho para o Rio de Janeiro, onde Dilma o encontrará, logo em seguida.

O casamento não resiste ao fim do Colina. Dilma permanece no Rio de Janeiro, encarregada, juntamente com outros militantes, de fazer a fusão entre o Colina e VPR. Galeno é enviado para Porto Alegre, cidade onde o Colina mantém contato com uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Em 1970, ele e outros seis militantes sequestram um avião da companhia Cruzeiro do Sul, em Montevideu, e rumam para Cuba. Depois, exila-se no Chile e posteriormente vai viver na Nicarágua.

As tarefas de Dilma, na clandestinidade, consistem em levar armas, dinheiro e munição para os lugares em que são necessários, redige documentos, discute-os em reuniões com dirigentes. Em uma dessas reuniões conhece o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo, chefe da dissidência do PCB, vindo de outros relacionamentos amorosos, com quem passa a viver.

Carlos passa a ser um dos dirigentes da Vanguarda Armada Revolucionária- Palmares – VAR – originária da fusão da VPR/Colina. A missão da VAR, que se define como uma “organização político-militar de caráter partidário, marxista-leninista”, era “cumprir todas as tarefas da guerra revolucionária e da construção do Partido da Classe Operária, com o objetivo de tomar o poder e construir o socialismo.” (Carvalho, 2009, sp.).

Para arrecadar fundos para a VAR, militantes começam a assaltar bancos e residências de políticos. Em um deles, em especial, realizado em julho de 1969, 13 guerrilheiros da VAR- Palmares roubam o cofre⁴⁶ de 200 kg de uma casa no bairro carioca de Santa Tereza, residência da amante de Adhemar de Barros, ex-governador de São Paulo. Do cofre arrecadam US\$ 2,6 milhões de dólares e passam a ter muitas dificuldades para trocar o dinheiro, uma vez que com o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, ocorrido no Rio, em uma ação conjunta do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional – ALN –, realizado dois meses depois, fecha-se o cerco e a militância começa a ficar acuada.

⁴⁶ Segundo reportagem da Revista *Veja* “O casal [Carlos e Dilma] planejou, monitorou e coordenou o assalto ao cofre de Adhemar de Barros. Dilma, no entanto, não teve participação física na ação. ‘Se tivesse tido, não teria nenhum problema em admitir’, diz a ministra, com orgulho de seu passado de combatente”. Oltramari, A. (2003). O cérebro do roubo ao cofre. *Revista Veja On-line*. Edição 1785. Acedido a 2 de Maio de 2013 em http://veja.abril.com.br/150103/p_036.html

Juntos na VAR, Dilma e Carlos, usando diversos codinomes, cumprem missões por vários lugares do país. Quanto às funções por ela desempenhadas, segundo relato de Carvalho (2009, sp.), consta em um dos inquéritos que ela “manipula grandes quantias da VAR-Palmares”, enquanto em outros relatórios, é retratada como “Joana D’Arc da subversão”, “papisa da subversão”, “criminosa política”, “figura feminina de expressão tristemente notável”.

No início de janeiro de 1970, apenas 15 dias após o sequestro do avião por Galeno, Dilma cai em uma emboscada, em um local próximo ao prédio do jornal *O Estado de São Paulo* e tem a mesma sina de outros companheiros: “Entrei num ponto, às 4 h da tarde, em São Paulo, e o companheiro estava cercado. Tentei fugir, entrando numa loja de móveis, mas fui pega na rua de trás” (Carvalho, 2009, sp.).

Assim, aos 22 anos, a Operação Bandeirante – Oban –, leva-a presa para a rua Tutóia, em São Paulo. Lá, durante 22 dias, é interrogada, recebe choques elétricos, palmatória, socos, mas não se tem notícia de que revela o que sabe sobre Carlos ou companheiros.

A própria Dilma, em entrevista concedida ao jornalista Luiz Cláudio Cunha, da *Revista Isto é*, publicada em dezembro de 2005, conta: “Levei muita palmatória, me botaram no pau-de-arara, me deram choque, muito choque. Um dia, tive uma hemorragia muito grande, hemorragia mesmo, como menstruação. Tiveram que me levar para o Hospital Central do Exército” (Cunha, 2005, sp.).

Depois do período de tortura, permanece por dois meses no temido Departamento de Ordem Política e Social – DOPS –, sendo então transferida para o presídio Tiradentes, onde continua até 1973. Sobre esse tempo na prisão, reflete:

“Na prisão, a gente podia refletir e ler muito. Li Levi-Strauss, Poulantzas, quase todo Dostoievski. A vida na prisão pode ser muito rica. Na guerrilha, a gente já percebia um certo impasse, uma espécie de beco sem saída. A luta armada não faria avançar um país tão complicado, tão diverso e plural como o Brasil” (Cunha, 2005, sp.).

Quanto ao seu companheiro, Carlos Araújo, é preso em 12 de agosto de 1970. Encontram-se algumas vezes, nas audiências processuais a que ambos compareciam, chegando a ficar por certo tempo, no mesmo presídio Tiradentes.

No que se refere aos Inquéritos Policiais Militares – IPM’s –, nenhum deles, como assevera Amaral (2011), estabelece a participação de Dilma na luta armada. Sua condenação se

deu com base em três artigos – art. 263, art. 36 e art.38 – do Decreto-lei 510/69, que versava sobre crimes contra a segurança nacional.

Findo o julgamento, é condenada em primeira instância a seis anos de detenção. O Superior Tribunal Militar reduz sua condenação a dois anos e um mês. Quando essa sentença é prolatada, ela já havia permanecido na prisão por dois anos e nove meses. Assim, é colocada em liberdade, mas tem seus direitos políticos cassados por 18 anos. Sobre essas experiências declara: “Tenho uma visão bastante realista daquele período. Eu tinha 22 anos, o mundo era outro, o Brasil era outro. Muita coisa a gente aprendeu. Não tem similaridade o que eu acho da vida hoje.” (Cantanhêde; Medina, 2005, sp.).

Readquirida a liberdade, muda-se para Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Procura pelos pais de Carlos Araújo e vai residir com eles. O companheiro Carlos continua preso na Ilha do Presídio, uma ilha no Rio Guaíba. Enquanto espera por sua libertação, ela o visita com frequência, alimentando-o intelectualmente com jornais e livros políticos. Decide, então, prestar vestibular para o Curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, retomando os estudos.

Após a soltura de Carlos, em 1974, vão finalmente viver juntos na capital gaúcha. Passam a ter vida social intensa e Dilma se torna uma defensora do Movimento Feminino pela Anistia que defendia a libertação dos presos políticos, o retorno dos exilados e o fim das cassações políticas. A casa onde residiam torna-se um centro de agitação política, com reuniões de grupos do Movimento Democrático Brasileiro, da Anistia e do movimento sindical. É nesse cenário que nasce, em 27 de março de 1976, a única filha de Carlos e Dilma, Paula Rousseff Araújo.

Terminado o curso de Economia, entre os anos de 1978 e 1979, Dilma, juntamente com Paula, passa a residir em Campinas – SP, onde se matricula no curso de pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas. Nessa época, participa de um grupo de discussão em São Paulo com outros ex-integrantes da VAR Palmares. Quanto ao mestrado conclui os créditos necessários, mas não apresenta a dissertação que lhe conferiria o título de Mestre, uma vez que começa sua trajetória na vida pública, assumindo cargos políticos que lhe absorvem totalmente e dão a sua vida um novo rumo, agora na legalidade.

Em 1994, o relacionamento com Carlos chega ao fim ao descobrir uma traição que resultou em um filho, nascido em 1995. Reconciliam-se em 1996 e permanecem juntos até 2000, quando se separam novamente, mas segundo o que a própria Dilma responde, em entrevista para a revista feminina *Marie Claire*, eles continuam mantendo contato próximo.

Afirma que o “distanciamento, depois da separação, levou, no máximo, seis meses. Faz parte. É o luto. Hoje em dia a gente passa os natais juntos. Preservamos as datas familiares.” (Gullo & Neves, 2009).

Sobre o fato de manter-se solteira, as entrevistadoras Carla Gullo e Maria Laura Neves (2009) perguntam a então Ministra Dilma Rousseff, “Como é lidar com a solidão?” Ela responde: “Mas não sou sozinha, não. Sou muito bem acompanhada. Me sinto muito bem comigo mesma” e acrescenta: “Pra gente se sentir só precisa estar muito carente. Não se fica sozinha aos 60. Ficamos sozinhas aos 30.” (Gullo & Neves, 2009, sp.).

Em um exame rotineiro, já Ministra da Casa Civil, em 2009, Dilma é surpreendida com a notícia de ser portadora de um câncer no sistema linfático. O tratamento requer a intervenção cirúrgica e posteriormente sessões de quimioterapia e de radioterapia, com todos os inconvenientes advindos desses tratamentos. Submete-se a eles, passa a usar peruca por causa da perda dos cabelos, mas enfrenta a adversidade sem escondê-la da imprensa e do povo. No final desse mesmo ano se diz curada, o que é confirmado pelos exames e pelos médicos responsáveis por seu tratamento. Na entrevista concedida ao programa televisivo «Mais Você», filosofa a respeito de sua luta contra o câncer: “No fim, o que importa é lutar pela vida. Ao lutar pela vida você a valoriza. A solidariedade é um gesto fundamental” (Dilma, 2011a, sp.)

Sobre a filha Paula, comenta: “Ela é zelosa com o que conquistou. É procuradora do Ministério Público do Trabalho, tem os valores dela e preza muito esses valores. Ela prefere se manter mais discreta e mais afastada.” (Dilma, 2011a, sp.) e na já referida entrevista à revista *Marie Claire*, acrescenta:

“Acho que a Paula tem um grande senso de justiça. E espero que ela tenha herdado isso de mim e do pai. Ela sempre será levada a defender os injustiçados. E também de dignidade, capacidade de viver pelos próprios meios. Outra característica que transmitimos a ela foi senso de humor, a capacidade de rir de si mesma. Pelo menos nos esforçamos para que ela tivesse isso [risos]. Se a gente se leva a sério demais, fica cheia de “nós pelas costas”, uma expressão gaúcha de que gosto muito” (Gullo & Neves, 2009, sp.).

Em meio a agitação da campanha pela Presidência da República, a «Mãe do PAC»⁴⁷, torna-se avó de Gabriel, filho de Paula. Para deleite dos fotógrafos que acompanham diuturnamente a candidata à Presidência, a imagem da mulher «dura» se ameniza, quando surge embalando em seus braços, a figura frágil do netinho recém-nascido.

⁴⁷ Slogan adotado na Campanha Presidencial de 2010.

A propósito de seu temperamento difícil e da fama de «dura» que lhe é atribuída, refuta:

“O difícil não é meu temperamento, mas minha função. Eu tenho de resolver problemas e conflitos. Não tenho descanso. [...] [tentam] criar um estereótipo de uma pessoa ruim, perversa. [...] Não sou criticada porque sou dura, mas porque sou mulher. Sou uma mulher dura cercada por ministros meigos [...]” (Leite & Leitão, 2009, sp.).

Essa visão de pessoa que exhibe comportamentos de cobranças e exigências de seus colaboradores é compartilhada pelo ex-companheiro de guerrilha Darcy Rodrigues; “Quando a vi na televisão, percebi que Dilma continua a mesma. É uma mulher espetacular e será uma sargentona no governo. Ela não é mulher de meio-tom”, afirma (Oltamari, 2003, s.p.). Por outro lado, para a jornalista Judith Patarra, autora do livro *Iara*, que narra a trajetória da militante Iara Iavelberg, Dilma é “uma mulher suave e determinada” (Oltamari, 2003, sp.).

Na pré-campanha presidencial, a imagem que grande parte dos eleitores tinha da Ministra era a de uma pessoa “antipática”, “arrogante”, mas elogiada pela “capacidade técnica e competência” (Cabral, 2009a, p. 84)

O fato é que mesmo com temperamento tido como difícil, ou entendido como determinação, Dilma se faz notar em um meio dominado por homens e chama atenção do presidente Lula, que conferindo de perto seus atributos gerenciais, a ela atribui a tarefa de continuidade de seu governo, lançando-a como candidata à Presidência e transmitindo-lhe, em janeiro de 2011, a faixa presidencial.

Quanto a sua trajetória política a entrada no serviço estatal ⁴⁸ se dá quando ainda estagiária da Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho. Durante o processo de abertura política, mas com os militares ainda no Poder, dedica-se à campanha pela Anistia e ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Rio Grande do Sul ao qual se filia.

Juntamente com o marido, Carlos Araújo, engaja-se à campanha a vereador de Glênio Peres, candidato pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O vereador é eleito, mas tem seu mandato cassado por denunciar torturas em um discurso.

⁴⁸ Para compor a trajetória política de Dilma Rousseff, foram utilizadas como base de referência as informações obtidas no sítio oficial. Acedido a 10 de Abril de 2013 em <http://www.planalto.gov.br> > .

Como relata Cunha (2005), em novembro de 1977, o jornal O Estado de São Paulo publica uma lista, elaborada por Sílvio Frota, Ministro do Exército demissionário, em que consta o nome de Dilma como sendo um dos 97 subversivos infiltrados na máquina pública. Dilma é qualificada como militante da VAR Palmares e do Colina, sendo, então, exonerada da FEE. A anistia viria a ocorrer anos mais tarde.

Com o fim do bipartidarismo, os cinco novos partidos políticos brasileiros começam a ser criados e dentre eles, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que se acusavam mutuamente de dividir a esquerda (Amaral, 2011).

Os resultados das eleições de 1982 são favoráveis ao PDT, que elege o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola e no Rio Grande do Sul 13 deputados estaduais, dentre eles, o marido de Dilma, Carlos Araújo.

Dilma que dirige o setor de mulheres no PDT passa a trabalhar na assessoria técnica e política da bancada estadual do PDT, nos períodos de 1980 a 1985, produzindo estudos sobre economia e fazendo uma seleção diária de notícias, com análise crítica dos fatos. A seleção, intitulada «Síntese», chama a atenção do governador Brizola, que vê na publicação, como observa Amaral (2011), potencial para unificar o partido e passa, então, a distribuí-la para todas as bancadas do PDT.

Em 1985, Alceu Collares se elege prefeito de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e o PDT indica Dilma para assumir o cargo de Secretária da Fazenda, a primeira mulher a dirigir a pasta das finanças de uma capital brasileira. Nesse cargo permanece até 1988, quando se afasta para participar da campanha do marido Carlos, à prefeitura porto-alegrense.

Exerce, por um breve período, o cargo de diretora-geral da Câmara de Porto Alegre e participa da campanha do candidato Leonel Brizola à Presidência da República, em 1989.

Em 1990, com a eleição de Alceu Collares para o governo gaúcho, ela assume a presidência da Fundação de Economia e Estatística (FEE), da qual fora demitida, na década de 1970. Cunha (2005, sp.) descreve de maneira poética esse fato “numa pirueta digna de bailarina [referência ao fato de Dilma ter confessado seu sonho, na infância, de ser bailarina], voltou como presidente à mesma FEE de onde saíra pela delação de Frota”. Amaral (2011, p. 110) fornece outra visão do acontecimento, segundo ele “a presidência da FEE não era prêmio, era castigo”, pois a Fundação havia sido desmantelada e engolida pelas secretarias e conselhos estaduais e a ela cabia arrumação da casa. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) havia instaurado uma auditoria na FEE e a Dilma resta a tarefa de adotar providências para sanar as

falhas apontadas. Em 1993 deixa o cargo para assumir a secretaria de Minas e Energia do Estado com Collares.

Terminado o mandato de Collares, Dilma retorna à FEE, desta vez para cuidar da revista *Informe Econômico RS*, onde publica artigos sobre assuntos diversos como política fiscal, dívida dos estados, concentração e internacionalização do sistema financeiro no Brasil, análise da privatização do setor elétrico no Chile, entre outros.

Em 1999 assume nova função no governo gaúcho, desta vez no mandato de Olívio Dutra, eleito pela coligação PDT/PT, na Secretaria de Minas e Energia. Imediatamente após sua posse na Secretaria, inicia-se no estado uma série de apagões no sistema elétrico que se estendem por 31 dias. Esse problema é resolvido pela Secretária ultimando-se a conclusão de uma interligação com o sistema elétrico argentino (Cunha, 2005).

Na Secretaria, ela organiza um programa emergencial de obras, reunindo as estatais da área e cinco empresas privadas, o que “resulta em um aumento de 46% na capacidade de atendimento até o final da gestão” (Carvalho, 2009, sp.), fato esse que deixará o estado do Rio Grande do Sul fora do racionamento de energia que viria a ocorrer. Ciente da gravidade da situação, a Secretária, conforme registro realizado pela revista *Veja* (Cronologia, 2001), a respeito da cronologia da crise do setor elétrico no Brasil, viaja a Brasília, em janeiro de 1999, e faz um alerta às autoridades responsáveis de que sem investimentos na geração e transmissão de energia, o problema não ficará restrito ao estado gaúcho, mas se disseminará por todo país, como realmente aconteceu no governo de Fernando Henrique Cardoso, entre maio de 2001 e fevereiro de 2002.

A desfiliação de Dilma do PDT acontece em virtude de desentendimento ocorrido entre Leonel Brizola, chefe do partido, e o petista Olívio Dutra, com relação ao número de cargos. Como não há acordo, Brizola recomenda que os filiados ao PDT deixem os cargos. Aproximam-se as eleições municipais e mais uma vez Brizola e Olívio Dutra ficam em campos opostos. Brizola apoia Collares e Olívio cerra fileiras com Tarso Genro. Dilma opta pela candidatura de Genro e filia-se, então, ao Partido dos Trabalhadores – PT (Carvalho, 2009). Segundo Cunha (2005, sp.), Collares não a perdoou: “Ela é uma traidora. Se tivesse consistência ideológica, não seria ministra do governo Lula.”

O encontro da Secretária com o candidato Luís Ignácio Lula da Silva – Lula – se deu em reuniões, realizadas com o grupo de energia, liderado por três doutores, expoentes do setor, realizadas no Instituto de Cidadania, em São Paulo, para discutir políticas desse campo. Amaral (2011, p. 123) conta que “na primeira reunião com o grupo, Lula reparou duas coisas na nova

companheira: Dilma recorria toda hora a um laptop recheado de dados e informações e era a única ali com experiência de governo.” Sobre esse encontro, Carvalho (2009, sp.) complementa, citando a fala de Lula: “Aí eu fiquei pensando: acho que já encontrei a minha ministra aqui. Ela se sobressaiu em uma reunião que tinha quinze pessoas. Pela objetividade e pelo alto grau de conhecimento do setor. Foi assim que ela apareceu no meu governo”.

Dilma passa a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Com a posse de Lula torna-se Ministra de Minas e Energia e preside o Conselho de Administração da Petrobrás.

A chegada ao Ministério se dá no momento em que se anuncia a descoberta de grandes reservas de petróleo no mar. Em sua gestão destaca-se por respeitar os contratos do governo anterior, evitar que aconteça um novo apagão nacional e propor um modelo menos estatizante para o setor elétrico. De acordo com Margolis (2011), em entrevista publicada na *Newsweek*, as empresas norte-americanas gostavam de lidar com ela, que fazia um esforço sincero para entender suas questões. Era perceptível que suas decisões eram baseadas em sólidos critérios técnicos e econômicos. Por outro lado, na pré-campanha presidencial, a oposição acusa-a de realmente não ser "tão boa técnica quanto o PT tentou mostrar" e de ter fracassado na política energética, visto que os apagões teriam voltado a acontecer. (Serra, 2009).

Quando estoura o escândalo do chamado «Mensalão»⁴⁹, uma crise ética que abala a credibilidade do PT, cai o ministro mais poderoso do governo Lula, o da Casa Civil, José Dirceu, tido como cérebro político do governo⁵⁰. Para substituí-lo é convocada a Ministra das Minas e Energia, que se torna a primeira mulher a exercer o governo da Casa Civil no Brasil e a segunda pessoa mais importante do governo Lula.

Ela assume, conforme relata Cunha (2009, sp.), “tentando desfazer a ideia de que era uma técnica fria substituindo um cérebro político. ‘Metas de governo são uma escolha política. Estou na fronteira, na interseção do técnico com o político.’”

Como chefe da Casa Civil, cargo que assume em 2005, passa a coordenar todo o trabalho do ministério. Toma para si a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – e o programa de habitação popular «Minha Casa, Minha

⁴⁹ Mensalão diz respeito ao ato de corrupção em que uma grande soma em dinheiro é transferida periodicamente e de forma ilícita para favorecer determinados interesses, no caso em questão, refere-se ao suposto esquema de pagamentos no valor de R\$ 30 mil que eram feitos mensalmente a deputados para favorecer interesses político-partidários do PT. O termo foi empregado pela primeira vez pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, publicada em 6 de junho de 2005.

⁵⁰ Os envolvidos no esquema do Mensalão foram julgados e condenados pelo Supremo Tribunal Federal, em 2013.

Vida». Coordena a Comissão Interministerial encarregada de definir regras para a exploração das reservas de petróleo na camada pré-sal e integra a Junta Orçamentária do Governo. Além disso, como observa Amaral (2011), ainda tem sob seu gerenciamento todo o funcionamento da Casa Civil, que inclui a tarefa de administrar o Palácio do Planalto, as residências oficiais, a frota de carros, restaurantes funcionais, telefones e serviços prestados ao Presidente e a sua família e aos cerca de dois mil funcionários envolvidos nas diversas funções afetas à casa Civil.

Os tempos na Casa Civil aproximam-na do Presidente Lula, com quem passa a se reunir para despachos, quase diariamente, para participar de audiências com outras autoridades e para lazer, com ele e sua família, nos finais de semana. “Torna-se assim, uma figura pragmática, de importância central no governo” (Dilma, 2011b, sp.) e pessoa de confiança do Presidente. Carvalho (2009, sp.) registra um comentário feito pelo Ministro Franklin Martins a respeito do relacionamento entre Lula e Dilma: “Eles têm uma relação de pai e filha. Ele, de um pai com um orgulho imenso da filha, por saber que ela tem qualidades, capacidade de ir ao essencial e produzir resultados. E ela o admira profundamente e tem uma absoluta lealdade a ele.”

Dessa forma, o caminho natural, quando Lula procura um candidato a sua sucessão, aponta para a ocupante da Casa Civil. Quando Lula lhe fala pela primeira vez sobre suas intenções, ela rejeita a ideia, mas paulatinamente vai conquistando confiança (Cabral, 2009b) e passa a se esforçar para incorporar o figurino de candidata: cuida da aparência física, renova o guarda-roupa, torna-se mais amena no trato com auxiliares, segue orientações de marqueteiros, tudo para conquistar o eleitor para quem não passa ainda de desconhecida.

Em 3 de abril de 2010 deixa a Casa Civil para se candidatar à Presidência da República, candidatura essa oficializada em 13 de junho, na convenção do PT, que segundo Amaral (2011, p. 241), “foi um show preparado pela equipe de marketing. O objetivo era destacar ‘essa novidade de ser mulher’”. É reafirmando essa ideia que ela enuncia em seu discurso: “nós, mulheres, nascemos com o sentimento de cuidar, amparar e proteger. Somos imbatíveis na defesa de nossos filhos e de nossa família.” (Discurso, 2010, sp).

Começa então a maratona de candidata, trilhando todo percurso que a batalha lhe reserva: viagens, reuniões, discursos, inaugurações, homenagens, entrevistas, participação em programas de rádio e TV, gravação de programas para horário eleitoral, conversas infundáveis com políticos e formadores de opiniões, tudo isso para crescer nas pesquisas e tentar vencer as eleições no primeiro turno.

A vitória, no entanto, não vem no primeiro turno, mas sim em votação de segundo turno, de eleições diretas, em 31 de outubro de 2010. Elege-se Presidente da República Federativa do Brasil, com 55.752.529 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e vinte nove votos) e pela primeira vez, no dia 01 de janeiro de 2011, uma mulher desfila em carro aberto, juntamente com a filha Paula, em direção ao Palácio do Planalto, para tomar posse do cargo, em sessão solene do Congresso Nacional.

Para finalizar o presente capítulo, que sumariza a caminhada emancipatória das mulheres e em especial a da Presidente, toma-se a liberdade de reproduzir o fechamento que Amaral (2011, p. 304) faz em seu livro sobre Dilma:

“A chave para entender essa trajetória talvez esteja na citação do escritor João Guimarães Rosa que Dilma escolheu para seu discurso de posse [...] ‘O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.’”

Capítulo 3 Poder, Crença e Ideologia

“Uma das maiores bênçãos do mundo, creio eu, é a incapacidade que tem a mente humana de correlacionar todos os seus conhecimentos. Vivemos numa plácida ilha de ignorância, em meio a negros mares de infinitude, e o Criador não pretendeu que viajássemos até muito longe. As ciências, cada qual se esforçando em sua própria direção, até agora causaram-nos pouco dano; mas algum dia, a concatenação de conhecimentos dissociados há de descortinar panoramas tão terrificantes da realidade, e de nossa pavorosa posição nela, que ou a revelação nos enlouquecerá ou fugiremos da luz fatal para a paz e a segurança de uma nova Era”.

H. P. Lovecraft

Poder, crença e ideologia são conceitos que se associam, embora possam ser colocados em campos semânticos diversos. Não há poder que se sustente sem o amparo da ideologia, que, por sua vez, mobiliza as formas simbólicas, crenças, a fim de que as relações de poder se tornem possíveis e até mesmo desejáveis.

Ao longo da história produziram-se muitos tipos de ideologias, quase sempre alicerçando e legitimando o poder político. Jeanne Hersch (1956) propõe certo número de tipos de ideologias como: fascista; comunista; liberal conservadora; democrática progressista; e democrática socialista. Na ideologia fascista cabia ao chefe a autoridade absoluta a fim de que conquistasse e mantivesse a grandeza da nação; a comunista, repousando na autoridade absoluta de um chefe ou de um partido, buscava a justiça e o bem-estar dos trabalhadores; a liberal conservadora defendia a democracia política e a hierarquia econômica, distinguindo patrões e assalariados; a democrática progressista preconizava a democracia política, sem unificar patrões e assalariados, mas atenuando a hierarquia econômica; a ideologia socialista mantinha a democracia política e proclamava a supressão da hierarquia econômica, igualando patrões e assalariados. Partindo de outra perspectiva, Nunes (1962) prefere falar em ideologias de conservação ou de domínio e ideologias de revolução. “Nas primeiras, a ‘vontade de poder’ é dirigida para manter a sociedade tal como é, inalterada na sua hierarquia de posições econômicas e sociais, rigidificada na sua estrutura e organização fundamentais” (p.15). Enquanto nas ideologias de revolução “a ‘vontade de poder’ é orientada para a mutação brusca de uma sociedade de certo tipo numa sociedade de tipo diferente, para a alteração profunda da

sua hierarquia de posições económicas e sociais, para a eliminação e substituição.” (p.15). Nunes (1962) alerta sobre a possibilidade de encontrar entre os dois tipos opostos de ideologia, a conservadora e a revolucionária, tipos intermediários como os de reforma que aceitam uma “acumulação progressiva” de mudanças, geralmente atenuando conflitos advindos das mutações bruscas (p. 16). Poder-se-ia enumerar outros esforços de tipificação, mas essa tarefa certamente iria se mostrar infrutífera, pois qualquer tipologia é fragmentária e reflete um momento histórico. Talvez seja mais produtivo, então, compreender como se expressa, com eficácia, a ideologia.

Moreira (2012, p. 249) chama atenção para o fato de que as ideologias “possam ser definidas como o conjunto e conceitos existenciais que orientam a luta pela captura, manutenção e exercício do poder político.” Na gênese desses «conceitos existenciais» poder-se-ia encontrar um sistema de crenças que balizaria as diferentes concepções políticas sobre a realidade da vida social, levando à construção heterogênea de um ideal nacional e partidário por grupos que aparentemente compartilham ideias.

Os grupos humanos têm seu comportamento “governado” por um conjunto de ideias que vão se infiltrando por entre as camadas sociais, até que sejam internalizados pelos membros da sociedade. A partir daí, esse sistema de ideias se transforma em sistema de crença, que passa a ser compartilhado pelo grupo, legitimando e justificando suas ações. Desse primeiro estágio advém a outra função da ideologia: a dominação. Esse tipo de dominação não é a funcional hierárquica, mas aquela obtida por meio da adesão «voluntária», em que se acredita na obediência por que essa é a forma natural e recomendável de se expressar e de se comportar.

Tendo esses dois estágios como ponto de partida, é que se passa a aceitar o fato de que alguém, legitimamente constituído, exerça o Poder, pois este é tido como desejável e necessário, e, em última análise, se espera que esse Poder seja hegemônico. Como alerta Moreira (2012, p. 148), “o principal problema do Poder é a obediência, e a experiência demonstra que, se tal obediência não for generalizada, o Poder é ineficaz.”. Como garantia de sua eficácia, põe-se em funcionamento o aparelho repressivo do Estado, de forma direta, a exigir a obediência, mediante os mecanismos legais de que dispõe, intermediado, na maioria das vezes, pelos aparelhos ideológicos, que darão a aparência e o convencimento de que assim se deve proceder pelo bem próprio e pelo bem comum.

Autores diversos, como por exemplo, Althusser, Gramsci e Bourdieu, cada um a seu modo, tratam da concepção de ideologia penetrando no campo dos aparelhos ideológicos, da hegemonia cultural e do «habitus», tendo em vista a questão da dominação material ou

simbólica. Seja qual for a perspectiva adotada, o fato é que se faz necessário assegurar o papel da ideologia na organização social e política, pois ela imprime coesão à sociedade e direciona a ação dos indivíduos, seja em estratégias de cooperação ou de conflito.

3.1 Poder: Diferentes Visões

O substantivo «poder» surgiu no século XIII da contaminação do verbo latino «potére», no sentido de «ser capaz de» com a locução do adjetivo «potis» «senhor, possuidor» e o verbo «sum», «ser», com o significado de direito e capacidade de decidir; ter voz de mando; ter autoridade; governar, exprimindo sempre força, persuasão; regulação; controle (Houaiss & Vilar, 2004).

Bobbio, Metteucci e Pasquino (1998, p. 933.), no *Dicionário de Política*, definem o verbete «poder» “como algo que se possui: como um objeto ou uma substância [...] que se guarda num recipiente. Contudo, não existe Poder, se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja” (p. 934). Entende-se, pois, o poder, como fenômeno social, não como coisa ou posse, mas como relação interpessoal. Podem-se distinguir dois tipos de poder: o potencial e o atual. O potencial é tido como a possibilidade de um indivíduo exercer o poder sobre outro, “a capacidade de determinar o comportamento dos outros” (Bobbio, Metteucci, & Pasquino, 1998, p. 936). O atual é “uma relação entre comportamentos” (p. 934), a ação efetivamente consumada. Assim, o poder não deriva apenas da posse de certos recursos, mas também da capacidade de influência exercida por um indivíduo ou grupo sobre outrem.

Nesse sentido, o Poder pode ser compreendido em três grandes classes. O poder econômico baseado na posse de certos bens, o ideológico fundamentado nas ideias disseminadas por pessoas e grupos revestidos de alguma forma de autoridade e o político que se relaciona à posse de instrumentos que asseguram mecanismos de coação. Ao poder político subordinam-se os demais.

Por outro lado, Moreira (2012) examina a questão do Poder sob três dimensões: a forma, a sede do Poder e a ideologia.

A forma refere-se às normativas legais que têm na Constituição escrita a sua expressão maior. A realidade dos fatos, porém, faz surgir um poder normativo que não se coaduna com essa “constituição formal” (Moreira, 2012, p. 129), que é tida “como ponto de referência em toda conduta aparente do Poder” (p. 128), surgindo assim, uma “constituição real” (p. 128). Pratica-se a «constituição real», mas se insiste na superioridade da «constituição formal» em

prol da importância política de que se deve revestir a imagem do Poder. No dizer de Moreira (2012, p. 129), “A imagem, que engloba todo o normativismo proclamado, tem a função política de facilitar os relacionamentos internacionais e de contribuir para a consolidação da obediência interna”, e se define com base nos “juízos populares de legitimidade do Poder.”

Como a força do Poder reside na obediência é preciso estabelecer como se dará a relação entre a sociedade civil e o aparelho do Poder. Aparece então sua outra dimensão: a sede do Poder político, que pode ser distinguida em «sede de apoio» e «sede de exercício». Nos regimes parlamentares ou assemelhados, por exemplo, é o partido majoritário que detém o exercício da sede do Poder, embora por sua adesão voluntária às decisões, também se identifique como a «sede de apoio». Qualquer que seja o regime político, no entanto, a luta central diz respeito à aquisição, manutenção e exercício do Poder (Moreira, 2012).

A terceira dimensão se relaciona à ideologia cuja «matriz originária» são as ideias, “que se multiplicam em ramos divergentes, pela diversidade de entendimento e pela agregação de juízos de valor, percepções, emoções e mitos” (Moreira, 2012, p. 251). Na composição das ideologias amalgamam-se, pois, os conhecimentos significativos advindos dos pensadores, mesmo que de forma residual, as valorações que permitem o julgamento das questões que se apresentam, bem como a esperança e crenças coletivas.

Sob uma perspectiva histórica, tem-se atribuído ao conceito de poder político diferentes nuances. No Egito antigo ele estava associado à mitologia e ao misticismo. Na Grécia, o poder se concentrava nas cidades-estados. Em Roma, uma única classe social o detinha. Na Idade Média, a Igreja reunia além do político os poderes econômico, religioso e intelectual.

Com o desenvolvimento da concepção antropocêntrica surgem diversos pensadores com entendimento peculiar do que seja o poder político. Para Maquiavel (2006) é possível exercê-lo com o apoio do povo, pois só assim o Príncipe pode-se conseguir efetivar-se e manter-se no poder. Para obtê-lo é necessário cultivar a «virtù» entendida como «energia, vigor, talento» e se apropriar da fortuna. A «virtù», ação voluntária, racional, livre, se construiria na arte de bem guerrear, não esperando apenas o transcorrer dos acontecimentos. O Príncipe deveria agir prontamente, reprimindo o mal em seu nascedouro. Quanto à fortuna, os homens de ação poderiam ser por ela agraciados, desde que ousassem nos negócios e não sucumbissem diante da falta de «virtù».

Na concepção de Maquiavel (2006) a vida política tem exigências próprias que não se subordinam aos imperativos universais do bom e do justo. O que primeiro importa na política

não é a moralidade cristã e sim a questão da eficácia das ações. Política e moral pertencem a sistemas éticos distintos. “Donde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a não ser bom e usar ou não da bondade segundo a necessidade.” (p. 91). Quando essa necessidade se impõe, o que impera não é a ética política, mas a «Razão de Estado» e sob essa bandeira, o Príncipe está autorizado a infringir tanto a moral quanto as normas legais. Para ver cumpridas suas determinações, garantir a manutenção de seu poder e para que o Estado possa realizar suas funções, o governante dispõe do império da força. “[...] existem dois modos de combater: um com as leis, o outro com a força. O primeiro é próprio dos homens, o segundo, dos animais; como o primeiro modo muitas vezes não é suficiente convém recorrer ao segundo.”(p. 102). Para guiar suas ações e conservar-se no Poder, não se deve, portanto, manter as virtudes tradicionais da moral cristã. Entretanto, como o governante será julgado por suas ações, dentro de uma tradição moral, ele precisa agir como tal. Essa contradição se resolveria apelando-se para o mundo de aparências que a política encerra. É preciso mentir, dissimular, simular, enfim, cuidar para que suas ações pareçam virtuosas. “Todos veem o que tu aparentas, poucos sentem aquilo que tu és.” (p. 105).

Outra maneira de se manter no Poder pode ser aferida em Platão, ao tratar do conceito de justiça, mais precisamente no episódio em que Sócrates trava um debate com Trasímaco, no Livro I. Trasímaco propõe que “justiça não é outra coisa senão a conveniência do mais forte.” (Platão, 2005, 338c, p. 18). Longe de ser uma provocação, a posição de Trasímaco remete à impossibilidade da natureza do poder, de qualquer espécie, de ser imune à ideologia ou à política, ou à lei e, por isso, ter um caráter sempre opressivo. Sócrates, ao contra argumentar, afirma que o conceito de justiça deve ser propagado em benefício dos governados, para que compreendam que quando se vive em harmonia, a vida é justa e que cabe aos governantes promover essa harmonia. Trasímaco não se deixa convencer e retruca que os que dispõem do poder, cuidam de seus governados, mas para deles tirar proveito. Os argumentos de ambos se multiplicam e o que se pode inferir da tensão dialética é que, mesmo quando se trata das leis estabelecidas, quem tem o poder, sob a prática da busca da conveniência do mais fraco, ou seja, com a finalidade de exercer corretamente a justiça, busca, na verdade, o interesse político, a conveniência do mais forte, e consequentemente, a manutenção do Poder.

Após o embate com Trasímaco, Glaucon, que estava com eles, passa a questionar Sócrates a respeito das três modalidades dos bens desejados pelos homens: “os que buscamos por eles mesmos, outros por eles mesmos e pelas vantagens a que se lhes vincula e terceiros, enfim, por estas exclusivas vantagens” (Platão, 2005, 358c, p. 20). Diz, então, que a justiça está

inserida na terceira categoria e segue argumentando que a justiça gera honrarias, apesar de ser difícil o seu cumprimento e do fato de haver sanções quando do cometimento de injustiças. Declara que “No fundo nenhum homem é voluntariamente justo. Desde que disponha do poder de praticar, sem risco, o mal, o próprio sábio não resiste à tentação” (p.20). Refere-se então à fábula do anel de Giges, do qual se apossou o pastor, e colocando-o em seu dedo, ao girar o engaste para um lado da mão se tornava invisível, e ao girá-lo de volta, recuperava sua visibilidade. Continua sua defesa afirmando que se fosse dado a qualquer homem esse mesmo poder, ele praticaria a injustiça, visto estar impedido de ser reconhecido, e completando seu argumento, afirma: “o que prova que a justiça, praticada por si mesma, não passa de logro.” (p. 20), no sentido de que o melhor é se parecer justo, mesmo não o sendo. Essa conclusão de Trasímaco, certamente teria a concordância de Maquiavel.

Independentemente da época, a luta pelo poder é uma constante na história da humanidade. O Estado comporta uma correlação de forças entre os que desejam oprimir e os que buscam a liberdade. Na conquista e manutenção do poder tudo é válido: “[...] o homem faz o bem quando se sente coagido a isso e o mal cada vez que tem ocasião” (Ames, 2002, p. 123).

O pensamento revolucionário de Maquiavel a respeito da “arte de governar”, trazendo a dessacralização e humanização da política, no início do século XVI, encontra ressonância entre os teóricos dos séculos XVII e XVIII, especialmente nas figuras dos pensadores ingleses Hobbes e Locke.

Em Hobbes (2008) pode-se encontrar a ideia do poder centralizado nas mãos do monarca, pois só assim, pode-se viver em paz, uma vez que desse modo existe uma força capaz de manter a todos em respeito. A legitimidade desse poder assenta-se na vontade livre de indivíduos livres, no consenso estabelecido entre eles, e é assegurada ainda pelo interesse de todos em viver em segurança, livres do medo da morte repentina e violenta. O interesse individual, o bem estar e a segurança de cada um na esfera da vida privada fazem com que o poder político e as relações sociais se fundam. Cada súdito transfere ao poder soberano os seus direitos e endossa todas as ações por ele desempenhadas. O dever de obediência dos súditos perdura enquanto o soberano for capaz de protegê-los, uma vez que a finalidade da obediência é a proteção. Nas mãos do soberano está, portanto, o exercício do poder absoluto – fundado na representação - e irresistível, sem subordinação sequer a uma Carta Magna, o que garantirá a todos a tão sonhada paz e segurança.

Ao alienar seus direitos e poderes ao Soberano – o Estado – os súditos não delegam a ele o Poder. A representação que lhe atribuem é fiduciária, uma vez que o pacto a respeito da

representação da vontade geral é firmado pelos homens naturais entre si: “Cedo e transiro o meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires para ele o teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações.” (Hobbes, 2008, p. 61). O único direito a que o homem não renuncia é o direito à vida e se o Soberano não puder preservá-la, o pacto deixará de existir e o homem regressará ao estado de natureza, passando a agir como lhe aprouver, retomando sua liberdade e tendo que defender-se a si mesmo.

Diferentemente de Hobbes, o poder para Locke (2009) é limitado, divisível e resistível. A descentralização do poder, na concepção de Locke, devolveria ao povo a soberania e limitaria a ação do governante. O Estado deveria ser organizado pelo consenso entre os cidadãos, mas os direitos e poderes individuais seriam inalienáveis. Cada pessoa é livre para escolher suas próprias ideias religiosas, políticas ou filosóficas e defender suas convicções. “Se todos os homens são [...] livres, iguais e independentes por natureza, ninguém pode ser retirado deste estado e se sujeitar ao poder político de outro sem o próprio consentimento” (p. 61). Teria ainda o direito de se opor a toda e qualquer ilegalidade cometida por seus representantes e de se rebelar contra qualquer tipo de opressão. [...] “cabe ainda ao povo um poder supremo para afastar ou alterar o legislativo quando é levado a verificar que este age contrariamente ao encargo que lhe confiaram.” (p. 72). Trata-se, pois, de uma delegação e, por isso, revogável se o contrato não for cumprido.

A fórmula ideal de Poder, buscada pelos gregos, constitui-se também preocupação de Montesquieu (2007, p. 200). Para ele, a liberdade política deve ser limitada pela moderação do poder, pois “o homem que tem o poder é tentado a abusar dele”. O princípio basilar da liberdade política reside no exercício comedido do poder. As leis estabelecem as condições necessárias para se concretizar a liberdade política como expressão de cidadania. A natureza das leis compreende três dimensões: a primeira está vinculada à ideia de Deus; a segunda refere-se à finalidade transcendental, humana ou natural; a terceira relaciona-se à autoridade. As concepções de poderes envolvem a Monarquia cujo princípio é a honra, a República que tem na virtude sua pedra de toque e o Despotismo que se sustenta no medo. Enquanto a honra é uma paixão social, a virtude é uma paixão política, a supremacia do bem público. Na moderação dos poderes repousam o equilíbrio e a estabilidade política. O respeito às leis é condição fundamental para que nenhum poder se torne ilimitado.

No entendimento de Rousseau (2002), o governante é o representante da soberania popular. Os indivíduos aceitam perder a liberdade civil para ganhar a cidadania. Cada indivíduo

é ao mesmo tempo um cidadão e um súdito: como cidadão partilha a autoridade soberana, como súdito deve obediência às leis do estado.

Na concepção de Rousseau, a ideia de entregar o Poder a todos não é viável, nem tampouco é aconselhável que os que fazem as leis as executem, uma vez que “nada é mais perigoso que a influência dos negócios privados nos interesses públicos” (Rousseau, 2002, p. 93). Ressalte-se que democracia a que se refere o autor é aquela em que o povo atua como organismo capaz de exercer funções relativas ao legislativo e ao executivo, muito diferente, pois, do conceito de democracia representativa que, aliás, recusa. Daí as suas críticas ao sistema inglês.

Ao deliberar em assembleias o povo se constitui o Soberano e ao cumprir o que foi decidido como corpo político, torna-se o Estado, alternando-se, então, as funções do corpo político: cidadãos ao exercerem a atividade soberana; súditos ao serem submetidos ao Estado. No entanto, por concentrarem tais poderes, os cidadãos, certamente, irão defender questões particulares e serão mais susceptíveis à corrupção. Nesta forma de governo, não se tem verdadeiramente uma democracia, visto que “contraria a ordem natural o grande número governar e ser o pequeno governado.” (p. 94), além do mais, é impossível o povo se reunir incessantemente em assembleias, para deliberar sobre os negócios públicos. Ademais, se para isto, se estabelecessem comissões, a forma de administração seria modificada.

Embora recomendasse a criação de pequenos-estados e reconhecendo as dificuldades de se transpor o modelo da democracia direta para os grandes Estados, Rousseau é incisivo ao defender que o povo deva ratificar as leis, garantir a soberania, resolver assuntos importantes e de interesse coletivo, e não quebrar a vontade geral, propondo para isso, a realização de assembleias periódicas, para as quais os cidadãos seriam legitimamente convocados⁵¹. Uma vez que não se representa a vontade e não se aliena a soberania, no poder legislativo o povo não pode ser representado, “os deputados do povo não são, pois, nem podem ser seus representantes, são, quando muito seus comissários e nada podem concluir definitivamente” (p. 131); toda lei que carece da ratificação popular é nula. Somente a participação efetiva do cidadão garante o bem comum e o exercício de direitos. Para que se construa uma sociedade livre, justa e igualitária, não se prescinde da democracia direta. O Contrato Social é, portanto, a base legítima para que os cidadãos possam viver em consonância aos pressupostos da liberdade.

⁵¹ Essa ideia de Rousseau pode ser identificada nas formas de referendos e plebiscitos praticados em muitos governos.

Pelo Contrato Social, o homem abdica de sua liberdade natural ou “o direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar”, e obtém a liberdade civil “e a propriedade de tudo que possui” (Rousseau, 2002, p. 31). Assim, cada indivíduo abre mão de sua liberdade natural para fazer parte da nova ordem civil, que represente uma vontade geral, assegurando uma condição de igualdade para todos.

Para Rousseau (2002), o soberano é o povo, entendido como vontade geral, pessoa moral, coletiva, livre e corpo político de cidadãos. O povo é o único a determinar o funcionamento do poder político. Os indivíduos, pelo contrato, criaram-se a si mesmos como povo e é a este que transferem os direitos naturais para que sejam transformados em direitos civis. Assim sendo, o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular.

Desse modo, com a modernidade no século XVIII, o poder absoluto passa a ser questionado, sofrendo restrições em sua amplitude, uma vez que nele se introduz a ideia de legitimidade e como aponta Rousseau, a sociedade se empodera perante os governantes e passa a exercer controle sobre eles.

Em Weber (1999), o poder é “a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade.” (p.43), ou seja, faz-se necessário ter alguma coisa a mais em relação aos outros para que este poder se legitime e implica em utilizar todos os meios possíveis para alcançar o fim desejado. O poder legitimado pode se transformar em autoridade, espécie de «dominação legítima», um caso especial de poder. Na dominação manifesta-se a vontade do dominador e esta influi sobre os atos de outros. Assim, na concepção weberiana, poder é um conceito mais genérico enquanto dominação é um conceito mais específico.

Para a existência do Estado, conforme assegura Weber (1999), é preciso que as pessoas obedeçam à autoridade dos que detêm o poder. Ao passo que a obediência por parte dos dominados só é conseguida se a autoridade for reconhecida como legítima. Três são os tipos de dominação apontados por Weber: tradicional, legal e carismática. Na dominação tradicional, do tipo patriarcal e patrimonialista, o senhor comanda seus súditos e não há dúvidas quanto a sua autoridade. Na dominação legal, burocrática, as regras impessoais e hierárquicas são racionalmente criadas e compõem um estatuto que vai reger as relações entre patrões e empregados. Na carismática, o líder é reconhecido como tal e legitimado por seus seguidores que reconhecem nele características de senhor e guia.

O conceito de poder para Bobbio (2008) advém de dois percursos teóricos distintos: o jurídico e o político. O primeiro parte em busca daquilo que torna legítimo o poder, o direito; o

outro, daquilo que torna efetivo o direito, que é o poder. O direito é produto do poder, não importa se oriundo do povo ou derivado do governante, desde que se trate de um poder, por sua vez, derivado do direito.

O chamado poder do Estado, exercido por um governo sobre uma população não é simplesmente o poder que qualquer um exerce sobre o outro. O elemento que diferencia a relação definida como poder estatal das outras relações de poder é ser regulado juridicamente. Isto significa dizer que o poder exercido como governo do Estado é autorizado por um ordenamento jurídico, produzindo e aplicando normas jurídicas, inferindo-se que o poder estatal tem caráter normativo.

A doutrina do Estado de Direito para Bobbio (2008) prevê movimento do Direito ao Poder e do Poder ao Direito. Nesse sentido não é a autoridade que faz a lei, e sim «a lei que faz o rei», que confere autoridade à pessoa que dela é investida e age em conformidade com ela.

Na concepção de Arendt (1985, p. 24), o poder não é uma forma de violência, e só é legítimo quando provém de um consenso:

“O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo, pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome”.

Destacam-se, na definição de poder proposta por Arendt (1985), quatro aspectos: “é um fenômeno do campo da ação humana” (Perissinotto, 2004, p. 118); também é um fenômeno que pertence à ação coletiva; tem seu início a partir da formação de um grupo, desaparecendo quando este se desintegra; e estar no poder implica na autorização concedida pelo grupo para falar em seu nome. O poder –«ação política» – tem na interação humana, seu fim último. A autoridade reconhecida e exercida dispensa a coação. A obediência surge a partir desse reconhecimento.

Nesse sentido, a relação de mando e obediência, embora hierarquizada, não se reveste da conotação de violência, uma vez que não faz uso de recursos da força para funcionar; por outro lado, não se constitui igualmente um instrumento de persuasão, uma vez que a relação não é igualitária, com a obediência advinda do respeito.

Gramsci (2006) observa que "a concepção de poder é estendida para incluir ‘um vasto arranjo de instituições por meio das quais as relações de poder são mediadas na sociedade:

educação, a mídia de massa, parlamentos e tribunais, todas são atividades e iniciativas que formam o aparato político e cultural da hegemonia das classes dominantes” (p. 244). Argumenta que a conquista de hegemonia antecede a conquista do poder e entende a hegemonia como a capacidade que as classes dominantes dispõem para manter o poder, fazendo uso do consenso ao invés da coerção. De acordo com Gramsci (2006) não é pela força e violência que uma classe se mantém no poder e, sim, pela obtenção do consenso, obtido na sociedade civil. Assim, a hegemonia vai além do partido como dirigente de uma classe, mas abarca outras instituições sociais e culturais e com elas constrói uma nova hegemonia.

Bem diferente das visões tradicionais é a concepção de poder apontada por Foucault para quem não seria recomendável elaborar uma teoria do poder uma vez que assim o fazendo dever-se-ia considerar que o poder emerge em um determinado lugar e em um tempo dado, reconstruindo dessa forma a sua gênese. Para Foucault (2001, p. 141):

“O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos”.

Nesse sentido não se pode falar de um lugar localizado onde o poder se aloja e se irradia, nem tampouco entender que existam guardiões ou titulares do poder, responsáveis por sua manutenção e outorga. Muito embora não se tenha um titular do poder, ele é exercido sempre em uma direção, dito de outra forma: não se possui o poder, mas o poder se pratica.

Com relação ao fato de o poder «abarcas um número considerável de fenômenos», Foucault (2001) observa que o poder é um acontecimento relacional dinâmico que se pratica em rede, isto é, algo que só pode ser percebido e exercido em uma relação, entendido como o poder de uns sobre outros que se apresenta como algo “enigmático, ao mesmo tempo visível e invisível, presente escondido, investido por toda a parte.” (Foucault, 2001, p. 44). Trata-se de uma rede de micropoderes que atravessam toda estrutura social e que não emanam do centro (Estado), mas pelo contrário, convergem da periferia em direção à estrutura mais geral. Dessa forma, alerta que o poder não é exclusivo da esfera pública e que pode ser encontrado na esfera privada, nas relações familiares não-politizáveis e na vida em sociedade em geral.

O poder na concepção foucaultiana estrutura a sociedade e a mantém hierarquicamente organizada, por meio dos micropoderes que gravitam em seu interior. “Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 2001, p. 141), exercido em domínios e extensões variáveis. Essas

relações de poder são móveis, reversíveis e instáveis. Só acontecem se houver pelo menos certa liberdade das partes envolvidas, com possibilidade de imposição de resistência de um dos sujeitos.

Poder e saber se implicam mutuamente e entre eles não se estabelece uma associação denexo causal. Em toda relação de poder há constituição de um campo de saber, enquanto todo saber sugere a existência de um poder. Como observa Machado (2001, p. XXII) “todo agente do poder vai ser um agente de constituição do saber, devendo enviar aos que lhe delegaram um poder, um determinado saber correlativo do poder que exerce”. No entanto, o poder que o saber possibilita não é repressor, pois se assim fosse, não obteria a adesão das pessoas que iriam se mostrar resistentes a sua dominação; pelo contrário, este tipo de saber funciona como agregador, uma vez que ele se configura como verdadeiro.

As formas de vigilância constante para assegurar a hegemonia do poder revelam, no entender de Foucault (2004a), sua fragilidade e impotência, pois se ele fosse onisciente e onipotente não necessitaria desenvolver ações contínuas de monitoramento.

No entanto, as fronteiras entre poder e violência provaram, conforme assegura Foucault, ser permeáveis, existindo entre ambos, se não uma violência declarada, pelo menos uma dominação implícita, em que há a subjugação de um à vontade de outro ou de alguns. Em suas próprias palavras:

“Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social” (Foucault, 2001, p. 102).

Isto posto, não se deve entender o poder como meio de aprisionamento, pois desde que se estabeleçam determinadas condições e estratégias precisas há sempre possibilidade de contrapor-se às formas de dominação. Assim, para o funcionamento do poder é preciso exercê-lo por meio de estratégias e colocar em jogo, táticas e técnicas que garantam a efetividade das ações.

3.2 Imposição da Crença

Se para Foucault o poder é sujeição e não instrumento, como já se pode encontrar no entendimento de Weber (1999), para quem o poder implica em utilizar todos os meios possíveis para alcançar o fim desejado, um poder legitimado que pode se transformar em autoridade, espécie de «dominação legítima», o poder arendtiano – «ação política» tem na interação humana seu fim último. A autoridade reconhecida é exercida dispensando a coação. Eis aí o processo de reconhecimento natural instaurado em uma relação que implica respeito, obediência e admiração.

No caso do poder da Presidente, desempenhado pela primeira vez por uma mulher no Brasil, a maneira de exercer a autoridade ou «dominação legítima» parece se fazer por meio da imposição, consciente ou inconsciente, de uma marca. Na obra de Bourdieu (2008) intitulada *A Produção da Crença*, essa «grife» trazida à discussão nada mais é que um capital de prestígio ou de «autoridade» que se empresta algo ou alguém a fim de convertê-lo em capital simbólico. Subentende-se que o prestígio e a autoridade da Presidente, ao sublinhar a mulher em discurso público, não deixaram de ser a força conversora de um capital cultural em capital simbólico disputado. Para o autor, o mesmo ocorre entre o «marchand» de quadros e o pintor, entre o editor e o autor, entre o diretor de teatro e o ator, o «chefe» e o cozinheiro etc. No fim, há similitude, tal como assim o exemplifica em sua obra, entre uma prática que “consiste em adquirir um nome, um nome conhecido e reconhecido, capital de consagração que implica um poder de consagrar, além de objetos, pelo efeito de grife ou assinatura, ou de pessoas, pela publicação, exposição, portanto, de dar valor e obter benefícios desta operação” (p. 20).

Há um processo comum de transferência de capital simbólico entre os «banqueiros culturais», como «marchand» de quadros, editor e outros, em que a arte e os negócios se encontram, e os «banqueiros simbólicos», aqueles que «empenham como se diz, seu prestígio», ou que oferece, como garantia, todo o capital simbólico acumulado.

Ao trilhar esse caminho em permanente construção, eivado de avanços e recuos, críticas e elogios, derrocadas e sucessos, faz-se imperioso adotar referencial teórico de suporte, de fôlego tripartite – em primeiro lugar, os predicados da figura do intelectual, em segundo, os contributos de aparelhagem e disseminação ideológicas de consubstanciamento do «lobbie» e, em terceiro, a imanência do poder oriunda da figura do intelectual.

O indispensável respaldo tridimensional, nesse caso, tem em Bobbio uma das fontes adequadas ao objeto deste estudo, uma vez que essa abordagem permite transitar sincronicamente os três significados: o de intelectual, melhor invocado aqui como sendo ele capaz de atuar nas condições de sujeito da situação política, sob a afirmação de que “os meios com os quais os intelectuais podem tornar conhecidas e fazer valer suas próprias ideias são enormes” (Bobbio, 1997, pp. 93-94); o de ideologia e o de poder se funde na expressão poder ideológico, o que em circunstância política pode-se denominar poder ideológico do intelectual, pois como afirma Bobbio (1997, p. 11).

“Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos, como o poder político [...], não sobre a posse de bens materiais [...], mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra”.

Esse poder ideológico do intelectual é exercido por meio da ação linguística que possibilita o partilhamento intersubjetivo, como bem destaca Habermas (1984, p. 209): “na ação comunicativa os indivíduos aparecem como seres intercambiáveis e manifestam-se em sua subjetividade” e são obrigados a se entender e a reconhecer a necessidade do acordo mútuo.

Bobbio (1997) sublinha a importância desse agente como força difusora de ideologia, sobretudo aquele “com os pés na terra” (p. 14) ou com a “função nobre de custodiar a verdade acima das facções em luta pela conquista do poder mundano” (p. 11), ou ainda com a missão de “desempenhar o papel de oráculos” (p. 10).

Em contraste com a posição defendida por Bobbio (1997), pelo menos no que se refere ao poder ideológico do intelectual, João de Almeida Santos (1999), embora reconheça a íntima relação do intelectual com o Poder no passado, advoga a ideia de que na contemporaneidade o intelectual perdeu sua função em virtude da “fragmentariedade constituinte do mundo moderno e com a natural perda do poder estruturado da razão filosófica, do poder unificador da razão” (p. 21). Essa fragmentação seria decorrente das mundividências advindas das visões apreendidas pelo «olho eletrônico» que tudo capta, “sem necessidade de pré-elaboração, de esforço reflexivo.” (Santos, 1999, p. 14). Assim, dispensa-se a sabedoria, nos moldes da tradição humanista, e todos ou quase todos os homens, são chamados a desempenhar a função de intelectual, uma vez que há uma progressiva “«chipização» dos meios e dos processos” sociais (p. 215).

Se esse intelectual responsável pelos quadros de referência de uma cultura, criador de categorias de pensamento, deixou de existir, o «intelectual orgânico» de Gramsci (1982), aquele que ajuda a construir a hegemonia da classe social a que pertence – no caso em questão a classe dirigente –, pode ser identificado na figura da Presidente, uma vez que investida de poder e imbuída de ideologia, possui espaço privilegiado para legitimamente implementar sua marca e assegurar a autoridade conquistada.

Tomando bases explicativas de Bourdieu (2009), em suas considerações referentes à representação política e campo político, verifica-se que demandas externas, como a de mulheres em postos de comando, podem se fazer sentir no campo político “por intermédio sobretudo da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as organizações” (p. 164).

A atitude/iniciativa de Dilma fez aguçar o olhar para o papel e a força da mulher no comando. De certo modo, despertou o olhar interesseiro além da administração pública e assanhou a gerência privada a ousar com o desafio de Dilma de atrair a potencialidade da força feminina ao poder.

Afinal, já postulava Bourdieu, “o campo político é o lugar, onde se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos” (p. 164).

O discurso da Presidente, intencional ou inintencionalmente, despertou a concorrência como propagandista de um produto. Para Bourdieu (2009), a intenção política só se constitui na relação com um estado de jogo político (p. 165). Neste caso, “a manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um acto de instituição e representa por isso uma forma de oficialização de legitimação” (Bourdieu, 2008, p. 165).

Ao fazer o percurso do espaço privado para o público, a Presidente divulga a imagem da força do comando feminina como vitrine do empreendedorismo. Na realidade, inaugura uma posição de vanguarda ao se revestir do poder, como matriarca na terra até então dominada pelo patriarcado.

Quando se fala de vanguarda, substantivo feminino, nada mais recomendável do que remeter ao significado semântico da palavra, posto em Houaiss e Vilar (2004): “[...] 2. posição que encabeça uma sequência, dianteira, frente; 3. fig. Parcela da «intelligentsia» que exerce ou procura exercer um papel pioneiro, desenvolvendo técnicas, ideais e conceitos novos, avançados” (p. 2827). Daí sucede ser necessário buscar o termo vanguardeiro, o adjetivo daquele que pratica vanguarda. “1. que ou aquele que marcha na vanguarda; que ou aquele que

defende ideias inovadoras (em política, arte, estilo de vida etc.); vanguardista” (Houaiss, 2004, p. 2827). E não menos procedente anotar o substantivo masculino referente, isto é, vanguardismo, como sendo um “2. movimento [...] de características militantes e avançadas” (Houaiss & Vilar, 2004, p. 2827).

A atitude da Presidente Dilma, de explicitamente evocar, enaltecer e prometer abrir espaço ao feminismo em sua gestão não deixa de remeter a uma vanguarda, seja ela sabedora da sua condição de primeira mulher Presidente no país; seja na tentativa habermasiana de marcar época; seja no intento de demarcar um limiar histórico; seja na forma de captar o momento e não permitir a terceiros que lhes roubem a oportunidade de preencher com galhardia e plenitude essa façanha insolitamente conquistada; seja na intencionada e consciente maneira de registrar uma espécie de grife, a grife feminista no poder; seja na perseguição de uma vanguarda consequente e conseguinte, a de semear e plantar agora uma corrente ou movimento que transcenda seu governo e, já afiançando projetivas de ostentar sua marca consignada à frente de novas e posteriores investidas políticas, quais sejam seus limiares.

No percurso dessa trajetória em construção, a familiaridade com movimentos de características militantes e avançadas – cuja essência é o próprio significado do vanguardismo que vem prometendo instaurar desde o discurso de campanha – não deixa de ser poderosa fiança de mais acertos e menos erros no alicerçamento e difusão de seu cacife em prol do ativado caciquismo político de ordem – a hora e a vez da mulher. Usa, por assim dizer, o chamado «poder de nomeação», de Bourdieu (2009).

Na corrida por essa espécie de vanguarda de posição, não deixa de praticar luta simbólica na produção do senso comum, tal com o sugere Bourdieu (2009) no processo da «nomeação» legítima como certa posição oficial, mormente explícita e pública – a verdade é que na função de agente catalisador lança mão, com o investimento, do capital simbólico que veio acumulando ao longo de sua trajetória política, nas lutas anteriormente empreendidas, valendo-se do poder que lograram sobre as taxionomias instituídas – a exemplo dos títulos e cargos de prestígio alcançados. É a manifestação declarada “do ponto de vista autorizado de uma agente autorizado” (p. 146), na vez de um prefaciador de prestígio ou de um ator político consagrado e, acima de tudo, “o ponto de vista legitimado do porta-voz autorizado, do mandatário do Estado” (p. 147), cuja nomeação se vê revestida de oficialidade.

A lógica da nomeação é tão mais evidente no caso do título. O capital simbólico envolvido na titularidade auferida não está somente no caráter prestigioso daquele que é conhecido ou célebre, mas, além disso, reconhecido por uma instância oficial. Visto dessa

forma, o título é um capital simbólico institucionalizado de peso legal e não somente legítimo, assim como o prestígio advindo do título pode até mesmo transcender o valor relativo do trabalho envidado com agente.

Ao anunciar posição de vanguarda, tudo é endereçado e nada é inocente, aleatório, como sugere Bourdieu (2008). Na concepção do referido autor, são meandros próprios de «produção da crença», processo que analisa com exaustão na obra assim intitulada, o que lhe permite defender que nenhum ato é desinteressado quando se trata de produzir a crença.

A diversidade das formações sociais, segundo o autor retro citado, depende do grau de objetivação do capital social acumulado. No caso em questão, é grande o grau de objetivação do capital social acumulado pela Presidente, por ser a primeira mulher a ocupar este cargo no Brasil, no limiar do século XXI. À luz do conceito de capital acumulado, quando se procede a um ato, por mais trivial que o seja – a exemplo de vestir uma roupa, de pendurar determinado quadro na parede, ou de citar um livro – não se foge à premissa de aí estar obviamente respondendo a um «habitus» e indubitavelmente relacionado às estratégias operadas por um campo ou por determinados agentes desse campo.

Aí reside, entre tantas outras, prolífica matéria prima da cultura e dos mais variados modos de criação e relação social que transcende a sociologia da reprodução de Bourdieu. A rigor, ela é hoje uma sociologia da produção dos conhecimentos e das práticas sociais, sobretudo a partir da década de 1980, quando passou a ser referência para análises socioculturais mais amplas. Não por acaso, passou a ser lido no Brasil com o sociólogo da cultura.

Nessa vertente, indo além da contribuição do pensamento clássico, reintroduziu a análise sobre o caráter político das instâncias de socialização, produção e consagração cultural. Sob a originalidade do conceito de violência simbólica, explicita as articulações entre dominação cultural e dominação política. De Bourdieu extrai-se, então, a ideia de que a base por excelência do poder não deriva apenas da riqueza material e cultural, mas da capacidade que estas têm em transformá-la em capital simbólico. Em outras palavras, coloca em mira um poder sutil, uma forma desconhecida e oculta de outras formas e, mais especificamente, o que interessa no presente estudo, de jeitos pessoais e próprios de exercer o poder, responsável pela manutenção da ordem.

Na busca desse jeito pessoal de exercer o poder, elege-se como estratégia um jogo de palavras a priori bem pesquisado, tendo-se em conta que o poder das palavras, como adianta Bourdieu (2008), não reside tão somente nas próprias palavras. Certa dose de sagacidade

permite aquilatar que ele reside muito mais nas condições que dão poder às palavras, condições essas capazes de criar a chamada “crença coletiva” (p.162), que vai se consumando e consolidando através de determinado uso das palavras. A força de disseminação da crença, por sua vez, vai depender do cacife de quem faz esse uso. A imposição de valor, simbolizada pela grife, representa um autêntico caso, intitulado por Bourdieu (2008, p.162), de “operação de transferência de capital simbólico”, por meio da qual um agente ou a instituição que ele representa, age por intermédio de uma figura credenciada que empresta a sua grife, com o objetivo de atribuir valor a determinado produto.

Essa operação não foge à regra geral das leis que organizam a acumulação do capital simbólico e sua circulação. Ela antecipa a colheita de resultados bem sucedidos. Ela mostra a estruturação do campo que de fato funciona, pois aí residem as condições possíveis de alquimia social e a consequente transubstanciação de que é capaz, e não como ingenuamente se possa pensar, na figura isolada de tal ou qual agente ou instância, ainda que se apostasse na combinação de todos esses fatores – agentes, instâncias, instrumentos e até mesmo circunstâncias favoráveis.

No processo de produção da crença, cunhado por Bourdieu (2008), o poder do criador nada mais é que “a capacidade de mobilizar a energia simbólica” (p. 162). Uma mobilização coletiva, empreendida pelo conjunto dos agentes comprometidos com o funcionamento do campo – a bem a verdade aí se incluindo arautos marqueteiros políticos, jornalistas escalados para propagar as operações de valorização dos criadores, devidamente municiados de toda a sua estrutura viabilizadora de suporte, tais como, jornais, revistas, livros, mídia eletrônica, imprensa falada, e, por fim, outros criadores, designados a afirmar o valor das implicações da concorrência.

A atribuição de valor, antes pensada como resultado de uma edição pessoal, limitada, ou marca de competição exclusiva, tende a ser hoje cada vez menos admitida pela capacidade técnica do artífice. Ganha seguidores a ideia de que quem estabelece o valor da obra política não é o produtor de um objeto único, por mais carismático que pareça, mas aquele detentor de um capital de autoridade específico – como sugere Bourdieu (2008), nos percalços da produção da crença – a totalidade do campo, composto por críticos, marqueteiros, jornalistas e outros políticos consagrados, assim como todo o aparelhamento sustinente de produção do capital simbólico, “produzindo a crença nos efeitos de uma forma particular de alquimia social” (p. 163).

Quando se trata de produção de bens simbólicos, instituições aparentemente encarregadas somente da circulação são também intencionalmente instituintes do aparelho de produção destinado a produzir não apenas o produto, mas, sobretudo, a crença no valor desse produto. A nenhum incauto ocorreria dissociar os dois aparelhos – o de produção de indulgências ou exorcismos e o aparelho de produção da demanda que ela supõe. Esse é o mecanismo utilizado em todas as formas de bens simbólicos, destaca Bourdieu (2008). Não há trabalho de fabricação propriamente dito sem o correspondente trabalho coletivo de produção do valor do produto e, ainda, do interesse pelo produto. A crença, em termos, não é orquestrada sem o “conluio objetivo dos interesses” (p. 163), daqueles encarregados de produzi-la, promovê-la, celebrá-la, enaltecê-la à custa de desvalorização de concorrentes, e assim por diante. Em um campo planejado e orientado com tantos objetivos subjacentes, as pré-estabelecidas estratégias, todas altamente eufemizadas, no fim, resultam inseridas em uma operação mais ampla e mais complexa: a produção de um mercado favorável à crença que se quer instilar. Para Bourdieu (2008), o sucesso pleno da alquimia social só é obtido porque a verdade central do sistema escapa a muitos daqueles que participam de seu funcionamento. Entende ser até impossível que este ou aquele agente, chamado a contribuir para o funcionamento do campo, possa entender o mecanismo em toda a sua extensão, por isso, seja capaz de apreender o real fundamento dos poderes para quem presta contribuição. O fato é que o sistema e os efeitos do sistema nunca revelam a sua natureza, ou seja, a verdade sobre as engrenagens e usos da produção da crença.

Na prática, a luta pelo domínio da legitimidade no campo da produção de bens simbólicos concorre para o fortalecimento dessa legitimidade em nome da qual é conduzida. A rigor, ortodoxia parece necessitar de heresia nessas lutas que apesar de aparentemente implacáveis, salvaguardam o essencial, o cerne e o objetivo de todo o processo, ocultando de antemão o universo das leituras possíveis e obnubilando o conhecimento aprofundado dos limites ao se perseguir o engajamento necessariamente neste.

O campo da produção simbólica não se reduz a um ato de fabricação material, envolvendo um conjunto de operações capazes de garantir a promoção ontológica e a transubstanciação do produto final. Todos os circuitos de produção trazem em seu contexto o dualismo nele presente, de investimento de valor inseparavelmente físico, econômico e simbólico. Constituir um capital simbólico passível de ser transferido para pessoas é atestar a capacidade de movimentar a seu favor ciclos de consagração duradoura, assim como o poder

de representar um indício positivo de sua posição na distribuição do capital e na fatia do lucro simbólico.

Por toda parte, os ciclos de consagração haveriam de ter como função primordial: “realizar a operação fundamental de alquimia social, transformar relações arbitrárias em relações legítimas, assim como diferenças de fato com distinções oficialmente reconhecidas” (Bourdieu, 2008, p. 211).

Isso implica recado de responsabilidade ao diretor, chefe, comandante, Presidente, qual seja o status de poder como bem remete o autor supracitado, ao invocar o «banqueiro tribal», em sua missão sublimada de transmutar a natureza da relação social sob o seu condão, como, por exemplo, entre outras, a de recolocar o papel da mulher na civilização moderna, outorgando legitimidade, extinguindo arbitrariedades ancestrais e conferindo reconhecimento das distinções. Em seus domínios, contra os mecanismos que perpetuam a reprodução dos «habitus» conformistas, os agentes de poder, longe da ficção interesseira que lhes acena uma representação honrosa de sua condição, só conseguem se segurar uns aos outros “pelas disposições inculcadas e reforçadas continuamente pelo grupo que tornam impensáveis determinadas práticas que a economia desencantada do interesse, sem qualquer disfarce fará aparecer como legítimas ou, até mesmo, como evidentes” (Bourdieu, 2008, pp. 212-213).

Desafiados todos pela complexa relação, se não contraditória, pelo menos muito ambígua, entre as concepções dominantes do pós-modernismo e o pós-colonialismo, veem-se atropelados pela concepção de modernidades alternativas e, portanto, para a afirmação e reconhecimento da diferença. A seu turno, a celebração da fragmentação, da pluralidade e da proliferação das minorias, traz em seu bojo a discussão da relação desigual. Por outro lado, o crítico de plantão fica sempre por saber se a declaração do fim das metanarrativas do pós-modernismo e das totalidades, como diria Boaventura de Sousa Santos (2010) “não é ela mesma uma metanarrativa cuja totalidade e hierarquia se insinua na celebração da fragmentação e da diferença” (p. 31).

Alheio à crise da diferença, um processo de emancipação social identitário não se pode perder de vista o processo histórico-político da crescente racionalização da vida social, das instituições, da política e da cultura e do conhecimento próprios de cada povo.

3.3 Ideologia

Como se lê em *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado – Notas para uma investigação* de Louis Althusser (1996, p. 123), o termo ideologia aparece inicialmente na obra

Elementos de Ideologia, escrito por Cabanis, Destutt de Tracy e amigos, no início do século XIX (1801), com o propósito de elaborar uma teoria da gênese das ideias. Esses ideólogos franceses eram considerados materialistas e rechaçavam a explicação da origem espiritual das ideias, atribuindo-lhes apenas as causas naturais físicas (Chauí, 2008).

Ainda na França, o termo adquiriu um sentido pejorativo com Napoleão, que em discurso ao Conselho de Estado, em 1812, atribuiu à ideologia as desventuras pelas quais a França passava, considerando os ideólogos “tenebrosos metafísicos”, como assevera Chauí (2008, p. 30), e entendendo as ideias como ilusórias e abstratas.

No caminhar desse percurso histórico, o sentido original do termo foi em parte recuperado pelos positivistas, com o duplo significado de “atividade filosófico-científica que estuda a formação das ideias” e como “conjunto das ideias de uma época” (Chauí, 2008, p. 30-31).

A retomada do termo por Marx, 50 anos após o seu surgimento, aparece revestida do sentido de “sistema de ideias e representações que domina a mente de um homem ou de um grupo social” (Athusser, 1996, p. 123). No entanto, o sentido ilusório atribuído ao termo por Bonaparte, não é descartado por Marx, uma vez que para ele, a ideologia é uma visão de mundo, uma construção imaginária, com diversos níveis de representação da realidade social – presente na consciência das pessoas ou instituída nas superestruturas – e fabricada por determinado poder ou ainda pela alienação da divisão do trabalho. Na concepção marxista a ideologia é um instrumento de dominação de classe à medida que essa classe dominante faz com que suas ideias passem a ser de todos, prescrevendo-lhes o que devem pensar, valorizar, sentir e fazer.

Na marcha do tempo, o termo ideologia foi se expandindo e abrangendo tudo, correndo o risco de esvaziar-se, pois conforme afirma Eagleton (1997), “qualquer palavra que abranja tudo, perde o seu valor e degenera em um só vazio” (p. 21). Assim, alguns teóricos como Foucault abandonam o termo ideologia e colocam em seu lugar o «discurso», enquanto Bourdieu a substitui por «dominação simbólica» ou «violência simbólica». Não há uma definição adequada de ideologia e o termo assume uma feição camaleônica, dependendo do lugar onde aparece. Eagleton, em seu livro *Ideologia. Uma introdução* (1997), lista 15 definições de ideologia tão díspares como “ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante” até “oclusão semiótica”, ressaltando que não há compatibilidades de formulações entre as múltiplas definições e mesmo entre as que podem ser compatíveis há o que o autor chama de “implicações curiosas” (p. 16).

Um dos conceitos de Ideologia, vindo da Psicologia Social, refere-se ao fato das ideologias como representações sociais, concentrarem-se em um sistema de ideias genéricas e serem usadas como justificativas ao se adotar uma posição, mais ou menos antagônica, fundada sobre valores irredutíveis e esquemas de conhecimento tidos por universais (Charaudeau, 2008). Ao se tornar mais rígida, tende a converter-se em doutrina. “Quando é fluída, permanece um simples sistema de crenças” (Charaudeau, 2008, p. 201). Quanto ao sistema de valores, na doutrina, ele se configura em um texto imutável, dogmático; na ideologia, a configuração recai sobre “a massa de discursos de geometria variável quanto à sua configuração.” (p. 201). Neste caso, como arrisca dizer Charaudeau (2008), “trata-se de um processo de ideologização que constrói um conjunto de crenças mais ou menos teorizadas sobre a atividade social e que tem por efeito discriminar as identidades sociais” (p. 201).

Na concepção de Eagleton (1997), ideologia deixa de ser uma maneira conveniente e confortável de “classificar em uma única categoria uma porção de coisas diferentes que fazemos com signo” (p. 167), ou ainda, deixa de ser uma forma de enfeixar uma rede de características sobrepostas, à falta de uma «essência» constante entre elas. É impulsionada também a perder usos tradicionais formulados em termos de «consciência» e «ideias».

Refletindo sobre uma terceira via entre pensar, de um lado, na ideologia como «ideias sem corpo» e, de outro, na ideologia como «questão de certos padrões de comportamento», Eagleton (1997) sugere pensá-la como um fenômeno «discursivo ou semiótico», não apenas considerando que «consciência» não deixa de ser uma forma efetiva de prática discursiva, mas, sobretudo, preservando o sentido de que ela remete essencialmente a «significados», ao mesmo tempo em que enfatiza sua materialidade no campo dos signos e discursos.

Zizëk (1996) observa que a ideologia aparece quando se tenta evitá-la e se esconde quando se pensa encontrá-la, uma vez que ela “pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa [...] até um conjunto de crenças voltado para a ação” (p. 9). Nesse último sentido reside imanente a noção de doutrina, que se destina, na aparência, ao convencimento de uma verdade, mas na essência está servindo a algum interesse em especial. A existência material da ideologia é percebida por meio da ritualização de suas práticas, como por exemplo, na fé religiosa, cujos rituais além de serem “externalização secundária da crença íntima, representam os próprios mecanismos que a geram” (p. 18), dito de outra forma: o ritual seguido expressa sua crença, mas ao ser executado “gera sua própria base ideológica” (p. 18).

Em conversa com Bourdieu, Eagleton (Bourdieu & Eagleton, 1996) elenca razões pelas quais há redundância e vazios na conceituação de ideologia. Argumenta que “a teoria da

ideologia parece depender de um conceito de representação” e que mais importante ainda é o fato que “para identificar uma forma de pensamento como ideológica, seria preciso dispor de uma espécie de acesso à verdade absoluta” (p. 266) e uma vez que o conceito de verdade absoluta é contestado, o conceito de ideologia não se sustenta. Bourdieu, por sua vez, alega que considera mais útil e mais adequado o conceito de «doxa», pois ao se usar a «doxa» aceitam-se “muitas coisas sem conhecê-las, e é a isso que se chama ideologia” (p. 268).

A ligação entre ideologia e Estado é feita por Althusser (1996) ao propor a distinção entre Aparelho Repressivo do Estado, que funciona pela violência e Aparelho Ideológico de Estado, que funciona pela ideologia (p. 46), embora se possa compreender que no funcionamento do Aparelho Repressivo do Estado, a ideologia não deixe de existir. Dito de outra forma, ideologia e repressão estão funcionalmente imbricadas, destacando-se uma ou outra, de maneira dominante ou secundária, quer se trate do Aparelho Repressivo ou do Aparelho Ideológico.

Dentre as diferenças que se podem reconhecer entre os Aparelhos está a que se refere ao caráter múltiplo dos Aparelhos Ideológicos, cuja pluralidade vai se desdobrando em especificidades, consoantes às práticas que ocorrem em seu interior e de acordo com os sentidos políticos e econômicos que lhe são atribuídos. Assim, a ideologia pode ser pensada como «uma experiência das multiplicidades».

Outra diferenciação refere-se ao campo de pertencimento dos aparelhos: o repressivo «unificado» diz respeito ao domínio público; os ideológicos «dispersivos» concernem à esfera privada. Nessa separação entre público e privado, o que deve ser levado em consideração, como bem destaca Althusser (1996), é o funcionamento das instituições, sejam públicas ou privadas, uma vez que as instituições privadas podem também funcionar como Aparelhos ideológicos de Estado.

Althusser (1996) propõe três teses para entendimento da ideologia: a primeira diz respeito ao fato que «a ideologia não tem uma história própria», ela perpassa toda a história e não passa de um devaneio consciente, comparado ao que Freud propôs sobre o inconsciente; a segunda refere-se ao fato de as ideologias possuírem existência material, uma vez que são formadas pelas práticas indispensáveis para a reprodução das relações sociais de produção; a terceira revela que a ideologia transforma «os indivíduos em sujeitos», pois operam dentro dos indivíduos, por meio de mecanismos ideológicos cujas funções são a de fazer com que os indivíduos se submetam às exigências da produção social e de suas relações, reconhecendo-as como naturais e vendo nessas relações um lugar que deve ser ocupado pelo indivíduo, já sujeito.

Na visão althusseriana, a ideologia é formada pelos valores e ideias que são tidos como naturais em uma sociedade, embora seja representação imaginária das reais condições de vida. Mas isto não representa uma falsa consciência, uma distorção da realidade, uma alienação. Trata-se de como essa realidade atinge cada pessoa, “sob a forma de uma experiência aparentemente espontânea” (Eagleton, 1997, p. 30).

Conforme esclarece Althusser (1996) “não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela; não existe ideologia exceto pelo sujeito e para sujeitos” (p. 131). Desse modo, “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (p. 131), condicionando a existência social do indivíduo e a ele preexistindo. Assim, “os indivíduos são sempre já sujeitos” (p. 134), o que equivale dizer que o indivíduo já é sujeito mesmo antes de nascer, pois sobre ele já existe toda uma configuração «ideológica» específica.

A ideologia livra-se do passado de maior acorrentamento idealista abstrato, casual e conceitualmente poroso e adquire status de materialidade na linguística, uma vez que os signos são entidades materiais, em uma migração venturosa, aportada também no tempo, em face do que se pode chamar de revolução linguística do século XX, o direcionamento daí doravante estabelecido nos conceitos em termos de palavras.

Em vez de alicerçar seu objeto em uma vertente que poderia se dizer empírica, em que palavras remetem a conceitos, desde então, a linguística considera «ter um conceito» subjacente, a capacidade de usar palavras de maneiras particulares ou pessoais. Assim, discurso e ideologia se misturam, no momento em que conceito passa a representar mais uma prática que um estado mental, sem, no entanto, incorrer no risco de Althusser, em seu extremismo de reduzir conceitos a práticas sociais.

A teoria semiótica da ideologia já se vê lançada desde o final da década de 20, do século passado, em proclamação arrojada à época, de estudioso soviético, Voloshinov (1986), que em sua obra *Marxism and the philosophy of language*, postulava que «sem signos, não há ideologia»⁵², em uma coextensiva concepção de domínios de signos e domínios da ideologia. O estudioso visionário, já se antecipava ao dizer que a palavra «é o fenômeno ideológico por excelência»⁵³ e que a consciência é apenas a internalização de palavras, uma espécie de «discurso interior» (Eagleton, 1997, p. 168).

As ideias de Voloshinov chamavam atenção para um ponto de vista ainda hoje contestado, de que “posições ideológicas contendoras podem articular-se na mesma língua

⁵² “Without signs there is no ideology” Op. cit. (p. 9)

⁵³ “The word is the ideological phenomenon par excellence” Op. cit. (p. 13)

nacional, cruzarem na mesma comunidade linguística” (Eagleton, 1997, p. 168), como atualmente o fazem os partidos políticos, significando que o signo não deixa de ser uma arena de embates. Na luta pela supremacia do recado, o poder ideológico “não é apenas uma questão de significado, mas de fazer o significado aderir.” (p. 169).

Uma formação discursiva constitui-se, portanto, «uma matriz de significados» (Eagleton, 1997, p. 169) e será parte de um conjunto estruturado de tais fenômenos, chamado de interdiscurso por Pêcheux, e cada uma dessas formações discursivas se vê encerrada no contexto de uma formação ideológica, que envolvem práticas discursivas e práticas não discursivas.

Para Eagleton (1997, p. 169) “cada processo discursivo, portanto, está inscrito em relações ideológicas e será internamente moldado pela sua pressão.” Na base comum de toda formação discursiva está a linguagem e justamente por ser compartilhada por todos é que ela se presta a gerar conflitos ideológicos.

Fragmentos de texto, uma vez ligados, formam processos discursivos relacionados a um contexto ideológico. No entanto, não raro, a posição de uma formação discursiva dentro de um conjunto complexo, em que seu contexto ideológico é, por vezes, ocultado do falante individual por um típico «esquecimento». E é devido a esse esquecimento que os significados dos falantes se lhes parecem autênticos e naturais. No fundo, o falante «esquece» que é apenas interlocutor e como tal, acaba se reconhecendo como autor do próprio discurso, muito embora, um fenômeno, chamado por Pêcheux de «desidentificação» com tais formações possa ocorrer, o que pode ser caracterizado como uma condição natural da transformação política.

O que está no cerne fundador da Análise de Discurso é o movimento constitutivo que permite relacionar língua e ideologia

A língua(gem) adquire tanta importância com o advento da Análise do Discurso que, antes considerada apêndice no estudo das Ciências Humanas, hoje, é sensato admitir que “nenhuma ciência se pensa sem pensar o discurso” (Orlandi, 2012, p. 40).

Dada a nova conjuntura da constituição da práxis da Análise do Discurso, impõe-se atualmente, como diz Orlandi (2012), «uma virada» na teoria, seja a respeito da conjuntura histórica em que opera, considerando-se os modos históricos do assujeitamento, a materialidade discursiva, a língua, o discurso etc.; seja acerca do tipo de análise e das noções que considera nucleares como a do interdiscurso e a da metáfora e metonímia. Ambas são fundamentais na análise do processo metafórico do discurso, a começar pelo seu objeto: o discurso. Neste cenário, em que pese a definição de discurso de Pêcheux – é efeito de sentidos entre

interlocutores -, a virada consiste em atentar para a distinção entre objeto teórico – o discurso, buscando o sentido entre seus locutores e o objeto de análise, comumente bastante variado em quantidade e natureza.

A ideologia é um dos elementos constitutivos dessa mudança ocorrida na década de 60. Hoje a ideologia adquire centralidade em uma nova virada. A Análise do Discurso toma empréstimos da ciência acerca da teoria da ideologia para análise da constelação dos processos discursivos. A ideologia possui uma materialidade específica – que Pêcheux chama de «materialidade ideológica», conforme ressalta Orlandi (2012): “Daí que as formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (p. 45).

Orlandi (2012) observa que a língua é o lugar material em que se realizam efeitos de sentido, sendo que a “materialidade específica – particular- da ideologia é o discurso, e a materialidade específica -de base- do discurso é a língua” (p. 45). E complementando sua explicação, sublinha que:

“o político, ou melhor, o confronto do simbólico com o político [...] não está presente só no discurso político. O político, tal como o pensamos discursivamente está presente em todo discurso. [...] não há forma de estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer”. (Orlandi, 2012, p. 55).

O mote central é que as relações de poder são simbolizadas e isso é político. Logo, “a maneira mais simples e direta de dizer do político presente no discurso é afirmar que os sentidos e os sujeitos são divididos e têm uma direção que não é indiferente à sua relação com a ideologia” (Orlandi, 2012, p. 55).

Capítulo 4 Do Dispositivo Teórico ao Dispositivo Analítico

“A AD não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e Histórica.” (Orlandi, 2001, p. 59)

“A era das grandes teorias gerais acabou e há uma ampla variedade de modelos e de abordagens explicativas para problemas pormenorizados”. Com essas palavras, Flick (2009, p. 63) chama atenção para a utilização das teorias nas pesquisas qualitativas cuja tendência aponta mais para o sentido da diversificação do que da unificação, dito de outra forma, a pesquisa qualitativa não se apegue a um determinado conceito teórico ou metodológico, e, especialmente na Ciência Política, diferentes abordagens permeiam as discussões do material empírico na prática da pesquisa.

Essas diversas abordagens coadunam-se com as diferentes formas de leitura do mundo, modos peculiares de interpretar os fatos vivenciados por agentes sociais, que, por sua vez, serão reinterpretados e analisados pelos cientistas sociais a fim de que se possa oferecer uma versão historicizada do cotidiano sócio-político de um determinado evento. Assim, o conhecimento teórico é construído a partir da reconstrução dos relatos da experiência cotidiana, traduzidos em textos e demais produtos da pesquisa.

Para a análise dos documentos constitutivos dos «corpora», o presente estudo faz uso da teoria/metodologia de AD, expressão esta que tem suscitado uma série de equívocos, nos diversos campos científicos da prática analítica, graças à multiplicidade de significados e de abordagens. As diferentes perspectivas teórico-analíticas partem de pressupostos distintos e constroem processos operacionais peculiares. No caso em questão, a vertente escolhida para trabalhar a AD é a de inspiração da chamada “Escola Francesa”, nascida no final da década de 1960, com o ocaso do positivismo lógico, o auge do estruturalismo e a Linguística ocupando o papel de «ciência-piloto» das ciências humanas, e que teve na França um terreno fértil para vicejar, encontrando em Michel Pêcheux um de seus mais notáveis articuladores.

A AD francesa tendo emergido de uma conjuntura histórica e criticamente política tem na Análise do Discurso político sua inclinação preferencial, uma vez que dentre as motivações teórico-metodológicas da AD encontram-se as tentativas de desenvolver um repertório “com

elementos familiares à análise política: a possibilidade de pensar o político pela via da ideologia e do seu funcionamento no discurso” (Cesário & Almeida, 2008, p.124). Na AD, Pêcheux, fortemente influenciado pelas ideias de Althusser a respeito de ideologia e aparelhos ideológicos do Estado, propõe-se a articular o linguístico e o ideológico, inscrevendo-se o discurso político como objeto de investigação. A AD assenta sua história em um trabalho político e científico, visto que seus primeiros objetos empíricos foram extraídos de discursos centrados na revolução francesa, porém como afirma Pêcheux (2009, p. 21), ela possui "desde suas origens, uma tendência irresistível, na França, a tomar como objeto de estudo os 'discursos políticos' - de esquerda mais frequentemente - a fim de investigar suas especificidades, alianças e demarcações".

Deve-se ressaltar que quando o objeto de análise é o discurso político, sem desconsiderar outros métodos qualitativos usados por cientistas políticos, a AD pode-se mostrar um método eficaz, permitindo uma reflexão epistemológica importante sobre Poder e ideologia, uma vez que língua e ideologia se articulam com o discurso, dito de outra forma, a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua.

O fato de a AD francesa ter surgido voltada para a Análise do Discurso político já a torna extremamente atraente para os pesquisadores da área e justifica sua escolha para a realização das análises a que se propõem. No entanto, existem outros atrativos na escolha da AD como quadro-teórico metodológico⁵⁴ de investigação: muitos veem nela uma forma de fugir da superficialidade das análises textuais, que exploram a linguagem em seu nível macro, presos ainda a sua espessura semântica; outros percebem na AD possibilidades de fugir do uso dos discursos que analisam como meras ilustrações do que argumentam, sem as possibilidades das amarrações teóricas que gostariam - e deveriam - fazer; alguns outros ainda, entendem-na como possuidora de uma gama de recursos que lhes permitem trabalhar com formulações ideológicas não perceptíveis em uma leitura textual, uma vez que essas se escondem por trás das ideologias, mas podem revelar muito a respeito do sujeito que as enuncia. Seja qual for a razão, o fato é que a AD continua sendo um campo promissor para as pesquisa dos temas políticos, especialmente quando se compreende que ela não é mero campo da linguística, mas como diz Orlandi (2001) é uma «ciência de entremeio».

Como ciência de entremeio a AD se articula com a Ciência Política quando se pressupõe o legado do materialismo histórico, especialmente com a interpretação que dele faz

⁵⁴ Na análise do discurso não se costuma separar «teoria» de «método», uma vez que a abordagem metodológica de um objeto deve estar sempre ancorada a um construto teórico

Althusser, por meio da revisão do conceito de ideologia, com a Linguística, no entendimento que a língua se conjuga com a história para produzir sentidos e com a Psicanálise no sentido de que forma, a língua, o conteúdo, a história, são inseparáveis e que o sujeito de linguagem é afetado tanto pelo real da língua como pelo real da história, ou seja, “o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (Orlandi, 2001, p. 20).

Essa é uma das razões pelas quais se optou por adotar a vertente francesa de AD embora se entenda que após a morte de Pêcheux, Althusser, Lacan e de Foucault essa dita Escola passou viver seus estertores, graças ainda à derrocada do marxismo, do comunismo e da falência da “aliança denominada União da Esquerda, rompida pelos comunistas em 1977” (Ferreira, 2008, p. 242). No Brasil, diferentemente do que acontece na França de hoje, como salienta Ferreira (2008, p. 244), a AD de inspiração pecheuxniana «vive», e continua a ser uma referência teórica forte, devido “ao trabalho consistente dos analistas brasileiros, à solidez do material conceptual [...] e à renovação metodológica encontrada para fazer frente aos novos discursos encontrados.” Assim, o suporte teórico que embasa a metodologia de AD do presente trabalho refere-se à articulação entre o linguístico, o social e o histórico, na qual a linguagem estudada refere-se à forma material da ideologia que no contato com o histórico e com o linguístico constitui a materialidade do discurso. A fala é um «espaço privilegiado de traços linguageiros discursivos» e em seu conjunto, formam uma memória sócio-histórica. Ai reside o precioso objeto – revelador corpo de traços – da AD que interessa ao presente estudo.

4.1 A Análise do Discurso

A origem do estudo sistematizado do discurso, objeto da AD, remonta à Grécia Antiga com a Arte Retórica de Aristóteles. Na Antiguidade Clássica a retórica começa a ser tratada como conhecimento científico, metodologicamente organizado. Mas é no século XX, com os formalistas russos, que se passa a buscar uma lógica interna na estrutura do texto, desconsiderando sua exterioridade, renunciando, assim, a Análise de Conteúdo - “o que este texto quer dizer?” (Orlandi, 2001, p. 17), longe ainda do posicionamento da AD que procura saber ‘o quê’ vendo no texto uma materialidade simbólica, não procurando atravessá-lo, uma vez que a linguagem não é transparente.

Nos anos 50, do século passado, conforme registra Brandão (2003), Zellig Harris, estruturalista americano, em sua obra *Análise do Discurso* (1952), mostrou a possibilidade de estender procedimentos da linguística aos enunciados e “com seu método distribucional, ele consegue livrar a análise do texto do viés conteudista” (Orlandi, 2001, p. 18). O procedimento

analítico adotado por Harris não tinha como objetivo refletir sobre a significação e as considerações sóciohistóricas da produção do discurso (Brandão, 2003).

Outras contribuições para o campo da AD foram dadas por Jakobson (2003) e Benveniste (1991a, 1974), ao formularem o problema da enunciação – tentativa de ultrapassar os limites da linguística da língua, colocando em relação língua e fala. Esses trabalhos enfatizam, especialmente, o papel do sujeito falante, que por meio da enunciação se inscreve nos enunciados que produz. Assim ao relacionar locutor, enunciado e o mundo, Benveniste contribui para as reflexões que direcionarão a teoria do discurso.

Nesse percurso pioneiro, não se pode prescindir de registrar os estudos desenvolvidos por Halliday (1985), estruturalista inglês, que trata o texto como unidade semântica, realizado por sentenças, mas não considera a ideologia como seu elemento constitutivo. Seu trabalho é bastante influenciado por pesquisas estruturalistas e contribui fortemente para o desenvolvimento de uma linguística com caráter de ciência social aplicada.

Nos estudos e pesquisas sobre o discurso é mister reconhecer uma formulação específica que teve em Michel Pêcheux um de seus fundadores. Pode-se apontar o ano de 1969 como o marco inaugural da AD francesa, ao ser publicado *A análise automática do discurso* de Pêcheux e ao ser lançada a revista *Langages*, organizada por Jean Dubois.

Nas fases que se seguiram, Pêcheux buscou promover o encontro entre a estrutura e o acontecimento e fez entrar em cena conceitos de enunciação, assujeitamento, dispersão de sentidos, completude, dentre muitos outros.

Sem abordar todos os meandros epistemológicos, históricos e ideológicos, percorridos por Pêcheux, mas sem deixar de mencionar que ele era um filósofo que criticava a maneira tradicional da abordagem das ciências pela filosofia, e que concebia a AD como uma ruptura em relação ao que se fazia nas ciências humanas, no que se refere à articulação sujeito/ideologia, deve-se, em uma simplificação que se coaduna com o objetivo do presente estudo, nomear as fontes onde ele foi encontrar o arcabouço para a construção teórica da AD, a saber: “o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias” - com base na releitura que Althusser faz de Marx; “a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos”, todos esses domínios perpassados por “uma teoria da subjetividade” de natureza psicanalítica – mais precisamente pela releitura de Freud por Lacan (Pêcheux & Fucks, 1997, pp. 163-164).

Quanto à necessidade de se discutir a conjuntura histórica do surgimento e dos primeiros tempos da AD na França, destaca-se apenas que ela surgiu na eclosão do movimento estudantil e operário francês, quando valores como liberdade individual e tradições hierárquicas, entre outros, foram questionados. Tal silenciamento quanto às raízes históricas conjunturais ancora-se nas palavras de Ferreira (2008, p.243): “a história da AD na França, em seu início, foi uma história política de engajamento, que não mais foi retomada pelas análises de discurso vigentes desde então”. Essa autora acrescenta ainda que “com o tempo, essa bandeira que marca as condições de surgimento da AD na França se torna difícil de sustentar, a ponto de Courtine ter a ela se referido como ‘o cadáver no armário’ da AD” (Ferreira, 2008, p. 243).

4.2 Elementos Constitutivos

Em sua origem a palavra discurso contém o sentido de percurso, de correr por, de movimento. É a ação do sujeito sobre o mundo, é uma prática contextualizada, um acontecimento que se produz socialmente por meio da materialidade da língua. É através da língua que o discurso produz «efeitos de sentido entre locutores». Para que tenha significação, a língua se inscreve na história, à medida que é posta em funcionamento por um sujeito, em uma dada situação de enunciação.

Como enfatiza Pêcheux (1997a, p. 56), o discurso não é “independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas, só por sua existência, ele marca a possibilidade de uma desestruturação dessas redes e trajetos.” Reflete o efeito da filiação sócio histórica a que se liga, ao mesmo tempo que revela um trabalho de deslocamento no espaço

O discurso é mais que um texto, “é uma pluralidade de estruturas transfrásticas permeada pelas condições de produção, um conjunto de enunciados histórica e ideologicamente marcados” (Orlandi, 1986, p. 114). Os sentidos não transparecem facilmente na superfície da língua, precisa-se atravessá-la para que eles sejam alcançados e, muitas vezes mais significativo que o que está dito, é o que foi silenciado.

Em uma perspectiva de investigação social pode-se entender como discurso toda a prática enunciativa vista em função das condições sociais de produção nas quais se inserem as condições institucionais, históricas e ideológico-culturais. Enquanto os suportes oferecidos pelas condições institucionais propiciam a produção e a recepção do discurso, por meio do aparelhamento dessas esferas civis ou estatais, as condições ideológico-culturais dão vida a um sistema de ideias revelador de uma concepção de mundo que, dentro de uma conjuntura

histórica, vai se materializar na língua – no discurso. Tais condições decidem, em última instância «o que pode e deve ser dito», dentro de uma posição determinada em um dado contexto. Esse dizer fundamenta-se, pois, nas relações de força e de poder socialmente definidos.

Assim, o discurso como prática social inscreve-se em um processo social de produção discursiva; remete explícita ou implicitamente a uma formação ideológica; apresenta-se como uma prática ritualizada e regulada por situações conjunturais determinadas (Giménez, 1980).

O discurso “é um objeto sócio histórico, em que o linguístico intervém como pressuposto” (Orlandi, 2001, p.16). É no e por meio do discurso que emergem as significações que têm nos processos discursivos a fonte de produção de sentidos. As condições de produção, conjuntos de elementos que cerca a produção do discurso, são responsáveis pelas relações de força que ocorrem em seu interior e compreendem os sujeitos, representantes de determinados lugares em uma estrutura social, e a situação. A situação, por sua vez, pode ser vista em sentido amplo e estrito. No sentido amplo abrange o contexto sócio histórico e ideológico. Em sentido estrito diz respeito ao contexto imediato do dizer, o aqui e o agora. Na prática, ambos os sentidos se associam, funcionando conjuntamente.

O discurso é o meio mais específico em que se manifesta a ideologia. De acordo com Eagleton (1997, p. 194), a ideologia “é antes uma questão de ‘discurso’ do que de linguagem – mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal”. A ideologia põe em evidência as maneiras em que as relações de poder se manifestam, se mantêm e se reproduzem. Ainda nas palavras de Eagleton: “Representa os pontos em que o poder tem impacto sobre certas enunciações e inscreve-se tacitamente dentro delas” (p. 194). Essa representação pode remeter a certas práticas sociais, a certas instituições, a determinados símbolos e a tantas outras manifestações que têm no discurso o lugar privilegiado para revelar-se.

O lugar de onde fala o sujeito é constitutivo do que ele diz e determina as relações de força no discurso «quem sou eu para lhe falar assim» e «quem é ele para me falar assim». Essas relações de força são sustentadas no poder que emana dos diferentes lugares, como, por exemplo, se o sujeito fala do lugar de professor, de pai, de governante, de cidadão e assim por diante. Tais forças anônimas que governam o discurso definem o que pode e deve ser dito, uma vez que na seleção do que dizer, o sujeito antecipa-se a seu ouvinte em relação ao sentido que suas palavras irão produzir e, assim, regula a sua maneira de dizer. Estabelece-se assim uma combinação entre as relações de força, as relações de sentido do discurso e a antecipação do

sujeito em relação ao posicionamento de seu interlocutor. Daí, decorrendo formações imaginárias diferentes, que irão determinar diferentes discursos, com diferentes efeitos de sentido.

O conceito de formação imaginária desenvolvido por Pêcheux (1997a) pressupõe, portanto, três categorias de representações mentais: antecipação, relações de força e relações de sentido. Na antecipação há a figura do enunciador –A – que idealiza o destinatário – B –, ocupando lugares distintos na estrutura de uma formação social. Esses lugares se acham transformados no processo discursivo e determinam as relações de força, estabelecendo os efeitos de sentido entre os interlocutores – A e B–. Esse sentido não é uma simples troca de informação, mas produzido pela interdiscursividade que na prática trabalha para a produção ilusória de um sentido único, provocando no enunciador a ideia de que ele tem o domínio de sua enunciação. As formações imaginárias resultam, pois, de processos discursivos anteriores, já que “não há discurso que não se relacione com outros” (Orlandi, 2001, p. 39).

As condições de produção podem ser transpostas de um discurso a outro sem ter que necessariamente conservar os mesmos efeitos de sentido. Um discurso está sempre atravessado por outras vozes que o antecederam, ora legitimando-o, ora confrontando-o, mas há sempre um diálogo ressignificado entre eles. É nessa ressignificação, promovida pelo sujeito, sobre o que já foi dito, que residem as formações discursivas e o interdiscurso.

Deve-se a Foucault (2004a) a formulação do conceito de «formação discursiva», desenvolvido principalmente em *Arqueologia do Saber*, ao questionar como se constituem os diferentes saberes, sobre quais condições históricas e discursivas eles se organizam. A formação discursiva – prática discursiva –, nas palavras de Foucault, constitui-se como "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma determinada época, para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, dada as condições de exercício da função enunciativa" (Foucault, 2004a, p. 133).

A partir das colocações de Foucault, Michel Pêcheux reconfigura o conceito de formação discursiva, trabalhando a tênue linha entre a regularidade e a instabilidade dos sentidos no discurso. Pêcheux (1997b, p. 147) observa que “o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma [...] o fato de que isso ‘fala’ sempre, antes, fora, ou independentemente”. Assim, toda formulação discursiva põe em circulação formulações já enunciadas, colocando nos espaços do campo discursivo os interdiscursos.

O interdiscurso consiste num processo de reconfiguração constante, um «já-dito», no qual se incorporam elementos pré-construídos – construções anteriores e exteriores, que se diferenciam do que é construído pelo enunciado –, que remetem a uma formação discursiva que como assevera Pêcheux (1997b, p. 314): “não é um espaço estrutural fechado, pois é ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar”. Esse outro lugar refere-se a outras formações discursivas que fornecem «evidências discursivas», vindas de outros discursos, sob a forma de pré-construídos e transversos que conduzem à memória do dizer, que especialmente no campo do discurso político, é pródiga na remissão a outros dizeres.

Como afirma Orlandi (2001, p.33), o interdiscurso é, pois, “todo conjunto de formulações já feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.” E para que o que é dito faça sentido “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas palavras.’” (p. 34).

Assim, ao se proferir um discurso, filia-se a uma rede de sentidos, tecida por outros discursos. E à semelhança de uma rede de pesca, metáfora conhecida entre os analistas do discurso, os fios sustentam os nós que retêm muitas coisas em uma completude dos sentidos, mas os furos deixam passar muitas outras, ou seja, uma incompletude dos sentidos. Os sentidos se alojam nos nós, mas muitos deles escapam pelas brechas dos furos. Quem determina quais sentidos serão liberados e quais permanecerão presos? Ou como indaga Orlandi (2001, p. 34) “Por que somos afetados por certos sentidos e não outros?” A própria autora responde: “fica por conta da história e do acaso, do jogo da língua e do equívoco que constitui nossa relação com eles” (p. 34). Dito de outra forma: nessa determinação entra em cena a relação do sujeito com a língua, a história e a ideologia. A língua possibilitando a materialidade do discurso; a história produzindo sentidos que se definem por sua relação com língua, organizando-se a partir das relações com poder e ligada às práticas sociais; a ideologia, constitutiva da prática discursiva, determinando o sentido que está presente no interior do discurso, relacionando sujeito e linguagem.

Na teia discursiva, estão inscritos, pois, o processo histórico de construção de sentidos e a ideologia como elementos constitutivos de sentidos. O indivíduo é então “interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.” Orlandi (2001, p. 46), Porém, a ilusão de que ele é sempre sujeito, a origem do seu dizer e dos sentidos, provoca o surgimento do esquecimento ideológico, chamado por Pêcheux de esquecimento número um, que é da

instância do inconsciente, resultado do modo de como se é afetado pela ideologia. Tal esquecimento faz com que o sujeito não perceba a suscetibilidade da língua ao equívoco.

Outro tipo de esquecimento, o de número dois, diz respeito à enunciação e produz o que Orlandi (2001, p. 35) denomina “ilusão referencial”, uma vez que faz o sujeito acreditar que entre pensamento, linguagem e mundo existe uma relação direta e essa impressão o leva a crer que o que ele diz só poder ser dito daquela maneira, com aquelas palavras, estabelecendo uma ligação naturalizada entre palavra e coisa. Portanto, o interdiscurso permite que os dizeres já ditos façam sentido com aquelas palavras e que se relacionem, em uma situação de confronto, com outros discursos.

Para Pêcheux (1997b, p. 56) o esquecimento número dois também permite ao sujeito fazer escolhas, uma vez que:

“todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.”

Dessa forma, o sujeito não abre mão de procurar o controle do seu dizer, o que possibilita, de certa forma, a criação do novo, o não-aprisionamento total à ideologia e ao inconsciente.

Nesse sentido, Orlandi (2001, p. 35) alerta que este “é um esquecimento parcial, semiconsciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos.”

Para controlar a polissemia aberta pela língua, mobiliza-se a noção de paráfrase, constante retomada e reformulação dos enunciados, como forma de preservar sua identidade, tentativa de dizer de maneira diferente o já-dito, definindo uma rede de desvios que revela a identidade de uma formação discursiva. Como lembra Orlandi (2002, p. 24), a paráfrase é, “ao mesmo tempo, fato de linguagem e procedimento heurístico.”

Enquanto os processos parafrásticos dizem respeito à memória institucionalizada, o arquivo e se referem ao dizível, a polissemia remete à memória constitutiva – interdiscurso –, que pelo esquecimento permite o deslocamento de sentidos, a ruptura de significações. Paráfrases e polissemias são envolvidas pela noção de formação discursiva. Na paráfrase os enunciados se reformulam e preservam sua singularidade. Pela polissemia instaura-se a pluralidade de sentidos dos enunciados. É nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre a

retomada do mesmo e a possibilidade do diferente, que a memória se reestrutura e os sujeitos transitam e ganham significado ao mesmo tempo em que também significam.

A memória discursiva, o chamado interdiscurso, não é representável. Quando a memória é recortada, produzindo um acontecimento, ao inseri-la em uma atualidade estranha ao seu tempo e ao seu contexto, torna questionável, para não dizer equivocada, essa atualidade assim produzida.

Um objeto simbólico mal recortado de um discurso produz versões de um acontecimento e leva a interpretações do real equivocadas. Não sem razão, é possível inferir que entre o simples registro da realidade e a memória social, ou entre a reprodução de um acontecimento e a função social, há toda uma distância que separa a «realidade» do «fato de significação». Ou, senão ainda, permite indagar se a memória não comportaria ambigualmente dimensões semióticas e simbólicas a ela intrínsecas.

Se no nível da constituição do discurso há o interdiscurso, no nível da formulação encontra-se o intradiscurso, responsável por ajuntar os fios dispersos no interdiscurso que a memória tratou de apagar – esquecimentos –. É no intradiscurso que o analista procura os traços dos enunciados apagados, palavras, expressões, proposições, que se movimentam entre as formações discursivas do interdiscurso. Enquanto o interdiscurso é o «discurso de um sujeito», o intradiscurso é a matéria linguística, ideológica, literária, simbólica. O intradiscurso fornece a “matéria-prima na qual o indivíduo se constitui como sujeito falante numa determinada formação discursiva que o assujeita.” (Ferreira, 2001, p. 19).

Na AD, o sujeito é tratado como assujeitado, uma vez que não é livre, está submetido às regras que delimitam o discurso. Essa interpelação se dá pela ideologia, «não há sujeito sem ideologia» condição necessária para que o indivíduo se torne sujeito de seu discurso, e se submeta às condições de produção, mas com a ilusão de ser a fonte de seu discurso. Da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia resulta a forma-sujeito histórica. A tese althusseriana da interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia provém das proposições de que “só há prática através de e sob uma ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos.” (Althusser, 1996, p. 131). Assim, toda ideologia visa à constituição dos “indivíduos concretos em sujeitos”. Deve-se ter em mente que na AD ao se referir ao sujeito tem-se em vista o sujeito discursivo, que existe em um determinado espaço social e ideológico, em certo momento da história, e não o sujeito fundamentado em uma individualidade, um «eu individualizado» (Fernandes, 2007). O sujeito definido como entidade está ausente do quadro teórico da AD. Tanto Pêcheux, como Althusser e Lacan – na interseção: Linguística, Ideologia

e Psicanálise – não adotam a concepção positivista de sujeito. Para eles, o sujeito não se define como substância, mas como efeito de estruturas que o determinam, aparecendo como uma posição, assumindo um lugar, lugar este marcado pela ideologia.

Pêcheux sempre visava à ideologia. A importância desse autor, como percebe Orlandi (2012), está justamente em entender que para pensar a ideologia é preciso colocar em jogo a linguagem. Compreende-se, então, a sua aproximação dos linguistas e a formulação de um novo objeto nas ciências da linguagem e, por conseguinte, um novo meio de formulação nas ciências humanas: o discurso pensado junto à ideologia.

Sob a ótica althusseriana, a ideologia coloca em funcionamento seus mecanismos internos que vão determinar: como os indivíduos são assujeitados pela ideologia; como o sujeito –ideologia– deve ser acatado e diferenciado dos demais sujeitos; e como a ideologia se impõe como algo a que todos devem aderir, pois se assim não fizerem, recairá sobre eles a censura dos «aparelhos repressores do Estado».

Assim como no interior de uma formação discursiva, o sujeito é determinado, submisso, ele também é livre e a afeta em sua prática discursiva. Como assevera Orlandi (2001, p. 50): “Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la.”

O sentido de uma palavra não existe em si mesmo, ele se constrói de acordo com as condições de produção em sua formação discursiva que o constitui a cada momento de forma específica. Pêcheux (1997b, p. 160) destaca que o sentido “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas – isto é, reproduzidas –”. Dessa forma, é em cada formação discursiva que as palavras, expressões e proposições ganham sentido, se constituem, ao mesmo tempo que mudam de sentido ao migrarem de uma formação discursiva para outra.

É por meio dessa matriz de constituição de sentidos – formação discursiva – que o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso, sujeito esse afetado pela ideologia. Dessa interpelação ideológica materializa-se o sujeito, em sua forma histórica, que vai então produzir diferentes efeitos de sentidos, uma vez que lhe são peculiares as situações de transformação/reprodução.

As condições ideológicas das relações de produção, constituídas em um dado momento histórico, para uma formação social específica, vão fornecendo as evidências de sentido, de modo a revelar o que realmente uma palavra ou enunciado querem significar e simultaneamente vão chamando o sujeito à existência, «recrutando-o», “colocando o sujeito do discurso como

origem do sujeito do discurso” (Pêcheux, 1997b, p. 157). Dito de outra forma, a ideologia é a base para a construção de sujeitos e sentidos.

Os sujeitos e os sentidos se constituem e funcionam “sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento” (Orlandi, 2001, p. 52), uma vez que a condição da língua é a incompletude. Ao dizer, o sujeito é impelido pela língua, por determinadas condições, pela experiência que tem do mundo, por sua memória discursiva que se inscreve em formações discursivas, a ressignificar. E nessa ressignificação, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam. Em outras palavras, trabalha de forma contínua a articulação entre estrutura e acontecimento.

Para a produção do discurso concorrem três momentos: a constituição, no qual a memória do dizer faz surgir o contexto histórico-ideológico mais amplo; a formulação, que contempla as condições de produção e circunstâncias específicas; e a circulação que acontece dentro de uma dada conjuntura e de acordo com condições específicas.

No momento da enunciação, processa-se uma interface entre dois eixos que entram em ação. A saber: o eixo vertical, onde se encontra o interdiscurso, ou seja, os dizeres já ditos e esquecidos; e o horizontal – que seria o eixo da formulação –, aquilo que se está dizendo naquele dado momento, em condições dadas (Orlandi, 2001).

4.3 Tipologia do Discurso Político

Van Dijk (1998, p. 11), ao tentar definir discurso político, pergunta: “O que é exatamente um discurso político?” Observa o autor que a resposta mais fácil e não totalmente equivocada é que o discurso político pode ser identificado por seus atores, isto é, os políticos. E complementa afirmando que a maioria dos estudos sobre o discurso político é, na verdade, constituída por estudos sobre os textos e sobre a fala dos políticos profissionais ou dos políticos institucionais. Os termos discurso e político, vistos separadamente, não apresentam problemas de entendimento. No entanto, ao se fazer a tentativa de agregar o discurso ao político é que se percebe a dificuldade de estabelecer fronteiras entre ambos e os demais discursos referentes a campos mais específicos, como por exemplo, o da medicina ou da educação. Assim, em se tratando do discurso político há de se falar não em um gênero mais em classe de gêneros definidos pelo domínio social (Van Dijk, 1998), assim como o discurso da educação refere-se ao âmbito da educação – embora possa também ser político e tenha influência no domínio social.

Verón (1978, p. 13) afirma que falar em discurso político supõe necessariamente que existem discursos que não são políticos, e que por outro lado, a noção de discurso político coloca, de maneira explícita ou implícita, determinadas hipóteses sobre uma tipologia de discursos sociais. Prosseguindo em sua explanação, Verón (1978) afirma que o discurso político tem se desenvolvido com base em certas intuições e a partir de uma identificação do sentido comum que há nesses textos produzidos pelos políticos, denominados então «discursos políticos».

Com respeito à tentativa de se estabelecer uma tipologia, Verón (1978) chama atenção para o fato que não se faz conceptualização de um «discurso», mas de um «campo discursivo», enquanto a definição de «tipo» supõe a descrição de um núcleo invariante e de um sistema de variações, sem os quais seria impossível descrever a relação interdiscursiva que opera no campo, levando-se ainda em consideração as condições sociais de produção, identificáveis em contextos institucionais.

A expressão «tipo de discurso» recebe valoração diferente, de acordo com autores e tradições. Na Análise do Discurso francesa, conforme observa Maingueneau (2012), essa expressão designa grupos de gêneros, reunidos em uma unidade superior, ligados por um conjunto coerente de práticas sociais. Mas o princípio que liga esses grupos pode revelar dois níveis muito diversos: o das esferas de atividade – discurso administrativo, publicidade, televisão –, e dos locais de atividades, instituições – como hospital, faculdade, agência imobiliária, prefeitura. Neste último caso, a rede de gêneros do discurso é formada por grande variedade de gêneros que coexistem neste local (Maingueneau, 2012).

Em concordância com a ideia núcleo invariante/variantes – posta em Verón (1976), Bermúdez (2012) acentua que uma tipologia supõe como condição de possibilidade a existência de um lugar-comum, uma área de identidades, semelhanças e dessemelhanças, que funcionam como uma base sobre a qual se distribuem os elementos que possuem características similares que os definem como tipo, e, ao mesmo tempo, portam traços próprios que os distinguem dos demais tipos. Mas é preciso atentar, alerta Bermúdez (2012), para o perigo que se encerra no fechamento dos tipos em espaços semióticos delimitados, com normas específicas de funcionamento, visto que quando se analisa o discurso, o faz por meio de recortes, que por sua vez, também realizam fechamentos.

Guéspin (1976) reconhece a necessidade da construção de uma taxionomia do discurso político, mas questiona a tendência em categorizar os discursos em filosóficos – como, por exemplo, ontológicos e ideológicos – e em retóricos – como didáticos e polêmicos. Discute

ainda a pertinência ou necessidade de categorizar o discurso político em termos de «tipos» ou de «funcionamento». Ao se falar em «tipo» refere-se às suas propriedades ou operações textuais; ao passo que «funcionamento» deve ser entendido como se reflete no discurso o contexto institucional em que ele se aloja. Operacionalmente, no primeiro caso, busca-se identificar quais são as propriedades que definem o discurso; no segundo, o que faz com que ele funcione em uma determinada conjuntura. Na prática, tipo e funcionamento, não se separam, embora na AD predomine mais a tendência de perscrutar as propriedades, mais especificamente, as propriedades linguísticas (Constantinides, 2011).

Na concepção de Marandin (1979) não há uma tipologia de discurso, mas diversas espécies de tipologias, que se acobertam sob um termo único e um objeto aparentemente semelhante. Há heterogeneidade entre as categorias tipológicas embora se assentem em um esquema comum – a enunciação – diferem-se na maneira como demarcam as condições de produção. São, portanto, categorias heterogêneas que remetem a tipos específicos, tais como: classificatório, típico, extremo, ou ideal.

A atitude do falante perante seu enunciado – distância –, a marca que o sujeito coloca em seu enunciado – modalidade –, a relação que se estabelece entre o sujeito falante e seu interlocutor – tensão – e a maior ou menor transferência do sujeito da enunciação, do locutor, sobre o interlocutor – transparência – foram os critérios adotados por Courdess (1971) para categorizar os discursos de Léon Blum – do Partido Socialista – e o de Maurice Thorez – do Partido Comunista⁵⁵ –. Segundo essa autora, o discurso do Partido Socialista, ao qual chamou de «discurso político tradicional», possui uma enunciação mais marcada, a tensão e a modalização são mais constantes, e a distância entre o sujeito enunciadador e seu enunciado é praticamente nula. No discurso do Partido Comunista, denominado «discurso didático», há pouca tensão e modalização e a distância entre o sujeito e seu enunciado é maximizada (Courdess, 1971).

Maingueneau (2012) explica que há diferenças entre um discurso político que cobre um setor específico da sociedade, como, por exemplo, os proferidos no Parlamento, ou produzidos pelos partidos políticos, e aqueles provenientes de um campo discursivo antagônico em que os oponentes se enfrentam objetivando marcar seu discurso como soberano, mas que respeitam seus limites. Este é o caso de certas produções discursivas que se agrupam sob o rótulo do que se denomina «o discurso do Partido Socialista». Sob esse título podem se reunir

⁵⁵ O discurso de Léon Blum foi proferido no Congresso do Partido Socialista em 31 de maio de 1936. O de Maurice Thorez foi apresentado na assembleia dos comunistas em 14 de maio de 1936. (Courdess, 1971, p. 22)

produções diversas como folhetos, programas eleitorais, jornais diários. Mas o que confere identidade a esse tipo é estar em uma posição que se opõe a outras no campo político. Nesta perspectiva, Maingueneau (2012) observa que os tipos de discursos políticos podem ser agrupados e tratados de três maneiras: 1) como o tipo de gêneros do discurso político, 2) como gêneros produzidos no interior da unidade ou aparelho político, como por exemplo, a sede do partido, as células, a convenção; 3) como pertencente à mesma posição.

A diferença entre «discurso citado» – direto – e «discurso indireto» é discutida por Gardin (1976), para quem o primeiro conserva a autenticidade e a integralidade do enunciado, ao passo que no segundo, a enunciação é mais imbricada. O discurso citado pode ser individualizado por seus aspectos estilísticos; no indireto, o autor pode se relativizar e ocupar até mesmo o lugar do outro autor, despersonalizando a mensagem.

Do ponto de vista da ideologia, o discurso político remete à esfera do Poder e a tudo que está em jogo nessa esfera (Giménez, 1980). No entanto, esse sentido conceptual amplo não permite enquadrar o discurso político em uma tipologia. Para fazê-lo dever-se-ia explicitar os aparatos políticos nos quais se desenvolvem os jogos de Poder, suas marcas institucionais. Assim poder-se-ia definir «discurso político» como “discurso produzido dentro da cena política” (Giménez, 1980, p. 127). Nessa perspectiva os discursos presidenciais, parlamentares ou eleitorais seriam tidos como discursos políticos em sentido estrito. Esses dois sentidos – amplo e estrito – estão longe de resolverem a questão da definição do discurso político e muito mais distantes ainda de favorecer a organização de uma tipificação dos discursos.

Sobre o problema encontrado pelos analistas do discurso para tipificar o discurso político, Guéspin (1976) destaca que uma tipologia dá ideia de segmentação, de fechamento, de hegemonia, dentro do universo da discursividade, que não encontra correspondência na realidade fenomênica. Tal tarefa ainda se mostra mais árdua devido à abrangência polissêmica do campo, uma vez que o objeto em questão perpassa muitas disciplinas e campos de saber, dificultando a propositura de um modelo organizador. Assim ao se elaborar uma base taxinômica do discurso político é preciso fundamentar-se em uma estruturação coerente a um princípio organizativo.

Poder-se-ia, entretanto, questionar qual a importância ou a necessidade de se tipificar os discursos? Não seria essa tipificação um exercício ainda atrelado a uma visão cartesiana do saber específico, em que cada objeto do conhecimento possui seu compartimento exclusivo? A resposta a tal questionamento é dada por Orlandi (2011, p. 219) ao dizer que “todas as análises de discurso supõem uma tipologia [e que esta] é condição necessária da análise e que o tipo está

inscrito nas condições de produção do discurso [...] enquanto modelo e enquanto atividade”. Em sua obra intitulada *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso* (2011), a autora elenca a contribuição de diversos estudiosos que se dedicaram à tarefa, nem sempre fácil, de organizar uma tipologia de discurso (Apêndice I).

É conveniente destacar que muito além da discussão da extensa lista de autores que têm contribuído para o estabelecimento de uma tipologia ou de tipologias, que possam dar conta dos diferentes discursos, situam-se as reflexões de Orlandi (2011). Adverte a autora que há inúmeros aspectos a considerar quando se aborda a questão tipológica do discurso. Um deles é a questão da ideologia que não se desvincula do discurso, pois “todo discurso deve ser referido a uma formação ideológica, isto é, há uma relação necessária entre discurso e ideologia” (p. 224). Outro aspecto apontado pela autora é a diferenciação tipológica colocada em domínios institucionais do saber, tais como o discurso filosófico, científico, jurídico, poético, sobre os quais faz ressalvas, pois em seu entender, os critérios dessa construção são exógenos em relação ao campo do discurso.

Tendo em vista a função metodológica de sistematização dos diferentes discursos, torna-se imperioso recuperar a distinção entre discurso e texto em que o primeiro é um conceito teórico e metodológico e o segundo posicionado em um plano conceptual. Assim, pode-se entender que o texto situa-se no nível material, expressão da «materialidade linguística» que manifesta o conteúdo da comunicação; o discurso como suporte abstrato revela as intenções que estão na materialidade concreta do texto. Sob o ponto de vista da AD, o texto é compreendido como unidade de análise na qual a “memória ganha corpo” e o discurso “o lugar de contato entre língua e ideologia” (Orlandi, 1994, p. 296). Dessa forma, é no texto que se institui a «discursividade» através da qual as práticas sociais se instauram.

Na construção da proposta de uma tipologia, Orlandi (2011) sugere que os critérios a serem adotados devam ser os relacionados ao processo discursivo e que se considere como constitutiva a relação com as condições de produção e a polissemia da linguagem. Duas características do discurso – a polissemia e a interação – são apontadas pela autora como geradoras de critérios sobre os quais se assenta sua tipologia.

A noção polissêmica da discursividade política tem seu nascedouro na ideia de que os homens se agregam de diferentes maneiras, movidos por determinadas condições históricas e que ao fazê-lo desenvolvem relações sociais em um campo político. O trabalho desenvolvido nessas relações se materializa nas práticas de linguagem (Adão, [2009]). Nestas práticas coloca-se em curso o processo polissêmico que é novo, criativo, deslocando-se o sentido sedimentado

para outros diferentes, múltiplos, que tentam se afirmar, abrindo novas perspectivas no dizer. Esse deslocamento resulta em movimentos que afetam o sujeito em sua relação com a língua e história. Assim, um objeto simbólico ao passar por processos polissêmicos será ressignificado (Orlandi, 2011).

Por outro lado, em uma formação discursiva, a paráfrase representa um espaço em que enunciados são retomados e reformulados a fim de que os sentidos fiquem limitados a determinadas memórias, embora produzindo diferentes formulações, em uma solução de continuidade no processo de significações, visto que em todo processo parafrástico há sempre algo que se mantém. Assim, enquanto a polissemia é tida como a “fonte do sentido”, a paráfrase é considerada a “matriz do sentido” (Orlandi, 2011, p. 137). Pela paráfrase se retorna sempre a um mesmo espaço dizível; pela polissemia institui-se o novo e se volta para um processo de interação, ou seja, para o modo como os locutores se consideram.

Ao conceito de interação, Orlandi (2011) incorpora a “dimensão histórica e social da linguagem” (p. 231), considerando ainda a dinâmica da interlocução que se estabelece entre o sujeito e o outro, em uma troca de papéis – reversibilidade – sem a qual “o discurso não se constitui” (p. 239).

Baseando-se nas relações entre paráfrase e polissemia, existentes nas diversas formações discursivas, bem como nos conceitos de interação e reversibilidade, Orlandi (2011) classifica os discursos em três tipos: o «lúdico», o «polêmico» e o «autoritário».

No discurso «lúdico» ocorre um grau de reversibilidade total entre os interlocutores, graças a uma polissemia aberta que se mantém na interlocução. Nesse tipo de discurso instaura-se um polo da polissemia; o que “‘vaza’ é ruptura” (Orlandi, 2011, p. 155); “o exagero é o nonsense” (p. 154). Com relação à função referencial, no discurso lúdico isto não é relevante, uma vez que as funções poéticas e fáticas são as que mais importam.

O discurso «polêmico» mantém a polissemia controlada, propiciando um equilíbrio desta com a paráfrase enquanto a reversibilidade acontece sob determinadas condições. Nas situações dialógicas, os interlocutores vão construindo os sentidos do discurso, respeitando a relação referencial e mantendo a verdade em disputa. A injúria é a forma como se manifesta o seu exagero.

No discurso «autoritário» a reversibilidade quase não existe, uma vez que há “um agente exclusivo do discurso” (Orlandi, 2011, p. 154). A polissemia é contida e procura-se estabelecer a monossemia, a permanência de um sentido único em diferentes formas. O assujeitamento ao

comando, à semelhança da ordem militar, é o seu exagero. O locutor determina a relação referencial, impondo a verdade.

É necessário ressaltar, segundo alerta Orlandi (2011), que não há um tipo de discurso puro. Há uma combinação de tipos e estes não se definem “em sua essência, mas como tendência” (p. 155). Existe ainda um jogo de dominância entre os tipos nos diversos funcionamentos discursivos, determinando a dinâmica entre eles, ocasionado relações de aliança, de conflito, de inclusão e de outras espécies. Assim, a mistura ou combinação de tipos em um funcionamento discursivo desaconselha o analista do discurso a apegar-se a uma noção específica e “endurecê-la categoricamente, estagná-la metodologicamente, perdendo assim a sua plasticidade, a sua provisoriedade, enquanto matéria de conhecimento” (Orlandi, 2011, p. 156). Trata-se, pois, de não desvincular o tipo de sua relação com o funcionamento discursivo, uma vez que todo funcionamento discursivo está atravessado pela tipologia, com as marcas formais, com as condições de produção e com os processos gerais que fazem com que um discurso, dada a dominância de um de seus fatores, se aproxime mais de uma determinada formação típica.

4.4 Dispositivo de Análise

«Para ser analista do discurso é preciso ser mais que linguista», com esta afirmação, Courtine (1991, p. 157)⁵⁶, se refere ao fato que a língua do analista do discurso possui singularidades que afetam tanto sua atividade como seu trabalho de interpretação, uma vez que o analista se deixa contaminar pelo funcionamento da ideologia.

Ao se analisar um discurso, é preciso refletir, portanto, sobre a natureza do material analisado via AD, já que esta possui instrumentos teóricos e metodológicos para trabalhar com objetos de análise, materiais de análise, corpora. Uma questão importante é saber que a língua não é o objeto primordial da análise, mas um pressuposto para se analisar a materialidade do discurso. E este é um ponto que o analista não pode perder de vista.

O «corpus» na AD refere-se “a um conjunto determinado de textos ou de sequências discursivas retiradas por um processo de extração ou isolamento de um campo discursivo de

⁵⁶ “Vouloir analyser les discours, c’était alors vouloir faire bien plus que simple ouvre de linguiste.” Courtine, J.J. (1991) Le discours introuvable: marxisme et linguistique. Histoire, épistémologie, *Langage*, 13/II, 153-71. Acedido em 28 de Fevereiro de 2014 em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hel_0750-8069_1991_num_13_2_2337

referência” (Sargentini, 2005, p. 2). Distingue-se inicialmente o «corpus» empírico – totalidade dos discursos – objeto do estudo –, do «corpus» discursivo – sequências ou recortes discursivos. No estudo em questão, enquanto o primeiro é constituído pela totalidade dos pronunciamentos oficiais da Presidente, nos anos de 2011 e 2012, sobre o segundo recai a análise que a priori não tem seu campo delimitado, uma vez que é a postura teórica do investigador que vai definindo, à medida que processa a análise, sobre quais campos desse universo referencial discursivo ela incidirá.

No que diz respeito à constituição do «corpus» discursivo, Courtine (2009), referindo-se aos critérios usados em AD para tal, observa que eles necessitariam atender às exigências de “exaustividade, de representatividade e de homogeneidade” (p. 56). A exaustividade busca abranger todos os fatos discursivos que o analista reconheça como pertinentes ao «corpus»; a representatividade diz respeito à constatação de um fato, uma espécie de lei geral, em várias sequências; a homogeneidade liga-se ao preestabelecimento das condições de produção e aos aspectos sincrônicos ou diacrônicos dos discursos. Na prática, como observa Sargentini (2005), esse último critério, apresentou-se mais como um obstáculo à análise, e foi então abandonado, até por que:

“As bases ideológicas e historiográficas que antes encerravam as entidades discursivas em blocos homogêneos como o discurso da burguesia, o discurso dos comunistas etc., e que consideravam os discursos como definidos a priori, neutralizando o exterior discursivo, não resistem às novas reflexões que aproximam a noção de formação discursiva [...] à noção de acontecimento.” (Sargentini, 2005, pp. 2-3).

Na formação do «corpus», em obediência aos princípios da exaustividade e da representatividade, as sequências discursivas vão sendo reunidas segundo as dimensões envolvidas, estruturando-se, então, o «corpus» discursivo, constituído a partir de diversas coletas. Dessa forma, longe de ser um conjunto de «dados fechados», decorrentes de certa organização; a estruturação proposta faz do «corpus» discursivo, um «conjunto aberto de articulações» o que torna possível a constituição do «corpus», não no estado inicial do procedimento de análise, mas apenas em seu final (Courtine, 2009).

Dentro do universal de discursos passíveis de serem objetos de análise, a extração do material de análise é feita a partir do discurso político, proferido por um só locutor, alojado em uma instância oficial e ocupando uma posição legitimada. No campo referencial dos discursos que compõem o «corpus» discursivo a ser tratado, estão os recortes que aludem às vozes

enunciadas, isto é, as proposições e manifestações em que a Presidente é o sujeito da enunciação; especialmente em relação ao empoderamento feminino que enuncia como acontecimento. No espaço temporal, essas enunciações são a priori aquelas sequências proferidas pelo sujeito enunciador – a Presidente –, nos anos de 2010 – por ocasião da eleição –, 2011 e 2012, respectivamente primeiro e segundo anos de governo.

Nesse trabalho de extração, o analista do discurso não busca em seu objeto «o sentido», mas vai sempre à procura de sentidos outros, que emergem de vários lugares, que se desdobram e se transformam. Na análise, o papel do pesquisador é o de um espião que se propõe a desvendar o dito e o não dito, procurando construir (ou encontrar) uma interface entre linguagem e sociedade. A esse respeito é importante lembrar as observações de Orlandi (2001, p. 65):

“A construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. Nesse lugar, ele não reflete, mas situa, compreende [...]. Por isso é que dizemos que o analista do discurso, à diferença do hermenêuta não interpreta, ele trabalha os níveis de interpretação. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições”.

Desse ponto de vista, o analista do discurso não ocupa uma posição de neutralidade, tão cara e desejável ao enfoque positivista, mas ele se coloca como ator envolvido no processo de interpretação, que de acordo com Orlandi (2001), aparece na análise em dois momentos: ao considerar que a interpretação já é um traço constitutivo da análise, uma vez que “o sujeito que fala interpreta”, o analista deve descrever esse gesto de interpretação, o que implica em outra interpretação; ao interpretar, o analista descreve, ato esse que implica em outra interpretação para a qual é necessário introduzir um dispositivo teórico que possa fazer a mediação entre o analista e os objetos simbólicos que analisa. Esse entremeio teórico – analista/teoria/objeto – permite ao analista atravessar a superfície da língua, a literalidade do sentido, a onipotência do sujeito, chegando até à ideologia, por meio do descentramento do sujeito, do efeito metafórico, do equívoco e/ou do silenciamento.

O percurso metodológico a ser seguido na AD está intimamente ligado à questão-problema e às hipóteses de trabalho que mobilizam o pesquisador e as características do «corpus» a ser analisado. Aliás, como bem destaca Orlandi (2001, p. 63), “decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca das propriedades discursivas”. É conveniente destacar que

na seleção dos discursos referenciais que compõem o «corpus» levou-se em consideração o seu caráter de representatividade e de exaustividade em consonância aos objetivos da investigação pretendida. Deve-se ressaltar ainda que a AD não estabelece uma metodologia de análise, dadas as diversas possibilidades de utilização do arsenal teórico, contudo, podem ser encontrados parâmetros orientadores que delineiam o caminho analítico a ser seguido pelo pesquisador.

Como se faz em qualquer outro processo analítico, na AD é preciso seguir etapas para passar do texto ao discurso, do material empírico ao «corpus». Essas etapas se correlacionam, conforme se pode observar na Figura 2, formatada a partir do apresentado por Orlandi (2001, p. 77):

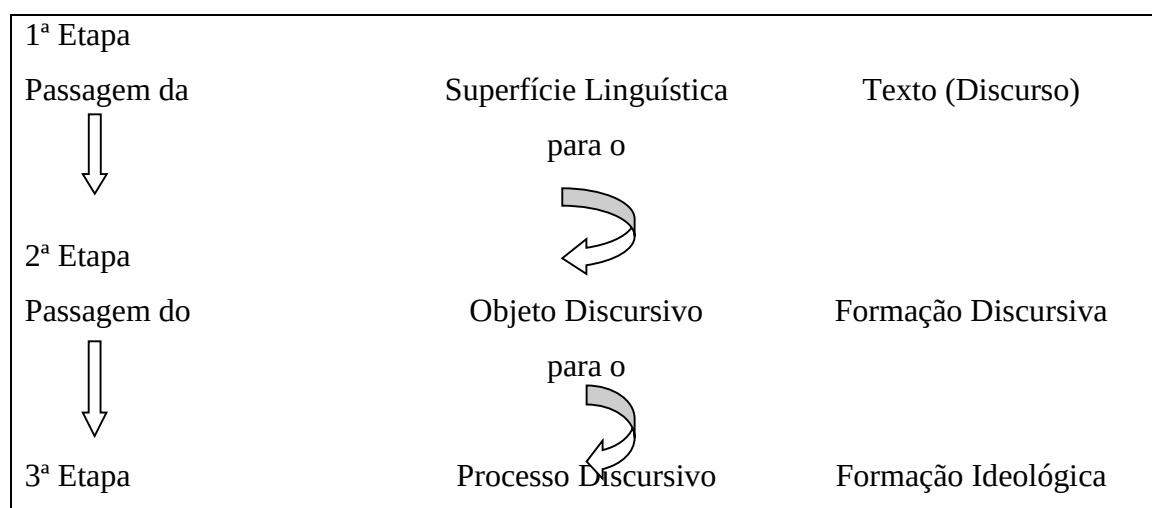


Figura 2: Procedimentos da AD e suas correlações
Fonte: Orlandi, 2001, p. 77 (com adaptações de formatação)

A primeira etapa compreende a passagem da superfície linguística para o objeto discursivo. Parte-se, pois, do material bruto coletado que se quer analisar a fim de lhe dar um primeiro tratamento. No estudo em questão, arrolou-se a universalidade dos discursos, proferidos pela Presidente, nos anos de 2010 – discurso de oficialização de sua candidatura –, 2011 e 2012, já investida do cargo, totalizando-se 347 pronunciamentos. Tais discursos encontram-se publicados na íntegra no sítio oficial da Presidência da República⁵⁷.

Feita a leitura de todo esse material, foram recortados, na superfície textual, fragmentos inscritos nas seguintes categorias/dimensões relacionadas à questão de gênero: valores e atributos, consolidação da mulher nos espaços de Poder, interpelação de gênero e em uma categoria que marca o lugar do sujeito – porta-voz das mulheres –. A Figura 3 exemplifica esse primeiro passo.

⁵⁷ Acedido a 3 de Janeiro de 2013 em <http://www.planalto.gov.br>.

Discurso	Data	Valores e Atributos	Porta voz das Mulheres	Consolidação da Mulher nos Espaços de Poder	Interpelação de Gênero
1. Cerimônia de Diplomação	01/01/2011	“É uma grande emoção, tanto do ponto de vista da minha trajetória política, como também da minha situação como mulher brasileira.” “Quanto orgulho temos, os brasileiros e as brasileiras, de ver um homem do povo conduzindo o país para um momento de tão extraordinário avanço social e econômico!”		“Esse fato rompe com os preconceitos, desafia os limites e enche de esperança um povo sofrido e, também, de orgulho as mulheres brasileiras.” “Foi esse mesmo sentimento de mudança e avanço que fez o povo eleger agora uma mulher presidenta, uma mulher presidenta.”	Brasileiros e brasileiras
2. Compromisso Constitucional - Congresso Nacional	01/01/2011	“Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. “ “Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.” Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!”	“Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.” “Mas mulher não é só coragem. É carinho também.”	“Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.”	Brasileiros e brasileiras

Figura 3: Categorização dos discursos proferidos pela Presidente em 2011 e 2012
Fonte: Elaboração própria

Após esse procedimento, cuidou-se de trabalhar com a desnaturalização da relação palavra-coisa, levando-se em consideração o esquecimento número 2, – a ilusão referencial – que diz respeito à enunciação: «o que foi dito só pode ter sido dito daquela maneira». Como por exemplo, a interpelação de gênero, presente em muitos outros discursos presidenciais de

locutores distintos: senhoras e senhores – Presidente Fernando Henrique Cardoso, – companheiras e companheiros, – Presidente Lula, – moços e moças –, Presidente Itamar Franco, – e brasileiros e brasileiras, – Presidente Dilma –.

Essa etapa possibilita ao analista o início da percepção das formações discursivas, em suas múltiplas configurações, como caracterizadoras de formas específicas do dizer de um sujeito enunciador nas quais deixa transparecer aspectos que irão dominar o funcionamento discursivo em questão.

Na segunda etapa – do objeto discursivo para o processo discursivo – o analista passa a questionar sobre a relação das diversas formações discursivas com as formações ideológicas presentes no «corpus», ou ainda se há uma formação ideológica que serviu de base sobre a qual se constituíram distintas particularidades das formações discursivas. É nessa fase que se procuram os deslizamentos de sentidos, observam-se as paráfrases e polissemias e em que se articulam estrutura e acontecimento.

A terceira etapa consolida o funcionamento discursivo ligado à ideologia em que se exige do analista o papel de interpretação em relação aos jogos simbólicos nos quais os sujeitos se significam e ideologia e inconsciente podem se manifestar.

Deve-se ter presente que nenhuma interpretação ou análise é neutra. Ao coletar – recortar – e descrever os dados, o analista, de alguma forma, já está contaminando-os com sua interpretação. Assim, à medida que se procede à análise, o pesquisador vai assumindo posições perante o discurso, respaldado nos princípios e fundamentos da teoria que lhe serve de fundo, mas ciente de que a leitura que faz é uma das leituras possíveis frente ao processo de produção de sentidos.

Como proceder, então, de forma a garantir a validade científica em um trabalho de AD? Para responder a esse questionamento, é preciso considerar que:

- a validade de uma investigação diz respeito à capacidade que o método utilizado possui de direcionar a obtenção fidedigna dos objetivos propostos, isto é, se ele produz o tipo de informação perseguida –validade aparente –, e se a teoria na qual se apoia legitima os procedimentos adotados –validade teórica;

- a pesquisa, especialmente na área de ciências sociais e humanas, visa apreender representações dos indivíduos em determinada situação, que para tal fazem uso do discurso e este permite, por meio da de-superficialização, atingir contextos mais profundos, plenos – e também vazios – de significação que permitem identificar o sujeito histórico, a posição ocupada, as formações ideológicas que o constituem. Neste caso, há a confluência dos

pressupostos teóricos da AD, dos mecanismos operacionais sugeridos e a pertinência de seu uso nesse tipo de pesquisa;

- o analista do discurso, ciente de sua não neutralidade diante do objeto investigado vê-se compelido a repensar seu próprio lugar, bem como o comprometimento ético-político-ideológico que deve fundamentar seu trabalho.

Assim, a validade científica da análise efetuada repousa não na certeza dos resultados obtidos, mas nas possibilidades de suscitar questionamentos que desestabilizem as «verdades» temporárias, que ao mesmo tempo, fragilizam e enriquecem o caminhar da ciência.

Nos estudos e pesquisas sobre o discurso é mister reconhecer uma formulação específica que teve em Michel Pêcheux um de seus fundadores. Na publicação *Análise Automática do Discurso*, na recém-lançada revista *Langages* – final da década de 1960 –, organizada por Jean Dubois, Pêcheux propunha fornecer às ciências sociais um instrumento científico do qual elas andavam carentes, pois em sua visão, o «status» dessas ciências, de certa forma, ainda era pré-científico e, por outro lado, se ele pretendia lançar as bases de uma nova ciência, ela precisava de instrumental e esses instrumentos deveriam ser procurados (e reinventados) onde eles pudessem ser encontrados, nas práticas científicas já sedimentadas e ainda nas “práticas ligadas ao processo de produção” (Henry, 1997, p. 17).

Pêcheux estava certo de que esse instrumento necessário não poderia ser «criado» independentemente da teoria, pois esta teria que se apropriar do que já existia e vesti-lo com a roupagem da teoria a ser concebida. Além disso, como observa Henry (1997, p. 18), Pêcheux desejava “uma transformação da prática nas ciências sociais, uma transformação que poderia fazer desta prática um prática verdadeiramente científica.”

A análise automática do discurso marcou a primeira fase da AD pelo esforço de teorização de uma máquina estrutural-discursiva automática, tendo como apoio o método introduzido pelo linguista norte-americano, Harris (1952). Ao trabalhar a noção de formação discursiva com base na arqueologia de Foucault (2004a), Pêcheux deu passagem à segunda fase da AD e trouxe à discussão, não um método, mas uma teorização mais amadurecida, a respeito de interdiscursividade, que se revela como base para se pensar o processo discursivo.

Capítulo 5 As Vozes do Sujeito Discursivo

“O discurso é o objeto que nos permite observar as relações entre ideologia e língua, bem como os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta na língua. É através do discurso que se vai compreender como um material simbólico produz sentidos e como o sujeito se constitui. Ao situar-se como lugar privilegiado de observação entre a língua, a ideologia e o sujeito, o discurso propicia, como bom observatório, a visualização das propriedades do complexo dispositivo teórico-analítico” (Ferreira, 2003, p. 193).

Ao se iniciar a atividade de análise dos discursos presidenciais, escolhidos para compor o «corpus» do presente trabalho, faz-se preciso esclarecer que, embora os fragmentos escolhidos tenham sido extraídos das peças escritas, eles foram originalmente concebidos para serem lidos – interpretados – perante auditórios específicos em situações emblemáticas de significados políticos diversos, desde o do ato inaugural de posse da Presidente até os de preleção corriqueira como em datas comemorativas, jantares e almoços oferecidos a visitantes oficiais ou proferidos a ouvintes estrangeiros em viagens a outros países. Entende-se que essa pluralidade de «locus», de condições de produção e de interlocutores, longe de empobrecer o trabalho analítico, o cerca de possibilidades interpretativas.

5.1 O Lugar do Sujeito

Na perspectiva da AD, a linguagem surge como a “possibilidade da subjetividade e o discurso como provocando a emergência da subjetividade” (Orlandi, 2012, p. 107). O sujeito enunciador, por sua vez, não faz uma escolha deliberada da enunciação que irá adotar para obter um dado efeito sobre o interlocutor, uma vez que o sujeito ocupa um lugar determinado que o posiciona no campo discursivo, é um sujeito assujeitado. Não se pode concebê-lo como um ser individual, empírico, autor e senhor de seu dizer, mas como sujeito do discurso, que traz consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido, pois como ensina Orlandi (1999, pp. 48-49):

“Não é vigente, na Análise de Discurso, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos”.

Assim, ele não deve ser concebido como fonte de seu discurso, mas um ser social, um «não-sujeito» interpelado pela ideologia que o afeta, assujeitado à língua e à história e que passa a produzir sentidos à medida que vai sendo tecido o seu dizer, sem ignorar que ao mesmo tempo em que é submisso, é livre para afetar sua prática discursiva. Ao ocupar a sua posição discursiva, um lugar determinado, o sujeito já significa de alguma maneira, pois palavras e expressões não têm significação fixa, dependem de como e onde são empregadas, vão adquirindo sentido e/ou mudando de sentido em referência às posições ocupadas pelo sujeito, por suas formações ideológicas e levando em consideração a figura real ou imaginária do interlocutor, uma vez que como estabelecido na AD «discurso é efeito de sentidos entre locutores».

O eu e o Outro ocupam lugares determinados em uma estrutura social, produzindo em todo processo discursivo uma série de formações imaginárias que revelam as representações que ambos se atribuem. Essas formações imaginárias integram o funcionamento da linguagem e se assentam no modo como as relações sociais se inscrevem na história, regendo-se, socialmente, por relações de poder. Há uma antecipação das representações que o Outro vai fazer a respeito do que é dito, sobre as quais vai sendo configurado o processo discursivo. “O que ocorre é um jogo de imagens dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados” (Ferreira, 2001, p. 16). Como ilustra Pêcheux (1990), existe em todo processo discursivo a possibilidade das seguintes formações imaginárias (Figura 4):

Expressão da Formação Imaginária	Significação da Expressão	Questão Implícita
IA(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
IA(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”

IB(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
IB(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Figura 4: Regras de projeções imaginárias
Elaboração a partir de Pêcheux, 1990, p. 83

Com base nessas representatividades imagéticas, o exame dos lugares constitutivos do sujeito da prática discursiva nas sequências em análise permite identificar três grupos de imagens – sequências discursivas – SD – oriundas de lugares institucionais e do seio do povo: a mulher presidenta – Grupo I –; a mulher governante – Grupo II –; a mulher comum – Grupo III –, respectivamente.⁵⁸

5.1.1 Formações Imaginárias

No discurso o sujeito atribui imagens ao destinatário, e colocando-se em seu lugar, procura prever o efeito do que vai dizer, antecipando os resultados do que deseja transmitir. O sentido das palavras é regulado de acordo com essa posição ocupada e com a representação que faz de seu interlocutor, mobilizando sentidos que vão exercer dominância em seu dizer. No Grupo I, a produção do dizer é marcada pela posição do sujeito na Presidência do País e pelo caráter incomum do feito.

Grupo I – Primeira Mulher Presidenta

SD1 – “Pela decisão soberana do povo, hoje será a «primeira vez» que a «faixa presidencial» cingirá o ombro de «uma mulher»”. Compromisso Constitucional - Congresso Nacional - 01/01/2011.

SD2 – “[...] para nós que somos duas mulheres, as duas «primeiras mulheres presidentes» eleitas diretamente nos nossos países”. Atos na Casa Rosada (Argentina) - 31/01/2011.

SD3 - “«De forma inédita», nos tornamos as «duas primeiras ‘presidentas’» de nossos países, eleitas para ser «presidentas»”. Pronunciamento em Almoço Oficial (Argentina) - 31/01/2011.

⁵⁸ Na análise que se segue, as marcas linguístico-discursivas – «corpus discursivo» – destacadas nas sequências recortadas dos discursos – «corpus empírico» – serão apontadas em aspas baixas [« »].

SD4 – “[...] é fato a ser celebrado que «a primeira mulher Presidenta do Brasil» receba hoje o «primeiro Presidente afrodescendente» dos Estados Unidos”. Almoço a Barack Obama - 19/03/2011

SD5 – “[...] fui «a primeira mulher» eleita «Presidenta» do Brasil”. Programa rede de prevenção, diagnóstico e tratamento câncer de colo, útero e mama - 22/03/2011.

SD6 – “Na condição de «Presidenta mulher», recordo em especial o pioneirismo da Finlândia em garantir os direitos políticos das mulheres.” Reunião Primeiro Ministro da Finlândia - 14/02/2012.

Nas sequências discursivas do Grupo I quem fala é o sujeito discursivo do lugar de-mulher/presidenta, ressaltando-se a flexão de gênero para um substantivo que até então não se costumava flexionar na língua portuguesa falada no Brasil. Embora a norma culta acate as duas formas – Presidente/Presidenta – a adoção do termo flexionado em gênero causa estranheza à população que não o adotou no uso cotidiano, bem como suscita polêmicas entre os estudiosos da língua.⁵⁹

Ao largo das discussões dos gramáticos quanto ao acerto ou desacerto da adoção da forma Presidenta, é importante destacar que o uso da desinência a como sinal de feminino passa a cumprir um papel demarcatório de valorização de uma função antes exercida apenas por homens, que de certa forma enfatiza a conotação de «mulher forte», – poderosa – que a Presidente deseja imprimir. A manutenção invariável de gênero poderia sinalizar para uma neutralidade semântica que a palavra poderia conferir ao cargo. É nesse ponto que se cruzam a estrutura e o acontecimento discursivo, isto é, “o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória; é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que ele convoca” (Pêcheux, 1999, p. 17), naturalizando sentidos. Por sua vez, pode-se vincular, como o faz Mariani (1996, p. 35), o conceito de memória discursiva à ideia de esquecimento, pois como esclarece a autora, a memória como processo histórico é “resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos”. Dessa forma, para que um sentido seja dominante, os demais devem ser esquecidos. O termo «Presidente», comumente usado, não diferenciaria o fato inédito, marcado na história, da ocupação do cargo por uma mulher, enquanto a estranheza do termo «Presidenta». significaria um novo movimento na ordem da língua.

⁵⁹ Deve-se ressaltar que o uso da palavra Presidenta é obrigatório no tratamento oficial endereçado à Presidente do país, lembrando-se que a lei federal 2.749, de 1956⁵⁹, já determinara o emprego oficial da forma feminina para designar cargos públicos ocupados por mulheres, mas que até à eleição de Dilma Rousseff era letra morta.

Um acontecimento discursivo pode ser discursivizado por diferentes posições do sujeito. É isso que acontece com o uso do termo «Presidenta». Ele se dissemina como será visto, por várias sequências discursivas no «corpus» » em análise. Por outro lado, se se conceber a existência de um liame entre acontecimento discursivo e exterioridade, poder-se-á encontrar um elo entre os enunciados do sujeito discursivo e as ações da Presidente, com referência às marcas de gênero, como se pode entender a obrigatoriedade da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas, tornada imperativa pela Lei 12.605 de 3 de abril de 2012, sancionada pela Presidente Dilma.

É o empoderamento da mulher, presente não apenas nos discursos, mas nas determinações legais. Dessa forma, estrutura e acontecimento vão se completando e se fundindo, permitindo ao sujeito diferentes enunciações.

O sujeito do discurso não é uno, o que ele produz não é fruto exclusivo de uma unicidade e, além disso, está submetido a condições exteriores que irão afetar a sua atividade discursiva. Ao se fazer a leitura do que é dito é um equívoco postular que esse dizer marca uma intenção deliberada do sujeito, pois se assim fosse, poder-se-ia imaginar que ele tem sempre controle sobre a instância discursiva que de fato lhe escapa. Sua posição provém de um lugar social e é fruto de uma ideologia que o constitui social e historicamente.

Nas sequências discursivas do Grupo I, a reiteração do fato de «ser mulher», «ser Presidenta», ter o pioneirismo de ser a «primeira» e declarar metaforicamente ter sido cingida com a «faixa presidencial», remete a uma posição histórica demarcada pelo sujeito. Essa história não se constitui mais nos moldes das oligarquias patriarcais, mas uma história escrita principalmente por mulheres, não com base em embates feministas, mas colocando em jogo a competência e a capacidade femininas, como marcas definidoras de gênero no poder. Como enunciado, na SD1, Grupo III, da seção 4.2.1.1 - Família Parafrástica.⁶⁰

Quanto à metáfora utilizada “a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”, o sujeito se vale da imagem simbólica do ornamento como referência ao poder que ele lhe confere, fazendo com que essa associação metafórica, como produto de interação específica de significados diversos, com sentido comum, gere uma nova organização conceitual e produza, além do efeito de sentido ideológico, um efeito imagético com função estética.

⁶⁰ SD1 “A ministra-chefe da Casa Civil, senadora Gleisi Hoffmann, é mais uma mulher no governo da «primeira Presidenta» na história do Brasil. É mais uma mulher «competente, uma mulher firme e uma mulher capaz» a fazer parte do nosso time.” Posse da Ministra da Casa Civil - 08/06/2011.

Nota-se nas SD 2 e 5, marcando o lugar da Presidente, o emprego do verbo «ser» “somos [...] as duas primeiras «mulheres presidentes»”; “«fui» a primeira mulher eleita «Presidenta»”, no sentido de ter qualidade, característica ou propriedade intrínseca com referência a determinada condição. Enquanto na SD2, o verbo expressa uma situação atual, na SD5, ele remete a um pretérito. O que diferencia um do outro é o fato de que «ser» pode vir a tornar-se uma condição transitória – posso ser hoje e amanhã não ser mais –; ao passo que «fui» demarca algo já inscrito na história, que não mais pode ser apagado, um acontecimento consolidado. Assim, essa tríade: «mulher/primeira/Presidenta» está registrada como um «fato inédito»; eis o acontecimento discursivo, a história inscrita na língua.

Para considerar o Outro nas sequências em análise é preciso remeter-se às condições de produção. Se o discurso é «efeito de sentido entre interlocutores», a relação existente entre os sujeitos, reais ou imaginários, se estabelece por meio dos dizeres e das filiações de sentidos que são produzidos e trabalhados pelo e no discurso. O lugar de onde o sujeito fala, a materialidade histórica e as relações de força condicionam a prática discursiva e vão determinando «o que pode e deve ser dito». Não se pode dissociar a figura do locutor do espaço institucional que ocupa e representa. O que ele diz marca sua vinculação ao conjunto de saberes provenientes de muitas instâncias, mas especialmente daquela que o legitima como porta-voz, que lhe dá garantia fiduciária para a enunciação.

No espaço político circulam imaginários, cuja consolidação do mundo de significações jamais poderá ser demonstrada, embora de uma forma ou de outra, estejam explícitos em suas práticas discursivas.

No discurso o sujeito trava um embate contra forças políticas às quais tenta resistir, desconstruindo marcas e posições que o antecederam e que, de certa forma, forcem-no a repetir o já dado e consolidado.

Assim, nas SD de 2 e 3 as condições de produção reguladoras da formação discursiva remetem a um Outro empoderado: mulher que igualmente ostenta a condição de Presidenta. Nesse caso, a Presidente Cristina Fernández de Kirchner, 55ª presidente da República Argentina, a primeira mulher eleita pelo voto direto, naquele país, reeleita em 2011 com 54% dos votos. Há um fator igualitário que unifica o Outro nas SD 4 e 6: a “primeira mulher «Presidenta do Brasil» receba hoje o primeiro Presidente afrodescendente dos Estados Unidos” - Barak Obama - e “Na condição de «Presidenta mulher», recordo em especial o pioneirismo da Finlândia em garantir os direitos políticos das mulheres” – SD6 –. Ambas as situações contemplam fatos inéditos colocados paralelamente: primeiro afrodescendente

presidente/primeira mulher presidenta; primeira mulher no Brasil/primeiro negro Presidente no país norte-americano. Em especial, na SD6, há a inversão enfática dos termos: não é a «Mulher presidenta», mas a «Presidenta Mulher». Um dos sentidos que se pode apreender é que frente às condições de produção – pronunciamento em Reunião com o Primeiro Ministro da Finlândia –, o sujeito discursivo pode ostentar igualmente uma posição de pioneirismo: se a Finlândia foi um dos primeiros países a garantir os direitos políticos das mulheres, o Brasil também ostenta a condição de precursor ao ter uma «Presidenta que é Mulher».

A formulação usada na SD1 aponta para os Outros: o povo, o coletivo de uma Nação, que por decisão soberana, escolheu colocar uma mulher na Presidência e cingir seu ombro com uma faixa presidencial, uma figura simbólica plena de sentidos históricos. Essa figura emblemática do sujeito discursivo- mulher/presidenta vai se dividir em outros sujeitos, que recorrendo ao interdiscurso, produzirá “novas” formações discursivas, como as pertencentes aos Grupos II e III.

Como no Grupo I em que o sentido dominante do dizer recai sobre a condição do sujeito ser mulher e estar investida do cargo de Presidente, no Grupo II procura-se destacar ações que digam respeito à consolidação dessa marca, no comando do governo.

Grupo II – Mulher Governante – Meu Governo –

Ao se apresentar como “mulher governante”, o sujeito por meio de derivas de sentido, busca firmar sua posição, a partir do lugar que ocupa, fazendo uso de dizeres que sejam constitutivos do que ele diz e que ao mesmo tempo sejam consoantes ao que o interlocutor quer ouvir, assentando sua argumentação nesse mecanismo de antecipação dos efeitos que sua enunciação visa provocar, como nas diversas sequências em que se posiciona como responsável pela condução da política de governo.

SD1 – “[...] o lema do «meu Governo» – ‘«País rico é país sem pobreza»” Almoço Primeiro Ministro da Suécia – 17/05/2011.

SD2 – “[...] oportunidade que «a história me deu» de ser a «primeira mulher» a governar o Brasil”. Pronunciamento à Nação - 01/01/2011.

SD3 – “A ministra-chefe da Casa Civil, senadora Gleisi Hoffmann, é «mais uma mulher» no «governo da primeira Presidenta do Brasil»”. Posse da Ministra da Casa Civil – 08/06/2011.

SD4 – “O «meu governo» é um governo que «olha toda essa complexidade do Brasil» [...]”. Premiação 6ª Olimpíada Brasileira de Matemática – 21/06/2011.

SD5 – “A «saúde da mulher» é uma prioridade do «meu governo»”. . Reunião de Alto Nível sobre Doenças Crônicas – ONU – 19/09/2011.

SD6 – “«A educação» será uma das prioridades centrais do nosso governo”. Mensagem ao Congresso – 02/02/2011.

SD7 – “A principal bandeira do «meu governo» é acabar «com a miséria absoluta» [...]” Pronunciamento Dia das Mães – 13/05/2012.

Ao analisar o lema escolhido para caracterizar o governo que o sujeito discursivo chama de «meu» – SD1—“País rico é país sem pobreza” – observa-se uma deriva de sentido produzida pelo substantivo “pobreza” que aqui se refere a uma classe e não a sujeitos determinados – pobres –. Ao dizer “pobreza” e não “pobres” procede-se a uma nominalização e não a uma individualização. A pobreza é indeterminada; o pobre pode ser identificado. Como afirma Orlandi (2012, p. 138) “E um pobre visível é o que não interessa a esse enunciado(r). O da posição-sujeito presidente da república do Brasil.”

O sujeito-governante se reconhece como agraciado pela “[...] oportunidade que a «história me deu» de ser a «primeira mulher» a governar o Brasil.” – SD 2 –. Aqui o sujeito se deixa interpelar por sua trajetória pessoal: a experiência como presa política, torturada, batalhadora pela democracia, braço-direito do ex-presidente Lula, mãe do PAC, habilita-a a obtenção da recompensa – “ser a primeira mulher a governar o Brasil.” Esse prêmio lhe é então concedido pela história que possui uma unidade e uma continuidade; – o presente precisa do passado.

A marca feminina se destaca na SD3: “A ministra-chefe da Casa Civil, senadora Gleisi Hoffmann, é «mais uma mulher no governo» da primeira «Presidenta do Brasil»” – SD 3 –. A historicidade – o processo histórico de constituição - do sujeito se materializa na língua. O cumprimento da promessa “do governo de mulheres” feito pelo sujeito histórico corporifica-se na superfície da língua, trazido pelo sujeito discursivo. Interessante destacar que na SD3, o sujeito discursivo não faz menção ao “meu governo”, mas ao “governo «da» Presidenta”, distinguindo-se outra marca de gênero: «mais uma mulher» empoderada. A marca sintática sinaliza o acontecimento: o uso da preposição “da» destaca a ideia de posse, “o governo «da primeira Presidenta»” – SD3 – , noção essa enunciada de outras formas, nas sequências desse Grupo: «meu governo, nosso governo».

Esse fato inédito – mulheres no poder – que pode advir como novidade, se funda no simbólico, aponta para o futuro, mas se constrói no presente. Observa-se que a enunciação «mulher governante» faz uso reiterado do pronome possessivo de primeira pessoa – «meu

governo» –, mas paradoxalmente difere-se da posição do sujeito discursivo no Grupo I, no qual aparece investido da função personalíssima de Presidenta. Nesse Grupo II, o governo se configura como uma instância de natureza política – a afinidade «do meu governo» com a política –, cuja função – governar – não se reveste do caráter de pioneirismo, e que por isso mesmo nos silenciamentos –o meu e não os de outros – encontrados nas sequências agrupadas, sinalizam uma comparação com governos antecessores: “O «meu governo» é um governo que «olha toda essa complexidade do Brasil» [...]” SD4 ; “A «saúde da mulher» é uma prioridade do meu governo” – SD5; «“A educação» será uma das prioridades centrais do «nosso governo»” – SD6; “A principal bandeira do «meu governo» é acabar com a «miséria absoluta» [...]” – SD7. O destaque dado ao possessivo «meu» marca o ineditismo do governo feminino, o apoderamento do lugar que o sujeito ocupa e ainda o desejo de enunciar que o «seu governo» se apossa das prioridades que se lhe apresentam: «complexidade do Brasil, saúde da mulher, educação» do povo, erradicação da «miséria absoluta». Ao mencionar tais intenções silencia a existência delas em outros governos masculinos e reforça a ideia que, essas ações são [re]posicionadas em sua administração.

É importante observar que a relação que se estabelece entre «meu» e «governo» conecta o sentido da primeira pessoa – meu – com a terceira pessoa – governo –, colocando um possessivo como determinante de um nome. O meu está posto em relação a outro, isto é, há um apossamento da instância pública, impessoal – governo – pela pessoa em âmbito privado – meu. O que seria do coletivo passa pertencer à esfera individualizada.

As condições de produção que possibilitaram a materialização do Outro nas SD do Grupo Mulher são bastante ecléticas, visando desde ao destinatário Nação e Congresso Nacional até ao interlocutor da esfera privada – as mães –, passando pela própria equipe executiva – posse de ministros –, estudantes e interlocutores estrangeiros. Como preconizado pela AD, “no discurso se pode apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora” (Orlandi, 1994, p.56). Essa relação se depreende da formação discursiva que possibilitou a enunciação – “A educação será uma das prioridades centrais do «nosso governo»” – SD6. Enquanto nas outras sequências desse Grupo, a reiteração se dá pela expressão «meu governo», reafirmando um sentido de posse exclusiva, na SD6 o pronome possessivo se alterna para «nosso governo». Tal mudança se deve ao Outro: o Congresso Nacional, e com base nessa imagem, o sujeito-enunciador assume a identidade do sujeito político, dividindo com o interlocutor a responsabilidade pela educação. Nessa colocação, surgem as vozes oriundas de outras formações que determinam o que deve ser dito. O que deve

ser dito, nesse caso, aponta para o reconhecimento do papel do poder legislativo, sem o qual, em um sistema democrático, o governante não governa, mesmo num sistema político presidencialista.

É o efeito ideológico fazendo com que o sujeito se institua e se filie a um saber discursivo que significou antes, visto que todo discurso é parte de um tecido de vozes existentes em outros textos, provenientes do passado ou contemporâneos, mas sempre marcados ideologicamente.

Como do ponto de vista linguístico, toda sequência de enunciados é uma série descritível, com derivas de sentido passíveis de interpretação, pode-se encontrar o sujeito-discursivo ocupando outros lugares, formando novas identificações, como representado no Grupo III.

Grupo III – Mulher Comum

As formações imaginárias deixam marcas em todo processo discursivo. A antecipação do efeito a ser provocado no interlocutor pelo que está sendo dito vai modulando o contexto da enunciação, constituindo o sentido do dizer e determinando as posições ideológicas que vão sendo colocadas na relação com o interdiscurso, como nas sequências a seguir em que o sujeito discursivo se reveste como a «mulher comum» que intenta ser e ao mesmo tempo representar. SD1 – “«Nós, mulheres», sabemos – mais que ninguém – que o desemprego não é apenas uma estatística”. “[...] sinto-me aqui representando todas as «mulheres do mundo»”. “Junto a minha voz a «das mulheres» que ousaram lutar, que ousaram participar da via política e da vida profissional [...]”. Debate Geral na Assembleia Geral ONU - 21/09/2011.

SD2 – “[...] pela primeira vez representando «todas as mulheres do mundo» [...]”. “Nós [mulheres] não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história”. Conferência Nacional de Política para Mulheres - 12/12/2011

SD3 – “[...] nós, «mulheres», devemos representar não apenas e simplesmente as «lutas das mulheres» por conquista de «igualdade de oportunidades», mas «nós» temos de celebrar as «conquistas» que fizemos”. Homenagem ao Dia Internacional da Mulher – Congresso Nacional - 13/03/2012.

SD4 – “[...] o Bem Viver é levado por nós, «mulheres», viu gente?” Inauguração Simultânea de UPAS - 05/07/2012.

SD5 – “[...] as «Marias, minha filha», deste mundo – ou seja, «nós todas», que «somos as Marias deste país» – «nós temos direito» a nossa hora e nossa vez”. Inauguração Sistema Adutor da região do Guanambi – 09/11/2012.

As condições de produção dos recortes discursivos contidos na SD1 marcam um momento único para afirmação de gênero na trajetória da Presidente, recém-empossada na ocasião do pronunciamento na Assembleia Geral das Nações Unidas. O sujeito discursivo assume uma identidade feminina que representa a voz de todas as mulheres, dentre as quais o sujeito empírico se inclui, pois aquele é um palco singular, de grande visibilidade, lugar perfeito para que o discurso se constitua entre locutores, visualizando como locutores a plateia global. Tem-se então, o uso do pronome «nós» como elemento referencial – “«nós mulheres»” – ao substantivo mulheres, colocado em posição apositiva, para reforçar a interlocução. Observa-se ainda o emprego do verbo saber, em sua forma flexionada de terceira pessoa do plural – “«sabemos»” – “«mais do que ninguém»” –, usado para respaldar a autoridade do que se afirma: as mulheres conhecem o desemprego, não como estatística, mas pela vivência, uma vez que graças a políticas discriminatórias são vítimas dele.

A presença feminina no mercado de trabalho tem sido historicamente inferior à masculina. Dados da Organização Internacional do Trabalho revelam que a proporção de mulheres desempregadas subiu de 5,3%, entre os anos de 2002 e 2007, para 6,4% de 2009 a 2012⁶¹.

Assim, ao trazer à superfície da língua palavras como «desemprego» e «estatística», o sujeito discursivo, atravessado pelo pré-construído, mescla formações discursivas de várias outras enunciações, no sentido de aproveitar-se do «locus» que ocupa como enunciador, mas sob a «identidade da mulher comum», denunciar a discriminação de gênero.

Tendo, especificamente, a mulher como interlocutora, na SD2, o sujeito discursivo, buscando respaldo na trajetória de luta, exorta, do ponto de vista ideológico, a mudança do papel da mulher de vítima do patriarcalismo para autora de sua história. É essa mulher disposta a reescrever seu papel que o sujeito discursivo representa “«todas as mulheres do mundo»” – SD 2 – ao mesmo tempo em que se assume como uma delas.

O Congresso Nacional, majoritariamente constituído por políticos homens⁶², é o cenário no qual, ao enunciar – SD3 –, o sujeito discursivo, ideologicamente marcado pela identidade

⁶¹ Crise econômica acentuou desemprego entre as mulheres, diz OIT (2012). *Revista Época*, 11/12/2012. Acedido a 2 de Julho de 2013 em <http://revistaepoca.globo.com>.

⁶² O percentual de mulheres no Congresso Nacional é 9,26 %, sendo 12,3% no Senado e 8,77% na Câmara Federal.

feminina, faz derivar sentidos da palavra “«luta” para “«conquista de igualdade e oportunidades»” ao se referir às mulheres, que naquela ocasião são homenageadas pelo seu dia e que se veem representadas pelo sujeito discursivo, que ligado a sua condição de exterioridade – Presidente – fala de um lugar privilegiado naquela Casa do Povo, atestando a força e a afirmação dessa nova mulher que venceu a guerra – «luta» – e por isso “«celebra conquistas»”.

Ao se identificar como mulher comum, especialmente nas SD 4 e 5, o sujeito discursivo faz uso do pronome “«nós»”, no sentido de pertinência, de inclusão. Já não é mais o sujeito-discursivo-Presidenta, nem o sujeito-governante, a mulher comum, «a Maria», a anônima, aquela com a qual todas as mulheres podem se identificar. No lugar imaginário em que o sujeito discursivo se coloca, a resposta para a indagação: «Quem sou eu para lhe falar assim?» revela a identidade assumida nessa ocasião: Eu sou uma de vocês: – «nós todas» –, batalhadora, mãe, profissional, lutando juntas por todas nós, para escrever nossa própria história. As condições de produção desses discursos – SD 4 e 5 – indicam a quem se dirige a interlocução: a Outra é «a Maria do povo», «a mãe de família» que precisa acreditar que sua vez chegou porque agora existe uma porta-voz que fala de um lugar privilegiado e que com essa Outra se identifica, que empaticamente entende os anseios femininos. O uso do dêitico em “«somos as Marias deste país»” promove um efeito de proximidade entre o sujeito e as «Marias», fazendo com que a enunciação faça parte do campo de “um aqui/eu agora”. Há na SD5 – “as «Marias, minha filha», deste mundo [...]” –, o esforço do sujeito na antecipação do que o outro vai pensar e na tentativa de seduzi-lo e estabelecer com ele uma cumplicidade. Esse esforço é marcado pelo emprego do vocativo “«minha filha»”, que produz efeito de aproximação entre os interlocutores, fazendo com que o sujeito saia de sua posição privilegiada – o lugar da Presidente – e adentre o campo social e cultural de seu interlocutor.

Os dizeres contidos nas sequências em que o sujeito da enunciação se representa como «Primeira Mulher Presidenta», «Mulher-Governante» e «Mulher Comum» produzem efeitos de sentido que entrecruzam o intradiscursivo – a estrutura – com o interdiscurso – o acontecimento – sem, entretanto, esgotar todas as possibilidades de significação, uma vez que em todo processo discursivo existe a incompletude, pois o sujeito não é livre para dizer o que quer, quando quer e como quer. Interpelado pela ideologia, o sujeito se reconhece em papéis reais ou imaginários, marcando a instância enunciativa institucional por características sócio- históricas que delineiam diferentes «eus», como representados nos Tipos a seguir analisados.

5.1.2 Constituição do Sujeito

O sujeito ao produzir seu discurso o faz a partir de diferentes posições ideológicas (Indursky, 1997) e com base nas formações imaginárias. Surge assim a constituição heterogênea representada pelos diferentes «eus», constituídos como «Mulher Presidenta», «Mulher Governante» e «Mulher Comum» que se assentam em representações do sujeito discursivo, enunciado nas sequências em análise ora como «eu», ora como «nós», ora como «ele».

A questão da subjetividade no discurso é entendida por Benveniste (1991b, p. 288) “como a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. Isso se dá «na» e «pela» linguagem, determinando a pessoa, constituindo-a como sujeito, fazendo com que ela seja percebida materialmente em um enunciado por meio das formas que a língua oferece, criando marcas linguísticas expressivas dessa subjetividade como o uso dos pronomes referenciais – eu-meu – nós-nosso, ele-não pessoa. Para Benveniste (1991b), os pronomes possuem natureza dialética, uma vez que designam contraste. A consciência de si mesmo só se experimenta pelo contraste. A condição dialógica implica reciprocidade.

Assim se há um «eu» é porque existe um «tu» a quem se dirige a locução, e esse «tu» pode vir a se tornar «eu» em função da colocação do «eu» em «tu». Para que o sujeito se constitua como tal é preciso o reconhecimento do outro – real ou imaginário. O «eu» e o «tu» são pessoas que se caracterizam como categorias plenas de subjetividade no discurso e que se constituem na instância discursiva.

O mesmo não acontece com o «ele», a terceira pessoa, cujo valor remete à objetividade, e não à pessoalidade existente entre «eu» e «tu». A terceira pessoa na realidade não participa da troca do enunciado, funciona como o referente. Sobre ela Benveniste (1991b, p. 250) afirma: “A forma dita de terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma pessoa específica”.

Quanto ao «nós», Benveniste (1991b) o entende como um «eu» ampliado, admitindo acolher sob sua rubrica outros enunciadores, possibilitando a passagem do sujeito enunciator para o “sujeito político”, como será visto mais adiante.

Nas sequências discursivas constantes do «corpus» analítico em questão, podem-se identificar cinco tipos de subjetividades mobilizadas nos discursos presidenciais: «eu», «nós mulheres», «nós brasileiros», «ele» e uma «quarta pessoa», representada por «nós».

Tipo I – Eu

SD1 – [Eu] “«Venho» para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam [...]”

“Para assumi-la [eu] «tenho» comigo a força e o exemplo da mulher brasileira” Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional – 01/01/2011.

SD2 - “[...] oportunidade que a história «me deu»” Pronunciamento à Nação – 01/01/2011.

SD3 – “«Eu» cheguei até aqui porque uma grande quantidade de mulheres saiu de suas casas e foi trabalhar [...]”. Cerimônia Comemorativa do Mês da Mulher - 01/03/2011.

SD4 – “«Eu» fui eleita com os votos dos homens e das mulheres”. “E «eu» vou honrar cada voto”. “«Eu» fui a primeira mulher eleita Presidenta do Brasil”. Programa rede de prevenção, diagnóstico e tratamento câncer de colo, útero e mama 22/03/2011.

SD5 – “É com muita alegria e orgulho que [eu] «nomeio» a primeira mulher para a presidência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”. Posse dos Conselheiros do CONSEA – 17/04/2012.

No quadro teórico da AD, o entrelaçamento do Materialismo Histórico, da Língua e da Psicanálise permite postular a indissociabilidade entre a constituição do sujeito e a constituição do discurso. Conforme ensina Pêcheux (1997a) o sujeito ao se apresentar como senhor e fonte do que diz – «eu» – tem a ilusão de que não é afetado pelo esquecimento número 1 – «eu sei o que digo» – e que tem o domínio sobre o que diz. Esse esquecimento é da ordem do inconsciente porque atravessado pela projeção imaginária que o enunciador possui do lugar de onde enuncia. Mecanismo esse que lhe dá a sensação de que as palavras que pronuncia brotam de si e que “essa ilusão é a condição de unidade e de subjetivação sem a qual o sujeito não é sujeito de linguagem na plena contradição do que é sê-lo: ser o agente de e assujeitar-se a” (Orlandi, 2007, p. 142).

A posição que o sujeito ocupa no discurso é privilegiada na linguagem e tal posição se enuncia por meio de índices, como os pronomes pessoais que se constituem, segundo Brandão (2004, p. 56) “o primeiro ponto de apoio na revelação da subjetividade na linguagem.” Dessa forma, aparecem na enunciação o «eu», o «nós» como sujeitos enquanto o «tu» pode trazer a marca da não-subjetividade, dada a sua posição de interlocutor.

O «eu» e os verbos em função referencial “«venho», «tenho», «estou», «nomeio»”, nas sequências discursivas em análise, põem em evidência a figura do enunciador, na ilusão subjetiva da unicidade do sujeito. No caso em foco, o sujeito referencial é a Presidenta, moldado pela posição que ocupa, exprimindo-se por meio das marcas linguísticas a sua subjetividade,

integrando pronomes e verbos na categoria pessoa. O «eu» “escolhido” para enunciar-se parece querer reforçar a ideia de que “«eu mulher»” conseguiu chegar aonde mulheres brasileiras até então não haviam chegado, explicitando os sentidos de «eu» forte, «eu» precursora, «eu» porta-voz. É também a voz – da memória, da ideologia – da governante, investida em seu papel de chefe do executivo que além do poder que lhe confere o cargo de presidente, sabe que lhe cabe o comando orquestrado das ações que podem transformar projetos em realidades. Em ambos os casos produz um efeito-sujeito por ser social e historicamente determinado.

Uma memória não pode ser concebida como uma esfera plena, cujo conteúdo seria um sentido homogêneo. Ela é um espaço móvel de deslocamentos, disjunções, divisões, de retomadas, de conflitos, de regularizações, de desdobramentos, de réplicas, de polêmicas e contra recursos. Não há como, pois, descartar a memória como feita de esquecimentos, de silêncios e de silenciamentos de sentidos não ditos e sentidos a não dizer. Eis a fragilidade do processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória. O real histórico faz pressão, faz com que algo irrompa nessa objetividade material contraditória – ideologia (Orlandi, 2012).

Como afirma Ferreira (2003, p. 191) “na AD, mais do que o sujeito, interessam as posições sujeito, uma vez que o sujeito é pensado discursivamente como uma posição entre outras”. Desse modo, continua a autora, “não há, portanto, uma forma de subjetividade, mas um lugar que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz”.

Assim, o sujeito tanto pode ser «eu», como «nós», variando de acordo com as formações discursivas, as formações ideológicas e as condições de produção que vão moldando o que pode e dever ser dito. Não há, pois, unicidade em se tratando da constituição do sujeito discursivo, diferentemente do que acontece no Tipo II em que “Nós-Mulheres” vem determinando uma marcação de gênero, ostentando uma identidade socialmente unificada que não se fragmenta em múltiplas perspectivas identitárias. Essa homogeneidade do sujeito pode ser encontrada nas sequências reunidas no tipo a seguir.

Tipo II – Nós Mulheres

SD1 – “«Nós», mulheres, nascemos com o sentimento de cuidar, amparar e proteger”
Candidatura oficial pelo PT 13/06/2010.

SD2 – “Para «nós» que somos duas mulheres, as duas primeiras mulheres eleitas presidentes”.
. Atos na Casa Rosada (ARG) - 31/01/2011.

SD3 – “«Nós» [mulheres] não somos vítimas, «nós» queremos ser sujeitos”. Conferência Nacional de Política para Mulheres - 12/12/2011.

SD4 – “«Nós» temos que lutar junto com a igualdade de gênero pela igualdade racial”.
Homenagem ao Dia Internacional da Mulher – Congresso Nacional - 13/03/2012.

SD5 – “[...] apesar de «nós» sermos 52% da população e, portanto, as mulheres serem maioria [...]”. Cerimônia Comemorativa do Mês da Mulher - 01/03/2011.

O emprego do «nós» [mulheres] remete a um conjunto nomeado, muito diferente de seu uso em outras representações ambíguas e indiferenciadas. Nessas sequências discursivas, o «nós» filia-se à rede de sentidos do «eu mais elas», é inclusivo e ao mesmo tempo diferenciado. Esse «nós» – eu Presidente e as demais mulheres – integra no discurso todas as vozes desde aquelas emudecidas por muito tempo até as que conseguiram romper o silêncio e a opressão. Esse «nós» pertence, sem dúvida, à esfera pública, marcando a trajetória que muitas mulheres fizeram ao longo da história, deixando o confinamento da esfera privada, ousando desafiar o sistema, mudando o «habitus», acreditando que uma igualdade de gênero seria possível. Assim, ao emprestar sua voz para todas as mulheres, o «nós» proferido pelo sujeito discursivo, na posição de Presidente, ganha força de pertinência e procura solidificar a imagem de mulher-presidente, sem deixar de ser vista como um elemento do conjunto.

Na SD2 – Tipo II –, o «nós» «eu mais você» marca um lugar de liderança, produzindo um efeito de sentido exclusivo. O sujeito discursivo revela que: Não somos simplesmente mulheres como as demais, somos mulheres eleitas – Presidente do Brasil e Presidente da Argentina –. Não pertencemos aos segmentos comuns que o nós inclui, porque a posição-sujeito da qual estamos instituídas decorre do poder que nos foi outorgado, ou melhor, conquistado por nós – já que fomos eleitas.

Se o “Nós-Mulheres” remete à marca de gênero o “Nós-Brasileiros”, tratado nas sequências do Tipo III abrange uma categoria coletiva, tomada em conjunto, nomeada genericamente e portadora de uma identidade abstrata que o sujeito discursivo assume representar.

Tipo III – Nós Brasileiros

SD1 – [Nós] “«Somos» um país que se esforça por sair das mãos de baixo desenvolvimento”.
Declaração à imprensa – (conjunta Barack Obama) - 19/03/2011.

SD2 – [Nós] “«Estamos» construindo uma nação mais fraterna, mais igualitária e mais próxima”. Entrega de Insignias Ordem do Mérito da Defesa - 05/04/2011.

SD3 – “«Nós» dizemos: ‘País rico é país sem pobreza’”.

[Nós] “«provamos» também que este país cresce, quando cresce a riqueza de sua população”. Batismo Plataforma P53 - 03/06/2011.

SD4 – “Juntos, «nós», brasileiros, vamos continuar melhorando econômica, social e politicamente [...]” Pronunciamento à Nação - 23/12/2011.

SD5- “Ao tempo em que «nós» combatemos a miséria, «nós» temos de ser capazes a responder aos desafios do Século XXI [...]”. Cerimônia de Formatura no Instituto Rio Branco - 20/04/2012.

O «nós» é uma combinação do «eu-tu», uma junção do «eu» e «não-eu», uma identidade coletiva, singularidade do político que fala por todos os seus representados, enunciador de uma nova realidade social que o «eu» fará acontecer. Mas o «nós» não é a soma dos «eus», assim como no princípio da Gestalt⁶³ “o todo não é igual à soma de suas partes”, é por essência uma palavra vazia, pois não indica o que além do «eu» pode ser incluído. O «nós» pertence à classe funcional da língua, caracterizando-se na instância do discurso, revestindo-se da aparência que a enunciação requer, assumindo então um aspecto camaleônico, fundindo-se num corpo social.

No Item III, o «nós Brasileiros» – «eu mais tu» – unifica o sujeito do discurso com seus interlocutores. Constitui-se pelos outros, fazendo parte de um coletivo identitário. Entende-se «ser» por se identificar com o grupo. Reúne na esfera pública a totalidade que forma a «Nação» brasileira, a coletividade, incluindo-se nela a Presidente. Os dizeres das sequências remetem à indicação de que necessário se faz o comprometimento de todos quanto ao desenvolvimento do país. Com esse «nós», o sujeito enunciador, revestido de sua condição empírica, sinaliza para o compartilhamento da responsabilidade pela construção da nova história, rumo ao tão almejado progresso que esse «nós», sujeitos especificados e não especificados, certamente buscam. O sujeito enuncia agora como político representativo da função enunciativa do Governo e da Presidência, lugares de onde fala e assim, o «nós» é então inclusivo.

Diferentemente da inclusão do todo categorial proposto no “Nós-Brasileiros”, o uso da forma “Ele” é uma maneira de subverter o sujeito, neutralizá-lo, esvaziar o sentido de subjetividade, manter um «eu» à distância (Fiorin, 2001), como apontado nas sequências reunidas no Tipo IV.

Tipo IV - Ele

⁶³ O movimento gestáltico surgiu por volta de 1870, a partir de estudos de psicólogos alemães sobre a percepção humana. O termo Gestalt tem o sentido aproximado de figura, forma, aparência. Para o gestaltismo o todo não é a soma das partes, mas o seu condicionamento.

A representação do sujeito pela terceira pessoa – ele, ela, para referir-se ao próprio nome⁶⁴, ou usar o «se» como indeterminação é uma forma de simulação, de uso de uma categoria da língua que tem referência objetiva, “para não-preenchimento da forma sujeito para dar lugar ao acontecimento discursivo”, como afirma Indursky (1997, p. 61). Há um esforço para dissociar o sujeito do discurso da pessoa investida de seu papel institucional. Procura-se fugir da pessoalidade existente em «eu» para demonstrar certa neutralidade e objetividade com relação ao que se enuncia. É como se fosse possível observar «de fora», produzindo um efeito de exterioridade.

Indursky (1997, p. 78) chama de “quarta pessoa discursiva” a produção da impessoalização do sujeito, quando ele abdica de usar o «eu», “cedendo espaço para o acontecimento discursivo”, de tal forma a se representar como outra pessoa. Isto pode ser feito quando o sujeito ao simular seu afastamento da materialidade discursiva, refere-se a si mesmo como «ele» ou «refugia-se» na indeterminação do «se» ou na forma «a gente» ainda na forma e assim produz um efeito de esvaziamento do sujeito, na tentativa de se desvincular do acontecimento discursivo, cedendo lugar aos fatos. É o que se pode observar nas sequências discursivas SD1, SD2, SD3:

SD1 - “«Um presidente» ou uma «presidenta» tem obrigação para o conjunto da «Nação» e, ao mesmo tempo, se apoia numa coalizão de partidos, e isso não é contraditório” Posse do Ministro da Pesca e Agricultura - 02/03/2012.

SD2 - “[...] uma «presidenta» não pode ter uma política tímida, ultrapassada e meramente compensatória para as mulheres.” Dia Internacional da Mulher - 08/03/2012.

SD3 - “[...] para ser uma das maiores «nações», «a gente» volta no círculo-virtuoso. É necessário crescer, incluir, proteger e conversar.” Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - 04/04/2012.

⁶⁴ Referir-se a si mesmo em terceira pessoa é uma forma comumente encontrada nos discursos do ex-Presidente Lula. Ex.”[...] Eu não falei que o **Lula** não sabia cuidar da crise? Eu não falei que tinha crise [...]” Discurso da Cerimônia de Lançamento das Linhas de Ação do Fundo Setorial do Audiovisual, Rio de Janeiro – RJ, 04 de dezembro de 2008. Disponível em : <<http://www.imprensa.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2013.
“[...] os meus amigos mais inteligentes e mais espertos diziam assim pra mim: Lula, não entra no movimento sindical porque a estrutura sindical brasileira é a cópia fiel da carta de "lavoro" de Mussolini [...]” Discurso do Presidente da república no III Fórum Social Mundial. Anais do SILEL. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

Em SD1 e SD2 o substantivo nas formas «presidente/presidenta» deixa de ser o sujeito da enunciação passando a ser seu referente. O fato de marcar a ausência do «eu» ao se referir como outra pessoa remete à ideia de compartilhamento com a segunda pessoa, o interlocutor, da situação preconizada no enunciado. A SD1 comporta uma “quase” máxima da missão que o Presidente/Presidenta tem para com a «Nação». E nesse caso, o emprego da palavra «Nação» – com o sentido dicionarizado de “agrupamento político autônomo que ocupa território com limites definidos” –⁶⁵, reveste-se de sentido ideológico significativo e faz oposição ao restante da enunciação ao lembrar que a Presidente para assegurar a autonomia desse território e a governabilidade desse povo necessita amparar-se na instância política, em uma coalizão de partidos, isto é, juntar-se politicamente aos seus opositores, uma vez que uma «Nação» não congrega um povo homogêneo, uno, mas abriga uma diversidade de membros fixados em seu espaço físico.

É interessante observar que em SD3 a ideia de «Nação» alia-se a uma sequência de verbos no infinitivo: crescer, incluir, proteger e conversar. Sabe-se que o infinitivo, por sua natureza, é uma expressão pura, indeterminada, sem ideia de tempo, número e pessoa. Assim, o enunciado dessa sequência marca um distanciar-se do comprometimento político com as ações que esses verbos encerram, especialmente quando o sujeito enunciadador se apresenta sob o termo coloquial «a gente», como substituto do paradigma pronominal «nós» como uma referência externa à interlocução. A noção genérica do substantivo «gente vem cedendo espaço para a forma pronominal a «gente», perdendo o significado de «não-eu» para a inclusão de «mais eu». Em sua origem o agente pronominal mudou não apenas a classe gramatical – sintagma nominal –, mas “passou de referente de um grupo de pessoas à parte a um grupo no qual o falante se inclui, tal qual o pronome ‘nós’” (Oliveira Vieira & Temponi, 2012, p. 6). É importante observar ainda o deslizamento de sentido que pode ser estabelecido entre o substantivo «coalizão» na SD1 e o verbo «conversar» na SD3, uma vez que não existe «coalização» – de partidos – sem «conversar».

Outro deslizamento de sentido – de presidente/presidenta ao «não-eu» – SD 1 e 2 – sinaliza para o apagamento do sujeito, que se retira da formulação discursiva, de modo a considerar seu papel institucional à distância. Em SD2 há um reforço de sentido para as ações que devem ser empreendidas com relação às políticas para as mulheres: uma Presidenta, não o «eu», mas a pessoa política deve ousar sair do convencional, estabelecer novos parâmetros, pois afinal essa pessoa é uma mulher que inaugura um acontecimento.

⁶⁵ Houaiss, A & Vilar, M. de. (2004). *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Dicionário online. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 4 jun. 2013.

Como se depreende dos tipos até aqui analisados, o sujeito se constitui pelo discurso. É uma construção social e discursiva bastante heterogênea, em constante processo de elaboração e transformação, apresentando-se – ou escondendo-se – sob diversas identidades, valendo-se da estrutura da língua, produzindo efeitos metafóricos, deslocamentos, deslizamentos de sentidos que favorecem possibilidades dos sujeitos se subjetivarem de outras formas, como no uso do “Nós”, tratado no Tipo V.

Tipo V - Nós – Amplificado

O «nós» amplificado dilata-se além do «eu», da pessoa estrita, definida, ganha contornos difusos, comportando várias probabilidades, seja como o plural de modéstia do «nós político», como o «nós escondido» que opacifica o sujeito, o «nós observador» distanciado, o «nós» da pluralização do «eu». Nas sequências discursivas de 4 a 7 o sujeito discursivo «nós» transita por muitas instâncias: o Brasil, o país, o governo. Essas formas são intercambiáveis e o sujeito enunciador se movimenta por elas, deslizando os diversos sentidos do «nós». São representativas desse sujeito discursivo as seguintes SD's:

SD1 - “[...] a democracia e a política se fortalecem com a democracia social, e «o Brasil» somente será um país realmente justo e desenvolvido quando «todos os brasileiros formos», ao mesmo tempo, livres «para nos manifestar», livres para exercer «a nossa cidadania» e «tivermos» oportunidades iguais e direitos iguais.” Entrega Prêmio Direitos Humanos 09/03/2012.

SD2 - “É o «Brasil» inteiro fazendo, de fato – como usa a imprensa –, a verdadeira «faxina» que «este país» tem de fazer: «a faxina» contra a miséria”. - Pactuação do Plano Brasil sem Miséria - Sudeste 18/08/2011

SD3 - “O «Brasil» mudou. Mudou porque o «povo brasileiro» teve oportunidades”-1. Inauguração Policlínica Regional -1/08/2011.

SD4 - “«Estamos» conquistando um novo grau de amadurecimento da consciência cívica em um ambiente de crescente liberdade.” “o «Brasil» é, hoje, uma das maiores democracias do mundo”. Comemoração 21 de Abril - Ouro Preto (MG) - 21/04/2011

SD5 - “«Este país», o Brasil, tem compromisso com a paz, com a democracia, com o consenso.” “«Somos um país» que se esforça por sair de anos de baixo desenvolvimento, por isso buscamos relações comerciais mais justas e equilibradas [...]”- 34ª Exposição de Animais, Máquinas... 02/09/2011.

Na designação «Brasil» está contida a ideia de pátria, nação e especialmente o sentido de país, uma vez que na mesma sequência aparecem as duas formas: «Brasil» e «país» como elementos parafrásticos. Por sua vez, a palavra «país», como explica Orlandi (2012, p. 132) “deixa sempre uma margem de in-significado”. Nas SD 5 e 6, por exemplo, aparece especificado pelo determinante «este», configurando o sentido de região geográfica, território de um Estado soberano. Em outro recorte da SD5, «país» recebe a indeterminação do artigo «um», sinalizando para o caráter de mundialização, um país dentre muitos, mas desta vez ligado ao verbo ser, flexionado na forma nós, apontando para a fusão «eu» – político – «mais outros».

Diferentemente das SD do Tipo III - «Nós Brasileiros», que chama pela inclusão, o «nós» das SD do Tipo IV, reflete mais definidamente o caráter político das ações, em uma representação de forças que aparecem em cenários distintos, apelando para o interdiscurso, com diferentes condições de produção e de sentidos. No discurso político e institucionalizado a função interdiscursiva se mantém graças ao papel da memória, que como assevera Courtine (2006, p. 78) possibilita ao sujeito “o retorno e o reagrupamento de enunciados assim como o seu esquecimento ou apagamento”. Dessa forma, nas SD’s destacadas se intercambiam conceitos de democracia, cidadania, liberdade, consciência cívica, desenvolvimento, corrupção, potência social, espécie de memória coletiva que se manifesta pela repetição, pela retomada e pelo esquecimento, configurando formações ideológicas. Assim, esse «nós», rico em potencialidades de sentido, torna-se inseparável da cena discursiva e só pode ser recuperado na sua inteireza ao se reconstituir as condições de produção dos discursos.

Não se pode deixar de notar a interferência das condições de produção nos fragmentos destacados, como na SD2, com o emprego do termo “«faxina»”, ligado aos sujeitos “«Brasil»” e “«este país»”. No início do governo Dilma, a imprensa tentou colocar-lhe a pecha de «faxineira da corrupção», por suas ações referentes às questões ligadas à troca de integrantes do governo acusados de corrupção⁶⁶. A Presidente parece não ter aprovado para si essa imagem e nessa sequência o sujeito empírico marca esse fato ao dizer que “a verdadeira «faxina» que «este país» tem de fazer: «a faxina» contra a miséria”.

Nas SD3 o sujeito discursivo revestido do «nós/Brasil/povo brasileiro» deixa escapar o sentimento de ufanismo, de país que encontrou seu rumo, sentimento esse que dominou boa parte do governo Lula e também o início do governo da Presidente Dilma, ao registrarem situações como aumento das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB – em

⁶⁶ Faxina no meu governo é faxina contra a pobreza. 24 de agosto de 2011. Disponível em: blog.planalto.gov.br/faxina-no-meu-governo-e-faxina-contra-a-pobreza/. Acesso em 12 maio 2013.

comparação às obtidas em governos anteriores⁶⁷. Nesse sentido, o sujeito enuncia que “O «Brasil» mudou. Mudou porque o povo «brasileiro» teve oportunidades”. Em outras sequências discursivas – SD4 e 5 –, a menção que se faz é à forma de governo democrático aliada ao processo de crescimento, destacados pela pessoa discursiva «este país/nós» como acontecimentos de conquistas políticas.

Uma vez discutidos os aspectos pertinentes à posição do sujeito discursivo, a próxima etapa analítica consiste em considerar os efeitos de sentido produzidos pelo posicionamento desse sujeito no interior do discurso, já que este é «efeito de sentidos entre interlocutores» enquanto a Formação Discursiva – FD – é o lugar – a matriz – da constituição do sentido (Pêcheux, 1990, p. 82).

5.2 Formações Discursivas

Ao proceder à análise, o pesquisador procura compreender como se dá o funcionamento linguístico, que se refere à ordem interna da língua, e as condições de produção, que remetem a sua exterioridade, tentando ver através da opacidade do que é dito os deslizamentos de sentidos, reveladores da posição do sujeito. Esse procedimento analítico começa a desvendar formas específicas de dizer, configurando-se as FD.

Na AD o funcionamento discursivo é a atividade estruturante que regula o que pode e deve ser dito em um dado contexto, consoante à formação ideológica que interpela o indivíduo, transformando-o em sujeito. Como ensina Pêcheux (1997b), os processos discursivos se dão sobre uma base linguística, inscritos em uma relação ideológica que faz com que cada palavra ou expressão ou uma mesma palavra ou uma mesma expressão recebam sentidos unívocos, desconectados de sua literalidade, mas constituindo-se em cada FD. Assim, as palavras ganham ou perdem sentidos de acordo com a FD em que se encontram, estabelecendo-se relações de conflito e de «aliança». Em um processo discursivo, o sistema de substituições que se dá por meio da paráfrase remete ao que Pêcheux denominou de esquecimento número 2, ou seja, o sujeito ao utilizar um determinado enunciado tem a impressão de fazer sua escolha de um sentido dentre outros e que é escolhido e único.

Ao lado da parafraseagem, que reitera o mesmo, chamando a participação da memória do dizer, a polissemia se abre para o outro, deslocando sentidos e promovendo ruptura de

⁶⁷ A taxa de crescimento do PIB per capita no Brasil se elevou de 0,65%, no período 1995/2003, para 3,13%, no período 2004/2010. Notas sobre o crescimento econômico de longo prazo no Brasil. Disponível em: http://www.cepe.ecn.br/artigo_crescimento_v1.pdf. Acesso em 12 maio 2013.

processos de significação (Orlandi, 2001). É nesse jogo entre a paráfrase e a polissemia que se produzem os efeitos de sentido, transferindo-os ou ressignificando-os, remetendo o dizer ao que é externo às condições de produção, condições essas reguladas pela interpelação ideológica do sujeito.

É importante recordar nesse ponto da análise, a classificação tipológica do discurso proposta por Orlandi (2011): discurso «lúdico», «polêmico», «autoritário», segundo critérios da interação, reversibilidade, paráfrase e polissemia. No que tange à paráfrase, no tipo «autoritário», ela é abundante, com reiteração de processos já cristalizados que tendem à dominância, fazendo com que a polissemia seja contida. Sob esse aspecto seria apropriado afirmar que o discurso da Presidente, recortado nas sequências discursivas dos grupos a serem analisados, tende à dominância do tipo autoritário, visto que as constantes reiterações de sentidos, constituídos histórica e socialmente pelo sujeito, estão sempre procurando tangenciar o novo, em um espaço institucional marcado pelas relações de poder.

Isto posto, para analisar a superfície linguística das sequências discursivas, constituintes do «corpus» em questão, passa-se a estabelecer as famílias parafrásticas em busca das matrizes de sentido que subjazem nas FD.

5.2.1 Famílias Parafrásticas

A leitura parafrástica se caracteriza pelo retorno aos mesmos espaços do “já-dito”, promovendo uma reformulação e uma reprodução de dizeres já sedimentados, reveladores de uma formação ideológica sustentada pelo sujeito ao longo das formações discursivas, manifestada nos sentidos que se movimentam ao longo do discurso.

As interlocuções enunciativas, representadas pelos fragmentos que compõem o «corpus» » objeto da presente análise, são oriundas de lugares institucionalizados, discursos oficiais, mas fragmentadas em suas cenas enunciativas e heterogêneas quanto aos interlocutores a quem se dirigem. O sujeito assim disperso vai deixando marcas linguísticas e semânticas na materialidade da língua e o que o analista se propõe a fazer é tentar apreender a historicidade existente entre o sentido explícito e os sentidos implícitos instaurados na interiorização das posições ideológico-discursivas.

5.2.1.1 Família Parafrástica I: Mulher

Família Parafrástica I	
Item lexical	Determinantes Discursivos
Mulher/Mulheres	Grupo I - Presidenta/Presidentas
	Grupo II - Agricultoras/Professoras/Enfermeiras/ Médicas/Agentes de Saúde/Artistas/Policiais/Empregadas Domésticas/Lutadoras/Batalhadoras /De Fibras
	Grupo III – Do Governo/Militares/Executivas
	Grupo IV - Brasileiras/Do Mundo/Do Planeta/Deste País/Deste Continente
	Grupo V - De Família/ Anônimas/Marias

Figura 5: Família Parafrástica I
Fonte: Elaboração própria

A família Parafrástica I, construída em torno do item lexical «mulher», comporta diferentes identidades, uma vez que essa identificação é contextual e flutuante, fazendo com que ela se desloque em um mesmo sujeito, empurrando-o para assumir posições historicamente distintas.

O Grupo I está relacionado ao fato de a Presidente Dilma Rousseff inaugurar uma posição de vanguarda como a primeira mulher a ser eleita para presidência do Brasil e tal feito se constituir uma marca de pioneirismo, uma vitória sobre as oligarquias patriarcais, um rompimento da tradição masculina de reservar à mulher a ocupação de lugares secundários tanto na sociedade como na política. Essa quebra do «habitus», na concepção de Bourdieu (2008), vem acompanhada da produção da crença, do capital de prestígio, da autoridade que lhe é conferida pela grife, convertida em capital simbólico. É do lugar da presidência que emana sua autoridade e seu poder. Tais posições podem ser observadas nas SD do Grupo I.

Grupo I - Presidenta/Presidentas

SD1 – “Esse fato rompe com os «preconceitos», desafia os limites e enche de esperança um povo sofrido e, também, de «orgulho» as mulheres brasileiras.” “Foi esse mesmo sentimento de mudança e avanço que fez o povo eleger agora «uma mulher presidenta», «uma mulher presidenta».”- Cerimônia de Diplomação 01/01/2011.

SD2 - [É motivo de orgulho] para nós que somos «duas mulheres», as duas «primeiras mulheres presidentas» eleitas diretamente nos nossos países, eleitas pelo voto direto da «população» como presidentas [...] “-Atos na Casa Rosada (ARG) 31/01/2011”.

SD3 - “Não quero ser «a presidenta que cuida» apenas do desenvolvimento do país, mas aquela que cuida, em especial, do «desenvolvimento das pessoas».” Pronunciamento Dia do Trabalho 30/04/2012.

SD4 - “Talvez seja essa a primeira vez que, «desta cadeira presidencial», alguém faz um pronunciamento «no nosso dia», o Dia das Mães. «Não por acaso», é também a primeira vez que nosso país «tem uma presidenta», uma mulher que é «mãe, filha e avó».” Pronunciamento Dia das Mães 13/05/2012.

SD5 - “Minha chegada à «Presidência» significou um «momento único de afirmação da mulher» na sociedade brasileira.” Dia Internacional da Mulher 08/03/2012.

As condições de produção das sequências desse grupo que determinam o funcionamento discursivo remetem à história político-social do país, cuja tradição repousa em uma oligarquia preponderantemente masculina, na qual a mulher sempre foi relegada a um papel subalterno, sem vez e sem voz na política, durante séculos. Mesmo após ter conquistado o direito de se eleger e ser eleita, sua função política se manteve atrelada ao imaginário social, à ideia de que a participação feminina na política institucional se restringe à prática da chamada «soft politics», ou política do desvelo, e isto seria o seu diferencial na esfera política, o papel natural que lhe caberia desempenhar. Com a eleição, em 2010, da primeira mulher ao mais alto cargo do país, subverte-se a tradição e inaugura-se um fato novo – “rompe com os «preconceitos»” – com forte conotação de imposição de uma marca de gênero. Essa conquista, legitimamente obtida, tem na figura da Presidente, o seu símbolo e “enche de «orgulho» as mulheres brasileiras”. As marcas linguísticas constituídas na relação da linguagem com as condições de produção revelam o ineditismo do fato e registram o feito na mediação estabelecida entre as formações discursivas e as formações ideológicas.

Nas SD 1 e 2 do Grupo I pode se depreender o sentimento de distinção conferido pelo cargo ocupado, reforçado inclusive pela repetição “uma mulher presidenta”. Não foi dito apenas «uma presidenta», mas sim uma «mulher» que se distingue por ser presidenta, com base no poder que lhe foi outorgado pelo «povo». Aqui a palavra «povo» contém em seu significado uma amplitude referencial que abarca a totalidade, que confere à mulher presidente a legitimidade para enunciar-se. Na SD2, o item lexical «povo» foi substituído por «população»,

um conjunto de pessoas que compõem uma categoria especial – os eleitores. Por sua vez, o inusitado do fato de ser «mulher e presidenta» sinaliza não apenas mudança, mas avanço e não somente no cenário nacional, mas estendido a outro território – no caso para a Argentina – na SD2. Agora já são apontadas duas «mulheres» na vanguarda dos acontecimentos.

Nessa posição discursiva encontram-se sentidos que remetem ao conceito de «habitus», na perspectiva desenvolvida por Bourdieu. Essa «mulher presidenta», mesmo investida do poder institucional, assume o papel tradicional de cuidadora: “Não quero ser «a presidenta» que «cuida» apenas do desenvolvimento do país, mas aquela que «cuida», em especial, do «desenvolvimento das pessoas».” – SD3 –. É como se o país fosse uma família, e ela, a Presidente, estivesse no papel da mãe; ou dito de outra forma: exercer a presidência é ser uma grande mãe e cuidar de todos os filhos, mesmo que isto não represente um regresso ao estatuto anterior da dicotomia de gênero, quando o principal papel do homem era o de provedor e o da mulher o de cuidadora da prole. Novamente o interdiscurso comanda o dizer e o sujeito discursivo, como não é livre para escolher o seu dizer, se deixa assujeitar-se.

A figura da «Presidenta» e a figura da «mãe» se sobrepõem também na SD4, congregando ainda outros papéis femininos: «filha e avó» que se fundem em uma só pessoa. Na complementação dessa sequência “«Não por acaso», é também a primeira vez que nosso país «tem uma presidenta»” – SD4 –, o sujeito discursivo se deixa interpelar pelo pré-construído, pelas formações oriundas de outros dizeres, que marcam sua história, uma vez que conforme citado na Seção 4.1 – O Lugar do Sujeito – Grupo II, há um fragmento em que afirma “[...] oportunidade que «a história» me deu de ser a «primeira mulher» a governar o Brasil” – SD2. Juntam-se nessas sequências dois dizeres «história» e «não por acaso» que se equivalem em sentido: ambos sinalizam que o fato de ser presidenta vem como outorga do passado pessoal. A expressão “não é por acaso” é outra maneira de afirmar é pela história. Assim, pelo viés da repetição parafrástica, instaura-se o efeito de memória, [re]significando e atualizando o sentido.

As marcas produzidas no discurso são perpassadas pela história, pela memória, pela interdiscursividade. Eis porque um enunciado, embora com roupagem de acontecimento único, está propenso à repetição, mesmo quando aparece revestido de novo sentido. É o que acontece em “Minha chegada à «Presidência» significou um «momento único de afirmação da mulher» na sociedade brasileira.” – SD5. Esse dizer é simplesmente uma reedição do já-dito em outras sequências como, por exemplo, na SD3 “«De forma inédita, nos tornamos as «duas primeiras ‘presidentas’» de nossos países, eleitas para ser «presidentas»”, pertencente ao Grupo I da seção 4.1.1, Formações Imaginárias. Como destaca Pêcheux (1997b, p. 53), “todo enunciado é

intrinsecamente suscetível a tornar-se outro, diferente de si, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro.”

A posição do sujeito discursivo no Grupo I se tornou possível a uma mulher porque muitas outras iniciaram esse movimento de ruptura da tradição, condicionante do papel reservado ao gênero, como historicamente marcado nas sequências do Grupo II, analisadas a seguir.

Grupo II

Agricultoras/Professoras/Enfermeiras/Médicas/Agentes de Saúde/Artistas/Políciais/Empregadas Domésticas, Lutadoras/Batalhadoras/De Fibra

SD1 - “Eu cheguei aqui porque uma quantidade muito grande «de mulheres» saiu de suas casas e foi trabalhar; uma quantidade grande «de agricultoras» botou a mão na massa e foi plantar; uma quantidade grande de «mulheres virou enfermeiras, professoras», professora, que tem de ser valorizada, «empregadas domésticas, médicas, mulheres enfermeiras, mulheres agentes de saúde». Enfim, «mulheres em todas as áreas»” Cerimônia Comemorativa do Mês da Mulher 01/03/2011.

SD2 - “«as mulheres» são as «professoras» do ensino básico deste país. Mais de 80% das professoras e dos professores do ensino básico «são mulheres».”

“[...] também são «mulheres enfermeiras, policiais, trabalhadoras, empregadas domésticas». Enfim, «mulheres que vão à luta» para aumentar a renda da sua família.” Construção Creches/PAC 24/03/2011.

SD3 - “Junto minha voz às vozes das «mulheres» que ousaram «lutar», que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.” “Essas «mulheres, lutadoras» de nosso país, «batalhadoras» do nosso Brasil, são uma grande inspiração para todos nós, inclusive para «as militares e os militares» de nossas Forças Armadas.” Debate Geral na Assembleia Geral ONU 21/09/2011.

“SD4 -” Muito do que «usufruímos» hoje como país teve origem na coragem dos inconfidentes. Como ouvimos na homenagem de agora há pouco essa «coragem» era compartilhada por «mulheres de fibra» como Bárbara Heliodora, Marília de Dirceu e Hipólita Jacinta.” Comemoração 21 de Abril - Ouro Preto (MG) 21/04/2011.

No Grupo II o sujeito enunciativo, com o capital de consagração que possui, se coloca como porta-voz legitimado, capaz de mobilizar a energia simbólica envolvida na titularidade

auferida para consolidar uma posição de vanguarda conquistada graças às ações empreendidas por diferentes categorias de mulheres, que fizeram o caminho de casa à rua, rompendo padrões, travando lutas. Deve-se notar que há uma forte referência nessas SD aos papéis tradicionais desempenhados pelo feminino: professoras, enfermeiras, empregadas domésticas, trazendo à memória coletiva o estereótipo de gênero ligado às profissões. Faz-se um destaque para o fato da categoria «professoras» merecer o recebimento da devida valorização, uma vez que são responsáveis pela educação das crianças. Acentua-se também a responsabilidade da mulher como auxiliar no sustento da família. Deve-se sempre ter presente que o discurso contém marcas constituídas em outros lugares, no interdiscurso. Nessa sequência analisada é interessante registrar ainda o emprego do verbo «virar» – “uma quantidade grande de mulheres «virou»” –, isto é, colocou-se em posição oposta àquela em que se encontrava, denunciando desta forma o processo de transformação sofrido pelas mulheres ao longo do tempo.

Essas mulheres que ajudaram a abrir o caminho para o espaço público, que procuraram romper o domínio masculino instaurado e assimilado por longos anos, só lograram êxito por que são «lutadoras», «batalhadoras», de «coragem», de «fibra». Os qualificadores usados são o avesso do sentimento do medo, que foi silenciado nesse enunciado. Eles indicam uma postura ativa por parte dessas mulheres que ousaram romper com a tradição. A elas coube demonstrar que as percepções de desigualdades de gênero não poderiam ser debitadas às características relacionadas a aspectos biológicos, mas aos aspectos sociais historicamente instituídos. Assim, não há óbices, relacionados ao conceito de sexo, para que a mulher – «lutadora», «batalhadora» - ingresse em um território até então eminentemente masculino: as Forças Armadas e nesse mister passam a ser «inspiração» para todos – «os militares e as militares». Na SD3 mais uma vez se incorpora o «já-dito»:, «luta e batalha» são situações inerentes à vida militar, ou pelo menos para isso seus integrantes são comumente preparados. Por outro lado, na SD4 como exemplos do que é designado por «mulheres de fibra e de coragem», comparecem personagens ilustres do Movimento da Inconfidência Mineira⁶⁸, deflagrado em Minas Gerais, e desmantelado em 1789: Bárbara Heliódora, Marília de Dirceu e Hipólita Jacinta⁶⁹, mulheres que partilharam com seus companheiros a luta do povo brasileiro pela liberdade, contra a

⁶⁸ A Inconfidência Mineira, também denominada Conjuração Mineira, foi um movimento separatista, intelectualizado, ocorrido na capitania de Minas Gerais, em 1789, cujo principal objetivo era libertar o Brasil do domínio da Coroa Portuguesa

⁶⁹ Bárbara Heliódora era esposa do Inconfidente Alvarenga Peixoto e recebeu o epíteto de “heroína da Inconfidência”; Marília de Dirceu era na verdade Maria Dorotéia Joaquina de Seixas que se tornou ‘Marília’ nos versos do poeta do arcadismo e também Inconfidente Tomaz Antônio Gonzaga - “Dirceu”; Hipólita Jacinta, “a conjurada de Prados”, foi figura feminina de grande projeção no Movimento da Conjuração Mineira.

opressão do governo português no período colonial. Em terras patriarcais, em campo político conturbado, a Conjuração Mineira não foi um movimento exclusivamente masculino, as mulheres mostraram sua força e a importância de seu papel.

Muitas dessas mulheres sabiam dos planos dos maridos inconfidentes, duas delas em especial, Bárbara Heliodora e Hipólita Jacinta, participaram das reuniões conspiratórias, chegaram a destruir papéis que poderiam incriminar os envolvidos, mantiveram os inconfidentes, que se achavam escondidos, informados a respeito das traições e das prisões, e, após o exílio dos esposos, lutaram bravamente para reaver as propriedades da família que haviam sido confiscadas, assumindo posteriormente sua administração. Percebe-se, pois que essas mulheres, longe de serem figuras passivas e ausentes, lutaram por sua própria história.

Os sentidos de «luta e batalha» se integram nesses dizeres da SD4, uma vez que essas mulheres precisaram de «muita fibra e coragem» para conviver com todo o processo de deflagração e com as consequências funestas do final trágico dos Inconfidentes. Destaca-se ainda na SD4 o verbo «usufruir» em sua forma flexionada de terceira pessoa do plural, com o sentido de «colher os frutos», pois, parte dessa colheita se tornou possível, não apenas para as mulheres, mas para o país como um todo, graças à ação desenvolvida por mulheres de «fibra» e de «coragem». Constrói-se, assim, uma história de sentido que constitui a memória discursiva, o dizer, estratificado em outras formulações.

Se no Grupo II o enfoque recai na história escrita por mulheres ilustres e por aquelas que buscaram seu papel em profissões, até certo ponto reservadas ao gênero feminino, no Grupo III inserem-se mulheres do presente, com novas funções, apossando-se de territórios inerentemente masculinos. É o caso das mulheres da equipe de governo da Presidente e das que estão em cargos militares e executivos

Grupo III - Do Governo/Militares/Executivas

SD1 “A ministra-chefe da Casa Civil, senadora Gleisi Hoffmann, é «mais uma mulher no governo da primeira Presidenta» na história do Brasil. É mais uma mulher «competente, uma mulher firme e uma mulher capaz» a fazer parte do «nosso» time.” Posse da Ministra da Casa Civil - 08/06/2011.

SD2 “Eleonora vem para integrar «o governo mais feminino da história do nosso país». E para «surpresa de vocês», eu digo que «é um governo feminino» não apenas «porque tem uma mulher na Presidência da República e dez mulheres à frente dos Ministérios». É um «governo feminino», «porque» homens e mulheres do governo reconhecem a importância da mulher e os

seus direitos na sociedade.” Posse da Ministra Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres 10/02/2012.

SD3 - “O brilho da carreira de almirante e «da almirante» Dalva Maria de Carvalho Mendes é exemplar do sucesso que «milhões de brasileiras» têm alcançado na busca de uma vida mais plena e de uma sociedade mais justa e com mais oportunidades para todos.” Apresentação de Oficiais Gerais recém-promovidos - 20/12/2012.

SD4 - “É com muita alegria e orgulho que nomeio «a primeira mulher para a presidência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional», o nosso CONSEA”. . Posse de Conselheiros do CONSEA- 17/04/2012.

SD5 - “[...] a primeira «mulher a presidir a Agência Nacional de Petróleo ANP».” Posse da Diretora Geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP) - 21/03/2012.

SD6 - “Eu venho, na condição da «primeira Presidenta» eleita no Brasil, para assistir à posse da «primeira mulher presidenta de uma empresa de petróleo e gás no mundo».” Posse da Presidente da PETROBRAS - 13/02/2012.

O sistema de cotas de participação feminina na política, para estabelecer equilíbrio entre a presença de homens e mulheres, é um instrumento que vem sendo usado por vários países, como por exemplo, Itália, Bélgica, Noruega, Argentina, Chile, Uruguai, registrando-se na Dinamarca a primeira experiência nesse sentido. O Brasil adotou esse sistema em 1995 – Lei nº. 9.100/1995 –, estabelecendo que o percentual de 20%, das vagas de cada partido ou coligação deveria ser preenchido por candidaturas femininas. Posteriormente, com o advento da Lei nº. 9.504/1997, esse percentual mínimo de mulheres candidatas passou para 30%. Em 2009, o artigo 10, § 3 da Lei Eleitoral nº. 12.034 modificou o comando normativo, alterando a expressão “deverá preencher” para “preencherá”, fortalecendo assim a determinação legal.

Para concorrer a um cargo eletivo, o cidadão ou cidadã deve filiar-se a um partido e como observa Álvares (2008, p. 904):

“Essa prática é circunstanciada pela engenharia institucional dos órgãos partidários para sensibilizar simpatizantes, criar adeptos e transformá-los em candidatos potenciais, seguir algumas normas básicas estatutárias, ser pré-selecionado e indicado por outro membro do partido ou agência partidária investido na função de selecionador, com o nome selecionado constando da lista final homologada em Convenção.”

É comum que nas Convenções se apresente apenas uma lista única, significando com isso que as decisões já foram tomadas pelos líderes partidários, o que equivale dizer que na

prática há um grupo que controla o processo de seleção de candidatas, em um modelo partidário ainda oligárquico.

No que se refere à posição feminina nas listas, Álvares (2008) relata que os partidos pequenos do bloco de esquerda apresentam melhor desempenho na indicação de mulheres, aproveitando-as mais em seu quadro de filiados, ao passo que nos partidos considerados grandes há menores percentuais de candidaturas femininas. Quanto à questão partidário-ideológica, os partidos de esquerda elegem mais mulheres que os de centro e os da direita (Álvares, 2008).

O sistema eleitoral brasileiro, definido pela Constituição de 1988, detalhado no Código Eleitoral e regulado pelo Tribunal Superior Eleitoral, utiliza três sistemas de votação para eleger seus representantes: eleições proporcionais para as câmaras dos deputados federais e estaduais e para as câmaras municipais; eleições majoritárias para o Senado Federal que se renova a cada quatro anos, nas proporções de um terço em uma eleição e dois terços na seguinte; e majoritárias em dois turnos para Presidente e chefes dos executivos nas esferas estadual e municipal.

Independentemente do cargo a que a candidata concorre e do sistema eleitoral que o regula, deve-se ressaltar que a engenharia eleitoral perpassa a lógica própria do funcionamento da política, ou seja, uma elite composta majoritariamente por homens que dificilmente estará disposta a ceder espaço aos novos grupos femininos, uma vez que a permanência no cargo parece ser um atrativo extremamente importante na preservação da carreira política.

Nesse sentido, constitui-se um fato novo o anúncio da Presidente a respeito de seu governo ser o «mais feminino da história do nosso país», em cumprimento ao que havia prometido em sua campanha política: preencher 30/% dos cargos executivos de primeiro escalão de seu governo com mulheres. Dessa forma, o sujeito empírico sinaliza que deseja ser percebido por seus interlocutores como coerente em suas promessas e ações. Nas SD's 1 e 2 as marcas linguísticas parafrásticas saturam de sentido o cumprimento da promessa: a presença de um «time feminino», em um «governo feminino, o mais feminino» na história do país. Nessas formulações o acontecimento discursivo mostra sua força: o fato novo que deixa sua marca na história das mulheres e do país. Na materialidade do discurso, o sujeito toma seu interlocutor como testemunha de uma cena enunciativa que demarca essa construção histórica, apontando para o seu caráter inovador: um governo onde mulheres são providas de voz e se tenta desconstruir a tradição do patriarcado.

Na SD2 o sujeito antecipa o sentimento que o fato inédito – “[...] «o governo mais feminino da história do nosso país». E para «surpresa de vocês» – [...]” vai causar em seus interlocutores e na complementação de sua argumentação traz a explicação – “É um «governo

feminino», porque» homens e mulheres do governo reconhecem a importância da mulher e os seus direitos na sociedade.” –. O que está colocado não é apenas o fato de se ter “«o governo mais feminino»” – uma Presidenta e dez ministras – mas o ineditismo vai além e repousa ainda no reconhecimento da importância e dos direitos da mulher por aqueles – homens e mulheres – que estão no governo, isto é, detêm o poder. Mais uma vez, rompe-se a tradição: há homens e mulheres no governo em posições isonômicas.

Essas mulheres que formam o governo feminino não são escolhidas apenas pela condição de gênero; são escolhidas por serem «competentes, firmes, capazes» – SD1 – marcas de mulheres consoantes ao seu tempo, com legitimidade para pertencer ao «time», ao «governo». Os termos «time» e «governo» pertencem à classe dos nomes – substantivos – que gramaticalmente servem para propor as ideias principais enquanto os termos «competentes», «firmes» e «capazes» filiam-se aos adjetivos, termos acessórios que remetem ao objeto da enunciação. As duas classes nessas sequências analisadas se combinam e se completam. Deve-se observar que na categoria de competência, firmeza e capacidade, o sujeito enunciador se inclui: “«é um governo feminino não apenas porque tem uma mulher na Presidência da República e dez mulheres à frente dos Ministérios»”, mais ainda, ele se consolida porque obtém o reconhecimento de todos.

Na SD3 a mulher referida também é pioneira em um ambiente de império masculino: a Marinha. Chegar a esse posto é sinal de uma carreira bem-sucedida, de superação de preconceitos de gênero, de transposição dos limites impostos no desempenho de papéis. É para esse aspecto que aponta a enunciação: mulheres na vanguarda. Não é apenas uma, mas «milhões de brasileiras» que já obtiveram o sucesso da conquista de uma vida plena.

Por meio da parafraseagem discursiva associam-se valores semelhantes em um mesmo enunciado, expressões de um «já-dito», elementos do interdiscurso, que retornam de outros lugares e se entrelaçam em aparentemente novas formulações: «primeira Presidenta», «primeira mulher almirante», «primeira mulher a presidir agências» de relevante importância econômica para o país e de expressiva representatividade no cenário mundial – SD3, SD4, SD5. A reconstituição do pré-construído traz a marca da memória sócio histórica no sentido de afirmar a sua anterioridade, o ineditismo de sua façanha: a primeira ungida a ungir. Isto é, a primeira Presidenta, a portadora de um capital simbólico que lhe autoriza a promover uma operação de transferência desse capital a outras mulheres.

A representação da categoria feminina se amplia em outras formulações, tomando dimensões nacionais – «brasileiras» –, mundiais – «do mundo» –, planetárias – «do planeta»

–, com multiplicidades de interlocutores, em enunciações de expressão globalizada, como em algumas constantes das sequências discursivas do Grupo IV.

Grupo IV - Brasileiras/Do Mundo/Do Planeta/Deste País/Deste Continente

SD1-“Em nome de «todas as mulheres do Brasil» que recebo essa homenagem”. [Brasil governado] “«por uma mulher» que vai continuar «o Brasil de Lula»” Candidatura oficial pelo PT 13/06/2010.

SD2 - “[Essa exposição] é uma afirmação das «mulheres brasileiras», que foram capazes, ao longo da nossa história, de produzir «artistas fantásticas», artistas que podem, merecem e são dignas de estar em todas as exposições no Brasil e no mundo”. Exposição: Mulheres, Artistas e Brasileiras – 23/03/2011.

SD3 - “Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste «Planeta», que, como eu, «nasceram mulher», e que, com «tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo»”. “[...] sinto-me aqui também «representando todas as mulheres do mundo»”. Debate Geral na Assembleia Geral ONU - 21/09/2011.

SD4 “[...] foram «as mulheres deste país, que progressivamente conquistaram os seus espaços, «as grandes responsáveis por isso», porque «eu me elegi Presidenta» deste país e «abri» a Assembleia Geral da ONU pela «primeira vez», representando todas «as mulheres do mundo», mas, em especial, «as mulheres deste país e deste continente».” Conferência Nacional de Política para Mulheres 12/12/2011.

A primeira sequência discursiva desse Grupo sinaliza o início da caminhada da então candidata rumo à Presidência. A marca de gênero está presente na enunciação – “«por uma mulher»” – do sujeito discursivo que já fala em nome de todas as mulheres do Brasil. Entretanto, essa posição de pioneirismo aparece de maneira muito tímida, quase se desculpando por fazê-lo, ao afirmar que essa mulher “vai continuar «o Brasil de Lula»”. Há um aparente paradoxo entre o sentir-se homenageada pela escolha inusitada e a promessa de continuidade, uma vez que se espera de quem inaugura um fato novo, a promoção de mudanças, a ousadia do diferente, sem, no entanto, romper com as construções acertadas do passado. O que se pode depreender, então, é a subserviência à esfera política historicamente dominada pelo patriarcado, fazendo com que o poder da ideologia module o processo discursivo. É a força do «habitus» se manifestando. Até a ocorrência desse acontecimento histórico – uma mulher candidata à Presidência por um partido forte – PT –, com apoio de um Presidente popular – à mulher estava

reservado o papel de coadjuvante na política – a própria Dilma era tida como a gerente do governo Lula. Assim, nessa sequência – SD1 –, a posição de onde o sujeito enuncia ainda é hierarquicamente subalterna e como tal, o compromisso a ser feito é a com a continuidade das ações do patriarca em um país que pertence a ele – ou a eles: “«o Brasil de Lula»”. O emprego do adjunto adnominal – de Lula – é uma marca da ideologia que remete ao capital social possuído por aquele que, em última instância, decidiu transferi-lo para o enunciador. Para merecer essa escolha, o compromisso enunciado não é o de substituir o patriarca, mas zelar por seu patrimônio: a nação brasileira.

No decorrer do processo discursivo, a paráfrase se instaura, tomando novas formas, regularizando o dizer, ao mesmo tempo em que vai introduzindo variações. Desta vez – SD1 – expande-se a figura da mulher. Fala-se da «mulher brasileira» capaz de se projetar para além das fronteiras nacionais. A voz discursiva que enuncia SD2 esclarece que fala de todas as «mulheres brasileiras» que se destacam também no mundo das artes e que podem figurar em iguais condições às demais artistas em um cenário internacional. Novamente surge a memória da trajetória feminina na edificação de uma história consoante às conquistas de gênero ocorridas na sociedade brasileira. Trata-se da memória social, como observa Indursky (1997, p. 36) “inscrita no seio das práticas descritivas”.

O cenário de onde o sujeito enuncia na SD2 é a inauguração de uma exposição na capital federal com o sugestivo nome de “Mulheres, Mulheres, Artistas”, cujo objetivo primeiro é comemorar o Dia Internacional da Mulher e ainda expor ao público obras de artistas nacionais renomadas e divulgar as «bonequeiras» do interior do Brasil. O tom da enunciação é de celebração, uma das vertentes do discurso político. Nesse sentido, registra-se o emprego do adjetivo – «fantásticas» – usado para qualificar «artistas», remetendo em seu sentido primeiro ao imaginário – “que ou aquilo que só existe na imaginação, na fantasia”.

As SD 3 e 4 têm sua produção atrelada a um momento único referente ao lugar de onde o sujeito fala. Aludem ao discurso da Presidente da República na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA. A enunciação é feita pela portavoz de um sujeito político – estadista – enunciador que se dirige a todos e que em sua legitimidade de estadista está apto a imprimir veracidade ao que diz. Ao dizer que “Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste «Planeta», que, como eu, «nasceram mulher», produz-se um silenciamento a respeito do fato que se está ali por uma contingência

histórica: a de ser Presidente do Brasil⁷⁰. Para isto recorre-se então ao recurso de chamar à interlocução, “mais da metade dos seres humanos deste Planeta” e comunica seu sentimento de estar “«representando todas as mulheres do mundo»”. “Planeta e mundo” são termos que podem ser entendidos como utilizados para dar respaldo, autoridade, à enunciação de uma mulher que no exercício da Presidência fala para uma plateia composta majoritariamente por estadistas homens.

Dentre os princípios teóricos que embasam a AD está o da determinação discursiva, entendido como “o espaço privilegiado onde se articulam fatores sintáticos, semânticos e ideológicos” (Indursky, 1997, p. 284). Do ponto de vista sintático, o enunciado é constituído de uma oração principal – “Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta” –, duas orações subordinadas adjetivas explicativas – “que, como eu, nasceram mulher” – e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar” – e uma oração subordinada adjetiva restritiva – “que merecem no mundo.” O predomínio das orações adjetivas indica a força qualificadora que se imprime a essa caracterização, revestindo o conteúdo de uma carga emocional expressiva. Ao explicar que as mulheres com “«tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo»”, adentra-se o campo semântico de oposição ao frequentemente dito em outras formulações, pois, desta vez, a ocupação do lugar devido não se dá por meio de luta ou batalha, mas por «merecimento», constatação de uma verdade que a cena enunciativa reforça: uma mulher, em um mundo masculino, fala de um lugar politicamente importante, talvez em um dos mais importantes fóruns de líderes mundiais e por isso está autorizada a agigantar-se e ir além dos limites de sua representatividade. Com a utilização da expressão “«nasceram mulher»”, referindo-se a mais da metade dos seres humanos – que são as mulheres, o sujeito discursivo ostenta posição ideológica contrária à máxima tão decantada do Movimento Feminista, declarada por Simone de Beauvoir - “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”, na tentativa pioneira do Movimento de desconstruir a ligação inexorável entre aspectos biológicos e condição feminina.

O ineditismo do feito – primeira mulher-presidente a discursar na ONU – anunciado na Assembleia da ONU é reforçado em outras enunciações, como na realizada durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – SD4. Nessa sequência, o sujeito enunciator volta-se para os imaginários interlocutores nacionais e os

⁷⁰ O Brasil é membro primaz das Nações Unidas pelo fato de encabeçar as assinaturas da Carta de São Francisco, em 26 de junho de 1945, e por isso obteve o privilégio de abrir anualmente os trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Essa tradição vem sendo mantida desde 1947, quando Oswaldo Aranha, chefe da delegação brasileira na recém-criada ONU, fez o primeiro discurso.

expande pelo continente, sempre na qualidade de representá-los. No entanto, há o reconhecimento de que essa representação advém das conquistas das mulheres. Repete-se aqui o chamamento da memória histórico-social da trajetória feminina no país, repete-se o «já-dito», reforçando o discursivo-ideológico contido em muitas outras formulações. Contraditoriamente trava-se um embate entre memória e esquecimento, tão característico do discurso político. Retoma-se o dizer, mas isto não é feito como uma repetição homogênea de sentidos. Na SD4 há uma mudança brusca na voz verbal: se as mulheres foram “«as grandes responsáveis por isso»” – colocar-me nessa posição –, não foram elas que me elegeram; “«eu me elegi»”. Na reflexão pronominal, há o deslocamento polissêmico que se abre para o novo; o agente se torna sujeito, senhor de sua história, sinalizando uma ruptura de sentido, ressignificando o que é dito. Na mesma sequência, outra marca linguística aponta para a continuação do papel ativo desse sujeito “«abri a Assembleia»” e além, “«pela primeira vez»”. Estende-se, pois, a rede de formulações, e coloca-se em contraponto o já-sabido e o novo; criando uma dispersão de sentidos em que o poder das palavras não reside apenas nas palavras, mas nas condições que dão poder às palavras, condições essas capazes de fundar a crença coletiva.

Da abordagem das mulheres em uma visão planetária, passa-se à visão da mulher em situações mais específicas, em que a interlocução se faz tendo como objeto a mulher em seu papel social de amparo e guarda da família, como anônimas, despossuídas e simplesmente como «Marias»” – Grupo V .

Grupo V - De Família/ Anônimas/Marias

SD1- “«As mulheres formam a base», elas são «o alicerce generoso» que dá «suporte» a milhões de famílias [...]”. Encerramento Marcha das Margaridas - 17/08/2011.

SD2 “[...] no Brasil, nas políticas sociais, «tivemos» sempre a sabedoria de focar nas «mulheres, como centro da família» [...]” Encerramento do Encontro Ibero-americano - Salvador (BA)- 19/11/2011.

SD3 – “[Represento] As «mulheres anônimas», aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; [...]”. Debate Geral na Assembleia Geral ONU - 21/09/2011.

SD4 - “As «mulheres» são a face principal da «pobreza no mundo» - as mulheres e as crianças. Mas também, nós temos essa experiência no Brasil, são as grandes aliadas para sua erradicação [...]”. Fórum de Mulheres Líderes Sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres no Desenvolvimento Sustentável - Rio de Janeiro (RJ) - 21/06/2012.

SD5 - “[...] as «Marias, minha filha», deste mundo - ou seja, «nós todas», que somos as «Marias» deste país, nós também «temos direito a nossa hora e a nossa vez».” Inauguração Sistema Adutor da região do Guanambi - 09/11/2012.

Nas duas primeiras sequências – SD 1 e 2 – recupera-se a imagem da “boa mulher” do patriarcado, a responsável pela família, pela educação dos filhos. Termos como «base», «alicerce» remetem ao papel reservado à figura feminina, difundida e idealizada. Na qualificação «alicerce generoso», o substantivo se faz acompanhar do adjetivo para produzir um efeito de sentido: a mulher que é o «alicerce generoso», aquela que se doa, que é antes de tudo nobre, dotada de caráter. O efeito parafrástico de «base», «alicerce», «suporte» vem reforçado pelo uso do verbo «formar» – estruturar – e do verbo «ser», este último marcando uma condição permanente.

O nós político reaparece na SD2 instaurando uma contradição entre a esfera pública, «locus» de formulação das políticas sociais e a esfera privada reduto da família cujo centro é ocupado pela mulher. Nessa formulação o sujeito político da enunciação reencontra o sujeito do «saber» – “tivemos sempre a sabedoria” – e com ele estabelece uma ligação com vistas a garantir que ações políticas encontrem executores legítimos – «mulheres como centro da família».

A cena enunciativa da SD3 é o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA. O tom usado na enunciação, embora a formulação pertença ao mesmo segmento descrito na SD2 do Grupo IV, aparece modificado. No discurso político nada é gratuito, há sempre a busca da identidade e da unidade, assim, o sujeito discursivo na posição de porta-voz de todos, inclui nesse “todos” os que são desprovidos de voz. Nota-se um alargamento dos limites de sua representatividade, pois como Presidente de um país emergente, possui autoridade para dar voz àquelas mulheres, espalhadas por todo mundo, que por serem «anônimas» sofrem privações e não podem, como no Grupo V, desempenhar a contento sua função de centro da família.

Na SD4, a interlocução se faz em um Fórum de mulheres líderes sobre igualdade de gênero e o pré-construído ressurge no dizer que mais uma vez está nas mãos da mulher a solução para combater a pobreza. Nessa repetição o elemento ausente se faz presente por meio da «memória lacunar», isto é, o espaço vazio se preenche por fragmentos, que de certa forma, dão consistência ao que é dito.

Nas condições de produção de um discurso, o lugar de onde fala o sujeito é constitutivo do que ele diz e determina qual linguagem será utilizada. O enunciador projeta uma representação imaginária do interlocutor e com base nesse desenho escolhe as estratégias discursivas (Ferreira, 2001).

Na SD5 o recorte discursivo é extraído do discurso feito durante uma cerimônia de inauguração do sistema adutor de uma região do estado da Bahia. Nesse «locus», o sujeito discursivo mobiliza um dizer que projeta um jogo de imagens dos sujeitos entre si e das posições sociais ocupadas por esses sujeitos. Ao dizer “«as Marias»”, “«nós todas»” “«somos as Marias deste país»”, o sujeito discursivo busca homogeneizar-se, apagar as marcas diferenciais entre os sujeitos da interlocução. O nós inclusivo é empregado para nivelar-se, reduzir a distância social e minimizar as relações de poder de modo a atestar o compromisso político da representação e da unidade.

É significativo nessa sequência o uso da substantivação comum de um nome próprio: Maria. Esse nome, comum entre as mulheres e que remete também à mãe de Jesus, toma nesse recorte, o sentido de «uma qualquer»”, significando que essa qualquer pode ser tanto a Presidente como outra – ou toda a – mulher. Mas, a formulação se completa com o sujeito discursivo retomando seu lugar e com a legitimidade que essa posição lhe confere e atesta: “«temos direito a nossa hora e a nossa vez»”. É a voz da sabedoria do político e como tal deve ser lhe dado crédito naquilo que é dito, pois o argumento provém de sua autoridade.

No discurso político certas imagens positivas são tão difíceis de apreender quanto fáceis de derivar para efeitos negativos. Há contradições de imagens, por exemplo, a respeito da mulher Presidente e da mulher Maria. Da mesma forma, é vista como desejável e necessária à construção da simbologia do chefe, o atributo da moderação ou do controle de si. Esse mesmo atributo por ser tido como negativo, por demonstrar frieza e calculismo. Na rota dos imaginários sensíveis, a solução encontrada é “posar nas duas frentes”, conjugando os contrários, mostrando-se, ao mesmo tempo, ponderado e autoritário, distante e próximo, astuto e honesto, diplomata e engajado (Charaudeau, 2008). É isto que se depreende da formulação encontrada na SD5 em relação às formulações do Grupo I – mulher presidente.

Os grupos parafrásticos descritos retratam, pois, o descentramento sofrido pelo sujeito em suas diversas enunciações, que apesar de sua ilusão de unidade, mostra-se cindido pela história e pela ideologia, movimentando-se, assim, nas diferentes representações (Figura 6).

5.2.2.2 Família Parafrástica II: Poder

Família Parafrástica II	
Item lexical	Determinantes Discursivos
Poder	Grupo I - Feminino
	Grupo II – Institucional
	Grupo III – Empoderador
	Grupo IV – Pessoal

Figura 6: Família Parafrástica II
Elaboração própria

Na visão de Foucault (2003), o poder não é uma forma estranha ao discurso, ele reside no próprio discurso. Há uma relação de dependência entre ambos. “O discurso veicula e produz o poder; reforça-o, mas também o mina” (Foucault, 2003, p. 96). O discurso é, em outras palavras, “o poder de que nos queremos apoderar” (Foucault, 2004, p. 5). É no próprio discurso, em sua tessitura, que reside o poder, cujo sentido é dado pela dinâmica dos processos que se instauram em seu interior. Esse sentido é polifônico, aberto, resultado de um campo de forças em que a relação com o poder se dá de forma produtiva, uma vez que à medida que este se manifesta no e pelo discurso, mais poder se produz.

Na AD o funcionamento da paráfrase pode ser entendido a partir das relações de sentido que acontecem no interior da formação discursiva, fazendo com que as mesmas palavras e expressões mudem de sentido ao passar de uma formulação para outra ou, ao contrário, que palavras aparentemente dissociadas, literalmente diferentes, possam ter um mesmo sentido, uma vez que os sentidos são da ordem do simbólico.

No item lexical «poder» podem se distinguir quatro grupos de sentidos: feminino; institucional; empoderador e pessoal.

No Grupo I – Feminino - encontram-se as SD que se referem ao poder feminino atrelado ao papel tradicional da mãe e da mulher, dentro de uma visão patriarcalista ainda corrente em muitos setores da sociedade brasileira.

Grupo I – Poder Feminino

SD1 - “[...]. Porque as «mães» são o «princípio da vida», são as «grandes geradoras» [...]”
Programa Rede Cegonha - 28/03/2011.

SD2 - “Mas que, de fato, «aqui, quem gera a vida» são «as nossas mulheres».” Encontro de Mulheres Movimento Atingidos por Barragens - 07/04/2011.

SD3 - “As «mulheres», como «geradoras de vida», ocupam, em todas as sociedades humanas, um papel especial.”. Fórum de Mulheres Líderes Sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres no Desenvolvimento Sustentável - Rio de Janeiro (RJ) 21/06/2012.

SD4 - “«Mãe», na nossa sociedade, é quem «cuida dos filhos»”. “A guarda dos filhos é responsabilidade «da mulher», por isso que no Minha Casa, Minha Vida nós damos essa «importância para as mulheres e para as mães».” Entrega Unidades Habitacionais 15/05/2012.

SD5 “[...] esse Programa também tem um compromisso com «as mulheres, porque as mulheres», delas era exigida – para ter a «propriedade» – a assinatura do marido». Pois é, «agora não é mais!»” Programa Minha Casa, Minha Vida 2 - 16/06/2011.

Na SD1 o sujeito discursivo satura de sentido a relação de mulher/geradora/vida. Historicamente, essa característica biológica – geradora de vida – deu origem a uma série de códigos vinculados ao cristianismo que ajudaram a moldar a imagem e o papel da mulher na sociedade: a representação virginal da mãe de Jesus, a missão divina confiada às mães, a figura assexuada da mãe. Tal representação é, em parte, responsável pela construção da identidade feminina, nomeada pelo sujeito discursivo, ligada a práticas de significação e a símbolos que remetem à memória social coletiva.

É sob essa perspectiva que o sujeito discursivo ao enunciar “Mas que, de fato, «aqui, quem gera a vida são as nossas mulheres»” faz com que o ato ilocucionário colocado se destine a refletir a posição do enunciador, pois “as mulheres que «geram a vida» são as «nossas mulheres».” A força que esse enunciado produz é ampliada na SD2 pelo uso do advérbio «aqui», correspondente ao pronome demonstrativo «este», isto é, da posição ocupada pelo sujeito enunciador: uma mulher, que mesmo ostentando uma posição privilegiada, assume a condição feminina e tem como interlocutoras outras mulheres.

A retomada dos valores patriarcais se manifesta na SD4 ao reforçar o papel de cuidadora destinado à mãe, mas ressignificando-o na SD5, ao atribuir a ela o poder de aquisição de propriedade, sem a «assinatura do marido». Esse empoderamento da mulher/mãe marca um novo momento histórico que o sujeito discursivo, como agente de mudança, quer instaurar – «nós damos essa importância» – o acontecimento discursivo. Há entre as SD4 e 3 uma ambiguidade de formações ideológicas do sujeito: conservação do controle patriarcal, confiando à mulher tarefas exclusivas da esfera privada – característica do repetível – e, por

outro lado, libertação desses limites e capacitação da mulher para exercer funções até então sob a responsabilidade – e domínio – exclusivamente masculino. Entre essas oposições encontra-se o destaque dado pelo advérbio «agora» – na época em que se está, daí em diante – seguido da negativa «não é mais». Assim, a identidade atribuída à mulher/mãe nessas sequências desliza entre o papel desempenhado «na casa e na rua», e pelos sentidos abertos que acompanham essa identificação.

A observação da estrutura sintática da SD5 aponta para uma ruptura, uma incompletude marcada pelo emprego da conjunção explicativa que daria início a uma oração subordinada cuja enunciação foi bruscamente interrompida – «porque as mulheres» – cujo sentido é preenchido pelo silenciamento, uma vez que o silêncio para a AD é repleto de sentido, e para Psicanálise é tradutor de mensagens do inconsciente. Esse silêncio é, nas palavras de Orlandi (2007, p. 24), é o silêncio fundador, “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar.” O que foi censurado não desaparece de todo. “Ficam vestígios de sentidos in-significados” (Orlandi, 2012, p. 65). A memória que fica “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória construída do historiador.” No fragmento em questão o sentido que não se completa por palavras pode ser compreendido pela imagem da condição feminina, atrelada ainda ao contexto patriarcalista, gravada na memória, inserida no jogo das múltiplas formulações discursivas e censurado pelo sujeito ao considerar seu interlocutor imaginário: «agora» não mais existe essa mulher, sem poder. O marco temporal «agora» estabelece uma situação de concomitância com o presente da enunciação, dando vez ao acontecimento: a mudança nos direitos civis das mulheres. Partindo-se, pois, da superfície da língua, percebe-se a ligação entre o simbólico e as relações de poder, observáveis pela deriva dos sentidos na sequência de enunciados, assinalando a historicidade que envolve a linguagem e o sujeito, historicidade esta repetida nas sequências discursivas em análise.

Além do poder feminino, característico da feminilidade, há o poder da feminilidade, oriundo da mulher já empoderada, como se apresentam as sequências do Grupo II.

Grupo II – Poder Institucional

SD1 “Mais uma vez uma «voz feminina» inaugura o debate na «Assembleia Geral das Nações Unidas».” Abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas - 25/09/2012.

SD2 “[...] o Brasil foi o «primeiro país» a ter uma «mulher» abrindo a «Conferência das Nações Unidas».” Homenagem ao Dia Internacional da Mulher – Congresso Nacional 13/03/2012.

SD3 “«Eu abri o Debate Geral da Assembleia, a 66ª Assembleia», e «fui a primeira mulher» a falar em uma «Assembleia Geral da ONU».” Pactuação Brasil Sem Miséria -Norte - 28/09/2011.

SD4 “Talvez seja essa a «primeira vez» que, desta «cadeira presidencial», alguém faz um pronunciamento no nosso dia, o Dia das Mães. Não por acaso, é também «a primeira vez» que «nosso país tem uma presidenta, uma mulher que é mãe, filha e avó».” Pronunciamento Dia das Mães - 13/05/2012.

Poder institucional é a capacidade que habilita ou permite a certos atores tomar decisões, buscar determinados fins ou realizar seus interesses. Esse poder é limitado pela estrutura social e pelas condições estruturais que circunscrevem uma gama de variações institucionais (Vidrio, 2000, p. 115).

Os sentidos de poder feminino contidos nas SD do Grupo I configuram o microcosmo privado, ou seja, a esfera doméstica, a família, onde esse poder da mulher é exercido enquanto nas SD do Grupo II há um deslocamento desse domínio do poder para a esfera pública, a instituição presidencial. A investidura no cargo de Presidenta concretiza uma nova forma de poder do gênero feminino, lembrando que a questão do empoderamento da mulher foi a razão de ser do movimento feminista, mesmo em seus primeiros passos. Assim, faz-se o anúncio de um fato novo, repetidamente, pelo sujeito discursivo – «primeira mulher», «primeira vez» – que coloca em cena um sujeito com identidade empoderada, que conseguiu quebrar a hierarquia do poder falocrático – “«eu fui a primeira mulher a falar em uma Assembleia geral da ONU»” – SD3. Reconhecendo-se como porta-voz das causas femininas, o sujeito discursivo se deixa afetar pelo interdiscurso e traz a questão de gênero enunciada em outra formulação a ser abordada no próximo Grupo III – “«redução das desigualdades de todos os tipos, em especial a de gênero»” – SD5 – e a coloca em uma dimensão macro: a «voz feminina» que repercute em dimensão global.

Deve-se lembrar que a instância política se caracteriza pelo “poder de fazer”- isto é, de manipulação. É o lugar da governança. Em nome desta, a instância política busca: legitimidade, para ascender ao lugar da governança; autoridade e credibilidade para poder gerir esse lugar e nele se manter (Charaudeau, 2008). Ocorre que, explicitamente, a instância política não pode e não deve declarar-se movida pelo desejo de ocupar o poder e nele se manter, levando seu discurso a propor programas, justificar decisões ou ações que a legitimem, realçar sua posição, lançando mão de artifícios e estratégias de persuasão e sedução.

A produção de sentidos no interior dos discursos acontece, pois, em uma confluência de espaços e poder, marcada sempre pela historicidade que atinge o enunciador, fazendo com que o interdiscurso faça a regulação do que é dito. Assim, o sujeito discursivo nas SD 1, 2, 3 e 4 revela-se portador de uma identidade política que se desliza entre as identidades femininas do «eu», «alguém» e «ela». Esses sentidos identitários não se fecham e revelam posições oriundas de diferentes condições de produção, mas sempre destacando o fato inédito e persuasivo: «primeira mulher», «primeiro país», «primeira vez». Tais formulações provêm eivadas de respeitabilidade, uma vez que se credencia pelo «locus» de onde o sujeito fala: o poder institucionalizado. Esse poder legitimado, como assegura Weber (1999), abre espaço para a dominação legítima, assim, quem fala está autorizado e legitimado a fazê-lo.

Ao ocupar o espaço institucional, o sujeito empírico se reveste da função integradora de um poder político a partir do qual uma multiplicidade de atores passa a atuar, em uma determinada unidade – mulheres –, constituindo-se assim, uma rede de micropoderes, que por meio de um processo relacional – sociedade civil e aparelho do Estado –, formam um quadro estrutural, em um jogo de forças centrífugas e centrípetas, que marca o «Poder Empoderador», apontado nas sequências do Grupo III.

Grupo III- Poder Empoderador

SD1 “Estamos [assistindo a] um «salto coletivo da mulher brasileira» para se «qualificar» no «mais alto nível» e passar a «participar, de igual para igual», no processo de desenvolvimento de nossa sociedade.”. Outorga de Medalha a educadoras - 21/03/2011.

SD2 “[...] o nível de uma sociedade pode ser «avaliado pelo papel que desempenham as mulheres» e isso «para nós» é um elemento de civilização, termos «homens e mulheres» em condições de ser presidentes de Harvard e presidentes do Brasil.” Palestra Proferida na Universidade Harvard - 10/04/2012.

SD3 “«o século XXI é o século das mulheres», e nós, mulheres, devemos representar não apenas e simplesmente as lutas das mulheres por «conquista de igualdade de oportunidades», mas nós também temos de «celebrar» as conquistas que fizemos”. Formatura no Instituto Rio Branco - 20/04/2012.

SD4 “Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI – que eu tenho certeza de que será «o século do empoderamento» cada vez maior das mulheres –, que as mulheres «não sejam protagonistas».” Conferência Nacional de Política para Mulheres - 12/12/2011.

SD5 “[...] queremos sempre que essa democracia seja uma democracia por «justiça social», por «redução das desigualdades de todos os tipos, em especial a de gênero», que seja uma democracia com «mais oportunidades para homens e mulheres»” Posse da Ministra Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres - 10/02/2012.

A questão da atribuição de poder à mulher, retomando a luta pela igualdade de gênero, figura ainda na SD1 – “«salto coletivo» da «mulher brasileira»” “«participar de igual para igual»” –. Nesse fragmento, a contradição, parte constitutiva do discurso, se faz presente, uma vez que em outras sequências o enunciado reitera a questão de luta, batalha da mulher para a conquista da igualdade. No entanto, nesta sequência em análise, o sujeito constitutivo «nós» registra uma mudança na maneira de obter a participação «de igual para» e de se qualificar: «o salto coletivo», que não é mais luta paulatina; é mudança, passagem rápida de posição, de situação, sem estágios intermediários. A que se pode atribuir esse feito? Poder-se-ia dizer que ele se deve ao projeto de empoderamento, colocado em curso pelo sujeito enunciator? Ou à chegada de uma mulher ao poder institucionalizado mais alto do país? O que se pode entender é que há uma passagem célere de uma situação de discriminação da «mulher brasileira» para um novo status: qualificação «no mais alto nível», dentro de um contexto social.

A relevância do papel da mulher na sociedade volta a ser destacada nas SD2, desta vez em paralelismo com a participação masculina – «homens» – SD2 e SD5, vagamente lembrada nas demais formulações analisadas. O posto de presidente de uma nação ou de uma universidade conceituada é um privilégio que ambos os sexos podem ocupar, enquanto o nível de uma “«sociedade pode ser avaliado pelo papel que desempenham as mulheres»”. Esse dizer tem a marca do interdiscurso, responsável pelas flutuações de sentido originárias de referenciais já cristalizados, bem como da formação ideológica, entendida aqui como elemento capaz de intervir como uma força confrontante a outras forças oriundas de formações sociais determinadas que decidem o que pode e deve ser dito.

O não-dito se manifesta em “«o século XXI é o século das mulheres»” – SD3. Se este século pertence às mulheres, o que está silenciado é que os demais não se destinaram a elas. É por isso que há nas SD 3 e 4 o anúncio de um novo fato: o século das mulheres, de seu empoderamento e da celebração de suas conquistas – o acontecimento discursivo. Tem-se, então o uso de termos como «luta», «conquista», «igualdade» transferidos da história de reivindicações do Movimento Feminista para um novo tempo, que agora é tido como de «celebração».

Mais uma vez o «nós» assume na SD3 a identidade discursiva, não mais como o «nós político», mas o «nós inclusivo», revelador da “identificação [do sujeito] com formação discursiva que o domina” (Pêcheux, 1997a, p. 163).

Em outra vertente, na SD5, o sujeito discursivo se coloca entre posições distintas ao manifestar-se em modalidades particulares de identificação: «eu e nós». Essa falta de unicidade do sujeito deriva das formações discursivas heterogêneas que ancoram posições ideológicas constitutivas da história do sujeito, permitindo-lhe revelar, embora de forma fragmentada, manifestações de seu desejo: fazer do século XXI o século do «empoderamento» das mulheres, tornando-as, assim, «protagonistas» de sua história. Novamente se manifesta a voz poderosa do sujeito, que usando do prestígio que lhe confere o fato de ser possuidor de capital simbólico, tenta transformá-lo em capital social, a ser conferido às mulheres. Quanto à reiteração do termo «mulheres», na mesma sequência frasal, pode-se depreender dessa escolha uma marca para tornar o discurso mais eficaz, produzindo efeitos de intensificação de sentido e de persuasão pela ampliação do signo linguístico. Nessa cadeia repetitiva, os significados e significantes são carregados de uma força emocional, visando multiplicar seu espectro semântico.

Em um contexto de capital de prestígio, enquadra-se a enunciação do sujeito, falando agora de seu lugar de Presidente – SD5 –, a respeito da «justiça social» como parte integrante do sistema democrático, no qual não há espaço para desigualdades, especialmente as que se referem ao «gênero». De qualquer modo, a «justiça social», por extensão, deve alcançar a todos e nesse «todos» incluem-se os homens, até então meio esquecidos pelo sujeito discursivo como parte constituinte dos interlocutores. É a força da ideologia mediando “a relação do sujeito com sua condição de existência” (Orlandi, 1994, p. 56).

Por sua vez, a memória histórica inscreve-se nos discursos, nos enunciados, constituindo-os, buscando sentidos anteriores em outros dizeres que circulam na historicidade que cerca o sujeito e a sociedade. Essa transposição de sentidos pode se dar de forma direta, quando o próprio acontecimento vem à superfície da língua, como por meio de indícios que silenciam dizeres ou os apagam.

Nos fragmentos selecionados dos discursos relativos ao poder pessoal – Grupo IV – há marcas significativas da trajetória pessoal do sujeito enunciador, como ativista política, perseguida e presa pela ditadura militar, que governou o Brasil no período denominado «anos de chumbo» – 1964/1985, – bem como reiteração do poder – já presente em um número significativo de outras formações discursivas – que ela como mulher –, se revestiu ao ser eleita Presidente.

Grupo IV Poder Pessoal

SD1 “Junto «minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar», que «ousaram participar da vida política e da vida profissional», e conquistaram «o espaço de poder» que me permite estar «aqui» hoje.” “Como «mulher que sofreu tortura no cárcere», sei como são importantes os «valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade»”. Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York/EUA. 21/09/ 2011.

SD2 “Sólida democracia que foi construída «por muitos que lutaram, muitos que resistiram, muitos que buscaram construir a democracia».” Cerimônia de sanção do Projeto de Lei que Cria a Comissão Nacional da Verdade 18/11/ 2011

SD3 “A ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, «mantêm latentes mágoas e rancores». A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A «sombra e a mentira» não são capazes de promover a «concordia»” “«O Brasil» deve render «homenagens às mulheres» e aos «homens» que «lutaram» pela revelação da verdade histórica.”

“Assim como «respeito e reverencio» os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a «truculência ilegal do Estado», e nunca deixarei de enaltecer esses «lutadores e lutadoras», também reconheço e valorizo «pactos políticos» que nos levaram à «redemocratização»”.

Cerimônia de instalação da Comissão da Verdade - 16/05/2012.

SD4 “«Minha chegada à Presidência» significou um «momento único de afirmação da mulher» na sociedade brasileira.” Dia Internacional da Mulher – 08/03/2012.

A construção de um discurso pelo sujeito leva em consideração as condições produção, trazendo à cena os protagonistas e o seu referente, permitindo que se constituam no discurso as situações históricas de produção. Na SD1, o sujeito discursivo, considerando a universalidade de seu interlocutor, coloca marcas de gênero – mulheres que conquistaram o espaço de poder –, e vai buscar em outras formações discursivas o pré-construído que é incorporado ao seu dizer: o direito ao espaço de poder que o sujeito ocupa é resultado da «luta» e da «participação» das mulheres na «vida política e profissional». O sujeito, interpelado pela história/memória, revela o lugar ideológico de onde enuncia. Assim, os verbos «lutar» e «participar» são antecidos por outra forma – «ousaram». O que não está escrito, mas está dito nesse enunciado é que o sujeito enunciadador está inscrito nessa decisão da conquista do espaço de poder, espaço esse – «aqui» – ONU – que é emblemático e representa o mundo. Se o sujeito pode enunciar-se a partir

desse lugar ideologicamente significado é porque possui um capital histórico que lhe autoriza ali estar e dar voz as outras mulheres. Em uma relação de aliança com o já-dito, as posições ideológicas que compõem o interdiscurso vão reaparecendo: “«mulher que sofreu tortura no cárcere»” – SD1. O sentido que estava silenciado em “«mulheres que ousaram lutar e ousaram participar»” – SD1– vem à tona em termos fortes: «cárcere e tortura». Do lugar que ocupa no interior da formação ideológica ao fazer tais enunciações, o sujeito discursivo não é livre para escolher o seu dizer. Dessa forma, no segundo recorte da SD1, há uma espécie de retraimento do sujeito de sua própria identidade – fonte do dizer –, que ameaça se revelar – “«mulher que sofreu tortura no cárcere»” –, mas é contido por outras formações discursivas que recolocam o dizer no jogo das interpelações. O cárcere e a tortura se referem a uma espécie de saber – «sei» – que ensina valorizar “«a liberdade, a justiça, os direitos humanos, os valores da democracia»” – SD1. Assim, o poder pessoal dessa mulher-sujeito, que tem como interlocutores homens e mulheres, em dimensão global, é demarcado pelos sentidos que vão se constituindo no discurso a partir do lugar que ocupa, dos saberes que possui e da autoridade da qual está investida.

As SD3 dizem respeito à cerimônia de instalação da Comissão da Verdade. O objetivo dessa Comissão, criada pela Lei 12528/2011, é apurar graves violações de Direitos Humanos, ocorridas durante o período da Ditadura Militar. Os membros que compõem esse colegiado devem ser identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos. As condições de produção do discurso proferido em tal cerimônia supõem uma relação com a exterioridade já que sem história não se estabelecem sentidos, pois é a escrita da história na língua que permite que ela tenha significado. Dessa forma, há uma dimensão simbólica entre a linguagem e o mundo real, uma vez que essa relação não é direta, mas como aponta Orlandi (1994, p. 57) “funciona como se fosse, por causa do imaginário”. A palavra sem história vira apenas imagem. É pelo funcionamento da ideologia que as palavras deixam de ser apenas signos e pelo atravessamento de sua transparência, atinge-se o seu significado.

Nos fragmentos discursivos que foram alocados na SD3 pode-se observar o papel do interdiscurso, da memória discursiva, do saber discursivo que faz com que o sujeito retome o já-dito, o pré-construído, entrecruzando sentidos da memória social e da memória histórica sustentando os dizeres. Assim, é que expressões como “«latentes mágoas», «rancores»” – SD3 – vêm à superfície da língua e expressam remissão à realidade vivida pelo sujeito, enquanto incorporado de uma identidade diferentemente daquela com que agora se apresenta. Essa identidade refere-se à presa política, ativista, membro de organizações de resistência. As ações

sofridas fazem parte dessa identidade que ocupa posição claramente contraditória à do sujeito discursivo que fala nessa cerimônia. Daí, o emprego do adjetivo «latente» qualificando «mágoas e rancores»: «reprimido»; «encoberto», «subentendido», «disfarçado», não devendo ser explicitado diretamente pelo sujeito discursivo, mas deixando escapar seu sentido ideológico. Na mesma sequência, os sentidos de «mágoas e rancores» se deslizam para palavras como “«sombra» e “«mentira»” que remetem a outras formações discursivas, uma vez que são usuais na caracterização de período de trevas – ditadura.

As identidades vão, então, sendo construídas ao longo do discurso e no recorte seguinte – “«O Brasil» deve render «homenagens às mulheres» e aos «homens» que «lutaram» pela revelação da verdade histórica.” –, retoma-se a posição do sujeito que enuncia para interlocutores aos quais se atribui uma missão: descobrir e revelar a verdade a respeito de um passado, em que heróis – e heroínas – de hoje, eram vilões e vilãs – de ontem ⁷¹. Volta-se, pois, a silenciar o pessoal que se esconde sob a colocação genérica de “«mulheres e homens»” que “«lutaram»”, dentre os quais o sujeito discursivo historicamente se encontra.

O poder pessoal é novamente conclamado em outra sequência ao fazer a enunciação em primeira pessoa – «respeito e reverencio». Quem enuncia o faz da posição – ou da identidade – de Presidente e como tal mostra-se ideologicamente de acordo com a legitimidade da luta, mas o eu-pessoal – da presa política – sai de seu esconderijo linguístico e denuncia a “«truculência ilegal do Estado»”. Na sequência o eu-político retoma o dizer e pela necessidade de mostrar-se como tal revela que “«valorizo pactos políticos»”, culminando a enunciação com a interpelação de outros já-ditos “«redemocratização»”.

O uso da conjunção aditiva e no fragmento recortado – reconheço e valorizo – é interpretado por Reinaldo Azevedo⁷², colunista da *Revista Veja*, como substituto da conjunção “«mas», permitindo a seguinte reescrita do enunciado: “Reverencio os que lutaram contra a truculência ilegal do estado, «mas» também reconheço e valorizo os pactos políticos que nos levaram à redemocratização”, o que neste sentido revelaria, nas palavras do comentarista:

“a existência de uma contradição entre “os que lutaram contra a truculência” e “os pactos políticos que nos levaram à redemocratização”. Ao optar por esse discurso, ela se revela e se trai também na esfera da linguagem. Ela se revela ao admitir que entende a Lei da Anistia como

⁷¹ Cf. Capítulo 2, seção 2.5:Dilma: de Ativista Política a Presidente do Brasil .

⁷² Azevedo, Reinaldo (2012). Comissão da Verdade. Quando a suposta dialética da história vira discurso esquizofrênico. 17/05/2012. Acedido a 30 de Junho de 2013 em <http://veja.abril.com.br> Neste artigo Azevedo remete ao ensinamento do professor de Língua Portuguesa, Luiz Antonio Sacconi, que a conjunção aditiva “e” pode ser empregada como conjunção adversativa, podendo valer por um “mas”.

algo que caminhou no sentido contrário aos interesses daqueles supostos heróis “que lutaram contra a truculência”. Mas ela também se trai ao assumir que, satisfeita a visão de mundo daquela turma, certamente não se alcançariam os “pactos políticos que nos levaram à redemocratização”.

Importa acrescentar que a enunciação feita pelo sujeito, falando do lugar de chefe de Estado, precisa abafar outras vozes que teimam em ser ouvidas – a voz do político, a voz da ativista revolucionária, a voz da vítima de tortura –. Há, assim, uma série de enfrentamentos no discurso, com a memória exercendo um papel estratégico, produzindo lutas de poder, em um campo de forças, [re]configurando sentidos, revelando saberes e verdades.

Ao viabilizar diferentes percursos, a memória mapeia a complexidade das formações discursivas que vão sendo colocadas no espaço interdiscursivo, [re]significando e fazendo retornar o já-dito em outros discursos. É o caso da SD4 onde o que é enunciado aparece como ressonância, como eco de outros contextos sócio históricos, como o destaque da questão de gênero, “«Minha chegada à Presidência» significou um «momento único de afirmação da mulher» na sociedade brasileira”, estabelecendo um sentido de pertencimento a um grupo especial de referência e de valoração do feito pessoal.

Nas SD's relacionadas o que transparece é a formação sócio-histórica-ideológica do sujeito, que lhe serve como fio condutor, fazendo com que se irrompam os sentidos de seus dizeres e tais sentidos apontam para o capital social de que é possuidor, bem como para os saberes e poderes adquiridos.

Levando-se em consideração todos os aspectos analisados no presente «corpus», especialmente a noção de reversibilidade como um dos critérios subjacentes à tipologia do discurso autoritário, é possível caracterizar o discurso de Dilma como filiado predominantemente à noção do tipo autoritário – conforme proposta por Orlandi (2011). Ressalta-se, entretanto, que essa reversibilidade embora tenda à inexistência, está presente na ilusão do sujeito de ser uma voz monossêmica, quando, na verdade, ele dá guarida a muitas outras vozes: a mulher presidenta, a mulher mãe, a mulher família, a mulher empoderada, a mulher profissional. Acrescido a essas vozes estão as famílias parafrásticas que tendem a estancar a polissemia, presente em abundância no discurso lúdico, e quase inexistente no discurso autoritário.

Conclusão

Ao comemorar o dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2014, em pronunciamento oficial, a Presidente Dilma Rousseff⁷³, afirmou: “Como a primeira mulher a ocupar a presidência do país, vejo com imensa alegria vários programas criados nos últimos anos. Vejo também que muitas barreiras ainda precisam ser rompidas para diminuir a desigualdade entre os gêneros e garantir mais direito – mais autonomia – às brasileiras de todas as classes sociais”. Ao longo de seu discurso enumerou os avanços em termos de ações governamentais, políticas e programas adotados durante seu mandato presidencial e reiterando sua autoridade para tal: “Falo disso com a legitimidade da presidenta que ampliou as oportunidades para as mulheres e que, mesmo assim, sabe que é preciso fazer muito mais.”

Decorridos mais de três anos de sua subida ao Poder, a linha traçada em relação à figura da mulher, em seus discursos proferidos em 2011 e 2012, primeiro e segundo anos de governo, respectivamente, parece não ter se alterado. A exortação da mulher como a “nova força que move o Brasil” presente em sua fala de 8 de março, remete à questão do empoderamento que prometia promover e consolidar em seus diversos pronunciamentos.

«Empoderar» essa é a razão do movimento feminista, embora o termo e o conceito tenham sido incorporados em tempos mais recentes. A luta das mulheres sempre mirou a conquista do poder em todas as suas acepções. Na primeira onda do feminismo no Brasil, nas décadas iniciais do século XX, a busca do poder consistia, principalmente, na obtenção do direito ao voto, direito este conquistado em 1932, com o Novo Código Eleitoral. Na década de 1960, o feminismo no Brasil caminhava na contramão dos movimentos libertários que ocorriam na Europa, onde mais que discutir por avanços nos direitos ao trabalho, à educação e à participação na vida política, colocavam-se em pauta as questões relativas ao poder entre homem e mulher. O país vivia, a partir de 1964, seu período tenebroso da história com o golpe militar que inaugurou uma forma de governo ditatorial, violento e opressor. Assim, a segunda onda do feminismo concentrou-se na luta política – o direito e o poder de ser cidadão livre – especialmente na década de 1970, com as ativistas sendo apoiadas por mulheres, esposas de políticos brasileiros exilados na França e na Inglaterra que viviam de perto os ares da libertação europeia. Com o processo de redemocratização ocorrido nos anos de 1980, o movimento, em sua terceira onda, pode tomar novo rumo e buscando o apoio de mulheres das camadas mais populares, as ativistas que originalmente eram oriundas da classe média intelectualizada,

⁷³ O Anexo I traz o discurso em sua íntegra.

passaram a defender a criação de políticas públicas que garantissem acesso à plena equidade de direitos e coibissem formas de discriminação e violência contra a mulher.

Ao reivindicar mais especificamente o espaço social, rompendo com a imagem da dona-de-casa frágil, subordinada ao marido e ao mundo doméstico, com direito de exercer apenas «trabalhos femininos», isto é, condizentes ao gênero, as mulheres passaram a investir no poder advindo do espaço público, seja segundo a ótica capitalista do trabalho produtivo, seja como espaço de participação política.

A política é tida como «negócio de homens», partindo-se do pressuposto que mulher não tem interesse no mundo político, tampouco é vocacionada para tal. Tais alegações mostram deslocamento do discurso patriarcal – lugar da mulher é na esfera privada –, reforça o conceito bourdieusiano da força tradicional do «habitus» e remete metaforicamente aos escritos de Foucault⁷⁴ sobre os anormais, na passagem da contenção da peste. Esclarece o autor que para controlar a peste confinava-se o doente em distritos, bairros e casas, segregando-o, mantendo-o sob vigilância. Analogamente é o que o mundo dos homens tem feito ao denegar à mulher a oportunidade de participação no espaço público e consequentemente vedando ou dificultando-lhe a ocupação dos espaços de poder.

O resultado dessa alegada «apatia feminina» é a sub-representação das mulheres ainda associadas às questões relativas às relações de gênero na sociedade, com todas suas implicações, de divisões, estereótipos e preconceitos referentes ao desempenho da mulher no campo político. À semelhança do que acontece no mundo do trabalho – embora com quebras de barreiras – na política há distinção de aptidões e competências, demarcando espaços limitados e até legitimados de atuação. Há uma naturalização dos processos de inclusão/exclusão feminina na arena política, ou seja, os partidos políticos, até por exigência legal, devem obedecer ao percentual de cotas reservadas às candidaturas femininas, por isso, recebem as mulheres em suas fileiras, mas geralmente não lhes dispensam um tratamento igualitário, seja em questões de financiamento ou de empenho a favor da vitória eleitoral. Por outro lado, mesmo após terem sido eleitas – incluídas – a elas são destinados papéis ancorados nas características de feminilidade – maternidade, cuidado, zelo – restringindo sua participação à denominada «soft politics», até porque nesses espaços de poder reproduzem-se as ordens hierárquicas vigentes na sociedade.

⁷⁴ Aula ministrada no Collège de France, em 15 de Janeiro de 1975, publicada na obra: Foucault, M. (2004). *Os anormais*. (Eduardo Brandão. Trad, pp. 39-68.). São Paulo Martins Fontes.

Sabe-se que o espaço político é um campo de forças e de lutas, no sentido que lhe atribui Bourdieu (2009), em que os agentes se confrontam, por meio diferentes, em busca de fins distintos. E nesse campo cada um entra com o capital político de que dispõe e conforme a posição que ocupa nessa configuração de forças. Assim, frente às limitações impostas pelo gênero, com base em sua divisão tradicional, até mesmo por possuírem – ou pensar que possuem – um capital simbólico mais reduzido, e por isso adotarem uma perspectiva atrelada aos atributos que as descrevem, as mulheres têm encontrado muitos obstáculos, quer para se candidatar, quer para atuar nessa arena. Na prática o que se tem então é um exercício de representatividade política com feições tipicamente masculinas, no executivo – excetuando-se a Presidência da República – nas eleições de 2010 (TSE, 2011) foram eleitas duas governadoras e nas eleições municipais de 2012 (TSE, 2012) elegeram-se 657 prefeitas – 12%. No legislativo, as mulheres preenchem nas câmaras municipais 13,32% das vagas, nas assembleias estaduais 13%, na câmara federal 8,77% e 12,35% no senado federal. Como se depreende desses percentuais o protagonismo na política representativa é desproporcional ao número de mulheres no país e como eleitoras – 51%.

Além da fraca representatividade feminina na política, acentuada no Brasil, outra questão pode ser arguida: a da eficácia da democracia representativa. A desejabilidade da democracia, iniciada no século XIX (Santos & Avritzer (s.d.), acentuou-se no pós-guerra do século XX, com a democracia, como forma de governo, assumindo lugar central no campo político. Com o processo de consolidação, surgiu a preocupação com as condições estruturais da democracia, dentre as quais se coloca a tese da representação. Como manter a soberania popular em um governo de forma representativa? A impossibilidade do exercício da democracia direta, com a participação de todos os cidadãos, em sociedades complexas como as atuais, exclui de pronto tal modalidade. O que resta, então, é o aperfeiçoamento das formas procedimentais do jogo democrático: possibilidade de retirar a autorização concedida para a representação – “instituto do representante revogável” (Bobbio, 2006, p. 63) –; formas de referendos, em que os cidadãos se expressam diretamente a respeito de determinados assuntos de interesse geral; novos arranjos participativos nos quais os atores sociais definam políticas públicas como, por exemplo, orçamento participativo, ações sociais e de saúde; ação popular como iniciadora de processos legislativos e outros mais. Esses procedimentos não transformarão a democracia representativa em democracia direta, mas irão, certamente, alargar os caminhos da representatividade.

Na Constituição brasileira de 1988, denominada «Constituição Cidadã», a igualdade de homens e mulheres está contida no princípio geral da igualdade perante a lei e também nas normas que vedam a discriminação de sexos, destacando que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Assim, do ponto de vista legal, não há óbices para que a mulher assuma cargos e funções em quaisquer esferas ou instituições, desde que cumpra as exigências para tal. Partindo-se desse ponto, não causou estranheza à sociedade a candidatura de uma mulher à Presidência do país, pelo contrário, o fato foi aclamado por seu ineditismo enquanto o capital social ostentado pela candidata garantiu-lhe o passaporte para adentrar nesse «seleto reduto de homens», além de outras conjunturas políticas favoráveis⁷⁵ que lhe facilitaram eleger-se. É bem verdade que na plataforma político-eleitoral da candidata não se explorou a questão de gênero, se ela apareceu foi de maneira acanhada e até mesmo tímida, talvez porque se temesse a recepção do discurso de viés feminista por parte dos eleitores e eleitoras. A mesma estrutura de poder que permite à categoria das mulheres a emancipação e o acesso pode reprimi-la, uma vez que vai se romper e transformar o espaço do outro.

O que se evitou em campanha tornou-se uma «marca» no exercício do cargo para o qual foi eleita: assumiu-se como portadora de uma identidade feminina e tratou logo de implementar sua «grife». Nessa «marca», uma peculiaridade a se destacar é o sublinhado apelo à representatividade feminina em sua gestão, a começar pela exortada presença significativa de mulheres, sobretudo nos ministérios, inicialmente compostos por 10 mulheres, num total de 39 ministérios. Uma «marca» que, a priori, não se descarta ser tão inocente e/ou desinteressada, mas que pode representar um investimento arquetípico simbólico, bifronte, com vistas a:

a) personalizar e imprimir durante seu mandato a conhecida e abnegada luta de sua trajetória histórica, político-partidária, que lhe infundiu um sistema singular e intransferível de referências e padrões identitários;

b) abrigar, de permeio, mais adiante e acima de seu governo, planejada e intencionalmente, insondáveis interesses ou pretensões antenados à consolidação dessa «marca», em uma projetiva pós-mandato. Seja para pavimentar capitalização, sobretudo futura, de olho na eternização garantida de uma consagração política. Seja para sob a insígnia desse momento e circunstâncias históricas, únicos, de ascensão da primeira mulher à presidência do Brasil, selar um destino a ser comemorado como uma grande façanha.

Outra característica da «marca» do governo da primeira mulher presidente é o oferecimento às mulheres da oportunidade de também fazerem o trajeto da invisibilidade do

⁷⁵ Refiro-me à boa fase vivida pelo governo Lula na economia e na adoção de políticas sociais populares.

espaço privado para a visibilidade da esfera pública. Isto se dá por meio dos sentidos de empoderamento impregnados nas manifestações discursivas, objeto de estudo da presente investigação.

No Brasil, o estudo do discurso tem sido marcado por diversos enfoques e linhas de pesquisas, desde aquelas que trabalham com as várias teorias anglo-saxônicas do discurso, com a linguística textual, com a semiótica narrativa, com a pragmática e a semântica, até a análise do discurso francesa. A opção por uma delas depende do objeto investigado, da empatia do analista, do material de análise, do arcabouço teórico de suporte e de outros fatores de natureza objetiva ou subjetiva. O modo como a AD trabalha com a língua – estrutura simbólica –, com o sujeito – sujeito do inconsciente –, e com a ideologia – sujeito assujeitado – se mostra propício para se fazer a montagem de um jogo de interpretações que desafia até mesmo aquele que não sendo analista se dispõe – ou talvez ouse – a sê-lo.

A famosa dicotomia, apontada por Saussure no início do século XX, entre «langue» e «parole», deu lugar ao entendimento de que o discurso é lugar do observável e a língua, um lugar de reconstrução teórica, modalizada pelos sentidos, noção esta adotada por Pêcheux no então recém-criado campo da AD e reconfigurada posteriormente ao estabelecer que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, pelo contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo. A ideologia como matriz do sentido e como pontos de deriva vai impregnando as palavras para que elas assumam posições em relação a um dado quadro de referências e possibilitem determinada compreensão. Por outro lado, todo discurso possui um fundamental sentido de incompletude e essa ausência impede a plena constituição das estruturas discursivas, produzindo como consequência diferentes sentidos e interpretações.

Assim, com base nas múltiplas possibilidades de interpretações, nesse caminho que o analista vai construindo ao caminhar, ainda consoante ao quadro teórico conceptual da AD como ciência de entremeio e levando-se em consideração as hipóteses de trabalho formuladas para esta investigação, procurou-se analisar:

- a) como o sujeito se representa a si mesmo, ao Outro e também como ele se enuncia, que relações estabelece com aqueles a quem enuncia e de que lugar fala esse sujeito;
- b) como se constitui esse sujeito;
- c) que efeitos de sentido são produzidos pelo posicionamento desse sujeito no interior do discurso.

O sujeito do discurso não pode ser concebido como um ser individual, empírico, autor e senhor de seu dizer, mas como portador das marcas das representações sociais, das formações

ideológicas e da história, embora ele tenha ilusão de ser a fonte do sentido. Ao ocupar sua posição discursiva ele já significa e graças às formações imaginárias antecipa as representações de como o Outro vai reagir a respeito do que é dito, e então vai sendo configurado o processo discursivo. O sujeito empírico Presidente representa-se, através do sujeito discursivo, com imagens da mulher presidenta, da mulher governante e da mulher comum.

Como Presidente a marca de gênero se faz notar ao se autodenominar «Presidenta», nesse ponto convergem o sujeito empírico e o discursivo, uma vez que o termo foi reintroduzido na língua portuguesa após sua eleição, tornado obrigatório nos documentos oficiais e no tratamento dispensado a sua pessoa. É a forma que o sujeito discursivo apaga a neutralidade semântica e ideologicamente coloca ênfase na característica de gênero, demarcando o avanço feminino no território do patriarcado, sinalizando ainda um novo movimento na língua.

Ao considerar o Outro, remete-se às condições de produção e esse Outro vai sendo nomeado alternadamente por meio de dizeres e filiações: o Outro pode ser outra Presidente mulher; o Presidente afro-descendente americano; a mulher do povo; a mulher profissional; as mães de família; o povo; a nação, e assim sucessivamente, em uma tentativa de se estabelecer a produção de sentido entre interlocutores.

A historicidade do sujeito enunciador se manifesta na posição da mulher governante, materializando-se na língua como portadora de feitos inéditos, dona de capital simbólico chancelado por seu passado de ativista, torturada, presa, membro do alto escalão do governo e finalmente primeira mulher a chegar à Presidência. Termos como «o meu governo», «o governo da primeira mulher» trazem a marca da mulher, que uma vez feita a travessia da instância privada à pública, se apossa dessa última – «o meu governo», com a reiteração do possessivo «meu», marcando a individualização do acontecimento.

A mulher comum é referida como «nós», diferentemente da mulher governante que tem no «meu» a marca distintiva. Esse sentido inclusivo destina-se a tomar o Outro não apenas como interlocutor privilegiado, mas como igual. Há um esforço de aproximação para se identificar com todas as mulheres, aquelas ainda não empoderadas, as anônimas, ainda não libertas da condição de “Marias”, como também aquelas que já transpuseram essa condição de subalternidade. A visibilidade propiciada pelo lugar de onde o sujeito fala é aproveitada pelo sujeito empírico para denunciar as questões discriminatórias de gênero.

Quanto à constituição do sujeito ela se dá por um processo heterogêneo, em que as marcas linguísticas vão expressando as subjetividades anunciadas em «eus» distintos, por meio de pronomes referenciais: «meu», «nosso», «ele não-pessoa». O sujeito tem a ilusão de ser a

fonte do dizer e de que exerce o domínio sobre seu dizer; posiciona-se como agente, quando na verdade é assujeitado. Esses tipos de esquecimento, nomeados como número 1 e número 2, são da ordem do inconsciente e permitem ao enunciador a sensação de que as palavras brotam de si e o que ele diz só pode ser dito daquela maneira. Suas enunciações originam-se, pois, das formações discursivas, dos pré-construídos que constituem a memória discursiva, espaço este de retomadas, de regularizações, de conflitos, de desdobramentos. Nas sequências discursivas estudadas o «nós» remete aos brasileiros, às mulheres, a própria Presidente, e à chamada «quarta pessoa discursiva» – sujeito impessoalizado que dá vez para o acontecimento discursivo. Os sentidos se multiplicam em um jogo de esconde-esconde em que o sujeito assume posições camaleônicas, ora revestindo-se do sujeito político que usa o «nós» inclusivo tão apelativamente usado nos discursos políticos institucionalizados, ora como parte de um coletivo identitário, ora com referência a um conjunto nomeado – mulheres –, ora como neutralização do próprio sujeito. Todos esses referenciais possuem um endereçamento: o chamamento do Outro, o interlocutor, ao mesmo tempo que remetem às diferentes formações discursivas, aos dizeres já-ditos que estão a serviço das formações ideológicas de que se reveste o sujeito empírico.

As formações discursivas – matriz de constituição de sentido – relacionam-se às formações ideológicas, materializadas na língua e ligadas às condições de produção. Essa atividade estruturante controla o dizer e faz com que cada palavra seja unívoca em seu sentido, ganhando ou perdendo significados consoantes às posições que ocupa em cada formação discursiva. Na materialidade da língua paráfrases e polissemia distinguem esse processo.

A parafraseagem contida nas formações discursivas que se movimentam ao longo dos discursos estudados agrupa-se em torno de duas famílias: a compreendida pelo termo «mulher»; e a que gravita em torno da palavra «poder».

No campo político, seus agentes estão em permanente luta simbólica pela conquista e manutenção do poder simbólico – o poder de fazer ver e de fazer crer – e assim o fazem consoante o capital social que possuem ou julgam possuir, imbuídos da formação ideológica que subjaz em sua ação e de acordo com a crença que deseja infundir. O teor do discurso político revela essas marcas e no estudo em foco, ao examinar a parafraseagem do item lexical mulher, depara-se com um sujeito identitariamente flutuante, assumindo posições históricas diferenciadas. Há, dentre outras, a mulher presidenta, a mulher profissional, a mulher batalhadora, a mulher militar, a mulher anônima, a mulher brasileira, a mulher do planeta, em

um desdobramento de papéis, muitas vezes paradoxais, mas aglutinados em uma figura: o sujeito discursivo.

A mulher presidenta reforça a ruptura do modelo feminino imposto pela oligarquia patriarcal, a superação do «habitus» que legitima a condição de subalternidade, ou ainda a conformidade com o mero exercício da política do desvelo, embora se possa perceber, por meio das expressões utilizadas nas sequências discursivas, resquícios da herança patriarcal no que se refere ao papel reservado à mulher, mesmo sendo a presidenta: o de cuidadora.

Na enunciação de categorias de mulheres – profissionais, batalhadoras, anônimas, militares, brasileiras, planetárias – as paráfrases buscam no já-dito, no interdiscurso, novas formas de dar voz à memória histórico-social da trajetória feminina, ressignificando os acontecimentos. E nessa ressignificação, o poder e a total ausência dele se ligam: a mulher poderosa investida do mais alto cargo da Nação e a mulher sem nome. Mas ao invés de acentuar as diferenças entre ambas, o sujeito discursivo, na tentativa de controle do dizer e tendo em vista o Outro a quem imaginariamente se dirige, se homogeniza no intuito de validar a representação atribuída pela função e atrelar ao discurso a imagem que quer infundir. Assim, nesses grupos parafrásticos, o sujeito embora descentrado pela ideologia e pela história, busca a unidade, procurando responder às necessidades internas e externas do campo político. O desenrolar das lutas simbólicas pelo poder simbólico aparece, então, condicionando pelo dizer ideologicamente marcado.

O poder é simultaneamente exercido e reproduzido «no» e «pelo» discurso e pressupõe conhecimento, crenças e ideologias para que possa se sustentar. Nos discursos institucionais, o poder simbólico advém não apenas do enunciador, mas também da instância geradora do discurso e a força do enunciado é tanto mais prestigiosa quanto mais hierarquicamente marcado o lugar de onde fala o sujeito. Quando se combinam a posição do enunciador e a autoridade que de sua figura emana, além de legítimo, o que é dito se torna dominante.

O poder é um «feixe de relações» – como bem o disse Foucault (2001) – que emana de instituições variadas como o Estado, a família, a escola, o presídio e de outras mais. Pode-se admitir a existência de uma espécie de matriz, um centro de poder, que o irradia, mas ele opera igualmente por capilaridade. Deste modo, forma-se uma rede que possibilita múltiplas conexões, não apenas do centro para a periferia, mas igualmente desta para aquela.

Na análise empreendida, no grupo parafrástico lexicalmente marcado pela palavra «poder», encontram-se exemplos dessa capilaridade em diversos níveis funcionais.

Ao tratar do poder feminino, o sujeito enunciador nomeia a mulher geradora de vida, a mãe, a cuidadora da família como possuidoras de poderes genuínos e naturalmente exercidos e conseqüentemente indispensáveis à vida social. Por outro lado, aproveitando-se da instância de onde enuncia, trata de mostrar que se vale dessa posição para fazer transitar o poder também do centro para a extremidade: essa mulher ainda ligada ao espaço privado adquire visibilidade no espaço público, pois como enuncia, em seu governo, no Programa Minha Casa, Minha Vida⁷⁶, por exemplo, a mulher não mais precisa da assinatura do esposo para a posse da casa, ela pode assumir sozinha a condição de proprietária. A importância da propriedade para conexão entre o mundo privado e o público é registrada por Arendt (2008, p. 71) ao observar que “a propriedade e a riqueza são historicamente de maior relevância que qualquer outra questão privada e desempenharam, pelo menos formalmente, mais ou menos o mesmo papel como principal condição para admissão do indivíduo à esfera pública e à plena cidadania.”. Esse acontecimento acentuado no discurso relaciona-se, pois, a ações do mundo real no sentido de concretizar a ideia de empoderamento feminino.

Na instância institucional, o poder – do centro – concentra-se na mulher que marcou um fato inédito na política brasileira: eleger-se como presidente. Reiteradamente o sujeito enunciador faz uso de palavras e expressões que ressaltam o caráter pioneiro dessa conquista. O descentramento do sujeito, identificando-se nos deslizamentos de sentidos como «eu», «nós», «ela», contidos nos elementos lexicais parafrásticos, traz a presença do interdiscurso, memórias de outros dizeres, indicando e reforçando posições oriundas do espaço institucional ocupado pelo sujeito enunciador.

Esse poder institucional, que se irradia do centro para a extremidade e entre grupos diversos, tem como destino, em outro grupo parafrástico, a questão de gênero; é preciso empoderar. Esse era e é o alvo das lutas do movimento feminista e dos grupos que batalham pela igualdade entre os gêneros. O sujeito enunciador se insere entre essas mulheres espalhadas por todas as camadas sociais, que se movimentam pela causa feminina, sinaliza avanços e conquistas e reconhece que ainda há discrepâncias a vencer. No entanto, aponta a capacidade de que é possuidora – delegada pela instância que legitimamente ocupa – de promover a justiça social que vai muito além da igualdade de gênero. No conceito de justiça social são envolvidos homens e mulheres e a mulher governante, que como já dito em outras sequências, cuida de todos. Mas é preciso que todas as mulheres se unam e façam do século XXI, “o século das mulheres”.

⁷⁶ Grupo I, Poder Feminino, Sequência 5, p.159.

É pela constituição do sentido que se materializa a relação do sujeito com a língua originando as formações discursivas que, por seu turno, remetem às formações ideológicas conectadas às redes do interdiscurso. No grupo parafrástico que trata do poder pessoal, o sujeito enunciador procura, principalmente no que estava silenciado, o seu dizer.

A história pessoal da Presidente Dilma, ativista política, presa e torturada pela ditadura militar, aparece com força na voz do sujeito enunciador para reafirmar o poder pessoal que ostenta, uma vez que tem história e licitude para tal. Busca no interdiscurso situações e vivências e coloca marcas conotativamente emocionais ao longo das enunciações. Não há como em outras ilocuições a preocupação com a contenção do que é dito, ou até mesmo o não-dizer. Nas sequências que tratam do poder pessoal, quando fala da posição institucionalizada, o faz entrecruzando sentidos da memória social e da memória histórica para constituir o seu dizer. Nesse poder pessoal a que se atribui, o sujeito enunciador legitima o ineditismo do fato político e registra na estrutura do discurso o acontecimento, contrapondo-se, por outro lado, o poder ideológico e o poder repressivo do Estado, no sentido que lhes atribui Althusser.

“[...] E este é, sem dúvida, o século das mulheres! A mulher é a nova força que move o Brasil.” Esse fragmento extraído do discurso da Presidente Dilma (Anexo I), proferido em seu quarto ano de mandato, reitera as posições assumidas pelos sujeitos empírico e discursivo nas sequências que compõem o «corpus» analisado. No entanto, deve-se destacar que não compete à análise do discurso tratar as enunciações como promessas a serem cumpridas por seu enunciador ou se e como acontecerá sua aplicabilidade fora do campo discursivo⁷⁷. O compromisso deste estudo reside na fidelidade aos objetivos propostos e no esforço analítico da caracterização da marca interdiscursiva, contida nos pronunciamentos oficiais investigados.

Espera-se que o trajeto percorrido não produza a ilusão de que o analista procurou perseguir um «sentido verdadeiro». A neutralidade da análise é impossível de se obter. O analista ao empreender sua tarefa não se despe de sua própria história e de sua ideologia. O que ele faz ou tenta fazer é usar a teoria como mediadora de sua observação, elegendo um espaço por onde faz seu descentramento e reconstrói sentidos. Em respeito ao «ser» da ciência como corajosa e ousadamente se posiciona, o analista faz sua escolha teórica e metodológica, e parte para a interpretação, tendo principalmente fé na fuga do imaginário, na racionalidade de sua produção e em sua capacidade de atravessar a opacidade da linguagem para buscar a luz. Desta forma, observa o acontecimento, descrevendo-o dentro de uma nova ordem, desejoso de revestir seu trabalho com o manto da cientificidade, mesmo sabendo que corre o risco de simplesmente

⁷⁷ Ver Apêndice II.

projetar sua imagem no espelho. Valendo-se, pois, da metáfora criada por Pêcheux (2009, p. 26) pode-se afirmar à guisa de conclusão que o esforço analítico empreendido, em que pese toda a sua incompletude, tentou livrar-se das “complacências narcísicas” e a “quebrar os espelhos”, ciente de que na AD não se encerra uma análise, dá-se a ela apenas um fechamento, para que se abram novas possibilidades.

«Só quem lança as redes colhe alguma coisa»⁷⁸. Os nós das redes usadas para prender os aspectos relevantes da temática abordada certamente não conseguiram reter toda a tessitura do conhecimento necessário para se compreender o objeto de estudo. Os buracos existentes nas redes deixaram passar muitos fios importantes: a configuração de gênero nos discursos presidenciais proferidos nos dois últimos anos de mandato da primeira mulher a governar o Brasil; a interface possível entre o acontecimento discursivo e o acontecimento histórico no que se refere à presença da mulher no governo Dilma; as marcas discursivas da desconstrução do patriarcado instaurado na política nacional, a partir dos pronunciamentos da Presidente e muitos outros fios – ou teias – que escaparam e correm soltos nos rios das possibilidades. Mas o importante é que as redes estão lançadas e que outros pescadores, certamente levados pelo gosto e pelo prazer de perscrutar as águas por onde corre o conhecimento científico, lancem outras redes, bem mais consistentes, e, por isso mesmo, com nós mais diligentemente amarrados. Assim, novos fios de saberes poderão ser retidos nas malhas, prontos para que lhes sejam atribuídos nexos e sentido.

⁷⁸ Afirmção inspirada em Novalis, escritor do Romantismo alemão de finais do século XVII: “hipóteses são redes: só quem as lança colhe alguma coisa”.

Bibliografia Citada

Abate, F. (1996). *The Oxford dictionary and thesaurus American edition*. New York, Oxford: Oxford University Press Inc.

Adão, S. M. (2009). Análise do Discurso e perspectiva polissêmica da discursividade política. Acedido a 12 de Dezembro de 2013 em http://www.fflch.usp.br/dlc/enil/pdf/43_Sonia_Maria_A_revisto_.pdf

Aithal, V. (1999). *Empowerment and global action of women. Theory and practice*. Working Papers, Kvinnforsk, University of Tromsø. Acedido a 12 de Janeiro de 2013 em http://home.arcor.de/aithal/pdf/Aithal_Vathsala.pdf.

Althusser, L. (1996). Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: S. Zizek. (org.) (1996). *Um mapa da ideologia*. (4ª reimpr., Vera Ribeiro: Trad, cap. 5, pp. 105-142). Rio de Janeiro: Contraponto.

Álvares, M. L. M. (2008). Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, 51, 4, 895-939.

Alvares, L. (2011). *Política & poder: o gênero em questão*. Disponível em: <http://www.ufpa.br/ifch/administrator/politicaepoder.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2013.

Amaral, R. B. (2011). *A vida quer é coragem*. Rio de Janeiro: Sextante.

Ames, J. L. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

Araújo, M. M. de M., & Fonseca, P. C. L. (2012). A poesia trovadoresca e a imagem da mulher na cantiga de amigo. *Uniletras*, 34, 1, 37-47. Acedido a 12 de Fevereiro de 2014 em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>

Arendt, H. (1985). *Da violência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Arendt, H. (2008). *A condição humana* (10ª ed. Roberto Raposo: Trad). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Aristóteles (1999). *Política*. (Therezinha Monteiro Deutsch e Baby Abrão: Trad.). São Paulo: Nova Cultural Ltda.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. . (Luís Antero Reto & Augusto Pinheiro: Trad.). São Paulo: Edições 70.

Bauer, C. (2001). *Breve história da mulher no mundo ocidental*. São Paulo: Xamã/Edições Pulsar.

Benveniste, E. (1974). L'appareil formel de l'énonciation. In: *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Ed. Minuit. Acedido a 12 de Fevereiro de 2014 em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1970_num_5_17_2572.

Benveniste, E. (1991a). *Problemas de linguística geral I*. (3ª ed., Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri: Trad., cap. 18, pp. 247-259, Vol.1), São Paulo: Pontes.

Benveniste, E. (1991b). *Problemas de linguística geral*. (pp. 247-306, Vol. 2). São Paulo: Ed. Nacional/EDUSP. Acedido a 12 de Fevereiro de 2013 em <http://www.passeidireto.com/arquivo/1080654/benveniste-emile---problemas-de-linguistica-geral>.

Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. Glence: Free Press. Acedido a 28 de Fevereiro de 2014 em <http://pt.scribd.com/doc/13888039/Content-Analysis-in-Communication-Research>

Bermúdez, N. (2012). Tipología y discurso político, Revista *Signo y Seña*, 22, 139-163. Acedido a 13 de Agosto de 2013 em <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>.

Bobbio, N. (1997). *Os intelectuais e o poder*. (Marco Aurélio Nogueira: Trad.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Bobbio, N. & Metteucci, N.; Pasquino, G. (1998). *Dicionário de política I*. (Carmen C., Varriale et al.: Trad.)- Brasília : Editora Universidade de Brasília

Bobbio, N. (2006). *O futuro da democracia – uma defesa das regras do jogo*. (12ª reimp. Marco Aurélio Nogueira: Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bobbio, N. (2008). *Direito e poder*. (Nilson Moulin: Trad.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. (Fernando Tomaz: Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A.

Bourdieu, P. & Eagleton, T. (1996) A doxa e a vida cotidiana; uma entrevista. In: S. Zizëk (org.). *Um mapa da ideologia*. (Vera Ribeiro: Trad., cap. 12, pp. 265-278). Rio de Janeiro: Contraponto.

Bourdieu, P. (2008). *A produção da crença. Contribuição para uma economia de bens simbólicos*. (Guilherme João de Freitas Teixeira: Trad.). São Paulo: Zouk.

Bourdieu, P. (2009). *O poder simbólico*. (12ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (2010). *A dominação masculina*. (9ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brandão, H. H. N.(2003) Análise do discurso: um itinerário histórico. In: H.B.C. Pereira & M. L. Atik (orgs.). *Língua, literatura e cultura em diálogo*. São Paulo: Ed. Mackenzie. Acedido a 29 de Outubro de 2013 em <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/brand005.pdf>.

Brandão, H. H. N. (2004). *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.

Cabral, O. (2009a). De corpo e alma em 2010. *Revista Veja*. Edição 2096, 42, 3, 62-68.

Cabral, O. (2009b). Palocci de volta ao jogo. *Revista Veja*. Edição 2128, 42, 35, 80-84.

Campagnoli, M. A. (2010) *El género como categoría útil*. Colóquio Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina, Agosto 23-26, 2010, Florianópolis/SC.

Cantanhêde, E. & Medina, H. (2005). Ministros têm de gastar "tudo", diz Dilma. *Folha de São Paulo*, 25 de Junho de 2005. Acedido a 10 de Abril de 2013 em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2506200516.htm>.

Carvalho, L. M. (2009). A educação política e sentimental de Dilma. *Revista Piauí*, Edição 31, Abril de 2009. Acedido a 11 de Abril de 2013 em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/educacao-31/vultos-da-republica/as-armas-e-os-varoes>.

Castells, M. (2002). *O poder da identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Castro, L. C. & Viseu, R. (2007). Participação das mulheres na política cresce, mas domínio ainda é dos homens. *Globo Online*, 8 de Março de 2007. Acedido a 20 de Junho de 2011 em <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/03/08/294842831.asp>.

Castro, M. G. & Lavinas, L. (1992). Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In A. Costa, A. & C. Bruschini. (Eds.). *Uma questão de gênero*. (pp. 216-251). São Paulo: Rosa dos Tempos.

Cesário, A. C. C. & Almeida, A. M.C. de. (2008). A análise do discurso político. *Soc. Sci.* 30, 2, 121-128.

Charaudeau, P. (2008). *Discurso político*. (Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu: Trad.). São Paulo: Contexto.

Chauí, M. (2008). *O que é ideologia*. (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

Connel, R. W. (2005). *Masculinities*. (2ª ed.). Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Constatinides, M. F. (2011) El discurso político y la politicidad de los discursos. Una hipótesis de trabajo sobre la gestión de colectivos de identidad en periodismo y política. *Pergunta*, 1, 30. Acedido a 24 de Fevereiro de 2014 em <http://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/viewArticle/1008>

Courdess, L. (1971). Blum et Thorez em mai 1936: Analyses d'énoncés. *Langages*, 9, 9, 22-33. Acedido a 27 de Fevereiro de 2014 em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1971_num_9_1_5569.

Courtine, J. J. (1991) Le discours introuvable: marxisme et linguistique. Histoire, épistémologie. *Langage*, 13/II,153-71. Acedido em 28 de Fevereiro de 2014 em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hel_0750-8069_1991_num_13_2_2337.

Courtine, J. J. (2006). *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. (Nilton Milanez & Carlos Piovezani Filho: Trad.). São Carlos: Claraluz.

Courtine, J. J. (2009). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. (Cristina de Campos Velho Birck et al.: Trad.). São Carlos: EDUFscar.

Cunha, L. C. (2005). Dilma Rousseff. Após crises e torturas, a chefe da Casa Civil chega ao topo da carreira de ex-guerrilheira, economista, executiva e ministra. *Revista Isto é Independente*. Edição 1887. Acedido a 12 de Abril de 2013 em http://www.istoe.com.br/reportagens/15907_DILMA+ROUSSEFF.

Dahl, R. (2001). *Sobre a democracia*. (Beatriz Sidou: Trad.). Brasília: Universidade de Brasília.

Durham, E. R. (1982). Família e casamento. *Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1982. Acedido a 3 de maio de 2013 em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1982/T82VIA002.pdf>.

Eagleton, T. (1997). *Ideologia. Uma introdução* (Silvana Vieira & Luís Carlos Borges: Trad.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo.

Fernandes, C. A. (2007). *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. (2ª ed.). São Carlos: Claraluz.

Ferreira, D. M. M. (2010). Feminilidade e “feminilidade”: identidades femininas. *Revista Intercâmbio*, São Paulo, XXI, pp.1-16.

Ferreira, M. C. L. (orient.) (2001). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ferreira, M. C. L. (2003). O caráter singular da língua na análise do discurso. *Organon*, 17, 35, 189-200.

Ferreira, M. C. L. (2008). Os desafios de fazer avançar a análise do discurso no Brasil com singularidade e liberdade. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, 4, 2, 241-249.

Fiorin, J. L. (2001). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. (2ª ed.). São Paulo: Ática.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (3ª ed., Joice Elias Costa Trad.). Porto Alegre: Artmed.

Foucault, M. (2001). *Microfísica do poder*. (Revisão técnica de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2003). Preciso sobre o Poder. In: *Ditos e escritos IV: estratégia, poder, saber*. (Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota, Vera Lucia Avellar Ribeiro: Trad., pp. 323-334). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004a). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. [1970] (2004b). A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. (Graciliano Barbachan: Trad.). Acedido a 15 de Junho de 2013 em: <http://www.slideshare.net/josefiorin/foucault-a-ordem-do-discurso>.

Foucault, M. (2004c). *Os anormais*. (Eduardo Brandão: Trad, pp. 39-68.). São Paulo Martins Fontes.

Freyre, G.(2003). *Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. (14ª ed. rev.Vol.1). São Paulo: Global Editora. Acedido a 15 de Fevereiro de 2014 em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092005000200006&script=sci_arttext.

Funari, P. P. (2002). *Grécia e Roma* (2ª ed.). São Paulo: Contexto.

Gardin, B. (1976) Discours patronal et discours syndical. *Langages*, 41, 13-46. Acedido a 28 de Fevereiro de 2014 em <http://www.youscribe.com/catalogue/presse-et-revues/savoirs/autres/discours-patronal-et-discours-syndical-article-n-41-vol-10-pg-980017>

Gilligan, C. (1982). *In a diferente voice. Psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press. Acedido a 14 de Fevereiro de 2014 em https://lms.manhattan.edu/pluginfile.php/26517/mod_resource/content/1/Gilligan%20In%20a%20Different%20Voice.pdf.

Giménez, G. (1980). *El análisis del discurso político-jurídico*. Universidad Veracruzana do México: Centro de Investigaciones Lingüístico-Literarias. Acedido a 20 de Janeiro de 2014 em biblio.juridicas.unam.mx/libros/2/860/7.pdf.

Gramsci, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. (4ª ed., Carlos Nelson Coutinho: Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gramsci, A. (2006). *Cadernos do cárcere*. (4ª ed., Carlos Nelson Coutinho: Trad. Vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Grossi, M. P.(1998). Entrevista com Joan Wallash Scott. *Revista de Estudos Feministas*, 1, 114-124.

Guespin, L. (1976): Types de discours ou fonctionnements discursifs? Tiypologie du discours politique, *Langages*, 41, 3-12. Acedido a 25 de Fevereiro de 2014 em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1976_num_10_41_2301

Gullo, C. & Neves, M. L. (2009). A mulher do presidente. *Revista Marie Claire*, abril, 2009. Acedido a 12 de Abril de 2013 em <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI175873-17735-2,00-A+MULHER+DO+PRESIDENTE.>

Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press.

Hahner, J. E. (1981). *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense.

Halliday, M. A. K. (1985). *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold. Acedido a 2 de Fevereiro de 2013 em [http://f3.tiera.ru/2/L_Languages/LF_Formal%20theory/Halliday%20M.A.K.,%20Matthiessen%20C.M.M.%20An%20Introduction%20to%20Functional%20Grammar%20\(3ed.,%2](http://f3.tiera.ru/2/L_Languages/LF_Formal%20theory/Halliday%20M.A.K.,%20Matthiessen%20C.M.M.%20An%20Introduction%20to%20Functional%20Grammar%20(3ed.,%2)

Harris, Z. (1952). Discourse analysis. *Language*, 28, 1, 1-30. Acedido a 25 de Fevereiro de 2014 em http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-009-8467-7_7#page-1.

Henry, P. (1997) Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux. In F. Gadet & T. Hak (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (3ª ed. cap. 1, pp. 13-39). Campinas/SP: editora da Unicamp.

Hersch, J. (1956). Idéologies et réalités. Essai d'orientation politique. *Revue Française de Science Politique*, 7, 3, 681-682. Acedido a 12 Junho de 2012 em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp>.

Hobbes, T. (2008) [1651]. *Leviatã*. (2ª ed., João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva: Trad., Clássicos Cambridge de Filosofia Política) São Paulo: Martins Fontes.

Houaiss, A. & Villar, M. de S. (2004). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Indursky, F. (1997). *A fala dos quarteis e as outras vozes. Uma análise dos discursos presidenciais da Terceira República Brasileira – 1964-1984*. Campinas – SP: Editora da Unicamp.

Jakobson, R. (2003). Les embrayeurs, les categories verbales et le verbe russe. In: *Essais de linguistique générale*. (cap. IX, pp. 176-193). Paris: Ed. Minuit.

Lasswell, H. D. (2007). The structure and function of communication in society, *Kış-Bahar*, 24, 215-22. Acedido em 13 fev. 2014 em <http://www.dhpescu.org/media/elip/The%20andFunction%20of.pdf>.

Leite, P. M. & Leitão, M. (2009). “Não briga agora, Dilma”. *Revista Época*. Acedido a 13 de Abril de 2013 em revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI81918-15223,00.html.

Locke, J. (2009). *Segundo tratado do governo civil*. (Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa: Trad.). Rio de Janeiro: Vozes. Clube do Livro Liberal.

Machado, L. Z. (1998). Gênero um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, 11, 107-125. Acedido a 28 de Janeiro de 2012 em <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu11.10.pdf>.

Machado, R. (2001). Por uma genealogia do poder. In Foucault, M. *Microfísica do poder* (pp. vii-xxiii). Rio de Janeiro: Graal.

Mainguenaueau, D. (2008). A propósito do ethos. In A. R. Motta & L. Salgado (orgs.). *Ethos discursivo*. (cap. 1, pp. 11-32). Rio de Janeiro: Contexto.

Maingueneau, D. (2012) *Que cherchent les analystes du discours?. Argumentation et analyse du discours* [En ligne], le 15 octobre 2012. Acedido a 27 de Fevereiro de 2014 em <http://aad.revues.org/1354>.

Maquiavel, N. (2006) [1515] *O Príncipe*. (Ridendo Castigat Mores. ed., versão para e-book). Acedido a 20 de Fevereiro de 2014 em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>.

Marandin, J. M. (1979). “Problèmes del’ analyse du discours em essai de description du discours français sur le Chine.” *Langages*, 55. Acedido a 26 de Fevereiro de 2014 em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1979_num_12_55_1823

Margolis, M. (2011). Don't mess with Dilma. *Newsweek*. 158, 13, p. 2.. Acedido a 12 de Janeiro de 2012 em: <http://blog.planalto.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/Newsweek.pdf>.

Mariani, B. (1996). *O comunismo imaginário; práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese apresenta ao Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de doutor, orientada por Eni P. Orlandi. Campinas.

Miguel, L. & Biroli, F. (2010). Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, 18, 3, 653-79. Acedido a 2 de Julho de 2011 em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/19195>.

Montesquieu, C. de (2007). *Do espírito das leis*. (Jean Melville: Trad.). São Paulo: Editora Martin Claret

Moreira, A. (2012). *Ciência política*. (5ª ed.). Coimbra: Almedina.

Nader, M. B. & Rangel, L. A. de S. (2012). Mulheres candidatas ao Poder executivo estadual no processo eleitoral de 2010: perspectiva de gênero. In J. E. D. P. Alves, C. R. Jardim & F. Jordão (org.). *Mulheres na eleição 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p. 229-256. Acedido a 20 de Abril de 2012 em <http://nupps.usp.br/downloads/livros/mulheresnaseleicoes.pdf>.

Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18, 1, 49-55.

Neves, F. (2013). *A pouca participação das mulheres na política precisa ser reformulada radicalmente*. Escola Nacional de Formação. 22 de março de 2013. Acedido a 3 de maio de 2013 em <http://www.enfpt.org.br/node/430>.

Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, 8, 2, 1-33.

Nogueira, M. A. (2004). *Em defesa da política*. (2ª ed.). São Paulo: Editora do Senac.

Nunes, A. S. (1962). *Introdução ao estudo das ideologias*. Acedido a 20 de Setembro de 2013 em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224081973E4dVB2ea3Bp00YB7.pdf>.

Oliveira Vieira, A. S. & Temponi, C. N. (2012). Um estudo preliminar sobre o “a gente”: origem e uso. *Anais do X Encontro do Celsul*, pp. 1-15, Círculo de Estudos Linguísticos do Sul Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Acedido a 2 de Outubro de 2013 em [http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20\(1\)](http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20(1))

Oltramari, A. (2003). O cérebro do roubo ao cofre. *Revista Veja On-line*. Edição 1785. Acedido a 2 de Maio de 2013 em http://veja.abril.com.br/150103/p_036.html

Orlandi, E. P. (1986). A análise de discurso: algumas observações. *D.E.L.T.A.*, 2, 1, 105-126.

Orlandi, E. P. (1994). Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, 14,61, 53-59.

Orlandi, E. P. (1999). *Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes.

Orlandi, E. P. (2001). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. (3ª ed.). Campinas-SP: Pontes.

Orlandi, E. P. (2002). A análise de discurso e seus entre meios. Notas a sua história no Brasil. *Cad. Est. Ling.*, 42, 21-40.

Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp.

Orlandi, E. P. (2011). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. (6ª ed.). Campinas: Pontes Editores.

Orlandi, E. P. (2012). *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores.

Pateman, C. (1989). *The disorder of woman*. Stanford: Stanford University Press.

Pêcheux M. (1990). *Por uma análise automática do discurso*. (Eni P. Orlandi: Trad.). Campinas: Unicamp.

Pêcheux, M. & Fucks, C. (1997). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In F. Gadet & T. Hak (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (3ª ed. Bethania S. Mariani et.al.: Trad. cap. IV, pp. 163-252). Campinas/SP: editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (1997a). *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. (2ª ed.). (Eni P. Orlandi: Trad.). Campinas-SP: Pontes.

Pêcheux, M. (1997b). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Eni P. Orlandi et al.: Trad.). Campinas/SP: Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. Prefácio. In: Courtine, J. (2009). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. (Cristina de Campos Velho Birck et al.: Trad., pp. 21-26). São Carlos: EDUFscar.

Pedro, J. M. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, 24, 1, 77-98.

Persinotto, R. M. (2004). Arendt, poder e a crítica da “tradição”. *Luanova*, 61, 115-138.

Pinheiro, L. S. (2007). *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares na pós-constituente*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Acedido a 10 de Abril de 2011 em

<http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2007/vozes-femininas.pdf>.

Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Aramo.

Pintanguy, J. & Barsted, L. L. (2011). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA, ONU Mulheres.

Platão (2005). *A República*. Livro II (9ª ed. Maria Helena de Rocha Pereira: Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Quinteiro, M. da C. [s.d.]. *Mulheres em busca do poder político*. Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Acedido a 6 de Maio de 2013 em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7040.pdf>.

Rocha, D. & Deusdará, B. (2005). Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de sua trajetória. *Alea*, 7, 2, 305-322.

Rousseau, J. J. (2002). *Do contrato social*. (edição eletrônica. Rolando Roque da Silva Trad.). Acedido a 20 de Fevereiro de 2014 em <http://www.cfh.ufsc.br>

Rubin, G. (1975). The traffic in women: Notes on the “Political economy” of sex. In: R. R. Reiter (org.) *Toward anthropology of women* (pp. 157-210). Nova Iorque: Monthly Review Press.

Saffioti, H. I. B. (2000). O Segundo Sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. In: A. B. Motta, C. Sardenberg & M. Gomes (Org.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. (pp. 15-38). Salvador: NEIM/UFBA. Acedido a 24 de Maio de 2013 em <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/simone.pdf#page=16>.

Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Saffioti, H. I.B. (2009). Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos e Ensaio*s, Ciências Sociais, FLACSO – Brasil. Acedido a 2 de Fevereiro de 2012 em http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf.

Samara, E. M. (1998). *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

Santos, J. de A. (1999). *Os intelectuais e o poder*. Lisboa: Fenda Edições.

Santos, B. de S. (2010). *Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

Santos, B. de S. & Avritzer, L.(s.d.). *Introdução: para ampliar o cânone democrático*. Acedido a 11 de Março de 2014 em <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/477.pdf>.

Sargentini, V.M. O. (2005). A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na Análise do Discurso. *Anais do SEAD*. Acedido a 28 de Fevereiro de 2014 em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/VaniceMariaOliveiraSargentini.pdf>.

Sartori, G. (1994). *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática.

Scott, J. (1995). Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 20, 2, 71-99.

Soihet, R. (2000). A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, 15, 97-117.

Silva, M. A. de O. (2005). Plutarco e a participação feminina em Esparta. *SAECULUM. Revista de História*, 12, 11-21.

Stoller, R. 1968). *Sex and gender*. Nova Iorque: Aronson.

Tedeschi, L.A. (2008). *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Curt Nimuendajú.

Therborn, G. (2006). *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto.

Tôrres, M. R. (2001). Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica (sécs. V e IV a.C.). *Mirabilis*, 1, 49-55. Acedido a 14 de Fevereiro de 2014 em http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2001_04.pdf.

Van Dijk, T. A. (1998). What is political discourse analysis? In: J. B. Dins.& C. Bulcaen (eds.). *Political linguistics* (pp. 11-52). Amsterdam: Benjamins. Acedido a 13 de Agosto de 2013 em <http://www.discourses.org/OldArticles/Political%20Discourse%20and%20Ideology.pdf>.

Van Dijk, T. A. (2010). *Discurso e poder*. (2ª ed. Judith Hoffnagel e Karina Falcone. Org). São Paulo: Contexto.

Vasconcelos, T. M. P. (2005). A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina histórica. *Revista Ártemis*, 3. Acedido a 2 de Maio de 2013 em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2208>.

Verón, E. (1978). La palabra adversativa sobre la enunciación política. In: E. Verón.[et al.] *El discurso político: lenguajes y acontecimientos*. (pp. 12-26): Buenos Aires: Hachette.

Acedido a 24 de Fevereiro de 2013 em <http://pt.scribd.com/doc/7363660/Veron-Eliseo-La-Palabra-Adversativa-Observaciones-Sobre-La-Enunciacion-Politica>.

Voloshinov, V. N. (1986). *Marxism and the philosophy of language*. (Ladislau Matejka and R. Titunik: Transl.). Boston: Harvard University Press.

Vidrio, S. G. (2000). *El discurso político. Reflexiones teórico-metodológicas*. (Versión 10, pp. 109-125). UAM, Mexico. Acedido a 23 de Agosto de 2013 em http://148.206.107.15/biblioteca_digital/estadistica.php?id_host=6&tipo=ARTICULO&id=1915&archivo.

Zippelius, R. (1997). Modelos de formação e modos de justificação do Estado. In: R. Zippelius. *Teorias do Estado* (3ª ed., Karin Praefke Aires Coutinho: Trad. pp. 139-190). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Zizëk, S. (1996). Introdução. O espectro da ideologia. In S. Zizëk (org.). *Um mapa da ideologia*. (4 reimpr., Vera Ribeiro: Trad. cap. 1, pp. 7-38). Rio de Janeiro: Contraponto.

Zizëk, S. (org.) (1996). *Um mapa da ideologia*. (Vera Ribeiro: Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto.

Weber, M. (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. (4ª ed.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Webgrafia

Agência Patrícia Galvão (2011). Os partidos políticos são mais resistentes à emancipação política das mulheres do que quaisquer outras instituições. Entrevista com Luiza Erundina. Acedido a 20 de Maio de 2013 em http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1422.luiza-erundina&catid=100.

As cidades gregas. *História Net*. (2014). Acedido a 19 de Fevereiro de 2014 em <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=20>

Biblioteca da Presidência (2013). Acedido a 3 de Abril de 2013 em www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidente-atual/biografia.

Câmara dos Deputados (2013). Acedido a 7 de Junho de 2013 em http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2010/Est_resultados/quadro_cargo_sexo.html.

Cambridge Dictionaries Online (2013). Acedido a 21 de Outubro de 2013 em <http://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/american-english/>.

Campanha estimula filiação de mulheres a partidos políticos (2013). Câmara dos Deputados. Brasília. Acedido a 17 de Fevereiro de 2014 em <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/institucional/noticias-institucionais/campanha-estimula-filiacao-de-mulheres-a-partidos-politicos>.

Conferência de Pequim (1995). Acedido a 7 de Junho de 2011 em http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=53&func=fileinfo&id=104.

Crise econômica acentuou desemprego entre as mulheres, diz OIT (2012). *Revista Época*, 11/12/2012. Acedido a 2 de Julho de 2013 em <http://revistaepoca.globo.com>.

Cronologia dos alertas (2001). *Revista Veja*, Edição 1703. Acedido a 12 de Abril de 2013 em http://veja.abril.com.br/060601/p_036a.html.

Dilma toma café da manhã com Ana e justifica fama de durona (2011a). *Entrevista ao Programa Mais Você*. Rede Globo. Acedido a 10 de Abril de 2013 em <http://tv.globo.com/programas/mais-voce/v2011/MaisVoce/0,,MUL1650594-18173,00.html>.

Dilma Rousseff (2011b). Biografia. *UOL Educação*. Acedido a 10 de Abril de 2013 em <http://educacao.uol.com.br/biografias/dilma-rousseff.jhtm>.

Dilma Rousseff é a segunda mulher mais poderosa do mundo (2013). *Uol Notícias*. Acedido a 23 de Maio de 2013 em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2013/05/22/>.

Direito de voto feminino completa 76 anos no Brasil (2008). *Folha Online*. Acedido a 20 de Junho de 2013 em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u367001.shtml>.

Discurso da candidata Dilma Rousseff na Convenção do PT (2010). Acedido a 11 de Abril de 2013 em <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4491316-EI15315,00-Confira+na+integra+o+discurso+da+candidata+Dilma+Rousseff.html>.

Esgário, Ana Rita (2010). *Página Pessoal Por uma democracia representativa e participativa*. 27/12/2010. Acedido a 30 de Junho de 2011 em <http://www.anarita.com.br/>

IBGE (2010). *Censo demográfico*. Acedido a 16 de Junho de 2011 em <http://www.ibge.gov.br/censo-demografico>.

IBGE (2013). *Síntese de indicadores sociais*. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Acedido a 20 de Setembro de 2013 em ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf

Ibope/ Instituto Patrícia Galvão (2013). *Mais mulheres na política*. Acedido a 16 de Fevereiro de 2014 em <http://www12.senado.gov.br/senado/procuradoria/arquivos/pesquisa-mais-mulher-na-politica-do-instituto-ibope-e-patricia-galvao>.

Popularidade de Dilma alcança novo recorde... (2013). *Último Segundo Política*. Acedido em 20 de Dezembro de 2013 em <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-19/popularidade-de-dilma-bate-novo-recorde-e-sobe-para-79-diz-ibope.html>.

Presidência da República (2013). *Série Documentos*. Acedido a 10 de maio de 2013 em <http://portugues.free-ebooks.net/ebook/Vozes-Femininas-na-Politica/pdf/view>.

Programa Nacional de Direitos Humanos (1998). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Acedido a 20 de Dezembro de 2012 em <http://www.sedh.gov.br/>.

Senado Federal (2011). Acedido a 7 de Junho de 2011 em <http://www.senado.gov.br>.

Senado Federal (2013). Acedido a 7 de Junho de 2011 em <http://www.senado.gov.br>.

Serra faz críticas ao apagão; Dilma se cala (2009). *Folha de São Paulo*. Caderno Cotidiano. Acedido a 13 de Maio de 2012 em <http://www.1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1211200925>.

The physical and/or social condition of being male or female. *Cambridge on line*. Acedido a 30 de Janeiro de 2013 em: http://dictionary.cambridge.org//dictionary/british/gender_1?q=gender.

TSE (2008). *Eleições*. Acedido a 4 de Abril de 2012 em <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatisticas2008>.

TSE (2011). Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas de resultados* - Resultado da eleição. Acedido a 30 de Junho de 2011 em http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes2010/est_resultados.html.

TSE (2012). Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas de resultados* - Resultado da eleição. Acedido a 18 de Fevereiro de 2014 em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>

World Economic Forum (2013). *The global gender gap report*. (Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa: Trad.). Acedido a 14 de Fevereiro de 2014 em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf.

Apêndice I Tipologias do Discurso: Síntese

Autor	Obra/Data	Fundamentação	Tipos	Exemplo
Dubois, Jean	Analyse de discours. <i>Langages</i> , 13 1969	. Marcas específicas deixadas ou não pela enunciação	1. Discurso didático 2. Discurso polêmico	1. Histórico 2. Jurídico
Maingueneau, Dominique	<i>Initiation aux méthodes de l'analyse du discours</i> , 1976	Modelos de Discursos devem estar articulados às condições de produção	1. Discurso muito complexos 2. Discursos muito difusos	1. Discurso teológico 2. Discurso cotidiano
Courdess, Lucile	“Blum et Thorez em maio 1936: analyses d'énoncés”. <i>Langue Française</i> , 9 1971	Os tipos de distinção da enunciação: distância, modalização, tensão e transparência determinam os tipos de discurso	1. Discurso do Partido Socialista (Blum) – Político tradicional 2. Discurso do Partido Comunista (Thorez)- Político didático	1. Discurso político tradicional 2. Discurso político didático
Guespin, Louis	<i>Types de discours, ou fonctionnements discursifs?</i> 1976	Relação do discurso com as formações discursivas.	“Tipificar os discursos das diferentes formações discursivas”	Discurso patronal público
Gardin, Bernard	Discours patronal et discours syndical. <i>Langages</i> , 41 1976	Discurso citado: manifestação da alteridade, da interação entre discursos e/ou sujeitos.	1. Discurso direto 2. Discurso indireto 3. Discurso indireto livre	1. Dominante no século XVII na Rússia e na França 2. Dominante no Renascimento 3. Dominante no século XX
Marandin, Jean-Marie	Problèmes de l'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la Chine, <i>Langages</i> , 55, 1979	Sob a aparência de um objeto semelhante há diversas espécies de tipologias, mas todas repousam na noção de enunciação.	1. Ideal 2. Sociolinguística	Discurso polêmico e didático Discurso patronal e sindical
Benveniste, Émile.	<i>Problèmes de linguistique générale</i> , 1996	Tipos definidos como modos de enunciação.	Diferentes planos de enunciação	Discurso História
Orlandi, Eni	<i>A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso</i> (2011)	Relações entre condições de produção e formação ideológica: polissemia e interação	Discurso lúdico, polêmico, autoritário	Não há um tipo puro, estanque. Prevalecem os critérios de dominância e tendência.

Figura 1: Síntese de determinadas tipologias do discurso
Fonte: Elaboração própria baseada em Orlandi (2011, pp. 220-226).

Apêndice II Do Acontecimento Discursivo ao Acontecimento Histórico

Decorridos mais três anos da estreia do matriarcado em terras nacionais e dada a marca do empoderamento feminino tão presente nos recortes dos discursos analisados, qual é a associação possível entre o enunciado pelo sujeito empírico e a exterioridade do governo feminino da Presidente? Ou dito de outra forma: Que ações se concretizaram no sentido de realizar o empoderamento da mulher nesse período de mandato? Antes de procurar resposta para tais questões é preciso enfatizar que o sujeito do discurso nem sempre é coincidente com o sujeito real. No discurso ele é efeito de linguagem, resultado de uma estrutura complexa, cindido entre o consciente e o inconsciente, interpelado pela ideologia. Mas, a partir de suas enunciações, pode-se ligá-lo à pessoa que representa e de cujo ponto de vista os acontecimentos são apresentados. Considerando essa ressalva e extrapolando-se os limites teóricos e metodológicos da análise do discurso, o que aqui se apresenta é apenas um exercício político, fruto do desejo de desviar o foco analítico dos discursos para as ações, especialmente por se tratar do governo da primeira mulher Presidente.

No diz respeito ao empoderamento das mulheres, estas ganharam mais espaço nas políticas públicas e sociais do governo federal. Programas sociais herdados do governo anterior como o Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família foram ampliados e o recebimento dos benefícios deles decorrentes passou a ser repassado prioritariamente às mulheres, visto que são as responsáveis pela execução direta dos gastos com a família.

Em relação ao direito de titularidade uma medida provisória, editada neste governo, contemplou mulheres de baixa renda – que recebem até três salários mínimos – que tenham imóvel financiado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, a reterem a propriedade em seu nome em caso de divórcio ou dissolução da união conjugal.

Do ponto de vista de mudanças na legislação, o ingresso na carreira da Marinha, regulamentado pela Lei nº 12.704 de 2012, não fica mais dependente das condições colocadas em edital quanto à discriminação de sexo que antes figurava no artigo 9º da Lei anterior – Lei nº 11.279 de 2006. Assim, não há mais óbices à matrícula de mulheres nos cursos da Marinha, desde que preencham os demais requisitos previstos em lei, solicitados igualmente para ambos os sexos. Em outra vertente, uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 478/10 – estendeu aos empregados domésticos – massivamente mulheres – outros 16 direitos já

assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, pondo fim a uma legislação restritiva de direitos.

Vários programas e políticas, coordenados pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, como por exemplo, Mulher, Viver Sem Violência, cuidaram de assegurar tolerância zero à violência contra mulheres e fortalecer a aplicação da Lei Maria da Penha – Lei editada em 2006 para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher – em um esforço de enfrentamento da violência de gênero no país e assim garantir proteção e direito de escolha à mulher. Outros programas como Minha Casa, Minha Vida Melhor, Programa Nacional de Documentação, Pronaf Mulher, Rede Cegonha, entre outros, procuram reafirmar o protagonismo das mulheres nas cidades e no campo por meio de políticas públicas que deverão ter impactos significativos na vida da mulher e das famílias.

No campo educacional políticas de governo, por meio de programas como o Fazendo Ciência, Pró-Equidade de Gênero e Raça, Pronatec, têm como objetivo estimular meninas e jovens a direcionarem seus estudos técnicos e superiores para a área de ciências exatas, como a engenharia, a física, por exemplo, a fim de preencherem postos tradicional e majoritariamente masculinos.

Os programas e políticas elencados não totalizam as ações já empreendidas ou em vias de se efetivarem no governo Dilma. Foram aleatoriamente escolhidos para traduzir a ideia da diversidade dos campos de atuação. Há ainda muitas questões a serem debatidas, como o caso da legalização do aborto, que tem provocado reações contraditórias por parte das próprias mulheres e da sociedade. A Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres cujo objetivo principal é a promoção da igualdade de gênero e o combate a todas as formas de discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente, tem tido um papel importante na discussão de políticas e programas, inclusive fazendo gestão junto aos partidos para ampliação do percentual previsto na Lei de Cotas para candidaturas femininas e propondo mudanças para corrigir distorções no que se refere ao financiamento dessas candidaturas, para que assim a mulher possa disputar de forma igualitária a representação política.

Fora da questão feminina, é tentador lançar um olhar sobre a atuação da Presidente nesses anos de governo, motivada pela curiosidade a respeito do exercício da matriarca na terra de oligarcas patriarcais. Como a primeira mulher a dirigir a Nação tem se saído nessa função?

Antes de poder responder a essa indagação é preciso fazer uma intencionalmente brevíssima síntese sobre o governo Dilma de 2011 a 2013.

Ao ser eleita, a Presidente foi saudada como novidade na Presidência, pelo fato de ser mulher, de ser ex-guerrilheira, ter a fama de ótima gestora, não ser um político de carreira tradicional, ter enfrentado com coragem uma doença séria, ter sido o braço direito da gestão do ex-presidente Lula. Todos esses fatos ajudaram a qualificá-la e colocá-la com destaque nas primeiras páginas da mídia impressa, nacional e internacional.⁷⁹

Tudo começou muito bem para a matriarca: economia favorecida, emprego em alta, inflação sob controle, estilo de governança gerencial linha-dura, respeitabilidade internacional, enfim um cenário amplamente receptivo. Mas o que parecia fácil foi se complicando. Dantas e Greese (2012)⁸⁰ em artigo publicado sob os auspícios da Fundação Konrad Adenaur Stiftung, ao analisarem o primeiro ano do governo Dilma, apontam como principais dificuldades enfrentadas pela Presidente: as disputas partidárias por cargos do segundo escalão, condicionando-as à aprovação, no Congresso, de medidas de impactos no orçamento; casos de corrupção; demissão de oito ministros por denúncias de escândalos, o que criou impasses com partidos aliados, responsáveis pela nomeação desses cargos ministeriais; desafios no campo econômico; queda significativa na taxa de investimentos públicos; paralisação de importantes obras; resistências dos ambientalistas nacionais e internacionais em relação à construção de hidroelétricas.

Em 2012, os problemas enfrentados em 2011 não se arrefeceram, pelo contrário, se agravaram com o baixo crescimento econômico, a volta da inflação, um longo julgamento, no Supremo Tribunal Federal, de antigos membros do governo e correligionários de partido. Mas apesar dessas dificuldades, a popularidade e a aprovação de seu governo mantiveram-se em alta em 2012 e em parte de 2013.

Em junho de 2013, uma revolta popular eclodiu nas ruas. A população, em sua maioria jovens universitários e estudantes de ensino médio, bem como adultos da velha e da nova classe média brasileira, povoaram as ruas das principais cidades do país. Em um movimento aparentemente orquestrado pelas redes sociais, foram se organizando as marchas, sem lideranças visíveis e com repúdio a qualquer vinculação ou representação político-partidária.

⁷⁹ A vitória de Dilma ganha repercussão na mídia internacional (2010). Primeira mulher eleita presidente na história do Brasil, Dilma Rousseff conquistou espaço nas páginas dos principais sites de notícias do mundo. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-vitoria-de-dilma-e-destaque-na-midia-internacional>. Acedido a 5 de julho de 2013.

⁸⁰ Humberto Dantas é doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo, professor universitário e parceiro da KAS em ações de educação política e análises conjunturais desde 2004. Eduardo Greese é Internacionalista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Georg-August Universität Göttingen, Técnico em Logística Internacional pelo IFPA-Humboldt.

No início a reivindicação recaía sobre o aumento dos transportes públicos, mas uma vez atendida essa demanda pelo poder público, municipal e/ou estadual, a pauta se diversificou e passou a ser: contra a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 37 – que tirava da promotoria a competência para realizar apuração criminal; pela melhoria na educação, na saúde; pelo fim da corrupção; contra gastos abusivos na construção de estádios para sediar eventos esportivos internacionais; pela melhoria na prestação de serviços públicos; e outras questões pontuais.

O movimento que começou pacífico acabou atraindo vândalos para suas fileiras, e uma onda de violência se espalhou pelas cidades, com saques e depredação de estabelecimentos comerciais, prédios públicos e agência bancárias. A polícia passou a agir com truculência e o caos se instaurou.

Alarmados pela «voz das ruas», os representantes do povo, no Congresso Nacional, se apressaram para aprovar e/ou rejeitar medidas exigidas pelos manifestantes, muitas das quais lá repousavam há bastante tempo.

A Presidente e sua equipe pareciam não entender o que estava acontecendo. Anunciavam uma medida em um dia, como, por exemplo, convocar uma Constituinte Exclusiva para fazer uma reforma política, e no momento seguinte, seus assessores diziam que não seria bem assim. Da presidência partiu a proposta para o Congresso da realização de um plebiscito, mesmo sabendo que isto seria de difícil realização e de efeito imediato inócuo no que se refere à reforma política.

Na verdade, ninguém parecia compreender a dinâmica e a razão do Movimento, sem agenda hegemônica, pelo contrário, com uma pauta muito polarizada, sem lideranças estabelecidas e sem comandos partidários, mas que arrastava centenas de milhares de pessoas para as ruas com o grito de ordem: «Vem para rua, vem!»

Nesse primeiro momento surgem, então, diversas interpretações para o que estava ocorrendo. Sob o olhar estrangeiro do sociólogo português, Boaventura Santos (2013), as razões para tal explosão popular podem ser encontradas em três narrativas: a) a exclusão social, das oligarquias latifundiárias, do caciquismo violento, de elites políticas restritas e racistas; a reivindicação da democracia participativa; a criação de uma classe média com elevado pendor consumista, que passaram a exigir mais e melhor.

Manuel Castells, sociólogo espanhol, em entrevista ao *Jornal o Globo* (Meireles, 2013), concorda com Boaventura Santos quanto à reivindicação do exercício da democracia participativa, afirma que a “maior parte dos cidadãos do mundo não se sente representada por seu governo e parlamento.” Acrescenta ainda que os políticos assumem os cargos e passam a

achar que estes lhes pertencem, não ensejando nenhuma participação do cidadão, e até mesmo rechaçando qualquer tentativa do eleitor de participar do debate político.

Reportagem realizada pela BBC Brasil (Barrucho, 2013), em São Paulo, traz posicionamentos de cientistas políticos e sociais da Universidade de São Paulo – USP – e da Pontifícia Universidade Católica – PUC – a respeito das manifestações de junho. No entender de Gabriel Cohn, sociólogo da USP, “existe uma espécie de mal-estar difuso, sem foco claro. Há uma espécie de ressentimento e frustração e ordem social, alimentados por um estilo de gestão que não oferece diálogo à população” (Barrucho, 2013, sp.). Ricardo Ismael, cientista político da PUC, é enfático ao afirmar que os manifestantes não desejam derrubar o governo, mas querem ser ouvidos, isto é, que “a política pública exista através do diálogo” (Barrucho, 2013, sp.). O posicionamento desses dois cientistas vai ao encontro das colocações de Boaventura Santos e Manuel Castells no que se refere à vontade de participação do cidadão, que não se sente representado nas diferentes esferas da vida política e administrativa do país.

Outro pesquisador da onda de manifestações organizadas nas redes sociais, em clamores públicos por mais democracia, o sociólogo e professor da britânica King’s College, Paolo Gerbaudo (2013), sustenta que há semelhanças entre movimentos recentes em diferentes países, na cobrança de “um novo tipo democracia” (p. A12), com mais transparência e participação popular, momento em que “os partidos que não souberem se renovar podem caminhar para a extinção” (p. A12). Ainda que os protestos silenciem por algum tempo, segundo Gerbaudo (2013), “eles voltarão em novas ondas e novas formas” (p. A12).

Como afirma o professor britânico, “o caso brasileiro é mais complexo porque envolve várias cidades simultaneamente”, sob a alegação básica de “representantes do povo, reprimindo classes, bandeiras e partidos” (p. A12), na luta contra um Estado visto como corrupto. Tais mobilizações têm o poder de provocar “mudanças no jogo político” (p. A 12), uma vez que:

“A ascensão das redes sociais permite que a sociedade se organize de forma mais difusa, especialmente as classes médias emergentes e a juventude das cidades. Isso desorientou [o governo], os partidos políticos e os velhos partidos, que [...] têm pouco a fazer diante das novas formas de comunicação mediadas pelas redes sociais. A não ser que mudem completamente as suas práticas baseadas no velho sistema de quadros e caciques locais e se abram para novas formas de participação popular.” (Gerbaudo, 2013, p. A 12).

Os manifestantes do momento querem ser vistos como uma «onda única», sem fissuras ou caronas que possam desvirtuar seus ideais. Conforme observa Gerbaudo (2013):

Como eles dizem representar toda a nação, são contra todos os elementos que possam dividir as pessoas na luta contra um inimigo comum, representado pelo aparato repressivo do Estado [...] dizem que não há ideia de esquerda ou de direita [...], sonham com uma política sem partidos políticos. “(p. A12).

Na versão do citado autor, isto remete ao termo *interregnum* de Gramsci, referindo-se a um sistema de poder em colapso, mas sem que seu sucessor tenha já se formado. Voltando ao pensamento de Gramsci, Gerbaudo (2013) reporta ao que ele chama de “sintomas mórbidos – fenômenos estranhos, criaturas monstruosas e difíceis de serem decifradas” (p. A12). Sob semelhante interpretação, “usando da metáfora do monstro que saiu às ruas, deixando os governos atônitos, a mídia assim tem se referido a esses movimentos populares no país” (p. A12). E continua o autor, “a classe política rompeu o contrato social que sustenta o sistema representativo” (p. A12).

O fato é que o apelo à participação tem mobilizado mudanças de cuja pauta lideram as exigências, cada vez, mais frequentes e persistentes no mundo todo, nos últimos anos – a de mais democracia, colocando em foco uma forte crítica às diversas versões atuais de democracia representativa.

A própria Presidente Dilma comunga da opinião dos cientistas. Na sua interpretação os protestos ocorridos são uma luta por mais representatividade, por mais direitos: “O que se quer são mais direitos, mais participação e, sem sombra de dúvida, mais ação enquanto cidadão” (Melo, 2013, sp.).

Um dos entendimentos possíveis a respeito das Manifestações de junho é, pois, que o grito da multidão diz respeito ao empoderamento que o indivíduo deseja possuir, para se assumir como cidadão pleno, em uma democracia que não repudie a participação. É nesse ponto que se cruzam os discursos de Dilma com relação ao fortalecimento do poder feminino e a voz das ruas. Uma vez que conforme visto nos recortes de seus discursos, na questão de gênero, o seu projeto como primeira mulher presidente – «Sim, a mulher pode» –, seria ressignificar o poder feminino, começando pela constituição de sua equipe de governo.

Após os seis meses iniciais de governo, o cientista político da Universidade de São Carlos – Ufscar –, Marco Antonio Villa, chamou atenção para a formação, pela Presidente, do

chamado “clube da Luluzinha,⁸¹” avaliando que a marca era fraca para «segurar» um governo de quatro anos. Opinava ainda que a estrutura do governo dependeria muito da atuação das mulheres escolhidas (Sadi & Lemos, 2011).

Uma das críticas que mais se ouviu, nesse período Dilma, diz respeito ao estilo gerencial da Presidente: centraliza em excesso sua administração; trata seus ministros e auxiliares com dureza – e aspereza, segundo alguns deles –; microgerencia pessoalmente os projetos do governo; tem muito pouca paciência para negociações políticas; é avessa ao diálogo; pouco propensa a estabelecer relacionamentos mais próximos com aliados; com exceção do ex-presidente Lula, não costuma ouvir ninguém ao tomar decisões. Esse estilo que a princípio suscitou manchetes em revistas como a *Newsweek Magazine*, *Don’t mess with Dilma – Não mexam com Dilma* –, como marca de afirmação feminina, parece ter contribuído para seu desgaste político e conseqüentemente para provocar avarias em seu governo.

No que se refere à marca feminina, especialmente a respeito do desempenho das chamadas «meninas de Dilma», analistas políticos costumam classificá-lo como pífio, no sentido político e no que se refere à capacidade de colocar a alardeada competência em prol da transformação de projetos em ações. Desta forma, no momento atual, parece que a imagem feminina do governo não goza de muita força e já há quem recomende à Presidente abrir mão de seu projeto inicial – um governo feminino – e de seu poder de intervir no cotidiano dos ministérios, buscar nomes com «luz própria» para substituir ministros, para que estes novos possam restabelecer a interlocução com a sociedade e que tenham a reconhecida respeitabilidade para bem fazê-lo (Nassif, 2013).

Para o jornalista Gerson Camarotti⁸², comentarista político do Jornal O Globo e da Globo News, independentemente de estar fazendo um governo «bom» ou «ruim», a Presidente Dilma é um símbolo de conquista da mulher no poder. Ela empunha uma bandeira emblemática do papel da mulher na política e na sociedade. Embora não tenha conseguido, mesmo com a nomeação de mulheres para 10 ministérios e para tantos outros cargos importantes, fazer um governo voltado à questão de gênero, ela é pioneira em abrir caminhos para as mudanças que certamente se seguirão. Lembrou o jornalista que o país e a política, em especial, ostentam uma forte tradição patriarcal, assim, romper com esse legado não é tarefa fácil, muito menos quando a questão envolve articulação político-partidária. Quanto ao desempenho da equipe feminina nas instâncias do poder, Camarotti chama atenção para as amarras que o estilo de governo

⁸¹ Luluzinha é uma personagem feminina de histórias em quadrinhos e desenhos animados, muito popular no Brasil.

⁸² Em entrevista concedida, por telefone, à autora do presente trabalho, no dia 23 de Agosto de 2013.

autocentrado da Presidente impõe e para o fato de que as grandes questões envolvidas nos ministérios, inclusive as de gênero – como, por exemplo, a polêmica do aborto – passam pelos partidos políticos e pelas repercussões de caráter social que obstaculizam tais mudanças.

Quando a política entra em crise, a sociedade é despojada de uma parte daquilo que dá sentido à vida coletiva. Esta continua em funcionamento, mas os cidadãos descredita o Estado e dos partidos. A crise da política não se restringe ao fracasso desta ou daquela classe dirigente, incapaz de angariar consensos expressivos e imprimir direção segura à sociedade. É mais do que «crise de autoridade» ou «crise institucional». Trata-se de uma profunda «crise de hegemonia» ou “crise do Estado no seu conjunto” (Nogueira, 2004, p. 20).

Usando o pensamento gramsciano, Nogueira (2004) observa que se a crise é de hegemonia, é possível esperar que dela resultem situações peculiares, interesses e aspirações de variados segmentos sociais, trazendo à evidência particularismos de força, fanatismos retrógrados, protagonismos partidários radicais e outros.

A política está em crise seja pela força de uma situação objetiva, estrutural, de descontentamento generalizado com os serviços públicos, seja pela força da ativação de projetos ideológicos disseminados pelas redes sociais, seja pelo ocaso do fascínio das utopias de mudanças sempre prometidas e nunca alcançadas.

No campo ideológico, assinala Nogueira (2004), parece projetar-se um novo credo, centrado no indivíduo aquisitivo, na hipervalorização do mercado e do poder econômico, no cidadão consumidor. O conflito de ideais tende a propagar a descrença no poder público, “a pragmatização da política, a sua conversão em política de interesses, o predomínio quase sufocante de lógicas de poder na competição política” (p. 21). É o viver espreitado pela barbárie, ativado pelos fanatismos, escalado pela corrupção e banalizado pela violência.

No circuito de deterioração social, indaga Nogueira (2004), por que estariam ilesos a prática e o discurso políticos, vistos como orquestradores sombrios desse cenário desacreditado?

A dimensão técnica da vida conspira contra a política. O cidadão perde protagonismo para o especialista, que se converte no personagem central da vida política, como vaticinava Bobbio (2006), impregnando e modificando os termos e a estrutura do discurso político.

O baixo provimento de serviços pelo sistema democrático deu vida ao debate que vem avançando nos últimos anos sobre a chamada «ingovernabilidade» da democracia (Bobbio, 2006, p. 48). O estado liberal primeiro e o seu alargamento depois contribuíram para emancipar a sociedade civil do sistema político. Em crescente processo de emancipação, a sociedade civil

vem se tornando, a cada dia, uma fonte inesgotável de demandas dirigidas ao governo, desde então sempre acuado, obrigado a dar respostas.

A julgar pelo volume das demandas crescentes da emancipação, sempre mais numerosas, mais urgentes e mais onerosas, fica «sobrecarregado» o sistema político ao procurar satisfazê-las. Dai decorrem as drásticas opções, mesmo porque uma opção não exclui a outra. As opções não satisfatórias criam descontentamento. O que resta ao poder, por sua vez, na tentativa de seguir a cartilha, procurando atender a pré-condição necessária de todo governo democrático? Na regra da proteção às liberdades civis, a que se vê obrigado, busca viabilizar a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, de associação, bem como a de manifestação. São as vias por meio das quais o cidadão tem o canal para dirigir-se aos governantes para levantar reivindicações, além de solicitar vantagens, benefícios, facilidades e distribuição equânime de recursos.

Cria-se um vácuo inevitável entre a demanda e o suprimento. Como diz Bobbio (2006), uma verdadeira defasagem entre o mecanismo da imissão e o da emissão, o descompasso entre o ritmo mais acelerado de um e mais retardado de outro.

É preciso dar uma resposta, conforme comenta Bobbio (2006), à questão fundamental frequentemente levantada, sobretudo pelos jovens, a começar pelas indagações se a democracia é predominantemente um conjunto de regras de procedimento, como pode pretender contar com «cidadãos ativos»? Não serão necessários alguns ideais que produziram as regras de ordem? É preciso lembrar, portanto, que as tão frequentemente criticadas regras formais da democracia introduziram pioneiramente as técnicas de convivência, justamente aquelas destinadas a resolver conflitos sociais sem o recurso à violência. Onde quer sejam observadas, o adversário deixa de ser visto como inimigo – a ser destruído –, passando a ser tido como um opositor que amanhã poderá estar no seu lugar.

Não se pode perder de vista que apenas a democracia permite a formação e a expansão das revoluções silenciosas, por meio do debate das ideias e da mudança das mentalidades e do modo de reivindicar, tudo alinhado a um reconhecimento ainda mais necessário hoje e agora – “o agir de modo consequente” (Bobbio, 2006, p. 52).

No correr dos dias e da história, o Movimento foi se tornando cada vez mais violento, – com danos ao patrimônio privado e público, com mortes –, mais difuso e mais disseminado e perdendo apoio em todas as camadas sociais. De qualquer maneira, manifestações que canalizem a insatisfação popular provocam danos à popularidade do governante qualquer que seja ele. E em ano eleitoral, com a Presidente declaradamente se posicionando como candidata

à reeleição, há de se zelar pela imagem e tudo fazer para que a má fase da economia, a volta da inflação, a crise energética, os gastos exorbitantes com a realização da Copa do Mundo de Futebol, as diversas greves de trabalhadores dos variados setores, a corrupção que grassa em todas as áreas do serviço público, sejam superados, ou pelo menos, afastados dos noticiários. Dado o descrédito com os políticos em geral há ainda o temor de que a campanha pelo voto em branco nas próximas eleições, que já começa a povoar as redes sociais, seja exitosa.

Por seu turno, a Presidente faz uma leitura peculiar dos acontecimentos que têm tomado as ruas do país. Diz ela:

“As manifestações são parte indissociável no processo de democracia e inclusão. Quem tem democracia quer mais democracia, quem tem serviços sociais quer mais serviços sociais. Quanto maior o acesso e mais consciência de seus direitos, mais o cidadão vai exigir”(Bizzotto, 2014, sp.)

No entanto, condena as formas de violência e argumenta sobre a necessidade de sanções, além das existentes no Código Penal, propondo um Projeto de Lei para coibir abusos e preencher lacunas nas normas existentes. O Projeto está sendo submetido à consulta informal e enviado a líderes de partidos, representantes de movimentos sociais e juristas, para ouvir a sociedade antes de encaminhá-lo para votação no Congresso Nacional.

Do ponto de vista dos partidos políticos, a Presidente vem perdendo sua base de apoio, com partidos aliados recusando-se a aprovar projetos de interesse governamental e praticando com avidez o fisiologismo tão arraigado na prática política. Há uma dissidência interna que sinaliza para o incômodo provocado pela falta de reciprocidade do governo com relação aos partidos da base governista e ainda uma faceta sutilmente acobertada pelo Partido da Presidente, o projeto hegemônico que tem como finalidade ver-se livre dos partidos aliados no Congresso (Pereira, 2014).

Como a Presidente não é afeita a negociar com partidos, resta saber se ela irá rever seus métodos e se disporá a abrir mão do estilo centralizador de seu governo e até mesmo como afirma Pereira (2014, sp.), se será capaz de “ter uma humildade que não tem sido sua característica nos últimos anos.”

No calor dos acontecimentos qualquer previsão é mero exercício de «futurologia», até porque na política, como na vida, muitas vezes opera o «imponderável». Assim, o que resta, no momento, são indagações sobre o governo da matriarca: Será que a força do patriarcado mais

uma vez anulará o matriarcado ou será que a própria matriarca urdiu sua sentença de morte político-administrativa? Ou ainda, no capítulo da História a ser escrito, a primeira mulher a presidir o país será representada como a força do poder feminino ou irá comprovar a máxima de que lugar de mulher não é na política? Com a palavra, o futuro!

Referências

Barrucho, L. G. (2013). Sensação de “mal-estar” contribui para protestos. *BBC Brasil*. Acedido a 5 de Julho de 2013 em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias>.

Bizzotto, M. (2014). Dilma apresentará projeto de lei mais dura contra protestos violentos. *BBC Brasil*. Acedido a 18 de Março de 2014 em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140224_dilma_manifestacoes_mb_mdmbn.shtml.

Bobbio, N. (2000). *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra.

Bobbio, N. (2006). *Nem com Marx nem contra Marx*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Cortez.

Dantas, H. & Gresse, E. (2012). O Brasil e o primeiro ano de Dilma Rousseff: análises e perspectivas. *Brasil em Foco*, Acedido em 5 de Julho de 2013 em http://www.kas.de/wf/doc/kas_31078-1522-5-30.pdf?120518203800.

Gerbaudo, P. (2013). Objetivo das manifestações é nova forma de democracia. *Folha de São Paulo*, pp. A 12.

Manuel Castells analisa as manifestações em São Paulo: *Fronteiras do Pensamento*. Acedido a 2 de Julho de 2013 em: <http://www.fronteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16%2C68>.

Meireles, M. (2013). Entrevista Manuel Castells: ‘O povo não vai se cansar de protestar’. *Jornal O Globo*, Seção O País. Acedido a 20 de Julho de 2013 em <http://www.oglobo.com.br>.

Melo, D. (2013) . Dilma diz que gostaria que novas regras valessem já para eleição de 2014. *Portal UOL*. Acedido a 9 de Julho de 2013 em <http://noticias.uol.com.br/politica>.

Nassif, L. (2013). Os desafios de Dilma, nos novos tempos da política. *Jornal GGN*. Acedido a 9 de Julho de 2013 em <http://www.jornalggn.com.br/blog/os-desafios-de-dilma-nos-novos-tempos-da-politica>.

Nogueira, M. A. (2004). *Em defesa da política*. (2ª ed., Série Livre Pensar 6). São Paulo: Senac SP.

Pereira, M. Derrota simbólica. *Instituto Millenium*. Acedido em 18 de Março de 2014 em [licwww.imil.org.br/artigos/derrota-simba/](http://www.imil.org.br/artigos/derrota-simba/).

Sadi, A. & Lemos, I. (2011). Dilma começa a 'controlar próprio governo', avaliam analistas. *G1*. Acedido a 20 de Junho de 2013 em <http://g1.globo.com/>.

Santos, B.de S. (2013). O preço do progresso. *Carta Maior*. Acedido a 7 de Julho de 2013 em <http://www.cartamaior.com.br>.

Anexo I Discurso da Presidente Dilma

Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher⁸³

08/03/2014 às 20h30

Meus queridos brasileiros e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras.

Hoje, Dia Internacional da Mulher, podemos dizer que o Brasil tem muito a comemorar e muito a fazer.

As mulheres são a maior força emergente no mundo, e o Brasil está contribuindo, de forma decisiva, para que essa força se amplie e se torne cada vez mais presente. Das 20 maiores economias mundiais somos, proporcionalmente, a que tem mais mulheres empreendedoras. Mulheres que abrem seus próprios negócios e enfrentam, com coragem e competência, as dificuldades para crescer e prosperar.

Nos últimos onze anos, das 36 milhões de pessoas que saíram da extrema pobreza, mais da metade são mulheres. Igualmente são mulheres, mais da metade das 42 milhões de pessoas que alcançaram a classe média.

O Brasil criou, nos últimos três anos, 4 milhões e 500 mil empregos. Mais da metade desses empregos, com carteira assinada, foram conquistados pelas mulheres. Por este e outros motivos, podemos dizer que a mulher é a nova força que move o Brasil. Mas temos que admitir que o Brasil precisa ainda dar mais força às suas mulheres.

Minhas queridas amigas, tudo que vocês conseguiram até hoje foi fruto do esforço e da coragem de cada uma de vocês. Foi fruto igualmente do apoio de suas famílias. Sabemos também que se

⁸³ Acedido a 9 de março de 2014 em <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>

abre um novo mundo de oportunidades, quando a força da mulher encontra apoio nas políticas do governo.

Cada casa brasileira, e cada empresa deste país, mostram o que cada mulher é capaz de fazer por sua família e pelo progresso do Brasil. Somos um país líder no empreendedorismo feminino porque a mulher brasileira tem a sensibilidade de perceber que, abrindo um negócio próprio, ela pode administrar melhor sua vida e a de sua família.

Mas isso ocorre, também, porque o Brasil criou novas linhas de crédito para as mulheres e, neste item, somos, hoje, destaque no mundo. Vejam o caso do programa Crescer, que é destinado a financiar pequenos empreendedores e oferece dinheiro barato e sem burocracia para a pessoa montar ou ampliar seu próprio negócio. Um dinheiro que pode ser usado como capital de giro ou na compra de máquinas e equipamentos.

Pois bem: de 2011 para cá, mais de 60% de todas as operações foram feitas por mulheres. Esta é uma prova contundente de como a mulher brasileira é guerreira e empreendedora, como sabe buscar o que quer.

No caso do Pronatec, que é o maior programa de formação profissional da história do Brasil, seis em cada dez alunos são mulheres de todas as faixas de idade. São cursos gratuitos, bancados pelo governo federal, e oferecidos no “Sistema S” e nas redes federal e estaduais de educação profissional.

Unimos também o Pronatec ao Brasil Sem Miséria e, de quase um milhão de matrículas, mais de 650 mil foram feitas por mulheres. São mulheres que saem definitivamente da pobreza, aprendendo uma profissão.

Também mais da metade das bolsas do ProUni e dos financiamentos do FIES têm sido concedidos a mulheres. Essa nova realidade explica porque as mulheres já são proprietárias de 44% das franquias do país. Explica também o grande crescimento da participação das mulheres na força de trabalho. Enquanto no início da década de 80 apenas 26% das mulheres trabalhava, hoje, 50% delas estão ocupadas. Os números são muito bons, mas precisam melhorar muito mais.

Minhas amigas e meus amigos, o Brasil também se destaca, no mundo, no apoio às mulheres socialmente vulneráveis. Este é um segmento que meu governo vê com especial atenção, pois,

quanto mais pobre a família, mais a mulher tem um papel central na estruturação do núcleo familiar.

Por isso, 93% dos cartões do Bolsa Família têm a mulher como titular, e das 1 milhão e 600 mil casas já entregues pelo Minha Casa, Minha Vida, 52% estão no nome de mulheres.

No acesso à terra também é assim: 72% das propriedades da reforma agrária são de mulheres. Ao mesmo tempo, o governo tem oferecido mais crédito e assistência técnica para as trabalhadoras rurais. São mais mulheres produzindo alimentos, tomando decisões e conquistando autonomia. Fortalecemos, assim, o papel da mulher na família, na sociedade urbana e no mundo rural.

Essas novas oportunidades garantem maior autonomia e independência às mulheres e são decisivas para romper o ciclo de violência em que muitas delas ainda vivem. No entanto, precisamos avançar e criar novos instrumentos.

O programa *Mulher, viver sem violência* integra vários serviços em defesa da mulher. Nas 26 casas da mulher brasileira que estamos implantando vamos acolher e proteger as mulheres, colocando vários serviços em um mesmo lugar. O lema dessas casas é coibir a violência e dar oportunidade às mulheres.

Minhas amigas e meus amigos,

Como a primeira mulher a ocupar a presidência do país, vejo com imensa alegria vários programas criados nos últimos anos. Vejo também que muitas barreiras ainda precisam ser rompidas para diminuir a desigualdade entre os gêneros e garantir mais direito – mais autonomia – às brasileiras de todas as classes sociais.

É preciso garantir salário igual para trabalho igual feito por mulheres e homens. É preciso combater sem tréguas a violência que recai sobre as mulheres. É preciso diminuir ainda mais a burocracia e os impostos para que as empresas, lideradas por mulheres, sejam ainda mais numerosas. É preciso que muito mais mulheres ocupem o topo das decisões das empresas e das entidades representativas de toda natureza.

Vejo que é preciso garantir mais creches para cortar a desigualdade pela raiz, dando às crianças pobres as mesmas oportunidades de crianças de classe média, mas também para facilitar o acesso de suas mães ao trabalho.

Falo disso com a legitimidade da presidenta que ampliou as oportunidades para as mulheres e que, mesmo assim, sabe que é preciso fazer muito mais.

Este é o século das oportunidades. Este é o século do Brasil. E este é, sem dúvida, o século das mulheres! A mulher é a nova força que move o Brasil.

Com esta força e esta energia vamos construir um futuro cada vez melhor para as nossas famílias.

Viva o Dia Internacional da Mulher!

Viva o Brasil!

Viva a mulher brasileira!

Índice Onomástico

A

Abate

Frank, 27

Adão

Sônia Maria, 113

Aithal

Vathsala, 28

Almeida

Ana Maria Chiaroti de, 85, 99

Althusser

Louis, 17, 26, 73, 91, 94, 95, 99, 100,
101, 107, 180

Álvares

Luzia, 50, 56

Maria Luzia Miranda, 151, 152

Amaral

Ricardo Batista, 16, 59, 61, 63, 67, 68,
70, 71

Ames

José Luiz, 77

Araújo

Márcia Maria de Melo, 31, 62, 63, 64,
66, 67

Arendt

Hanna, 16, 28, 36, 81, 179

Aristóteles, 24, 32, 100

Avritzer

Leonardo, 173

Azevedo

Reinaldo, 169

B

Bachelard

Gaston, 22

Bardin

Lawrence, 18

Barrucho

Luís Guilherme, 207

Barsted

Leila Linhares, 46

Bauer

Carlos, 9

Beauvoir

Simone, 40, 156

Benveniste

Émile, 101, 134, 202

Berelson

Bernard, 17, 18

Bermúdez

Nicolás, 110

Biroli

Flávia, 16, 48

Bizzotto

Márcia, 212

Bobbio

Norberto, 16, 28, 53, 54, 74, 80, 81, 85,
173, 210, 211

Bourdieu

Pierre, 16, 25, 26, 39, 45, 50, 73, 84, 86,
87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 145, 147,
173

Brandão

Helena Nagamine, 26, 100, 101, 135,
172

C

Cabanis

Pierre Jean George, 92

Cabral

Otávio, 66, 70

Camarotti

Gerson, 209

Carvalho

Luiz Maklounf, 62, 63, 68, 69, 70, 151

Castells

Manuel, 16, 34, 206, 207

Castro

Luiz, 47

Mary Garcia, 34

Cesário

Cleide Chiarotti, 99

Charaudeau

Patrick, 93, 159, 163

Chauí

Marilena, 92

Connell

Robert, 39

Constantinides

Mariano Fernández, 111

Courdess

Lucille, 111, 202

Courtine

Jean-Jacques, 26, 102, 115, 116, 142

Cunha

Luiz Cláudio, 63, 67, 68, 69

D

Dahl

Robert, 54

Dantas

Humberto, 205

Deusdará

Bruno, 18, 19, 20

Dubois

Jean, 101, 121, 202

Durham

Eunice Ribeiro, 35

E

Eagleton

Terry, 16, 92, 93, 95, 96, 103

Esgário

Ana Rita, 47

F

Fernandes

Claudemar Alves, 107

Ferreira

Maria Cristina Leandro, 100, 102, 107,
122, 123, 136, 159

Fiorin

José Luiz, 138

Flick

Uwe, 98

Fonseca

Pedro, 31

Foucault

Michel, 16, 28, 29, 82, 83, 84, 92, 100,
104, 121, 160, 172, 178

Freyre

Gilberto, 35, 36

Fucks

Catherine, 101

Funari

Pedro, 51, 52

G

Gardin

Bernard, 112, 202

Gerbaudo

Paolo, 207, 208

Gilligan

Carol, 50

Giménez

Gilberto, 26, 103, 112

Gramsci

Antonio, 16, 28, 38, 73, 81, 82, 86, 208

Greese

Eduardo, 205

Grossi

Miriam, 41

Guéspin

Louis, 110, 112

Gullo

Carla, 65

H

Habermas

Jürgen, 85

Hahner

June Edith, 11

Halliday

Michael Alexander Kirkwood, 101

Harris

Zeillig, 100, 101, 121

Henry

Paul, 121

Hersch

Jeanne, 72

Hobbes

Thomas, 16, 28, 54, 55, 77, 78

Houaiss

Antônio, 22, 27, 40, 74, 86, 87, 140

I

Indursky

Freda, 134, 139, 155, 156

J

Jakobson

Roman, 101

K

Koller

Silvia Helena, 31, 34

L

Lacan

Jacques, 100, 101, 107

Lasswell

Harols Dwight, 17

Lavinas

Lena, 34

Leitão

Matheus, 66

Leite

Paulo Moreira, 66

Lemos

Iara, 209

Locke

John, 16, 28, 54, 55, 77, 78

Lovecraft

Howard Phillips, 72

M

Machado

Lia Zanotta, 41

Roberto, 83

Maingueneau

Dominique, 110, 111, 112, 202

Maquiavel

Nicolau, 16, 28, 75, 77

Marandin

Jean-Marie, 111, 202

Mariani

Bethania, 125

Marx

Karl, 61, 92, 101

Medina

Humberto, 64

Meireles

Maurício, 206

Melo

Débora, 208

Metteucci

Nicola, 74

Miguel

Luís Felipe, 16, 48

Montesquieu

Charles Louis de Secondat, 78

Moreira

Adriano, 4, 29, 73, 74, 75

N

Nader

Maria Beatriz, 43

Narvaz

Martha Giudice, 31, 34

Nassif

Luís, 209

Neves

Fabírcia, 59

Maria Laura, 65

Nicholson

Linda, 40

Nogueira

Marco Aurélio, 210

Nunes

Adérito Sedas, 59, 72, 73

O

Oliveira Vieira

Adilma Sampaio, 140

Oltramari

Alexandre, 62, 66

Orlandi

Eni Puccinelli, 5, 6, 20, 27, 96, 97, 98, 99,
100, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109,
112, 113, 114, 115, 117, 118, 122, 129,
130, 135, 136, 142, 144, 162, 166, 168,
170, 202

P

Pasquino

Gianfranco, 74

Pateman

Carole, 48

Pêcheux

Michel, 5, 6, 20, 26, 27, 96, 97, 98, 99,
100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108,
109, 121, 123, 124, 125, 135, 143, 147,
166, 175, 181

Pedro

Joana Maria, 40, 59

Pereira

Merval, 11, 43, 212

Perissinotto

Renato, 81

Pinheiro

Luana Simões, 49

Pinto

Célia Regina Jardim Pinto, 43, 44

Pitanguy

Jacqueline, 46

Platão, 33, 76

Q

Quinteiro

Maria da Conceição, 42, 43

R

Rangel

Livia de Azevedo, 43

Rocha

Décio, 18, 19, 20

Rousseau

Jean-Jacques, 16, 28, 52, 53, 78, 79, 80

Rubin

Gayle, 40

S

Sadi

Andreia, 209

Saffioti

Heleith Iara Bongiovani, 16, 34, 42

Samara

Eni de Mesquita, 23

Santos

Boaventura de Souza, 91, 173, 206, 207

João de Almeida, 85

Sargentini

Vanice, 116

Sartori

Giovanni, 55

Scott

Joan, 41

Silva

Maria Aparecida de Oliveira, 2, 4, 32,
59, 68

Soihet

Rachel, 10, 11, 12

Stoller

Robert, 40

T

Tedeschi

Losandro Antônio, 9

Temponi

Cristiane Namiuti, 140

Therborn

Göran, 38

Tôrres

Moisés Romanazzi, 32

Tracy

Antoine Louis Claude Destutt, 92

V

Van Dijk

Teun, 109

Vasconcelos

Tânia Maria Pereira, 31

Verón

Eliseo, 110

Vidrio

Silvia Gutiérrez, 163

Vilar

Mauro de Salles, 22, 27, 40, 74, 86, 87,
140

Viseu

Rogério, 47

Voloshinov, 95

Valentin Nikolaevich, 95

W

Weber

Max, 16, 28, 34, 58, 80, 84, 164

Z

Zippelius

Reinhold, 23

Zizëk

Slavoj, 16, 17, 93